

Gramaticalização no português do Brasil

uma abordagem funcional

Organizadores:
Mário Eduardo Martelotta
Sebastião Josué Votre
Maria Maura Cezario

UFRJ - Grupo de Estudos *Discurso & Gramática*

Rio de Janeiro

Gramaticalização no português do Brasil

uma abordagem funcional

Organizadores:
Mário Eduardo Martelotta
Sebastião Josué Votre
Maria Maura Cezario

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Grupo de Estudos *Discurso & Gramática*

Rio de Janeiro, 1996

INICIATIVA

Comissão de Pós-Graduação do Curso de
Linguística e Filologia/UFRJ:

Miriam Lemle
Humberto Peixoto Menezes
Vera Lúcia Paredes da Silva
Emmanuel Trindade dos Santos
Maria Cecília Mollica
Maria Ângela Botelho Pereira
Jürgen Heye
Lucinda Ferreira Brito

Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional

Sumário

Introdução: Mário Eduardo Martelotta, Sebastião Josué Votre e Maria Maura Cezario

1. Um paradigma para a lingüística funcional: Sebastião Votre
2. O paradigma da gramaticalização: Mário Eduardo Martelotta, Sebastião Josué Votre e Maria Maura Cezario
3. Integração entre cláusulas e gramaticalização: Maria Maura Cezario, Rosa Gomes e Deise Pinto
4. Gramaticalização na ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo: Sebastião Josué Votre e Maria Maura Cezario
5. A base corporal da metáfora: Sebastião Josué Votre e Alexandra Ramos da Rocha
6. Gramaticalização na repetição: Mariângela Rios de Oliveira
7. Gramaticalização nos mecanismos de negação em Natal: Maria Angélica Furtado da Cunha
8. Gramaticalização em operadores argumentativos: Mário Eduardo Martelotta
9. Gramaticalização de **então**: Mário Eduardo Martelotta e Lucilene Rodrigues
- 10 Gramaticalização de **lá**: Mário Eduardo Martelotta e Lana Rêgo
11. Gramaticalização de **até**: Rosaura de Barros Baião e Julia Arruda
12. Gramaticalização e discursivização de **assim**: Mário Eduardo Martelotta, Enrico Nascimento e Sílvia Costa
13. Discursivização da partícula **né?**: Mário Eduardo Martelotta e Fabiana Alcântara
14. Discursivização do verbo **saber**: Mário Eduardo Martelotta e Márcio Leitão

Referências Bibliográficas

Anexo: Amostra do *corpus* Discurso & Gramática do Rio de Janeiro nos canais de fala e escrita e nos subgêneros: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião; informante Valéria, do terceiro grau.

Índice remissivo

Índice de autores

Introdução

Mário Eduardo Martelotta,
Sebastião Josué Votre
Maria Maura Cezario

Gramaticalização no português do Brasil é uma obra pioneira na divulgação dos estudos sobre variação e mudança semântica e morfossintática na fala e na escrita da comunidade lingüística brasileira. Nosso primeiro objetivo é divulgar os resultados das pesquisas sobre o uso da língua, que estamos desenvolvendo no Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* da Faculdade de Letras da UFRJ, com vistas a atrair interlocutores que se interessam pelo funcionalismo lingüístico em geral, e pela discussão das propostas teóricas e dos resultados empíricos da gramaticalização em particular.

O paradigma da gramaticalização vem se consolidando sobretudo na década de 90, em diferentes centros de pesquisa de vários países; no Brasil, tem no Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* da UFRJ um foco de reflexão e produção, que justifica encaminharmos esforços para uma publicação conjunta de nossa pesquisa, reunindo trabalhos teóricos e empíricos sobre os fenômenos de gramaticalização e discursivização no português do Brasil.

A coletânea contém os elementos básicos da teoria funcionalista, com ênfase na gramaticalização de itens léxicos, expressões e estruturas sintáticas do português do Brasil. Os temas abordados convergem todos para fundamentar e ilustrar o paradigma emergente da gramaticalização: transferência metafórica, mudança de classe gramatical, abstratização do sentido, regularização dentro da cláusula (marcadores) e regularização fora da cláusula (complementação verbal e serialização).

A orientação teórica básica funda-se no funcionalismo lingüístico, nos termos em que é praticado atualmente por Heine et alii (1991), Hopper & Traugott (1993), Votre (1994), Martelotta (1994) e Givón (1995). Atentos à maleabilidade da estrutura lingüística, procuramos fugir dos reducionismos formais e funcionais, e nos esforçamos por testar, em cada fenômeno estudado, as propostas de gramaticalização e, nos casos mais avançados do processo de mudança, a proposta de discursivização. Para esse estágio utilizamos sobretudo o texto de Vincent, Votre & Laforest (1993).

A metodologia desenvolvida no grupo de estudos *Discurso & Gramática* para abordagem da língua inova no modo de coletar os dados e no seu tratamento. Concebemos um tipo de *corpus* que favorece a comparabilidade entre fala e escrita, uma vez que os mesmos informantes nos forneceram os mesmos depoimentos duas vezes, isto é, falando e escrevendo sobre os mesmos tópicos. Por outro lado, controlamos diferentes subgêneros de textos elicitados. Assim, de cada informante coletamos narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de procedimento, descrição de local e relato de opinião. Esses diferentes subgêneros representam contextos para manifestação de diferentes recursos discursivos e tornam o *corpus* particularmente apropriado para estudos de fenômenos em processo de mudança e/ou de mudança.

Para a análise dos dados, procedemos a uma abordagem em que interagem os estilos qualitativo e quantitativo. Assim, analisamos cada dado como se fora único, e como se fosse sobre ele que o estudo iria consistir. Entretanto, após reunirmos um número razoável de dados, procuramos depreender tendências gerais, relacionadas aos processos de gramaticalização.

Partimos da concepção de que a gramática de uma língua natural nunca é estática e acabada: tomada sincronicamente, a gramática de qualquer língua exhibe, simultaneamente, padrões regulares, rígidos, e padrões que não são completamente fixos, mas fluidos. Por alguma razão, certos padrões novos se estabilizam, o que resulta numa reformulação da gramática. Nesse sentido, a gramática é um “sistema adaptativo”: enquanto sistema, é parcialmente autônoma mas, ao mesmo tempo, é adaptativa na medida em que responde a pressões externas ao sistema.

A noção de gramática como estrutura maleável, proposta por Bolinger (1967), é compartilhada sobretudo por lingüistas americanos seguidores da abordagem funcionalista, como Hopper, Dubois, Givón e Thompson, entre outros. Deve-se a Hopper, por exemplo, a expressão “gramática emergente”, ao afirmar que, ou não há gramática, ou a gramática é sempre emergente mas nunca presente (Hopper, 1987:145). Nesse contexto, a gramática é entendida como o sistema formado pelas regularidades decorrentes das pressões do uso. Essas pressões estão relacionadas a um complexo de interesses e necessidades discursivas/pragmáticas fundamentais que pode compreender os propósitos comunicativos do falante de ser expressivo e informativo ou o fenômeno da existência de lacunas nos paradigmas gramaticais ou no universo de conceitos abstratos. Portanto, o desenvolvimento de novas estruturas gramaticais é motivado, quer por necessidades comunicativas não preenchidas, quer pela presença de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações lingüísticas adequadas. É livre a organização interna de cada capítulo, mas sugeriu-se, para um mínimo de uniformidade, que fossem incorporados traços básicos de suporte teórico, objetivo, hipótese, dados, análise e interpretação dos resultados.

No texto inicial da obra, *Um paradigma para a lingüística funcional*, Sebastião Votre apresenta argumentos e fatos em favor da existência de uma nova forma de conceber a língua e de um novo modo de fazer lingüística, nos limites entre o discurso e a gramática. Acompanha a trajetória de itens e construções que se transferem progressivamente do discurso para a gramática, bem como de itens que se liberam progressivamente das restrições da gramática e, num certo sentido, retornam à criatividade eventual do discurso. Oferece evidências para a hipótese que numa cadeia polissêmica faz derivarem os sentidos mais abstratos dos mais concretos por um processo de deslizamento semântico, iconicamente motivado por transferência metafórica e metonímica, que obedece parcialmente aos princípios de gramaticização propostos por Hopper: camadas, persistência, especialização e recategorização.

Em *O paradigma da gramaticalização*, Mário Eduardo Martelotta, Sebastião Votre e Maria Maura Cezario mostram que *gramaticalização* e *discursivização* constituem processos especiais de mudança lingüística. *Gramaticalização* leva um item lexical ou construção sintática a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas. *Discursivização* leva o item já gramaticalizado a assumir função de marcador discursivo, reorganizando o discurso, quando a sua restrição de linearidade é momentaneamente perdida, ou servindo para preencher o vazio causado por essa perda da linearidade. De acordo com Heine et alii (1991), Traugott e Heine (1991), Votre (1992), Vincent, Votre e Laforest (1993) e Hopper e Traugott (1993), Martelotta (1994), Givón

(1995), como resultado da ação unidirecional desses dois processos, o elemento pode se tornar mais gramatical, ou seja, assumir posições mais fixas na cláusula, apresentando-se mais previsível no que diz respeito a seu uso; ou menos gramatical, ou seja, assumir funções mais interativas, perdendo as restrições gramaticais típicas de seus usos originais tendo, assim, o seu leque de possibilidades de colocação aumentado. *Gramaticalização* é um termo que tem sido usado com vários sentidos. Interessa aos autores o sentido em que designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento lingüístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática. Assumem, com Votre (1992), que as restrições gramaticais se caracterizam basicamente por regularidades que se manifestam nas relações de ordenação vocabular e de regência; nas relações de concordância de gênero e número para os pronomes, substantivos e adjetivos; e nas relações de número e pessoa e atribuição de modo, tempo, aspecto e voz para os verbos. Entendem os *itens lexicais* como elementos que fazem referência a dados do universo bio-social: designam entidades, ações e qualidades. Admitem que *elementos gramaticais* são os que organizam os itens do léxico no discurso: ligam partes do texto, identificam partes do texto já mencionadas ou por mencionar, marcam estratégias interativas, expressam noções gramaticais como, por exemplo, tempo aspecto e modo. O surgimento de elementos gramaticais a partir da extensão do uso de itens lexicais diz respeito à gramaticalização. Partindo-se dessa concepção de gramaticalização, tem-se relacionado esse processo com os seguintes tipos de fenômenos de mudança lingüística: a) a trajetória de elemento lingüístico do léxico à gramática, que compreende, por exemplo, a passagem de verbo pleno a verbo auxiliar, nos processos de serialização, como ocorre com o verbo de movimento *ir* (de perto para longe do falante), que passa a designar futuro, como auxiliar: *vou sair*; b) a trajetória de vocábulo a morfema, que ocorre, por exemplo, nos processos de complementação verbal, com a passagem *amar + hei > amarei*; ou nos processos de qualificação, como em *tranqüila + mente > tranqüilamente*; c) a trajetória de elemento lingüístico da condição de menos gramatical (ou menos regular) para mais gramatical (ou mais regular), por pressão regularizadora da analogia, como acontece, por exemplo, com *seja > seje e menos > menas*; d) a trajetória de elemento lingüístico de mais referencial a menos referencial, caracterizada pela perda de significação de base semântica e aquisição de significação de base pragmática, relativa a estratégias comunicativas dos participantes, e de base textual, relativa à organização interna dos argumentos no texto. Este fenômeno ocorre com o operador argumentativo *logo*, que inicialmente apresentava valor de advérbio espacial (do latim *locu-*), passando, posteriormente a assumir função argumentativa como conjunção conclusiva; e) a trajetória que leva uma construção pragmaticamente motivada a se sintaticizar e a se especializar, passando a expressar função gramatical, como, por exemplo, a construção na ordem *auxiliar-verbo-sujeito*, que funciona como introdutora de informação nova e de sujeito não-tópico; e a construção com negativa no final da cláusula, que tende negar o posto, e não apenas o pressuposto; f) a trajetória dos processos de repetição do discurso, no âmbito da criação e da intenção, em direção à gramática, através de sua regularização e sistematização; g) a trajetória que leva construções negativas relativamente livres a se tornarem mais fixas em função de estratégias discursivas determinadas.

Em *Integração entre cláusulas e gramaticalização*, Maria Maura Cezario, Rosa Gomes e Deise Pinto apresentam um estudo sobre os processos de gramaticalização envolvidos na passagem da parataxe à hipotaxe. As autoras dão conta sobretudo do processo de gramaticalização da complementação verbal, com o estudo das relações entre cláusulas dependentes. Entendem por cláusulas dependentes a cláusula principal e a cláusula subordinada do período composto. Dão atenção aos períodos formados por verbos com objeto direto oracional. Referem-se também aos processos de gramaticalização decorrentes da integração verificada nos mecanismos de serialização, que presidem o surgimento de cadeias do tipo *vim estudar, vou correr*. Cientes de que apenas o conceito sintático não é suficiente para o desenvolvimento do estudo, levam em conta de forma explícita aspectos de natureza semântica, discursiva e pragmática. Partem do pressuposto de que o processo de subordinação é iconicamente motivado. Em consequência, admitem que as cláusulas refletem, em níveis distintos de integração sintática, os graus de integração que se verificam entre os seus conteúdos semânticos. A análise de narrativas de experiência pessoal e de relatos de procedimento do *Corpus Discurso & Gramática* na modalidade oral permitiu que as autoras percebessem e identificassem várias manifestações de processos de gramaticalização entre os componentes das duas cláusulas. A partir dessas manifestações, concentraram-se nos tipos de contextos sintáticos em que ocorrem os novos usos e verificaram as mudanças de significação correspondentes. Designam como *ressemantização* o processo que consiste na perda parcial da significação lexical de uma forma e num conseqüente ganho de significação gramatical. A ressemantização é admitida como decorrente da abstratização da significação de uma forma e está presente em todo processo de gramaticalização. Assumem gramaticalização como o processo de mudança lingüística que consiste na integração entre a cláusula principal e a subordinada, com mudanças na morfossintaxe da cláusula subordinada e com a mudança dos verbos plenos para a classe dos verbos auxiliares na principal, como acontece, por exemplo, com os verbos *querer* e *saber*. Dividem os verbos da cláusula principal em três grandes classes prototípicas: proposicionais, emotivos e efetivos, que se distribuem num contínuo de integração sintática e ressemantização.

Em *Gramaticalização na ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo*, Sebastião Votre e Maria Maura Cezario trabalham com as seguintes hipóteses: (i) a função mais abstrata pode ser exercida com formas já disponíveis para usos mais concretos da língua; (ii) as formas se abstratizam e estabilizam progressivamente, via transferência metonímica e metafórica, por pressões experienciais, de uso, e por pressões estruturais; (iii) corrobora-se o princípio de Dubois (1987), segundo o qual, a gramática faz melhor o que os falantes mais utilizam; (iv) o curso da forma (cf. Givón (1979) é predominantemente o seguinte: **discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero**; (v) o curso do conteúdo (cf. Heine et al. 1991) é predominantemente o seguinte: **pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade**. Mostram que a característica cognitiva básica da ordenação verbo-sujeito é a sua posição marcada, e marginal, no que diz respeito ao fluxo da informação. Ela é utilizada em seções do discurso de baixa tensão comunicativa, no momento em que o falante está transmitindo partes da mensagem, que não estão sendo apresentadas como centro de atenção para o ouvinte. No estudo das cláusulas com auxiliar, mostram que não ocorre a ordem Va, e portanto não há a seqüência SVa nem VaS. O auxiliar sempre precede o verbo e tende a fazê-lo em seqüência direta. Na lista de auxiliares decorrentes de dessemantização total ou parcial de verbos plenos que exigiam complemento temos: *ter*, *haver* e *poder*. Ao estudarmos as construções com auxiliar,

distribuímo-las de modo a termos: SV e SaV de um lado, em oposição a VS e aVS de outro lado. Com isso, ficamos com a construção aSV como isolada, e a postulamos como atípica. Com efeito, com poucos dados, aSV tem a aparência de cláusula híbrida, ou cindida, no sentido de que o auxiliar tem menos status de auxiliaridade do que nas duas outras construções, e tem mais aparência de verbo pleno; com isso, o segmento que se inicia com V dá a impressão de estar desconectado da parte auxiliar-sujeito, e parece marcar algum tipo circunstância.

Em *A base corporal da metáfora*, Sebastião Votre e a bolsista de iniciação científica Alexandra Ramos da Rocha apresentam e discutem uma proposta teórica sobre a base corporal da mente e sobre o caráter metafórico e corpóreo das operações mentais. Elegem algumas temáticas e questões como prioritárias, para investigar o papel da metáfora na organização mental codificada na língua. Entre elas, destacam: a) as principais metáforas de origem corporal; b) a relação dialética entre corpo e mente, no processo de metaforização; c) a necessidade de refletir sobre, e reformular parcialmente, a hipótese de Heine: **pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade**, para **corpo > objeto > mente**; d) a formulação de uma proposta que favorece a trajetória: corpo > mente. Os autores demonstram que os usuários da língua se valem de um número relativamente pequeno de formas de origem metafórica para exporem suas idéias e sentimentos. Nesse processo, pelo qual uma mesma forma passa a servir a múltiplas funções, os usuários utilizam-se de velhos itens léxicos e de velhas construções já consolidadas na gramática, para darem conta de novos contextos pragmáticos e semânticos. Implementa-se assim um processo de transferência semântica, analógica e unidirecional, pelo qual a cada forma ou construção passam a corresponder múltiplas funções, estreitamente relacionadas entre si. Aceitam, por hipótese, que um dos recursos mais comuns de deslizamento de sentido e de indiretividade é a metáfora, “compreendida e estruturada não meramente em seus próprios termos, mas também nos termos de outros conceitos”, na acepção de Lakoff (1987). Esse sentido está muito próximo do senso comum, registrado em dicionários como o Pequeno Dicionário da Língua Literária Portuguesa, segundo o qual metáfora é o “tropo em que a significação natural de uma palavra é substituída por outra, em virtude da relação de semelhança subentendida”. Ao optarem pelo estudo da exploração do poder de transferência da metáfora nesta coletânea, os autores restringiram-se apenas àquelas provenientes do corpo humano. Esta restrição deu-se porque o campo de atuação da metáfora é vastíssimo e porque interessam, no momento, apenas as metáforas mais produtivas, que seguem a trajetória **corpo > mente**. Essa escolha do corpo como fonte primária e ponto de referência para a construção de sentidos deve-se ao fato de ser o corpo humano base para todas as nossas atividades, para todos os objetos que utilizamos no cotidiano, enfim, para toda a nossa vida mental e intelectual; pois é a partir dele que o mundo humano se constrói. Como Lakoff & Johnson (1980) o postulam, o pensamento tem base corporal; logo, pelo princípio de transferência, o pensamento se constrói a partir de *imagens corporais*, e é inerentemente imaginativo. Segundo Hopper & Traugott (1993), emprega especialmente a metáfora e a metonímia, para descrever sua experiência. Dada a natureza essencialmente metafórica da gramaticalização de base corporal, o estudo centra-se exclusivamente na extensão e transferência metafórica.

Em *Gramaticalização na repetição*, Mariangela Rios de Oliveira descreve e interpreta os processos de repetição em textos do português produzidos pela comunidade da cidade do Rio de Janeiro na década de noventa. Por *repetição* a autora entende a co-referência, exata ou reparada, de um termo lexical no fluxo textual, termo este tomado

isoladamente ou na composição de sintagmas nominais e verbais. A orientação teórica adotada para a análise é a da *lingüística funcional*, através do modelo cognitivo experiencialista, com base na atuação do princípio de iconicidade. Com a tese de doutorado *Repetição em diálogos* (Rios de Oliveira, 1994), inicia-se um novo percurso na trajetória da pesquisa da repetição. A abordagem teórica aí utilizada, com ênfase nos aspectos funcionais do experiencialismo, assume e ratifica o caráter cognitivo das estruturas gramaticais, em particular da repetição, nos moldes em que o assunto é tratado em Votre (1994 b). O trabalho empírico sobre os dados, na tese, retomado neste texto, faz avançar o horizonte na pesquisa da repetição. Os resultados obtidos lançam nova luz a essa área, intensamente percorrida em outras abordagens, reorientando-a na *lingüística funcional*. Com efeito, em *Repetição em diálogos* demonstra-se que as estratégias de repetição são motivadas icônica e expressivamente, salientam determinados planos discursivos e constituem-se em procedimentos relativamente estáveis, através de suas propriedades semânticas e seletivas. A pesquisa sobre gramaticalização na repetição tem como objetivos gerais o levantamento, a descrição e a interpretação dos processos gramaticais de repetição que se verificam regularmente em textos orais e escritos da língua portuguesa, do *corpus Discurso & Gramática*, tais como: narrativa pessoal; narrativa recontada; descrição de local; relato de procedimento e relato de opinião. Através deste estudo, a autora atinge um novo patamar no conhecimento da repetição na norma carioca do português.

Em *Gramaticalização nos mecanismos de negação em Natal*, Maria Angélica Furtado da Cunha identifica três mecanismos de negação: a negativa canônica **não+SV** (ex. (1) *Com a luz acesa a gente não conseguia dormir*), a negativa dupla **não+SV+não** (ex. (2) *Eu não tirei foto não*) e a negativa final **SV+não** (ex. (3) *Se pegar [catapora] ... tem nada não*). A autora analisa e interpreta esses mecanismos sob a perspectiva do princípio de iconicidade e do paradigma de gramaticalização, postulados no quadro da *Lingüística Funcional*, no modelo de Givón (1979, 1984, 1990, 1991). A análise se baseia em dados de textos reais, produzidos em situação específica de coleta. O *corpus* compõe o banco de dados do projeto *Discurso & Gramática* de Natal e compreende narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e descrição. As questões centrais que norteiam a investigação são: a) como se explica a existência de diferentes construções negativas na fala e na escrita de Natal? b) quais são os contextos de uso próprios de cada uma dessas construções? c) qual a trajetória de gramaticalização dos mecanismos de negação canônica (antes do SV), de dupla negação e de negação no final da oração? d) em que grau esses três tipos de construção negativa podem resultar da manifestação do princípio de iconicidade e do paradigma de gramaticalização? e) em que aspectos diferem fala e escrita quanto ao uso dos mecanismos de negação? f) há correlação entre grau de escolaridade do falante e uso de diferentes tipos de negativas?

Em *Gramaticalização em operadores argumentativos*, Mário Eduardo Martelotta demonstra que o paradigma da gramaticalização é capaz de explicar os diferentes usos dos operadores argumentativos, vendo regularidades onde outras teorias vêem apenas fatos. Para sustentar tal explicação o autor apresenta, de modo sucinto, as bases teóricas do paradigma, demonstrando a trajetória de gramaticalização que caracteriza os operadores de um modo geral e finalmente fazendo uma análise dos usos do elemento *ainda*, demonstrando que, em sua trajetória de mudança do latim ao português atual, encontram-se as mesmas regularidades apontadas na teoria e que envolvem a trajetória de outros operadores argumentativos. As análises apresentadas por Martelotta são feitas com base em entrevistas concedidas aos projetos *Norma Urbana Culta* (NURC), *Censo de Variação*

Linguística, Competências Básicas do Português e Discurso & Gramática. Trabalhar com mais de um nível de utilização oral da língua pareceu fundamental, na medida em que o objetivo é chegar a conclusões mais abrangentes a respeito do uso dos operadores argumentativos em termos estruturais e não apenas em termos deste ou daquele grupo de falantes. Para o português arcaico, a pesquisa privilegiou basicamente textos do final do século XII e do início do século XIII, reunidos por Augusto Magne e J. J. Nunes: *A Demanda do Santo Graal* de Magne (1944), *O Bosco Deleitoso* de Magne (1950) e *Crestomatia Arcaica* de Nunes (1959). O autor propõe que os diferentes usos dos operadores argumentativos são provenientes, por um processo de gramaticalização **espaço** > **(tempo)** > **texto**, de circunstanciadores espaciais, que passam metaforicamente a ser usados para representar relações entre pontos do texto, que é construído, de modo analógico, com as mesmas características espaciais/temporais da realidade física. Suas propostas servem de suporte para a maioria dos textos incluídos nesta coletânea, escritos em parceria com o autor, e de alguma forma relacionados à trajetória de itens de argumentação ou de marcação discursiva.

Em *Gramaticalização de então*, Mário Eduardo Martelotta e a bolsista de aperfeiçoamento Lucilene Rodrigues procedem ao exame do elemento *então* em diversos contextos discursivos do *corpus* do Projeto Integrado *Discurso & Gramática*. Postulam que os diferentes usos do elemento *então* possuem uma origem espacial/temporal, e se explicam por um processo de gramaticalização **espaço** > **(tempo)** > **texto**. A partir desse processo, o elemento tende a desempenhar funções pragmático-discursivas, ganhando novas posições mais fixas dentro da cláusula. Estudos recentes, como o de Martelotta (1994), têm revelado que os usos deste operador argumentativo somente podem ser entendidos, de forma satisfatória, à luz de uma teoria de base pragmático-discursiva, pois sua função não é simplesmente relacionar sintaticamente orações, mas, principalmente, dar uma orientação argumentativa ao enunciado. Adotam o paradigma da gramaticalização de acordo com Heine et alii (1991), Traugott e Heine (1991) e Hopper e Traugott (1993), enquanto processo de mudança semântica unidirecional, segundo o qual um elemento lexical ou uma construção passa a assumir funções gramaticais; e formas já gramaticalizadas, com a continuidade do processo, passam a desempenhar novas funções gramaticais. A contribuição principal deste trabalho consiste em avaliar criticamente a classificação proposta em Martelotta (1994) para os usos do operador argumentativo *então*, e observar a relação entre esses usos e as variáveis tipo de discurso, modalidade da língua e nível de escolaridade. O estudo salienta que no português atual, *então* já não tem mais sentido espacial, mas esse valor pode ser encontrado na origem latina do elemento: a antiga forma *intunc* (*in* + *tunc*). *Tunc*, por sua vez, provém da união do elemento de intensificação *tum*, que possui a mesma raiz dos pronomes demonstrativos latinos *iste*, *ista*, *istud* com a partícula *ce*, encontrável também na formação de pronomes demonstrativos latinos como *hic(e)* e *illic(e)*. Essa origem demonstrativa de *então* (que remete a dados espaciais), presente no elemento *tum* e nos demais elementos de intensificação explica o valor anafórico, que este elemento apresenta até hoje. É desse valor anafórico que surgem os atuais valores argumentativos dos elementos *então* e *portanto* (conclusivo) e *entretanto* (adversativo).

Em *Gramaticalização de lá*, Mário Eduardo Martelotta e a bolsista de iniciação científica Lana Rêgo trabalham com as seguintes hipóteses: a) Os usos da partícula *lá* seguem a trajetória de gramaticalização **espaço** > **(tempo)** > **texto**, como os dêiticos espaciais em geral; b) Há duas trajetórias de gramaticalização diferentes para os usos do *lá*,

todas partindo do seu valor dêitico espacial e gerando usos diferentes para essa partícula; c) A partícula **lá** pode assumir, no texto, papéis anafóricos e catafóricos; d) O **lá** com valor catafórico tende a funcionar como elemento enfático da informação mencionada e a introduzir uma informação nova no texto; e) Os novos usos da partícula **lá** de valor mais abstrato, que são resultantes do processo de gramaticalização, serão menos frequentes nas entrevistas dos informantes da classe de Alfabetização (infantil e adulto); f) O uso do elemento **lá** se discursiviza na forma **sei lá**. A análise sobre os usos de **lá** parte do princípio de que o seu valor dêitico espacial é o ponto de partida de uma gramaticalização **espaço > (tempo) > texto**, que, de acordo com Heine et alii (1991), caracteriza o surgimento de operadores argumentativos a partir de circunstanciadores. Com esse processo, o elemento vai perdendo o seu valor semântico de indicador espacial para assumir novas funções de cunho gramatical e discursivo. Esse tipo de mudança por gramaticalização pressupõe que um determinado elemento com valor espacial passa a assumir valores temporais e, progressiva e concomitantemente, valores textuais, ou segue diretamente do espaço para o texto, passando a organizar argumentos e/ou a assumir funções interativas, referentes, por exemplo, a estratégias comunicativas. Os autores admitem que existem duas trajetórias distintas que, partindo do valor dêitico espacial de **lá**, geram diferentes usos da partícula. Uma leva a partícula a assumir funções anafóricas e catafóricas, que, por sua vez, geram valores temporais e inferíveis. Outra faz com que a partícula assuma uma função modalizadora, que funciona como uma marca de afastamento ou desinteresse do falante em relação ao que fala. Com a continuidade do processo de mudança, essa função modalizadora, por um lado, gera um uso em que o **lá** penetra no sintagma nominal, assumindo uma função de elemento indefinido, e, por outro, se discursiviza em alguns contextos em que a expressão **sei lá** funciona como elemento que participa da organização do fluxo linear das informações no discurso oral.

Em *Gramaticalização de até*, de Rosaura de Barros Baião e a bolsista de iniciação científica Júlia Arruda, a hipótese é que o elemento **até** em seu sentido básico (espacial), de percurso, originou uma trajetória possibilitando o emprego desse mesmo elemento em contextos diferentes, nos quais há “marcas” do sentido primeiro percebido em leituras mais abstratas, como no caso do valor inclusivo, em cujo significado já vai “desbotando” a idéia concreta de percurso. Procuramos estabelecer a trajetória do *concreto* para o *abstrato*, evidenciando a persistência de traços do sentido básico em contextos com sentido abstrato. O sentido mais abstrato do elemento **até** analisado sugere a ocorrência de uma ressalva dentro de um contexto de quebra de uma expectativa: o valor concessivo. Ocorrem também alguns enunciados em que aparece o elemento **até** significando **inclusive** (uso intermediário entre o valor espacial e o concessivo), mas não plenamente, ou seja, tais elementos encontram-se exatamente em fase de transição de sentido. Por ora, parece que o fato de o estágio final percorrido pelo elemento **até** culminar na idéia de concessão ratifica a hipótese de que o operador argumentativo **até** caminha dentro desse processo gradativo de abstratização, seguindo a trajetória **espaço > (tempo) > texto**.

Em *Gramaticalização e discursivização de assim*, Mário Eduardo Martelotta e os bolsistas de iniciação científica, Enrico Nascimento, e de aperfeiçoamento, Sílvia Costa, analisam a trajetória de mudança que caracteriza os usos de **assim** à luz do paradigma da gramaticalização, tentando observar a trajetória **espaço > (tempo) > texto**, que é comum a esse tipo de elemento, bem como observar a trajetória que leva **assim** a se discursivizar, passando a assumir função de preenchedor de pausa. Utilizam, como *corpus*, entrevistas do projeto integrado *Discurso & Gramática* para análise do português atual e trabalham com

os textos coletados por Magne e Nunes, já referidos, para o português arcaico. Adotam a teoria da gramaticalização, que constitui um processo pelo qual itens lexicais e construções sintáticas, em certos contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Por outro lado, entendem discursivização como um processo em que os elementos perdem função lexical e gramatical para ficar a serviço da organização da linearidade das informações na fala, funcionando como preenchedores de pausa. Ora marcam avaliações conseqüentes de pós-reflexões, que geram uma quebra na seqüência das idéias acerca das informações já transmitidas. Ora funcionam como artifício para que o falante, sem perder a palavra, possa refletir sobre o que vai dizer. Os autores propõem que o elemento *assim* tem seus usos marcados por essas duas trajetórias. Por um lado, assume novas funções gramaticais como anafórico e catafórico, usos que geram outras funções gramaticais. Por outro lado, assume uma função de preenchedor de pausa, que provém do seu uso catafórico: por apontar para uma fala posterior, passa a funcionar também como elemento para preencher vazios conseqüentes de pausas para o raciocínio.

Em *Discursivização da partícula né?*, de Mário Martelotta e a bolsista de iniciação científica Fabiana Alcântara, vê-se que em alguns contextos, o *né?* mantém seu sentido original de uma pergunta que pede ao ouvinte confirmação sobre o que foi dito anteriormente. Neste tipo de ocorrência o *né?* geralmente vem com uma pronúncia mais acentuada, pois essa acentuação o distingue dos casos em que ele se apresenta apenas como marcador discursivo. Noutros contextos, o elemento passa a ser usado para marcar perguntas que expressam comentários acerca do conteúdo falado. Esse uso assume função modalizadora, no sentido de que passa a expressar um posicionamento do falante em relação ao que fala e, a partir daí, por um lado, contrai funções mais voltadas para o processamento da fala, como indicar reformulações na fala; por outro, passa funcionar como marcador de informação de fundo e de marcador de tópico. Nos últimos passos da trajetória da discursivização, encontramos o *né?* em situações em que o falante, por estar inseguro com relação à sua opinião e/ou por estar querendo ganhar tempo sem perder a vez de falar, utiliza o *né?* como um preenchedor de pausa.

Em *Discursivização do verbo saber*, Mário Eduardo Martelotta e o bolsista de iniciação científica Márcio Leitão descrevem pontos da trajetória de mudanças sintáticas e semânticas do verbo *saber* através de uma observação pancrônica (diacrônica e sincrônica) dos seus vários usos. Mostra-se uma trajetória que parte do sentido mais concreto para um mais abstrato de *saber*, verificando-se os contextos em que essa forma verbal se insere e as várias funções que a mesma desempenha. O verbo *saber* é proveniente do Latim *sapere*, com o sentido de **sentir o paladar** e **ter sabor**. Posteriormente, esse verbo assume o sentido de **conhecer**, por meio de um processo de transferência metafórica, isto é, a partir da similaridade entre o conteúdo de uma forma já existente no uso da língua e um novo conteúdo, atribui-se à forma esse novo conteúdo, que com o uso passa a ficar incorporado a ela. Esse fenômeno ocorre sempre pela similaridade semântica existente entre o sentido antigo e o novo. Por isso pode-se dizer que se trata de um processo analógico de transferência metafórica. No caso de *saber* essa similaridade ocorre no campo perceptual, associado ao paladar, pois de um sentido que expressa uma percepção gustativa desenvolve-se um sentido que expressa uma percepção lógica. A partir daí, esse verbo sofre discursivização, passando, sob a forma de pergunta retórica (*sabe?*), a assumir funções de caráter discursivo: modalizador, indicador reformulações, marcador de tópico e preenchedor de pausa.

O anexo, com a entrevista integral da informante Valéria, do terceiro grau, ilustra algumas manifestações de processos de gramaticalização e discursivização.

1. Um paradigma para a lingüística funcional

Sebastião Josué Votre

Os estudos do uso da língua em situação real de comunicação, especialmente neste final de século, vêm dando ênfase peculiar aos usuários. Com efeito, os usuários vêm sendo concebidos como criadores, continuadores, atores, transformadores das estruturas, dos itens e dos processos que se verificam nas línguas, e, enfim, como responsáveis pelo estado e forma da língua, em cada momento que se lhe aborde a estrutura e o funcionamento.

Este foco de interesse recai nas propriedades cognitivas do usuário, em suas potencialidades e restrições, bem como na busca dos princípios universais que conformam a produção e recepção lingüística, que mostram como a língua opera. Um dos princípios centrais da lingüística funcional de orientação em Talmy Givón e seus correligionários é o princípio da iconicidade.

Em termos informais, o princípio da iconicidade prevê motivação na relação entre forma e significado. Sua formulação clássica, no domínio da lingüística funcional, pode encontrar-se nos termos de Bolinger (1977:X): "... the natural condition of a language is to preserve one form for one meaning, and one meaning for one form": a condição natural de uma língua é preservar uma forma para um significado, e um significado para uma forma.

O paradigma da lingüística funcional

Tomemos o princípio da iconicidade como ponto de referência. Em sua acepção mais forte, esse princípio nos diz que há uma relação de motivação entre forma e significado, de modo que os humanos agem intencionalmente em termos lingüísticos, embora nem sempre possamos precisar a intenção ou o propósito específico de cada ato verbal. Isso implica que, na língua, nada se dá por acaso. Razões de economia, eficiência e eficácia levam, naturalmente, os humanos a gramaticalizarem, regularizarem, sistematizarem suas ações verbais, operando com o menor número de signos e de princípios e regras de organização desses símbolos em mensagens.

Entretanto, uma análise cuidadosa dos itens do léxico ou da sintaxe, em qualquer texto ou fragmento de texto, como por exemplo na palavra inicial deste parágrafo, mostra que nem tudo na língua é icônico. Pelo contrário, há partes em que é opaca e aparentemente arbitrária a relação entre forma e significado, no sentido de que se perdeu total ou parcialmente o significado original. É o que se vê no exemplo seguinte.

(1) *Entretanto*, uma análise cuidadosa...

Observe-se que *entretanto*, hoje, tem significado adversativo, de alguma forma opositivo, distante e completamente distinto de seu significado etimológico, de **no interior**

de algum espaço físico ou de algum espaço de tempo. No curso de sua trajetória, perdeu-se a idéia neutra ou não comprometida, em troca de uma idéia de envolvimento do emissor.

Ambigüidade, polissemia e sinonímia

Este ensaio teria outro saber e outro sabor, se pudéssemos observar o surgimento da língua numa comunidade humana. Dado que isso é impossível, porque todos os humanos, ao nascerem, já pertencem a uma comunidade lingüística, admitamos, por hipótese, que a ontogênese recapitula a filogênese: cada indivíduo, no processo de seu desenvolvimento repete, de certo modo, a história do desenvolvimento da espécie humana. Assim, embora sem as evidências sobre como seria criar “ex nihilo”, a partir do nada, verifiquemos como se forma uma língua em condições especiais. No caso, estou referindo-me aos pidgins e crioulos, ao mesmo tempo que estendo essas observações para todas as línguas.

Admitamos que num primeiro momento, a forma *a* denota o significado *a'*. Para dar conta do significado *a''*, estreitamente assemelhado a *a'*, utilizo-me da mesma forma *a*. Ora, nesse primeiro momento pode-se verificar oscilação, dúvida, insegurança sobre a qual dos dois significados a forma *a* se aplica. Essa fase de ambigüidade, entretanto, supera-se à medida que, via repetição, o significado fica mais transparente e se regulariza o novo uso.

Logo, os contextos dos dois usos tendem a ser distintos o suficiente, de modo a configurar polissemia diacrônica, construída no curso do tempo, com um ou vários traços em comum entre os dois usos, mas com diferenças contextuais suficientes para distingui-los. É o que se vê no Tok Pisin, língua resultante do pidgin de mesmo nome, de Papua/Nova Guiné, com a forma **bambai**. Essa forma deslizou progressivamente do significado original de ‘daqui a pouco, pouco a pouco’, (*he come by and by*) para o significado gramatical de morfema modo-temporal de futuro:

- (2) **bambai** > **bai**: klostu **bai** i dai
em breve **daqui a pouco** ele morre
“Ele vai morrer em breve”.

Observe-se também que a forma **bambai** passou a **bai**, por um processo de redução fonológica, típica dos mecanismos de gramaticalização, e fixou progressivamente sua posição sintática.

Dado o quadro que acabo de esboçar, entende-se que o processo polissêmico é o caminho natural para dar conta de novos usos. Por outro lado, na teoria funcionalista aqui defendida, não há lugar para a sinonímia. Com efeito, a sinonímia é antifuncional, por ser anti-econômica, estática (anti-evolucionista) e inverossímil. É o que se prova, à saciedade, na excelente coletânea de estudos de Dwight Bolinger, na década de 70, sobre *Meaning and form*, e se representa a seguir por **any** e **some**:

- (3) a. He accepts some
b. He doesn't accept **any**.

Bolinger mostra que o significado de **some** e de **any** é distinto, e prova que é impossível aceitar o conceito de **sinonímia**. Sua tese é que enquanto a homonímia é

normal e produtiva, a sinonímia (se existe) é estranha e rara, “pela razão de que a mente é mais livre do que a língua” (sic).

Bolinger levantou algumas questões fundamentais relacionadas ao significado, que ajudaram a fundar a Lingüística Funcional: a) como dar conta do que é a parte central da mensagem, em oposição à parte periférica? b) como nós nos situamos a nós mesmos no evento que reportamos?

Numa atitude aparentemente contraditória, embora trabalhando com frases isoladas, no espírito dos anos 70, mostrou que as diferenças de significado não podem ser previstas a partir da estrutura interna das cláusulas e dependem de relações discursivas. Envolvem repetição, apagamento, pronominalização, enfim qualquer tipo de transformação.

Assim, nos exemplos seguintes, podem-se ver, claramente, nuances de sentido associadas a cada um dos processos referidos.

(4) - Why don't you go shopping with me?

- *I'd like to*

- *I'd like to* go shopping with you

O exemplo 4 ilustra uma situação em que a forma reduzida, *I'd like to*, tem sentido distinto da desenvolvida, e é mais enfática do que aquela. Observe-se agora em 5 que a forma **bought** repetida dá idéia de excesso, enquanto a ausência da repetição não implica nenhum tipo de julgamento ou apreciação:

(5) - She **bought** a red dress, a green one and a blue one

- She **bought** a red dress, she **bought** a green dress, and she **bought** a blue dress.

Por fim, Bolinger demonstrou que há uma diferença apreciável entre a construção com **he** e a construção sem **he**, no exemplo seguinte, estando implicada, no primeiro exemplo, a idéia de uma ação única, monolítica, em oposição a duas ações distintas no segundo.

(6) - George came in the room and turned off the lights

- George came in the room and **he** turned off the lights

Deslizamento metafórico

A natureza metafórica e icônica da linguagem

Inicialmente, cabe apresentar o conceito de metáfora. Em termos gerais, a metáfora pode ser entendida como um processo de transferência semântica, em que usamos uma forma ou construção para representar um significado estreitamente relacionado com o significado a que, até então, a forma vinha sendo relacionada.

Segundo esse conceito, a linguagem usual é essencialmente metafórica, no sentido de que quase nunca se criam novas formas, mas novos significados estão sendo continuamente criados para as formas já disponíveis na língua.

O exemplo seguinte mostra novos usos, mais abstratos, associados aos usos originais das velhas formas **mão**, **roda** e **ferro**:

- (7) a. Teu sistema é uma **mão na roda** em minha firma.
b. Ele dirige sua empresa com **mão de ferro**

Mão na roda e **mão de ferro** representam dois casos de transferência metafórica bastante transparente, no sentido de que podemos prontamente recuperar a motivação da transferência e dar conta da comunicação indireta. Assim, interpretamos com relativa segurança a idéia de ajuda, em **mão na roda**, e de disciplina, em **mão de ferro**.

O segundo conceito que vale elucidar é o da motivação icônica da metáfora. Por definição, toda metáfora é icônica até certo ponto, uma vez que está baseada num grau de semelhança, ou compartilhamento semântico entre o significado fundante e o significado derivado. As ocorrências de **bai**, no fragmento seguinte de Tok Pisin, mostram que seu significado deslizou progressivamente de *advérbio de tempo* para *futuro*:

- (8) ... nait, em i no inap kaikai,
... à noite ele não comeu,
- a) em **bai** pilei long graun igo igo igo nait tru nau,
ele ia brincar na rua até meia noite,
- b) **bai** em i laik slip,
até que ele estivesse para dormir,
- c) **bai** em **bai** kaikai.
então ele ia dormir.

Em a) temos o sentido de tempo durativo, pela combinação de **bai** com a repetição tripla do verbo: **igo igo igo**. Em b), temos a idéia de ‘até que’, embutida numa acepção de futuro no passado. Esta acepção aparece também em c), onde coocorre a idéia de ato posterior, que prenuncia futuro.

Os estudos desenvolvidos sob o paradigma da gramaticalização, ora em desenvolvimento e consolidação no seio da lingüística funcional, apresentam duas propostas de trajetória de significado, muito semelhantes em sua parte essencial. Ambas respeitam o princípio da iconicidade e postulam a unidirecionalidade da mudança, no sentido da abstratização progressiva do significado.

Uma proposta de trajetória de deslizamento do significado que vem-se firmando no grupo de Estudos Discurso & Gramática, em funcionamento no Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras da UFRJ, parte da formulação original de Closs-Traugott (em Traugott & Heine, 1991). Segundo essa proposta, as formas associam-se a novos significados, progressivamente mais abstratos, partindo da noção de espaço, podendo passar ou não pela noção de tempo, e desembocando na categoria mais abstrata de texto, conforme se vê no esquema seguinte:

espaço > (tempo) > texto

Podemos considerar a formulação de Sweetser (1991) como variante da proposta de Traugott, com a cadeia real > experiencial > discursiva. A trajetória espaço > tempo > texto

permite ver que, por um processo de reanálise, o dêitico espacial *that* converte-se no conectivo *that*:

(9) I want *that*: you go home > I want *that* you go home.

Esta proposta de origem espacial dos significados tem grande possibilidade de firmar-se como um universal de gramaticalização. Está presente em várias formulações teóricas sobre a organização da representação lingüística, além do que se verifica nos estudos de gramaticalização. Um exemplo típico na gramática gerativa é a formulação de Jackendoff, que estabelece o espaço como ponto de partida para a derivação semântica.

Uma segunda proposta, um pouco mais radical, em termos da origem dos significados, e mais sofisticada em termos dos graus de gramaticalização, apresenta-se em Heine:

Corpo > objeto > processo > espaço > tempo > qualificação

Observe-se que há estreito paralelismo entre as propostas. Entretanto, Heine parte do corpo humano como fonte natural de todo o processo metafórico e vê o próprio espaço como projeção da oposição dentro vs fora do corpo. Por outro lado, a idéia de *qualificação* de Heine está muito próxima da idéia de *texto* de Traugott. É nesse estágio que se representam as relações mais abstratas. Nessa proposta de Heine, os objetos são concebidos à imagem e semelhança do corpo humano, com *frente*, *costas*, *em cima*, *embaixo*, *direita*, *esquerda*, *braço*, *perna*, *pé*, como se vê nas metáforas seguintes:

(10) Apoiou o *pé* da cadeira numa pedra.
Está com uma *cabeça* de prego no joelho.
Apoiou as *costas* do sofá na *perna* da mesa.
Quebrou o *bico* da prancha contra um coral

Os motivos do deslizamento semântico

São vários os motivos ou as motivações do deslizamento semântico, na geração de novos significados, tanto para itens léxicos como para construções. Entre as motivações, estou destacando e ilustrando aqui a transferência metafórica.

O destaque justifica-se pelo fato de esse processo ser um forte candidato a princípio universal de mudança lingüística. O processo de transferência metafórica funda-se em algum tipo de semelhança entre o significado que já está associado a uma forma, e um novo significado. Essa semelhança pode representar, em inúmeros aspectos, um vínculo entre os dois significados. A título exploratório, passo a listar o que me parece serem os vínculos mais comuns entre o significado original e o novo significado, dele derivado:

- (11) - semelhança de cor: *deu um branco*
- semelhança de formato: *é um cara chato*
- semelhança de função: *é uma mão na roda*
- semelhança de matéria constituinte: *é um cara de pau*
- semelhança de som: *é uma diferença gritante*
- semelhança de combinação de diferentes aspectos mencionados: *tremeu na base*

Os mecanismos de mudança por transferência metafórica atingem todas as categorias lexicais. Aqui, vamos mostrar alguns exemplos de sua atuação nos nomes e nos verbos.

(12) Nos nomes: casa > *casa de botão*
casa de marimondo
casa da sogra

(13) Nos verbos: amarelar > *o milho amarelou*
o homem amarelou

Há casos em que o vínculo entre os dois significados envolvidos é menos transparente, ou mesmo opaco para os não-iniciados no subgrupo que cunhou os novos significados para a forma, como na expressão seguinte, envolvendo *desinfiltrado*:

(14) O cara está *desinfiltrado*,

para dizer que alguém está desinchado, por ter parado de beber, por estar bebendo menos, ou por de alguma forma ter perdido líquido, ter emagrecido.

A perda da iconicidade

Por hipótese, tudo o que, num determinado estágio da mudança é icônico e transparente será ou tenderá a ser, um dia, opaco e aparentemente arbitrário. Logo, prevê-se que, nos estágios finais da trajetória de mudança, os mecanismos de processamento serão mais automáticos e menos transparentes para cada item da língua. Esses estágios finais estão sendo rotulados provisoriamente como fases de *discursivização*, em que os itens, além do empalidecimento do significado, passam a perder suas restrições de ocorrência. Começam a ocorrer em outros contextos que não aqueles que lhes eram originariamente reservados como regulares e previsíveis pelo sistema da língua. Ao mesmo tempo, passam a significar coisas mais genéricas, menos específicas, mais vagas. É o que se verifica no exemplo seguinte para *né?*, que não pede confirmação, nem qualquer tipo de assentimento do ouvinte, uma vez que a narrativa está apenas começando:

(15) A minha narrativa é diferente, *né?*, não é todo mundo que tem uma narrativa assim.

Logo, também por hipótese, os sons e os gestos mais icônicos situam-se num ponto imaginário na linha do tempo, em que, por uma espécie de equilíbrio instável, mantém-se regularidade e previsibilidade das restrições de ocorrência das formas e das relações que essas formas mantêm com seus significados. Donde se conclui que existe relação entre discursivização e perda de iconicidade.

Reformulação dos princípios de Hopper

Os princípios de Paul Hopper foram formulados tendo em vista o início dos processos de estabilização sintática e semântica das formas, de sua entrada na gramática,

razão por que ele os batizou de princípios de **gramaticização**. Sabemos que essa estabilização é relativa e aparente, uma vez que, nos próprios termos de Hopper, ou a gramática não existe, ou está sempre emergindo.

Os princípios mais importantes para nós e que serão aqui reformulados são *camadas* e *descategorização*. Em relação ao conceito de *camadas*, os significados fundantes e os derivados dispõem-se em camadas de recobrimento parcial, de modo que numa cadeia polissêmica **sempre** é possível identificarem-se traços do significado imediatamente originador do *novo* significado. *Descategorização* responde pelos espaços ou interstícios entre as categorias, em que se encontram muitos itens em trânsito, sincréticos, em interseção, que já não mais pertencem a suas categorias-fonte, de origem, mas ainda não adquiriram todos os traços das categorias-alvo. O item *meia*, no exemplo seguinte, ilustra bem os dois princípios, uma vez que ainda mantém idéia de partição, e está a meio caminho entre adjetivo e advérbio:

(16) Hoje ela está *meia* cansada.

Uma nova formulação dos princípios, ao mesmo tempo mais abrangente, em termos do lapso de tempo coberto, e mais adequada à trajetória em termos globais, prevê a combinação de alguns traços à proposta original de Hopper. *Camadas*, nessa nova proposta, contempla a idéia de persistência do sentido fundante e associa-se a sobreposição/aposição, de modo que pode haver casos em que dois significados estão apostos, mas um não tem, rigorosamente falando, traços nítidos do significado-fonte. O novo significado guarda apenas uma leve associação não explícita com o original, sobretudo nos processos de discursivização do significado, em que o mesmo se torna genérico, vago, empalidecido.

Logo, na nova formulação, em vez de focalizarmos apenas os estágios iniciais dos processos de **gramaticização**, cobrimos simultaneamente os processos de gramaticalização e discursivização. Nesse novo modelo, a gramática está simultaneamente com alguns itens ou construções **emergindo**, icônicos, e outros itens ou construções **submergindo**, com perda da iconicidade.

Gramaticalização e transparência

Uma expectativa de orientação sincrônica poderia aguardar que os processos de gramaticalização chegassem a um termo de transparência e estabilidade, e que esse estágio fosse duradouro. Nada mais falso. O movimento é contínuo e irreversível. Pode ser acelerado ou retardado, mas nunca reprimido, nem nunca dirigido.

Nesse viajar sem fim, que ele não sente, o usuário da língua envolve-se com um processo de mudança de cada item e/ou construção que atinge um ponto de equilíbrio e transparência na relação entre forma e significado. Por ser dinâmico, esse ponto está naturalmente em desgaste e modificação em ambos os seus componentes, isto é, na forma e no significado. É o que se observa com a forma *né?*, originária de *não é verdade?*

Mudança e perda de transparência

A condição natural para qualquer item ou expressão da língua é o desgaste na forma e a transferência metafórica no significado, com conseqüente perda de transparência na relação entre essas duas faces do signo.

Os efeitos do uso na forma verificam-se por processos de erosão fonética, como desgaste ou enfraquecimento da sílaba tônica, redução fônica e eventual desaparecimento. No significado, conforme já frisamos, os efeitos do uso verificam-se através dos processos de abstratização e genericização, com conseqüente desbotamento, indistinção progressiva e eventual esvaziamento semântico.

O efeito combinado desses dois processos é a impressão, sincrônica, de uma substancial parcela da língua comportando estruturas opacas, aparentemente arbitrárias, em termos da relação que as formas guardam com seus significados, quando efetivamente conseguimos atribuir-lhes algum. Veja-se, por exemplo, o que ocorre com **embora**, derivado de **em boa hora**. Em sua derivação, o item perdeu a conotação positiva e migrou para uma acepção oposta, de concessão.

Mecanismos de compensação nas línguas orais e nas línguas de sinais

Já frisamos que para cada emparelhamento entre *forma* e *significado* podemos estabelecer pelo menos três momentos:

1) um momento de origem e consolidação progressiva do processo, com nova associação metafórica entre forma e significado. Esse processo comumente está associado com indefinição de forma e com tateamento no uso, donde surge a impressão de variação, com mais de um significado associado a uma só e mesma forma, como vimos com **bai**;

2) um momento de estabilização aparente, com gramaticalização regularizadora das relações entre forma e significado;

3) um momento de desgaste, com deterioração das relações entre forma e significado, com liberdade progressiva da forma em termos de restrição de ocorrência, e com liberdade progressiva do significado em termos de empalidecimento e mesmo de esvaziamento semântico. Por convergência semântica, pode verificar-se a existência de mais de uma forma para, aparentemente, dar conta do mesmo significado.

No momento de estabilização verifica-se o nível de iconicidade máxima, com relação transparente entre forma e significado, representando-se assim o máximo de economia comunicativa, o máximo de rentabilidade sistemática.

Entretanto, a estabilidade é ilusória e, mesmo nos casos de ilusão, de duração extremamente breve (embora, no relógio das línguas, os eventos se meçam em unidades distintas do relógio da vida humana; as unidades contam-se em décadas, séculos e mesmo milênios).

Sabemos que tudo que se sistematiza envelhece. Esta é a tendência inevitável dos sistemas. Como resultado inexorável do envelhecimento, afrouxam-se e perdem-se as relações icônicas entre forma e significado.

Estamos admitindo por hipótese que os princípios e mecanismos aqui descritos se aplicam a todo e qualquer processo humano de comunicação, seja ele a língua áudio-oral, a língua dos sinais das comunidades de surdos, ou qualquer código articulado.

Vejam os que se passa com a língua dos sinais. Admitimos, por força do paradigma que nos guia, que num primeiro momento são icônicas as relações entre forma e significado, em qualquer língua de sinais do mundo e, portanto, são universais.

Por que, então, as pessoas não iniciadas nas línguas dos sinais de uma comunidade lingüística não entendem, imediata e prontamente, o que os surdos comunicam entre si? No máximo, como não iniciados, conseguimos “ver” em certos gestos alguns traços que são mais dêiticos, mas mesmo esses traços se apresentam esmaecidos, enfraquecidos de suas

arestas gestuais, como por exemplo os que identificam o falante e o ouvinte. Também esses sinais vêm-se tornando progressivamente menos transparentes, mais indiretos em seu poder de representação.

Há uma ilustração interessante da opacidade da língua dos sinais para os não-iniciados, no filme *Rio Selvagem*, em que mãe e filho, dominados e controlados por dois bandidos num bote, comunicam-se plenamente, à vista dos dois bandidos que os controlam, sem serem compreendidos, embora os bandidos percebam que algo está sendo transmitido, que eles não concebem captar. A mensagem, cifrada para os bandidos, e transparente, da mãe para o filho, diz: “seu pai está vivo e vai nos salvar”.

As línguas audio-orais estão cheias de signos que, hoje, são opacos na relação entre forma e significado, mas um dia já foram transparentes nessa relação. Estamos falando de um fato digno de menção, que é a amnésia da gênese da linguagem, entre seus usuários (que, em sua instância última, desautoriza o princípio de persistência, de Paul Hopper). Com efeito, quem de nós relaciona, hoje, *entretanto* com *entre tanto espaço* > *entre tanto tempo*? Ou quem consegue, à primeira vista (à primeira audição) relacionar a forma *então* com *em um certo lugar* (*in tunc*)?

Há um mecanismo de balanço compensatório entre grau de iconicidade, ou transparência, e velocidade de processamento: quanto mais icônica, quanto mais transparente for a codificação, mais pesada será a manifestação formal da mensagem, com praticamente nada a ser inferido, ou automatizado. Por outro lado, quanto menos transparente, mais automática será, e portanto mais veloz, mais econômica em termos de quantidade de matéria fônica a ser despendida na produção do significado.

Embora sejam cinco as entradas sensoriais (visão, audição, gosto, tato e olfato), razões cognitivas e pragmáticas, de eficiência, economia e eficácia, levaram os humanos a especializar a audição (combinada com a visão) ou, no caso dos deficientes auditivos, a especializar a visão, como entradas perceptuais para o som e o gesto, respectivamente.

Assim, as saídas motoras correspondentes são as línguas orais-audiais e as línguas gestuais-visuais (estas comumente conhecidas como línguas dos sinais). Dado o quadro aqui esboçado, as línguas orais são não-marcadas, enquanto que as línguas gestuais são marcadas, no sentido de serem menos freqüentes, mais complexas em termos visuais (e não no sentido de serem mais difíceis de processar?).

Nas línguas orais, codificadas para e em função das especificidades auditivas dos interlocutores, os processos de gramaticalização e discursivização de itens e de construções estão relativamente bem estabelecidos, e vêm-se investigando intensamente na tradição da lingüística histórica e, mais recentemente, no paradigma da gramaticalização. A literatura específica, conforme se vê nas referências de *Approaches to Grammaticalization*, organizada por Elizabeth Closs-Traugott e Bernd Heine em 1991, é variada e abundante.

Nas línguas gestuais, a exemplo de **LIBRAS**, (Língua Brasileira de Sinais) os estudos lingüísticos, ainda incipientes, abrem vasta área de investigação tanto em termos de pesquisa pura quanto em termos de intervenção. As áreas se referem: a) aos mecanismos de emergência de novos signos, em que, por hipótese, atuam os mesmos processos de deslizamento metafórico, discutidos em (1), com as vicissitudes típicas de transferência, em que um significante passa a dar conta de novos significados, estreitamente associados ao(s) significado(s) já vinculado(s) a esse significante; b) ao grau de iconicidade nos casos de gramaticalização em curso, bem como nos processos de discursivização; c) aos princípios que regem os processos gestuais de discursivização: neutralização, arquigesto, fusão gestual, redução gestual e virtual desaparecimento do gestema.

2. O paradigma da gramaticalização

Mário Eduardo Martelotta
Sebastião Josué Votre
Maria Maura Cazario

Gramaticalização e discursivização constituem processos especiais de mudança lingüística. Gramaticalização leva itens lexicais e construções sintáticas a assumir funções referentes à organização interna do discurso ou a estratégias comunicativas. Discursivização leva o item a assumir função de marcador discursivo, modalizando ou reorganizando a produção da fala, quando a sua linearidade é momentaneamente perdida, ou servindo para preencher o vazio causado por essa perda da linearidade.

De acordo com Heine et alii (1991), Traugott e Heine (1991), Votre (1992), Vincent, Votre e Laforest (1993) e Hopper e Traugott (1993), Martelotta (1994), Givón (1995), como resultado da ação desses dois processos, o elemento pode se tornar mais gramatical, ou seja, assumir posições mais fixas na cláusula, apresentando-se mais previsível no que diz respeito a seu uso (gramaticalização); ou menos gramatical, ou seja, assumir funções relacionadas ao processamento do discurso (e, conseqüentemente, também interativas), perdendo as restrições gramaticais típicas de seus usos originais e tendo, assim, o seu leque de possibilidades de colocação aumentado (discursivização).

Gramaticalização

Gramaticalização é um termo que tem sido usado com vários sentidos. Interessa-nos o sentido em que designa um processo unidirecional segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Um processo em cujo final o elemento lingüístico tende a se tornar mais regular e mais previsível, pois sai do nível da criatividade eventual do discurso para penetrar nas restrições da gramática.

Assumimos, com Votre (1992), que as restrições gramaticais se caracterizam basicamente por regularidades que se manifestam nas relações de ordenação vocabular e de regência, nas relações de concordância de gênero e número para os pronomes, substantivos e adjetivos e nas relações de número e pessoa e atribuição de modo, tempo, aspecto e voz para os verbos.

Estamos entendendo, em termos prototípicos, itens lexicais como elementos que fazem referência a dados do universo bio-social: designam entidades, ações e qualidades. Elementos gramaticais são os que organizam os itens do léxico no discurso: ligam partes do texto, identificam partes do texto já mencionadas ou por mencionar, marcam estratégias interativas, expressam noções gramaticais como, por exemplo, tempo aspecto e modo. O surgimento de elementos gramaticais a partir da extensão do uso de itens lexicais diz respeito à gramaticalização. É o que se observa com **aí** nos exemplos seguintes (ambos

referentes a uma narrativa de um assalto no ônibus em que o informante, a vítima estava com uma caixa de tênis na mão):

Ex1: “...primeiro tu vai me dizer que que tem dentro dessa caixa *ai*... eu falei... aqui não tem nada não... aí ele falou assim... mentira... eu sei que essa caixa *ai* é da Redley...”

Ex2: “...minha mãe me deu um tênis de presente... só que *ai* o tênis não... coube no meu pé... *ai* eu tive que trocar... eu fui trocar... no Barrashopping... *ai* eu peguei um... uma linha de ônibus que é muito assaltada... *ai* eu fui, né?... *ai* eu sentei no ônibus... aí sentou um camarada do meu lado...”

No exemplo 1, os usos do elemento *ai* (que estão grifados) têm valor de advérbio dêitico espacial, pois localizam a caixa como estando próxima do ouvinte: o ladrão diz “**que que tem dentro dessa caixa *ai***”, o ouvinte responde “***aqui não tem nada não***”. Isso demonstra o caráter dêitico do uso desse *ai*. Já no exemplo 2, o elemento apresenta valor seqüencial e funciona como conectivo, pois se fixa no início da cláusula e assume a função de seqüencializar eventos perfectivos, indicando que a ação seguinte (expressa pela cláusula por ele regida) ocorre quando a anterior se conclui. O fato é que o segundo uso de *ai* (temporal) é derivado historicamente do primeiro (espacial). Este fenômeno tem a ver com gramaticalização.

Partindo-se dessa concepção de gramaticalização, tem-se relacionado esse processo com os seguintes tipos de fenômenos de mudança lingüística:

- a) A trajetória de elemento lingüístico do léxico à gramática, que compreende, por exemplo, a passagem de verbo pleno a verbo auxiliar, como ocorre com o verbo de movimento *ir* (de perto para longe do falante), que passa a designar futuro como auxiliar.
- b) A trajetória de vocábulo a morfema, que ocorre, por exemplo, com a passagem *amar* + *hei* > *amarei* e *tranqüila* + *mente* > *tranqüilamente*.
- c) A trajetória de elemento lingüístico da condição de menos gramatical (ou menos regular) para mais gramatical (ou mais regular), como acontece, por exemplo, com *seja* > *seje* e *menos* > *menas*, por influência forte da analogia.
- d) A trajetória de elemento lingüístico de mais referencial a menos referencial, caracterizada pela perda de significação de referentes extralingüísticos e aquisição de significados baseados em dados pragmáticos, relativos a estratégias comunicativas dos participantes, e em dados textuais, relativos à organização interna dos argumentos no texto, como ocorre com o operador argumentativo *logo*, que inicialmente apresentava valor de advérbio espacial (do latim *locu-*), passando, posteriormente a assumir função argumentativa como conjunção conclusiva.
- e) A trajetória que leva uma construção sintática a se especializar em expressar função gramatical, como, por exemplo, a construção verbo-sujeito, que funciona como introdutora de informação nova e de sujeito não-tópico.
- f) A trajetória dos processos de repetição do discurso, no âmbito da criação e da intenção, em direção à gramática, através de sua regularização e sistematização.
- g) A trajetória que leva construções negativas relativamente livres a se tornarem mais fixas em função de estratégias discursivas determinadas.

Discurso e gramática

No funcionalismo lingüístico norte-americano (de orientação givoniana), o conceito de discurso consolidou-se a partir das análises de Gillian Sankoff e Penelope Brown (1976), no estudo sobre as origens da sintaxe no discurso, passando a referir-se ao uso potencial da língua, ou seja, às estratégias criativas utilizadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte e em uma determinada situação de comunicação.

O termo gramática, por sua vez, passou a representar o conjunto de regularidades decorrentes de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso. As pressões cognitivas constituem uma das causas de a gramática apresentar um aspecto mais regular, pois ela é também uma consequência do modo como os humanos interpretam o mundo e organizam mentalmente as informações decorrentes dessa interpretação.

Já as pressões de uso geram regularidades e irregularidades. Segundo Lichtenberk (1991: 76), toda língua apresenta áreas que estão em fluxo, o que faz com que surjam novas variações, decorrentes do aspecto criativo do discurso. Por outro lado, a comunicação pressiona a língua em direção a uma maior regularidade e iconicidade. A competição dessas duas forças faz com que as gramáticas das línguas nunca sejam estáticas.

Isso significa que, para os funcionalistas, a gramática não é um organismo auto-suficiente gerado por fatores cognitivos inatos, como querem os gerativistas, mas uma consequência de padrões que se estabelecem no uso. Gramática e discurso não são conceitos separados, mas, ao contrário, constituem uma simbiose: a gramática molda o discurso e o discurso molda a gramática.

A gramaticalização é uma manifestação do aspecto não-estático da gramática, uma vez que ela demonstra que as línguas estão em constante mudança em consequência de uma incessante busca de novas expressões e que, portanto, nunca estão definitivamente estruturadas.

Gramaticalização e cognição

De acordo com o realismo experiencialista (Johnson: 1987), o pensamento inicialmente trabalha com conceitos adquiridos pelo contato com o mundo concreto. O sistema conceptual que emerge dessa experiência serve de base para a compreensão de uma realidade mais abstrata que constitui o mundo das idéias. É a metáfora que permite que o homem compreenda o mundo das idéias em função do mundo concreto.

As línguas, portanto, possuem um sistema semântico cognitivo de base experiencial, que opera e determina as regularidades que caracterizam a derivação dos sentidos através da transferência do mundo real para os domínios do mundo abstrato.

O processo metafórico tende a obedecer de modo unilateral a uma trajetória +concreto > -concreto, pois palavras que designam fatos do mundo concreto são utilizadas, de forma analógica, para designar conceitos mais abstratos e mais difíceis de serem conceptualizados (exemplos nossos):

Ex3: Peguei a linha do seu raciocínio.

Ex4: Ele levantou uma hipótese interessante.

Ex5: Onde você quer chegar com esses argumentos?

Nos três exemplos acima as expressões **peguei a linha**, **levantou** e **onde você quer chegar** são típicas do mundo físico (concreto), mas estão sendo empregadas metaforicamente para expressar noções abstratas ligadas a raciocínio, hipótese e argumentos.

Segundo Heine et alii (1991), o processo metafórico é unidirecional e se faz de acordo com a seguinte escala de abstração crescente:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Os elementos dessa escala constituem domínios de conceptualização importantes para estruturar a experiência em termos cognitivos. A relação entre eles é metafórica, o que significa que qualquer um deles pode ser usado para conceptualizar qualquer elemento à sua direita. Assim, palavras que designam, por exemplo, partes do corpo (**braço**) passam a designar objetos (**braço** da cadeira) ou qualificações (ele é meu **braço** direito), ou palavras referentes a noções espaciais (**atrás** da casa) passam a expressar noções temporais (dois anos **atrás**) ou qualificações (ele é **atrasado**).

Essa tabela expressa uma unidirecionalidade, conseqüente do fato de que dados mais concretos e mais fáceis de serem conceptualizados são utilizados para expressar noções abstratas. O fato que se manifesta de modo universal nas línguas humanas de que, por exemplo, partes do corpo se gramaticalizam em objetos e noções espaciais, em noções temporais, e não vice-versa, demonstra que a gramaticalização tende a se processar num crescente de abstraticidade.

No que diz respeito à unidirecionalidade da gramaticalização, a literatura menciona alguns contra-exemplos. Matisoff (1991: 445) usa o termo degramaticalização, para designar um processo inverso à gramaticalização, apresentando, como exemplo em inglês, o item lexical **bus**, proveniente da terminação de dativo plural latina de **omnibus**.

Heine et alii (1991: 4) mencionam os termos degramaticalização e regramaticalização. O primeiro se refere à direção inversa da gramaticalização, ou seja, quando uma unidade mais gramatical se torna menos gramatical e o segundo ao fenômeno que ocorre quando uma forma sem nenhuma função adquire uma função gramatical. Mas afirmam que se trata de casos estatisticamente insignificantes e, muitas vezes, resultantes de análise inadequada.

Os pontos de partida e os resultados da gramaticalização

Os pontos de partida do processo de gramaticalização, segundo Heine et alii (1991), tendem a se identificar com

- a) Partes do corpo (**braço**, **cabeça**, **pé**, etc.);
- b) Processos (**ir**, **vir**, **dar**, etc.);
- c) Verbos de postura (**estar**, **ficar**, etc.);
- d) Verbos de percepção sensorial (**ver**, **perceber**, etc.);
- e) Verbos de processo mental (**saber**, **entender**, etc.);
- f) Quantificadores (**muitos**, **poucos**, etc.);
- g) Elementos dêiticos (**aí**, **lá**, **assim**, etc.);
- h) Pronomes demonstrativos (**isso**, **este**, **aquela**, etc.) e interrogativos (**quem**, **que**, etc.).

Traugott e Heine (1991: 8) afirmam que estudos feitos em várias línguas demonstram que apenas certas classes de palavras são prováveis de serem gramaticalizadas pois existem alguns fatores que incentivam ou restringem o processo. O grau de adequação semântica, de saliência bem como a frequência são os principais dentre esses fatores.

Adequação semântica diz respeito ao seguinte: se o conteúdo semântico de uma forma lingüística, ou as inferências que desse conteúdo podem ser retiradas, pode servir a propósitos metalingüísticos referentes à organização do texto de modo relativamente natural, essa forma lingüística tem potencial para sofrer gramaticalização. Em caso contrário, a gramaticalização tem chances muito remotas de ocorrer.

Outro dado importante é a saliência perceptual. Traugott e Heine (1991) demonstram que a palavra inglesa *corner* pode ser usada metaforicamente em expressões temporais como *go round a corner in time*, mas não se gramaticaliza em categorias de tempo ou aspecto. Isso pode ser explicado pelo fato de que a gramaticalização tende a dar-se nos espaços topológicos mais salientes, como início e fim, e não em espaços intermediários, como é o caso de *corner*. Além disso, cristalizações e lexicalizações tendem a bloquear, ou, pelo menos, retardar o processo de gramaticalização.

Quanto à questão da frequência, ocorre o seguinte: quanto mais freqüente é a forma lingüística, mais probabilidade ela tem de se gramaticalizar.

Por outro lado, os resultados do processo de gramaticalização tendem a constituir noções mais abstratas (noção temporal ou aspectual), expressões ligadas a dados conversacionais (marcadores de contra-expectativa) e elementos relativos à organização interna do texto (conectivos). Do ponto de vista formal, a tendência é esses resultados constituírem elementos mais presos, ou de características gramaticais mais restritas, como auxiliares, morfemas e clíticos.

Mecanismos de mudança referentes à gramaticalização

Não há, na literatura referente ao assunto, um total consenso em relação aos mecanismos que veiculam o processo de gramaticalização. Heine et alii (1991), por exemplo, falam em transferência metafórica, Lehmann (1991), aponta a importância da analogia no processo, sobretudo, como influenciadora do modo como ele vai se alastrando na língua.

Em Traugott e König (1991) lê-se que o tipo de mecanismo que efetua a gramaticalização depende da natureza particular da função envolvida no processo e afirmam que a inferência metafórica ocorre principalmente no surgimento de marcas de tempo, aspecto, caso, enquanto que a inferência por pressão de informatividade, que é um mecanismo da natureza metonímica, predomina no surgimento de conectivos.

Já em Hopper e Traugott (1993), vê-se uma tendência de considerar a transferência metonímica, e não a metafórica, e a reanálise, e não a analogia, os mecanismos que predominam maciçamente na mudança por gramaticalização. E Givón (1995), ao analisar o grau de integração entre cláusulas, cita o processo de reanálise.

Não consideramos adequado diminuir a importância da metáfora no processo, pois acreditamos que a gramaticalização envolve vários níveis:

a) Nível Cognitivo - A gramaticalização (pelo menos no que se refere ao nível morfológico) segue, como parece ocorrer com os processos de mudança metafórica em geral, a tendência de usar elementos do mundo concreto para o mundo abstrato. O elemento do léxico é mais

concreto que o da gramática: é mais fácil conceptualizar substantivos do que relações textuais.

b) Nível Pragmático - A gramaticalização envolve uma intenção genérica do falante de usar algo conhecido pelo ouvinte para fazê-lo compreender melhor o sentido novo que ele quer expressar. Pode-se também ver nessa passagem concreto > abstrato uma intenção comunicativa de facilitar a compreensão do ouvinte a partir da utilização de conceitos mais concretos e mais conhecidos para a expressão de idéias novas que surgem no decorrer do processo comunicativo.

c) Nível Semântico - A gramaticalização, como processo de mudança ocorrida no léxico, envolve o conhecimento por parte dos interlocutores dos significados de origem das palavras envolvidas; caso contrário, o sentido novo corre o risco de não ser detectado pelo ouvinte.

d) Nível Sintático - A gramaticalização ocorre basicamente em contextos que a estimulem, o que significa que, não só existem aspectos sintáticos que propiciam a gramaticalização, mas, principalmente, que esses aspectos são responsáveis pelo fato de a mudança tomar efetivamente este e não aquele caminho.

Com base nessas considerações podemos dizer que a gramaticalização ocorre por mecanismos de natureza metafórica e de natureza metonímica. A metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente, pelo qual conceitos que estão próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é mais abstrato e, conseqüentemente, mais difícil de ser definido. A metonímia diz respeito aos processos de mudança por contigüidade, no sentido de que são gerados no contexto sintático.

Processos metafóricos

Como exemplo de processo metafórico, tem-se a trajetória espaço > discurso, em que, segundo Heine et alii (1991: 179), conceitos espaciais são utilizados, por processo analógico, para designar pontos do texto já mencionados ou por mencionar. O elemento espacial é, nesses casos, o dado mais concreto, que serve de base para o surgimento de novos usos de valor menos concreto, que funcionam como elementos de organização interna do texto. Observemos, no exemplo seguinte, a ocorrência de lá e de isso:

Ex 6: “... em frente à cama tem a televisão... que fica também na frente da janela... assim:... o que mais? que ela fica no alto assim... até é um saco... que o meu controle... às vezes/ quebrou... e aí... à noite assim eu durmo e aí eu... “a:í não... tenho que apagar a televisão”... aí eu levanto... vou **lá**... a... aí... desligo... é um saco... **isso** é um saco...”

Nesse exemplo, os dois elementos em negrito, que são originariamente dêiticos espaciais, estão empregados, nesse contexto, com valor anafórico, pois ambos fazem alusão a algo anteriormente mencionado. O **lá** se refere ao lugar onde está a televisão e o **isso** faz alusão à necessidade de levantar e desligar a televisão citada anteriormente. São exemplos de metáfora espaço > discurso.

Estamos admitindo que a metáfora espaço > discurso constitui um dos primeiros passos dos circunstanciadores espaciais no sentido de se gramaticalizarem em operadores argumentativos, que são um dos focos principais deste livro.

Outro exemplo de mecanismo ligado ao processo cognitivo da metáfora que alguns autores costumam atribuir à gramaticalização é a analogia. Trata-se de um mecanismo que não causa propriamente a mudança lingüística, mas a expansão da mudança na língua, pois constitui um processo de regularização. É o que ocorre quando uma criança diz *eu sabo* ao invés de *eu sei*, ou o que gera regularidades do tipo *menos/menas, seja/seje*. Trata-se de casos em que o falante de modo unidirecional estende um uso mais geral para substituir usos menos gerais.

Hopper e Traugott (1993: 57) afirmam que apenas a reanálise, que, como veremos mais adiante, é um fenômeno ligado ao processo cognitivo da metonímia, pode criar novas formas gramaticais, embora não se deva subestimar o papel da analogia na gramaticalização. Apresentam, então, como exemplo de analogia ocorrendo junto com reanálise, o surgimento do *pas* negativo em francês.

O termo *pas* (passo) ligava-se a verbos de movimento para enfatizar a negação (não andar um passo) e coexistia com formas semelhantes, como *mie* (migalha de pão) em verbos referentes à ação de comer (não comer uma migalha) ou como *gote* (gota) em verbos referentes ao ato de beber (não beber uma gota). De todos esses, apenas *pas* permaneceu como elemento básico de negação, perdendo o seu valor enfático de negação. E, em francês falado, o *ne* é normalmente suprimido, permanecendo apenas o *pas* como elemento de negação (je sais pas). Nesse processo de gramaticalização, ao mesmo tempo que a palavra *pas* foi reanalisada como partícula de negação em verbos de movimento, foi estendida analogicamente a outros verbos que não expressavam movimento.

Processos metonímicos

Tradicionalmente o termo metonímia é usado para designar mudanças por contigüidade no mundo extralingüístico. Com essa acepção, a metonímia constitui um processo que, nas palavras de Dubois et alii (1978), ocorre quando “uma noção é designada por um termo diferente do que seria necessário, sendo as duas noções ligadas por uma relação de causa a efeito (a colheita pode designar o produto da colheita e não apenas a própria ação de colher), por uma relação de matéria a objeto ou de continente a conteúdo (beber um copo), por uma relação da parte ao todo (uma vela no horizonte)”.

Não é esse o sentido que adotamos aqui. Estamos usando o termo metonímia para designar a mudança que sofre uma determinada forma em função do contexto lingüístico (e pragmático) em que está sendo utilizada. A contigüidade a que nos referimos é uma contigüidade posicional ou sintática, no sentido de que a mudança não ocorre apenas com a forma em si, mas com a expressão toda da qual a forma faz parte.

Um dos mecanismos ligados ao processo cognitivo da metonímia é a reanálise. Trata-se de um mecanismo que atua no eixo sintagmático, caracterizando-se por uma reorganização da estrutura do enunciado, e uma reinterpretação dos elementos que o compõem. É o que ocorre, por exemplo, com o elemento *that* em inglês, que, de pronome catafórico, passa a conectivo (exemplo nosso):

Ex 7: [I said *that*:] [John is coming.] > [I said] [*that* John is coming.]

Nesse caso ocorreram dois fenômenos ao mesmo tempo. Por um lado, o elemento *that* passou a ligar-se à segunda cláusula e, por outro, passou a desempenhar a função de conectivo. O processo de reanálise ocorre também na passagem *ir* (movimento em direção

oposta ao falante) > *ir* (marca de futuro) registrada nos exemplos 8, 9 e 10 (exemplos nossos):

Ex 8: [João] [vai] [à escola]

Ex 9: [João] [vai] [falar] [com o professor].

Ex 10: [João] [vai começar] [o trabalho] [amanhã]

No primeiro caso, o verbo *ir* expressa um movimento em direção a um objetivo espacial: a escola. No segundo caso, o verbo *ir* ainda expressa movimento e o objetivo é *falar com o professor*. No terceiro caso, *ir* se liga a *começar* e deixa de expressar movimento para atribuir ao verbo *começar* a noção de futuro, apresentando-se como um caso de reanálise.

Essa reorganização da estrutura do enunciado que caracteriza o fenômeno da reanálise pode implicar uma modificação das fronteiras entre elementos do léxico na cadeia falada, como ocorre em:

Ex 11: Amar hei > amarei

Ex 12: Tranqüila mente > tranqüilamente

Outro mecanismo ligado à inferência metonímica é o que Traugott e König (1991: 194) chamam de inferência por pressão de informatividade. Sendo um mecanismo que predomina na gramaticalização de operadores argumentativos, a pressão de informatividade constitui um processo em que, por convencionalização de implicaturas conversacionais, o elemento lingüístico passa a assumir um valor novo, que emerge de determinados contextos em que esse sentido novo pode ser inferido do sentido primeiro, independentemente do valor textual das cláusulas envolvidas no processo. É o que ocorre, ainda de acordo com Traugott e König (1991: 194), na transformação de *since* (com valor temporal) para *since* (com valor causal):

Ex 13: I have done quite a bit of writing *since* we last meet. (temporal)

Ex 14: *Since* Susan left him, John has been very miserable. (temporal/causal)

Ex 15: *Since* you are not coming with me, I will have to go alone. (causal)

Essa sequência de exemplos demonstra que há uma possibilidade de leitura causal em alguns contextos em que ocorre *since* (inicialmente temporal) e, com a convencionalização dessa nova leitura, surge o *since* causal. O que ocorre em casos desse tipo é que o elemento é pressionado pelo contexto a admitir um sentido novo.

Esse mesmo processo também caracteriza, em português, o surgimento do uso concessivo de *todavia* que ocorre no português atual. Segundo Machado (1977) o elemento *todavia* provém do latim *tutavia*, que “primeiramente significou constantemente, sempre, a cada passo; depois: não obstante, ainda”. O exemplo abaixo, retirado de Magne (1944: I, 99), apresenta, no português arcaico, o uso de *todavia* com valor de sempre:

Ex 16: “Quando el-rei viu que el havia de passar, rogou-lhe por Deus que lhe leixasse alguma coisa per que *todavia* se nembrasse dele.”

Esse valor temporal de *todavia* desapareceu da língua, gerando o atual valor concessivo num processo de gramaticalização via pressão de informatividade. Said Ali (1971: 223), sem usar o termo pressão de informatividade, evidencia que esse é o tipo de mudança que ocorre no caso, demonstrando que o *todavia* concessivo surgiu de contextos específicos em que o elemento original de valor temporal era empregado como correlato enfático de conjunções concessivas. Reproduzo um de seus exemplos:

Ex 17: “E ainda que alguns sejam de obscura geração, *todavia* são venerandos e acatados.”

Nesse caso, o valor de **sempre** que o elemento possui se apresenta como simultâneo à idéia concessiva expressa pela cláusula anterior. Esse é o contexto que gera, por pressão de informatividade, o uso concessivo atual de *todavia*.

Discursivização

Nossas pesquisas demonstraram a existência de um outro processo de mudança, paralelo à gramaticalização. Vincent, Votre e Laforest (1993) referem-se a esse processo com termo *pós-gramaticalização* (post-grammaticalisation). Esse nome, entretanto, nos pareceu impróprio pelo fato de sugerir um processo posterior à gramaticalização, o que, de fato, nem sempre ocorre.

Adotamos, então, o termo *discursivização* para designar esse outro processo de mudança, que leva o elemento lingüístico a perder suas restrições gramaticais, sobretudo de ordenação vocabular, e assumir restrições de caráter pragmático e interativo. A discursivização, portanto, deve ser vista como um processo distinto da gramaticalização, pois abrange elementos que funcionam em um campo de atuação mais vasto do que o da gramática, marcando relações entre os participantes ou entre os participantes e seu discurso, sem estabelecer necessariamente relações entre elementos da gramática.

O problema é que muito pouco se sabe a respeito do processo da discursivização, pois são raros os trabalhos dedicados ao assunto. Há questões fundamentais que ainda estão sem resposta:

- a) O que é de fato a discursivização e o que a motiva?
- b) Quais os pontos de partida e os resultados do processo?
- c) Que mecanismos efetivam o processo?
- d) Quais são as suas possíveis trajetórias?

Nosso objetivo é propor respostas para tais perguntas. Começamos, então, observando uma concentração de itens em processo de discursivização, registrada no exemplo abaixo, em que o informante fala sobre casamento:

Ex 18: “... mas que adianta um casamento tão lindo... gastam tanto... pra no final eh... viv/ fica dois... três dias... depois se separam... entendeu? eu acho isso aí um absurdo... porque... *poxa... eu sei lá... sabe?* num... *né?* a vida::/ tudo bem... está tudo difícil... mas a pessoa... eu acho que a pessoa tem que saber... diretamente aquilo que quer...”

Note-se que os elementos grifados não são primordiais para a organização interna da estrutura gramatical da frase, estando envolvidos em funções pragmáticas que existem

em torno da gramática e não na gramática propriamente dita. Pode-se dizer que os elementos da sequência *poxa, eu sei lá, sabe? e né?* são usados num contexto discursivo de insegurança que gera ensaio-e-erro na busca da expressão adequada e, conseqüentemente, preenchem o vazio causado por uma demora no processamento da informação, proveniente dessa insegurança. Todos os elementos grifados são casos típicos de discursivização e recebem diferentes nomes na literatura: *marcadores discursivos* em Risso, Silva e Urbano (1995), *marcadores conversacionais* em Marcuschi (1991) e Silva e Macedo (1996), *pontuantes* em Vincent (1983) e Vincent, Votre e Laforest (1993), *bordões* em Marques (1993), entre outros. Adotaremos aqui o termo *marcador discursivo*.

Os marcadores discursivos

De um modo geral, os marcadores discursivos são usados, primariamente, para reorganizar linearidade das informações a nível do discurso, quando essa linearidade é momentaneamente perdida por motivos diversos como insegurança ou falhas de memória, e, apenas subsidiariamente, para organizar as relações textuais. Sua função a nível do discurso se motiva na medida em que a natureza fluida da fala impede uma perfeita linearidade das informações.

Enquanto o texto escrito é fruto de uma reflexão mais calmamente elaborada, sendo criado em uma situação em que o emissor tem tempo de organizar as informações e conta com um leque de elementos mais vasto e mais eficiente para executar essa função, a fala, que é por natureza improvisada, impõe uma maior dificuldade de manter a linearidade que se verifica na escrita.

Estamos entendendo a fala como uma modalidade lingüística marcada por um processo de ensaio-e-erro no sentido de que, no dia-a-dia da prática comunicativa, o falante, ao proferir a primeira cláusula, nem sempre tem idéia de qual será a segunda. Assim, a cada passo no sentido de transmitir novas informações, o falante abre um leque de possibilidades informativas e fecha outros. A fala, portanto, é marcada por constantes pós-reflexões, reavaliações e adendos, ou seja, por uma freqüente reorganização. Os marcadores são usados para viabilizar o processamento das informações na fala, no sentido de marcar para o ouvinte essas reformulações e de ajudar o falante a ganhar tempo para reorganizar suas idéias.

Os marcadores discursivos desempenham um conjunto de funções que, na prática, se sobrepõem e se confundem, uma vez que estão ligadas a reformulações da fala, que são feitas em nome de uma melhor compreensão das informações transmitidas. Essas funções estão relacionadas direta ou indiretamente às preocupações do falante, no momento de processar a fala, em relação ao seu discurso e em relação à recepção do ouvinte. Vejamos algumas delas:

a) Marcar hesitações ou reformulações

Ex 19: ... se você... pô... for boa na sua área... se você batalhar as coisas... entendeu? correr atrás... pô... você vai longe... independente/ independe do... do Brasil... entendeu? independe se o Brasil vai crescer... ou vai diminuir... logicamente que se o Brasil não cresce... você fica limitada... tá? como é que eu posso falar? sua concorrência no mercado/ o mercado de trabalho começa a ficar... muito pequeno pra você... muito pequeno não... muito grande... *né?* porque você... começa a concorrer... com uma porção de pessoas...

O informante, falando sobre o Brasil, diz inicialmente que o mercado de trabalho é pequeno, entretanto, ele reformula o que disse anteriormente usando o *né?*, com intuito de marcar essa mudança: **muito pequeno não... muito grande... né?**

b) Modalizar o discurso, marcado insegurança ou não comprometimento do falante em relação ao que fala.

Ex 20: “Bem... **todas as três são vergonhosas... né?** aquela coisa assim deplorável... cada vez estão colocando mais impostos... **impostos absurdos... pra se pagar... né?** tipo esse imposto do cheque...e:... **várias coisas, né?**... aí... é:... é complicado **porque eu acho uma pouca vergonha... né?**”

No exemplo acima, o falante é convidado a falar sobre política, educação ou economia. Cada cláusula em que ocorre *né?* indica uma atitude avaliativa do falante acerca do assunto comentado. Propomos que a partícula assume, nesses casos, uma função modalizadora, no sentido de que assinala uma postura discursiva de hesitação, associada a uma insegurança do falante, decorrente de ele estar gerando improvisadamente opiniões avaliativas sobre assuntos de tal complexidade.

c) Marcar mudanças de direção comunicativa, que podem se manifestar, por exemplo em aberturas de concessões em relação ao já dito:

Ex 21: “...então... se... eh se... se escolheu por uma coisa... acho que tem que ser... dali por diante... até o fim... entendeu? se é bom ou ruim tem que manter aquilo... ((riso de E)) eu acho bonito... poxa... eu acho bonito... por isso que eu mantenho o meu até hoje... tá? e... eu espero... tenho uma filha que... está noiva... já quase noiva já... eu espero que a minha filha venha/... não que ela venha a seguir o meu ritmo... **tá?** de... de ter conservado até hoje o meu casamento... mas se eu/ eu aconselho muito a ela... que se for pra escolher () se disser vou casar... ela tenha escolhida... uma coisa certa... que venha a ser certo... não uma coisa duvidosa... né? se é aquilo... é aquilo...”

A informante, falando sobre casamento, começa dizendo que mantém o seu até hoje e, quando vai dizer que espera que sua filha pense do mesmo modo, abre uma concessão, assinalada pelo marcador *tá?*: **não que ela venha seguir o meu ritmo... tá?**

c) Criar reticências

Ex 22: ... eu faço academia... há:: o que? há um mês atrás... então o pessoal... numa sexta-feira... todo mundo “ah uma cervejinha... (vamos beber) uma cervejinha... vamos fazer um churrasquinho” **e tal... tal... tal...**

Nesse exemplo, o marcador *tal* propicia um encurtamento da fala do informante, que busca assim trabalhar com a inferência do receptor.

d) Retomar referentes já mencionados, fazendo-os tópicos para o que vai ser dito em seguida

Ex 23: “eu e o rapaz começamos a namorar e... nessa vila que ele... que ele morava... eh... ele já tinha uma **namorada antiga**... **tá?** a fim dele e tudo... mas sendo que ele escolheu foi a minha pessoa... né? aí... de repente eu cheguei do trabalho... eu passei na casa dele... dei uma passadinha lá pra ver se ele estava em casa... encontrei... e ele falou “olha... tenho uma surpresa pra você...” aí eu fiquei disposta... né? fiquei toda sorridente “boa ou má?” ele disse assim/ primeiro eu perguntei... “boa ou má?” ele “é ótima...” aí eu falei/ aí ele falou “nós vamos ficar noivos hoje...” aí eu falei “gente... rápido assim?” aí ele pegou... trouxe () eu disse... “ah... eu quero ver as alianças... estão aí?” ele “estão...” ele amostrou... aí eu fiquei toda fe/radiante... né? pô... eu estava gostando dele pra caramba mesmo... aí tudo bem... aí... só que... mais tarde... quando foi a hora da cerimônia () antes... isso um pouquinho antes... eu peguei beijando a... **tal da menina... tá?** a que ele já/ que ela gostava dele... aí eu falei “o quê? é agora mesmo...” peguei um cabo de vassoura ((risos)) fui em cima dos dois...”

Pode-se notar que o referente tinha sido mencionado logo no início da narrativa (**namorada antiga**). Quando a informante se refere novamente à pessoa, o faz utilizando o marcador **tá?**, como para puxar da memória do leitor o dado já mencionado, que passa a funcionar como tópico: “**a... tal menina tá? a que já/ que ela gostava dele**”.

Marques (1993: 211) já havia chamado atenção para o fato de que um dos marcadores por ela estudados, o **não é?**, é também usado para marcar segmentos de teor importante para o acompanhamento da sequência de informações. Isso demonstra que não apenas sintagmas nominais, mas cláusulas podem ser transformadas em informações básicas ou tópicos para o que vai ser dito em seguida. É o que ocorre no exemplo abaixo em que o informante fala sobre o crédito educativo:

Ex 24: “... **eu faço Gama Filho... entendeu?** mas se eu tivesse que estar pagando... eu não/ fatalmente eu não estaria... porque eu sou/ eu tenho crédito educativo... entendeu? por isso que eu estou falando assim... até que a Caixa Econômica me ajuda... está pagan::do... mas agora... pô... três meses que não pagava... foi pagar agora... quer dizer... vai reduzindo... antes era integral... **isso ela não está dando nada de graça não... tá?** porque depois que a gente se forma... a gente paga tudo corrigido...”

Nesse exemplo, tanto o **entendeu?** quanto o **tá?** estão ligados a cláusulas que funcionam como informação básica para o que será dito em seguida:

... **eu faço Gama Filho, entendeu?** → mas se eu tivesse que estar pagando... eu não/ fatalmente eu não estaria...

... **isso ela não está dando nada de graça não... tá?** → porque depois a gente se forma e paga tudo corrigido...

e) Marcar plano discursivo de fundo

Ex 25: “... ele passou em frente à delegacia... e viu o carro dele... aí entrou na delegacia e perguntou... “ah... e aí quer dizer que vocês acharam meu carro?”... “não... a gente não

achou seu carro não”... “ué... mas como? e tal “você falaram que ia achar...” e tal... ele se fez de desentendido, né?... “pô... não é possível... cara... vocês disseram que ia achar meu carro...” e tal “não... mas a gente não achou nada...” e tal... não sei o quê... aí ele “pô... então beleza... então quer dizer que eu posso pegar o meu carro, que está aí em frente e levar embora?” “pode... pode... pode pegar o carro...” as pessoas/ tipo assim... **ele não pôs palavra na boc/ palavras na boca das pessoas e as pessoas também deixaram tudo assim no ar, entendeu?** foram levando... quer dizer... **se ele achasse... bem... se ele não deixasse amém... né?** ele ia ficar sem o carro dele... coitado... só que ele teve uma sorte enorme... o carro estava lá intacto... e tinha muita coisa dentro do carro... ele tinha/ ele era/ época de natal... ele estava assim... com todos os brindes ele era dono de uma *boite*... todos os brindes da *boite* estavam dentro... camise::ta... essas coisas todas **né?**...estava tudo dentro... então... tinha milhões assim... além do carro... e estava tudo dentro... neguinho não tinha tirado... nada... **incrível, né?**... neguinho deve ter usado o carro pra alguma coisa... precisava do carro... e depois não precisou mais... e:: viram que ele de repente estava na caça e tal... **super louco, né?**...”

Pode-se notar que, no exemplo acima, as cláusulas marcadas pelos marcadores **né?** e **entendeu?** constituem comentários do momento da produção da fala em relação à narrativa. São informações de fundo, que introduzem comentário, no sentido de Hopper (1979) e Martelotta (1986).

e) Preencher vazios causados por pausas para calcular as informações subseqüentes.

Ex 26: ... então eu acho que tudo é economia... tudo é dinheiro... a gente não pode atingi/ falar sobre o proplema social se a gente não/ “ah o país tem/ os velhos estão morrendo”... **assim... assim...** estão morrendo por quê? muitos deles ficam em fila de aposentado... por que fila de aposentado?...

No exemplo acima, a ocorrência e a recorrência de **assim** indicam uma pausa para raciocínio: o falante perde momentaneamente a seqüência das informações e, para não interromper o fluxo da fala, utiliza o elemento **assim** (no caso, mais de uma vez), ganhando tempo, enquanto pensa no que vai dizer em seguida. Utilizando um termo de Silva e Macedo (1996), estamos chamando esse tipo de marcador discursivo de *preenchedor de pausa*.

Numa visão não estruturalista, que emerge naturalmente das nossas análises, consideramos que essas funções não são estanques, mas conseqüentes de um processo de mudança que leva os termos a assumirem progressivamente funções novas. Isso significa que há casos em que é muito difícil decidir que função exatamente o termo está desempenhando, uma vez que, no processo, ele está em um ponto intermediário entre as diversas funções que são típicas dos marcadores discursivos.

Além disso, as funções típicas dos marcadores, que revelam pós-reflexões do falante no momento em que produz seu enunciado, se confundem no próprio enunciado de maneira que, por exemplo, preenchimentos de pausas refletem hesitações e reformulações, e comentários de fundo podem ser uma manifestação de insegurança. Em outras palavras, não se trata de funções discretas.

Em síntese, entendemos discursivização como um processo de mudança lingüística que basicamente gera marcadores discursivos (sendo a função de preenchedor de pausa a

que reflete estágios mais avançados de discursivização, por ser a que menos guarda características dos usos originais). Partimos do princípio de que o que motiva esse processo é o fato de que o falante precisa de elementos que marquem estratégias interativas no sentido de reorganizar o fluxo do pensamento e, ao mesmo tempo, registrar essa reorganização para o ouvinte. Acreditamos também que esses elementos em discursivização provêm do léxico.

A trajetória da discursivização

Observando alguns itens e construções que se discursivizam, notamos que, em casos como o de *assim*, a trajetória do processo de discursivização é marcada por uma passagem do léxico para o discurso, via gramática. Ou seja, um elemento, inicialmente lexical, passa a ser usado com função gramatical e, em seguida, assume função de marcador. Tomemos alguns exemplos desses usos do elemento *assim*:

Ex 27: A praça estava *assim* de gente. (exemplo nosso)

Ex 28: “... aí pararam ((riso)) parou uma porção de tá::xi... aí os caras do táxi começaram a arrumar confusão... com ele... pô... ele falou que... os caras do táxi falando pra ele *assim* “pô... ninguém vai pagar teu prejuízo mesmo... sai fora”...”

Ex 29: “... mas tem bastante sítio também... e eles... é (o que eu) é bom: lá à beça porque lá... lá é tudo *assim* calmo... que parece que tira a gente do mundo...”

Ex 30: “... então eu acho que tudo é economia... tudo é dinheiro... a gente não pode atingi/ falar sobre o problema social se a gente não/ “ah o país tem/ os velhos estão morrendo”... *assim*... *assim*... estão morrendo por quê? muitos deles ficam em fila de aposentado... por que fila de aposentado?...”

Aceitando o fato de que, no exemplo 27 (exemplo nosso), o falante junta os dedos, dando uma idéia de multidão, o elemento *assim* tem, nesse caso, um valor dêitico. No exemplo 28, temos um uso catafórico, proveniente de um processo de gramaticalização espaço > discurso, que é comum, como foi demonstrado na seção referente à gramaticalização, nesses tipos de elementos.

No exemplo 29, esse valor catafórico, embora já um pouco desbotado, ainda se mantém, se entendemos que o elemento anuncia o adjetivo que será mencionado em seguida: *calmo*.

No exemplo 30, o elemento *assim* adquire a função discursiva de preenchedor de pausa, servindo de artifício do falante para, sem perder a palavra, refletir sobre o que vai dizer. A função catafórica, nesse caso já bem mais desbotada, persiste em termos discursivos, pois o elemento, ao mesmo tempo que indica uma perda do fluxo das idéias por parte do falante, sinaliza para o ouvinte que algo ainda será dito.

Propomos, portanto, que, no caso de *assim*, a discursivização se faz pela seguinte trajetória do elemento: lexical > gramatical > discursivo, pois a tendência que envolve esse processo demonstra que elementos lexicais, que intermediariamente sofrem gramaticalização, passam a ser usados com propósitos discursivos.

Já para elementos provenientes de perguntas como, por exemplo, *sabe?* e *né?*, *entendeu?*, *tá?* não temos evidências para a ocorrência de um processo de gramaticalização antes da discursivização, pois elementos desse tipo parecem obedecer a tendências analógicas mais gerais. Os exemplos seguintes mostram estágios distintos de *sabe?*:

Ex 31: “... aí ele pegou e falou assim... eh... não mas é rapidinho... *sabe o que que é?* É que a gente queria conhecer vocês...”

Ex 32: “... eu disfarcei assim... olhei prum lado, olhei pro outro...aí falei com meu namorado... olhei pro outro aí falei até com meu namorado... *pra ver se ele se mancava sabe?*, mas aí ele pegou... e continuou olhando, quis nem saber...”

Ex 33: “...eu descobri que ele tava dando em cima numa amiga minha... mas aí as pessoas me contaram que ele estava ... eh... a fim de sair com ela... mas eu não acreditei em nada... pra mim ele era... *sabe?*... *um deus...* *sabe?* uma pessoa que eu só... idealizava...”

Pode-se notar aí uma gradação de abstraticidade do sentido do verbo *saber* na direção de um uso mais interativo. O sentido lexical de *conhecer*, *compreender*, que caracteriza esse verbo, se perde, uma vez que a pergunta *sabe?* pediria nesses casos uma resposta do interlocutor, o que não ocorreu em nenhuma das entrevistas analisadas.

O que encontramos está registrado no exemplo 31, onde não há essa intenção de pedir a resposta do interlocutor, uma vez que o informante faz a pergunta e ele mesmo responde. Ainda se vê algo do valor original, mas indubitavelmente o elemento começa a assumir função discursiva, caminhando na direção de tornar-se uma pergunta retórica.

No exemplo 32, o elemento *sabe?* possui a função de introduzir uma nova informação reavaliativa, conseqüente de uma pós-reflexão e a pausa antes da cláusula “*para ver se ele se mancava*”, demonstrada pelas reticências, marca essa reavaliação. Ele é utilizado com a função de enfatizar para o ouvinte a nova informação contida na cláusula que o antecede. Nesses casos, o *sabe?* apresenta uma regularidade: ocorre em fundo, marcando informações que funcionam como argumento favorável ao que foi dito, indicando finalidade (como no exemplo), causa, especificação, e outras noções que constituem sintomas do processo de reavaliação discursiva.

E, finalmente, no exemplo 33 o *sabe?* está sendo usado em função da insegurança da informante para caracterizar seu namorado. Essa insegurança causa uma interrupção no fluxo das informações. As pausas, juntamente com a repetição do *sabe?* e sua utilização fora de sua colocação normal, ou seja, entre o verbo e o predicativo, evidenciam isso. Trata-se de um uso intermediário entre modalizador e preenchedor de pausa.

No casos de elementos como *sabe?* e *né?*, *entendeu?*, *tá?* temos uma clara passagem do léxico para o discurso, no sentido de que eles deixam de expressar seus sentidos originais para assumir, como perguntas retóricas, função de marcar estratégias relacionadas ao processamento da fala. Mas sentimos dificuldade de encaixar aí o processo intermediário da gramaticalização, como fizemos com o elemento *assim*. Temos, nesse caso, portanto, uma trajetória léxico > discurso.

Os pontos de partida e os resultados

Os pontos de partida da discursivização tendem a ser elementos lexicais que apresentam um valor semântico que se presta a ser estendido para usos interativos e discursivos. Para funcionar como preenchedores de pausa, conseqüentes de perdas da linha de raciocínio, nada melhor, por exemplo, do que elementos que checam a comunicação (*sabe?*, *entendeu?*, *sacou?*, etc.) ou elementos que anunciam falas que se seguirão (*aí*, *assim*, *é*, etc.). De modo mais detalhado, pode-se dizer que os pontos de partida da discursivização tendem a se identificar com:

- a) Verbos efetivos, como *saber*, *entender*, *compreender*, *sacar*, entre outros, que podem ser usados para testar a recepção do ouvinte: *sabe?*, *entende?*, *compreendeu?*, *sacou?*. Vincent, Votre e Laforest (1993) citam, como exemplos em francês: *tu sais*, *vous savez*, entre outros. Além disso, apontam, como pertencendo ao fenômeno da discursivização, elementos de retroalimentação, como *oui*, *ok*, *humhum*, que foram analisados detalhadamente em Laforest (1992).
- b) Verbos de percepção, como *ver*, *perceber*, entre outros, que tendem a ser usados metaforicamente no sentido de *saber*. Casos como o de *percebeu?*, *você vê*, ou *deixa ver* evidenciam isso. Para o francês, Vincent Votre e Laforest (1993) citam *vois-tu*.
- c) Verbos dicendi, como *dizer* e *falar*, entre outros, que podem ser usados para esclarecer o que foi dito, em expressões como *quer dizer*, ou simplesmente como elemento de interação, como em *falou?*. Vincent, Votre e Laforest (1993) apresentam, para o francês, o exemplo *je veux dire*.
- d) Expressões de averiguação como *não é verdade?*, *não é?*, *né?*, que pedem a concordância ou a convicção do ouvinte. No francês, Vincent Vore e Laforest (1993) exemplificam com *n'est-ce pas?*.
- e) Expressões como *olha aí* (*aí*) e *olha só* (*ossó*), que podem funcionar como elementos de aviso ou de chamamento de atenção do ouvinte para o que vai ser dito.
- f) Elementos dêiticos espaciais, que, gramaticalizando-se em anafóricos ou catafóricos, para fazer referência a partes do texto, podem passar a assumir a função de anunciar que algo ainda vai ser dito, ou de preencher vazios causados por perdas da linearidade da fala. É o que ocorre, por exemplo, com o elemento *assim*, no português. No francês, existe o caso do advérbio *là*.
- g) Elementos que refletem a emoção do falante diante do que fala, como *puxa vida*, *poxa*, *pô*. Vincent, Votre e Laforest (1993), citam um caso semelhante: *osti*.
- h) Elementos de reticência ou generalização como *tal*, *tal e coisa*, que são também propícios para preencher pausas conseqüentes de perda de raciocínio, além de servirem para marcar omissão de dados recuperáveis pelo ouvinte.

O que se nota nessa lista é que tendem a se discursivizar elementos que podem ser usados com propósitos metalingüísticos, perdendo parte maior ou menor de seu significado original.

Por outro lado, os resultados da discursivização tendem a se identificar com elementos lingüísticos, que segundo Vincent, Votre e Laforest (1993), tendem a apresentar as seguintes características:

- a) Asseguram um ritmo dinâmico aos enunciados emitidos em intervenções longas.
- b) Constituem elementos repetitivos no discurso e não têm valor relacional.
- c) Ocorrem no fim de um sintagma prosódico.

d) São fracos e podem sofrer redução fonética.

Risso, Silva e Urbano (1995), em seu estudo referente aos marcadores discursivos, apresenta os seguintes traços definidores desse tipo de elemento, detectados a partir de uma análise percentual:

- a) Tende fortemente a ter alta frequência e recorrência.
- b) Tende fortemente a ser seqüenciador tópico ou não-seqüenciador, pois é mais empregado para estabelecer aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechamentos de tópicos, ou a não estabelecer seqüência entre partes do texto (raramente seqüencializando cláusulas).
- c) Tende a ser secundariamente orientado para a interação (ficando em segundo lugar os basicamente orientados) no sentido de que desempenha funções voltadas para o ato discursivo.
- d) Tende fortemente a não integrar o conteúdo proposicional dos enunciados em que ocorre, apresentando função modalizadora no sentido de que atribui ao enunciado circunstâncias de enunciação.
- e) Tende a ter transparência semântica parcial ou, secundariamente, opacidade total, no sentido de que inclina-se a ser usado fora do seu valor lexical ou gramatical básico.
- f) Tende (com diferença percentual irrelevante) a apresentar formas variantes, como é o caso, por exemplo, de *entende?! entendeu?*.
- g) Tende fortemente a ser sintaticamente independente no sentido de que não funciona para organizar a estrutura interna do texto.
- h) Tende a ser usado com pauta prosódica demarcativa, no sentido de que inclina-se a ser demarcado por pausas ou por outros traços prosódicos, como rebaixamento do tom da voz ou qualquer variação em relação aos segmentos anteriores ou posteriores.
- i) Tende fortemente a ser comunicativamente não autônomo, ou seja, a não constituir por si só enunciados proposicionais.
- j) Tende fortemente a ter menos de três sílabas.

Risso Silva e Urbano (1995), demonstraram, em termos estatísticos, as tendências que caracterizam os marcadores discursivos. Conclui-se desse trabalho que as funções desempenhadas por esses marcadores são tão frouxas, que só podem ser caracterizadas em termos da sua propensão para essa ou aquela variável. Observando esse fenômeno através do paradigma da gramaticalização/discursivização, pode-se concluir a existência de um processo de mudança envolvendo esses elementos.

Em consequência desse processo que os caracteriza e da própria natureza das suas funções, os usos dos marcadores não são estanques e não podem ser demarcados estruturalmente: mostram-se, ao contrário, instáveis e difusos, uma vez que podem estar em pontos intermediários da mudança. Pode-se ver, nesse conjunto de características que os marcadores inclinam-se a apresentar, uma tendência de mudança na direção do uso como preenchedor de pausa prototípico, pois esse uso reúne todas as características apresentadas acima como percentualmente mais típicas dos marcadores discursivos.

Esses dados, portanto, ratificam a nossa proposta de que a discursivização, como um processo de mudança unidirecional, leva o elemento a assumir gradativamente funções mais abstratas, relativas à organização do discurso. Assim o elemento vai perdendo sentido referencial para assumir um conjunto de funções não-discretas, voltadas para a viabilização do processamento discursivo.

3. Integração entre cláusulas e gramaticalização

Maria Maura Cezario
Rosa Lucia Rosa Gomes
Deise Cristina de M. Pinto

1- Introdução

Apresentaremos aqui um estudo sobre os processos de gramaticalização envolvidos nas relações entre cláusula principal e cláusula encaixada, sobretudo as completivas. Gramaticalização é entendida aqui como o processo de mudança lingüística que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical ou na passagem de uma construção gramatical para uma forma ainda mais gramatical. No nosso caso, verificamos a relação entre graus de integração entre cláusulas e a mudança de itens da classe dos verbos plenos para a classe dos verbos auxiliares, como acontece, por exemplo, com os verbos *querer* e *saber*, em *quer dizer*, *sei fazer*.

Cientes de que apenas o conceito sintático não é suficiente para o desenvolvimento de nosso estudo, levamos em conta os aspectos semânticos, discursivos e pragmáticos. Partimos também do pressuposto de que o processo de subordinação é iconicamente motivado: as cláusulas refletem, em graus de integração sintática, o tipo de integração que se verifica entre os seus conteúdos semânticos. Integração, entendida como a incorporação ou fusão dos elementos sintáticos e semânticos das duas cláusulas originais, possui uma gradação. Ela pode ser total, como em *estou entendendo*, parcial, como em *quero sair*, e fraca, como em *ele disse que sairá*.

A análise do *Corpus Discurso & Gramática* na modalidade oral levou-nos a perceber e a identificar manifestações de processos de gramaticalização entre os componentes das duas cláusulas. A partir dessas manifestações, concentramo-nos nos tipos de contextos sintáticos em que ocorrem os novos usos e verificamos os níveis de ressemantização.

Estamos chamando de ressemantização o processo que consiste na perda da significação lexical de uma forma e num conseqüente ganho de significação gramatical. A ressemantização é decorrente da abstratização do significado de uma forma e está presente em todo processo de gramaticalização.

Nossa pesquisa empírica inicial consistiu em analisar todos os verbos com complemento oracional e todos os verbos auxiliares *lato sensu*. Entretanto, era inviável para um artigo a apresentação da análise de todos os subtipos de verbos que surgiram no *corpus* piloto. Portanto, este estudo consiste apenas na apresentação do comportamento geral de verbos que exigem cláusula encaixada.

2- Suporte teórico

Nosso embasamento teórico é o que vem sendo chamado 'Paradigma da gramaticalização', cuja descrição pode ser lida no capítulo deste livro intitulado *O*

paradigma da Gramaticalização. Os conceitos mais importantes serão apresentados à medida que formos expondo os resultados da pesquisa.

Além desse artigo, foi de grande importância para a compreensão da relação entre sintaxe e semântica dos verbos estudados o princípio geral da iconicidade, sobretudo no que diz respeito ao *subprincípio da Adjacência*. De acordo com o princípio universal da iconicidade, pode existir uma relação icônica entre forma da estrutura sintática e função semântico-pragmática dessa estrutura. Segundo o princípio da adjacência, “a distância espaço-temporal no fluxo de fala tende a refletir distância conceptual” (Givón, 1995: 179). Em outras palavras, as estruturas sintáticas mais integradas refletem maior integração no plano conceptual; em contraparte, as estruturas sintáticas menos integradas refletem menor integração no plano conceptual.

Givón (1990, 1995) também explica, com este subprincípio, a relação que detectou entre conexão de cláusula e as propriedades semânticas e morfossintáticas de verbos do inglês, como *begin*, *finish*, *make*, *tell*, *know* e *think*. Estudamos os verbos chamados proposicionais e emotivos com complemento oracional e ainda os verbos efetivos com complemento (como *poder* e *ter*), ou com adjunto oracional como *estar* e *ir*).

Os verbos proposicionais são aqueles que exprimem, de uma maneira geral, julgamento de ordem intelectual sobre algum fato, como os verbos *achar*, *pensar* e *saber*. Os emotivos são os que exprimem um julgamento de ordem pessoal ou cujos sujeitos exercem (ou tentam exercer) uma manipulação sobre o sujeito da cláusula subordinada, como *querer*, *deixar* e *desejar*. Os verbos efetivos são os que, concretamente, efetuam os processos contidos no verbo principal, sendo conhecidos como auxiliares *lato sensu*, como *estar*, *ficar* e *poder*.

Os verbos efetivos agrupam duas classes diferentes de verbos:

a- verbos provindos da estrutura VERBO mais COMPLEMENTO. Ex.: Pode sair.

b- verbos provindos de estruturas do tipo VERBO mais ADJUNTO. Ex.: Estou saindo; Vou sair.

Sabemos que há graus de integração diferentes entre essas duas classes, e a literatura lingüística vem tentando mostrar quantos e quais são os verdadeiros auxiliares de uma língua, mas neste trabalho deixaremos de lado tais problemas. Trataremos todos esses verbos como efetivos.

Givón (1990, 1995) estabelece uma escala de níveis de integração que apresenta os verbos de modalidade do inglês (equivalentes aos nossos efetivos) como o nível mais integrado, nos quais a cláusula subordinada está tão integrada com a matriz que já não é possível reconhecê-la como subordinada. Os verbos manipulativos (emotivos) estão numa escala de média integração e os proposicionais (cognitivos) se caracterizam como sendo os menos integrados, menos comprometidos com a cláusula subordinada. Em Givón (1995), o autor demonstra que nas línguas de complementação (encaixe de cláusulas subordinadas substantivas), os morfemas modo-tempo-aspectuais dos verbos plenos derivam de verbos auxiliares, e esses, por sua vez, derivam de verbos plenos. No Swahili, por exemplo, o verbo modal *taka* (querer), usado como auxiliar em *ninataka kukisoma* (eu quero lê-lo), tornou-se um morfema marcador de futuro, o morfema *ta*, com desgaste fonético: *nitakisoma* (eu o lerei).

Testaremos aqui a hipótese de Givón e mostraremos que, através do subprincípio da adjacência, também é possível explicar a passagem de verbos plenos a auxiliares (gramaticalização). Admitimos que esse subprincípio atua paralelamente com os princípios gerais presentes no processo de gramaticalização, como transferência metafórica,

ressemantização e reanálise. E admitimos a hipótese de que as estruturas hipotáticas são derivadas das paratáticas, em decorrência de uma tendência intrínseca às línguas de encaixamento de unir, por meio da subordinação, determinados tipos de cláusulas que apareciam adjacentes umas às outras.

3- Metodologia e *corpus*

Analizamos, até o momento, a fala de dez informantes do *corpus* Discurso & Gramática do Rio de Janeiro. Detivemo-nos, nas narrativas experienciais e nos seus relatos de opinião. Três dos informantes estudados são alunos da oitava série do primeiro grau e sete são do terceiro grau, como mostra o quadro (1) com a distribuição dos informantes:

Informantes	Escolaridade
André	3 ^o grau
Daniel	3 ^o grau
Regina	3 ^o grau
Valéria	3 ^o grau
Mônica	3 ^o grau
Érica	3 ^o grau
Jorge	3 ^o grau
Queli	8 ^a série
Roberto	8 ^a série
Olivaldo	8 ^a série

Quadro (1): Identificação dos informantes

Para ilustrarmos alguns usos que não ocorreram nos textos desses dez informantes, recorreremos aos dados de Marcela (4^a série), Fátia (4^a série), Alessandro (4^a série), Viviane (8^a série) e José Augusto (8^a série) e Suzana (2^o grau), cujos verbos foram estudados numa outra fase do projeto.

O nosso objetivo mais amplo, no projeto integrado sobre Gramaticalização na Complementação Verbal, é estudar a integração entre cláusulas de informantes de todos os graus de escolaridade para verificar a relação entre escolaridade e uso de verbos proposicionais, emotivos e efetivos.

Codificamos as cláusulas com esses verbos com complemento oracional (alguns verbos efetivos, como veremos, não possuíam complemento, mas adjunto como *ir* e *vir* em *vou sair* e *vim estudar*, respectivamente). Tínhamos a nossa disposição uma lista de verbos sugerida como ponto de partida por Votre (1992).

Foram testadas vinte e cinco variáveis (retiradas da proposta de Votre, 1992) com o objetivo de verificar as relações sintático-semânticas da cláusula principal (cláusula a) com a cláusula subordinada (cláusula b). Cada variável consiste em subfatores que testam a sua Aceitabilidade (A), a sua Não-aceitabilidade (N) e sua Exigência exclusiva (E).

As variáveis estatisticamente relevantes para distinguir as estruturas dos três grandes grupos de verbos, aqui discutidas, são as seguintes: modo, citação direta, topicalização, tempo, correferência, controle, agentividade, negação e ordem verbo-sujeito.

Fizemos um cálculo de frequência de cada variável e, a partir desse resultado quantitativo, procedemos às análises qualitativas preliminares para entender as propriedades sintáticas, semânticas, pragmáticas e discursivas de cada verbo.

4- Diferenças gerais entre os verbos proposicionais, emotivos e efetivos.

Procuramos classificar como proposicionais, emotivos ou efetivos todos os verbos com complemento ou em serialização presentes no *corpus*. Encontramos alguns verbos com características semânticas e sintáticas comuns a dois dos tipos mencionados. São os chamados verbos duplos, como, por exemplo, o verbo **achar** de sugestão (verbo com características de proposicional e emotivo) e o verbo **deixar** (emotivo-efetivo), que serão estudados mais adiante. Os verbos duplos do primeiro tipo foram chamados duplos proposicionais-emotivos (duplos P-E), e os do segundo tipo, duplos emotivos-efetivos (duplos E-E).

A tabela a seguir apresenta a frequência de cada tipo de verbos encontrados:

Verbos	Aplicação/Total	Frequência
Proposicionais	61/ 359	16,9%
Emotivos	17/ 359	4,7%
Efetivos	262/ 359	72,9%
Duplos P-E	13/ 359	3,6%
Duplos E-E	6/ 359	1,6%

Tabela (1): Frequência dos verbos analisados

Os verbos mais frequentes são os efetivos, que englobam um número muito grande de tipos de verbos. Citaremos, como exemplos, três tipos:

a- habilitativo: **poder**, **habilitar-se**;

b- obrigação: **ter que**, **precisar**;

c- progressivo: **continuar**, **andar**, **passar**, **estar**, **ficar**, **viver**, **ir** (+ndo), **vir** (+ndo).

Dos três grandes grupos de verbos, os emotivos são os menos frequentes. Talvez por causa dos subgêneros estudados (relatos de opinião e narrativas), e do tipo de *corpus* (entrevista), e porque a maior parte dos informantes seja formada por adultos com grau elevado de escolaridade. Informantes como esses evitam (ou tentam evitar) numa entrevista aspectos muito subjetivos.

A seguir, apresentaremos as variáveis com resultados estatísticos mais significativos, com a finalidade de dar conta dos graus de integração sintático-semântica de cláusulas dependentes. Voltaremos a esses verbos nas últimas seções deste artigo. Como a gramaticalização ocorre sobretudo nos verbos duplos, deixaremos, por enquanto, estes verbos de lado.

4.1- Modo da cláusula subordinada

Observamos, pelos resultados contidos nas tabelas (2) e (3), que cerca de 50% dos verbos proposicionais admitem que suas cláusulas subordinadas aceitem verbos ora no

modo indicativo (ex. 1), ora no modo subjuntivo (ex. 1'). Cerca de 40% exigem o verbo de b (lembrando, o verbo da subordinada) no modo indicativo (ex. 2).

(1) *achei* que *era* minha mulher pedindo dinheiro...assim...eu já ia te dar a maior bronca...(Mônica)

(1') *achei* que fosse minha mulher...

(2) eu *sei* que o cara *escorregou*... quase caiu da cadeira... quando caiu todo mundo...(André)

(2') * eu *sei* que o cara *escorregue/escorregasse*...

Os demais verbos não admitem modo indicativo, o que significa que b é sintaticamente mais dependente de a (da principal).

Modo Indicativo	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.
Exige	25 / 61	40,9%	-	-	-	-
Aceita	33 / 61	54%	-	-	-	-
Não Aceita	3 / 61	4,9%	17/17	100%	262/262	100%

Tabela (2): Relação entre status semântico do verbo e uso do modo indicativo em b.

Modo Subjuntivo	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.
Exige	-	-	-	-	-	-
Aceita	32/61	52,4%	9/17	53%	-	-
Não aceita	29/61	47,5%	8/17	47%	261/261	100%

Tabela (3): Relação entre status semântico do verbo e uso do modo subjuntivo em b.

Nos verbos emotivos, aproximadamente metade dos dados aceita modo subjuntivo (como 3) e metade não aceita (como 4). Mas neste último caso, quase sempre tivemos dúvida quanto à aceitabilidade da construção com subjuntivo.

(3) aquela coisa de você *querer puxar* o tapete (André)

(3') aquela coisa de você *querer* que *puxem* o tapete

(4) eu acho que devia *procurar* me *informar* mais (Mônica)

(4') ? eu acho que devia *procurar* que me *informassem* mais.

Os verbos efetivos nunca aceitam outra cláusula com verbo finito. Isso significa que b não tem status de cláusula:

(5) perdi a direção do carro...e *fui raspando* o carro pelo paredão do túnel assim... (Daniel)

4.2- Citação direta

Cerca de 25% dos verbos proposicionais aceitam citação direta, ou seja, a cláusula b pode ser transformada numa cláusula com independência sintática, justaposta à cláusula principal:

(6) eu *falei* “gente, não *precisa* me pagar” (Mônica)

O mesmo não ocorre com os verbos emotivos e efetivos.

4.3- Topicalização

Por topicalização é entendido o deslocamento da cláusula subordinada para a esquerda. Se um argumento está topicalizado ou é topicalizável, isto significa que tem liberdade sintática suficiente para se separar de outros elementos da cláusula. Através desta variável verificamos se era possível topicalizar a cláusula subordinada, como nos mostram os exemplos a seguir:

a- topicalização em estrutura com verbo proposicional:

(7) *acho* que ela *tem* uma maneira de explicar muito prática (Queli)

(7') ela *tem* uma maneira de explicar muito prática... eu *acho*

b- topicalização em estrutura com verbo emotivo:

(8) minha mãe não *gostava* muito de *assistir* jornal (Regina)

(8') de *assistir* jornal minha mãe não *gostava* muito não

c- topicalização em estrutura com verbo efetivo:

(9) não *conseguia encaixar* o macaco (Valéria)

(9') *encaixar* o macaco a gente não *conseguia*

A tabela (4) apresenta a frequência da aceitação da topicalização da cláusula b.

	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./ T	Freq.
Topical. de <u>b</u>	36/61	59%	5/17	29,4%	35/262	13,3%

Tabela (4): Aceitabilidade de topicalização

Os resultados demonstram que os verbos proposicionais aceitam ser topicalizados, duas vezes mais do que os emotivos (59% contra 29,4%) e três vezes mais do que os efetivos, que só em 13,3% dos casos aceitam essa construção. Observamos que há uma gradação de aceitabilidade de topicalização: quanto menor é a integração com a cláusula principal, maior é a tendência para se aceitar a topicalização da cláusula subordinada.

4.4- Tempo

A tabela (5) mostra os resultados da observação do tempo do processo verbal de b: se anterior, simultâneo ou posterior ao tempo da cláusula principal. O critério semântico foi privilegiado sobre o morfológico.

	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./ T	Freq.
Tempo anterior	31/61	50,8%	1/17	5,8%	-	-
Tempo simultâneo	21/61	34,4%	10/17	58,8%	262/262	100%
Tempo posterior	9/61	14,7%	6/17	35,2%	-	-

Tabela (5): Relação entre os tipos de verbos e o tempo da cláusula subordinada

Os complementos de verbos proposicionais têm o tempo livre, ou seja, não há necessariamente concordância entre o tempo de b e o de a, pois b pode ser anterior (50,8%), simultâneo (34,4%) ou posterior (14,7%), como demonstram os exemplos:

a- b tem tempo anterior ao de a:

(10) gostaria de *saber* se você *recebeu* direitinho (Mônica)

b- b tem tempo simultâneo ao de a:

(11) *achei* que *era* minha mulher pedindo dinheiro ... assim ... eu já ia dar a maior bronca (Mônica)

c- b tem tempo posterior ao de a:

(12) eu *sei* que o meu salário *vai ser* ruim (Suzana)

Já os complementos de verbos emotivos geralmente têm seu tempo em concordância com o tempo do verbo principal, o que demonstra uma dependência maior de b em relação a a, se compararmos com os resultados dos proposicionais.

(13) eles estão lá *tentando segurar* (Regina)

Em todos os verbos efetivos, e na maioria dos emotivos, a conexão das duas cláusulas é tal que nem mesmo há tempo no segundo item verbal da segunda cláusula, que toma as categorias do primeiro verbo. Dissemos que o tempo é simultâneo, porque o critério utilizado foi o semântico:

(14) o governo não *está admitindo* ninguém (André)

(15) ele *vive correndo* atrás de mim, de dinheiro (Mônica)

4.5- Correferência

Os resultados mostram que a cláusula b dos verbos proposicionais tem dependência sintática mais frouxa que a cláusula subordinada dos verbos emotivos e efetivos, porque

nos proposicionais geralmente o sujeito de b é livre, ou seja, não é correferencial a qualquer argumento de a.

Nesta variável, testamos se o sujeito de b era:

- (a) correferencial ao sujeito de a;
- (b) correferencial ao objeto de a;
- (c) não-correferencial aos argumentos de a.

	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.
Sujeito	13/61	21,3%	16/17	94%	262/262	100%
Objeto	-	-	-	-	-	-
Não-correferencial	55/61	90.1%	1/17	5,8%	-	-

Tabela (6): Correferencialidade do sujeito de b com os argumentos de a.

Observamos que, nos proposicionais, a cláusula b pode ter:

a- seu sujeito correferencial ao sujeito de a:

(16) *acho* que *tenho* um nível de informação maior (Mônica)

b- sujeito não-correferencial aos argumentos de a (nem ao sujeito, nem ao objeto):

(17) eu *achei* que *era* minha ex-mulher (Mônica)

Os resultados da pesquisa mostram que os verbos emotivos têm o sujeito de b correferencial ao de a (como no exemplo 18). A exceção fica por conta do dado exemplificado em (19):

(18) ele não *quis falar* com a mãe ... né? ... (Olivaldo)

(19) as pessoas não estimulam você a fazer nada mesmo ... né? ... parece que *querem* que você *fique* em casa assim ... dormindo e não produza nada ... (Daniel)

Mas é possível encontrarmos exemplos como os seguintes, em que essa correferencialidade não existe:

(20) *desejo* que você *fique* logo bom.

(21) *gostaria* que ele *viesse* logo.

Portanto, nos verbos emotivos o grau de integração sintática é maior que nos verbos proposicionais, mas ainda há relativa autonomia dos argumentos de b.

Já nos verbos efetivos, sempre há correferência entre o sujeito de a e o de b, que é morfologicamente zero.

(22) eu *ia falar* sobre mito (Érica)

Essa correferência demonstra que há uma forte conexão entre as duas cláusulas a tal ponto que o falante é obrigado a apagar o sujeito de b.

A correferencialidade com o objeto de a só ocorre nos verbos duplos, como no exemplo seguinte, retirado de uma versão escrita:

(23) Olha colega, é a primeira vez que eu passo nesta rua, portanto, **deixe-nos ir**. Ele insistentemente:

- Mas é rapidinho.(Queli. Escrita)

Neste exemplo, o objeto do verbo **deixar**, que é **nos**, pode ser interpretado ao mesmo tempo como sujeito de **ir**. Neste caso, o grau de integração é intermediário: há argumentos comuns às duas cláusulas, mas o controle do sujeito de a sobre o de b não é absoluto.

4.6- Controle e agentividade

A variável ‘controle/ não-controle do sujeito de a sobre o de b’ é a contra-parte semântica da variável sintática apresentada acima. Com essa variável, podemos entender como há interdependência entre os planos semântico e sintático e podemos ver, quantitativamente, a atuação do subprincípio da adjacência.

A tabela (7) apresenta os resultados dessa variável. A aplicabilidade é em relação ao controle.

	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.
Controle	5/61	8,1%	15/17	88,2%	262/262	100%

Tabela (7): Controle do sujeito de a sobre as ações/ atitudes de b.

Vemos que, nos verbos proposicionais, geralmente não há controle do sujeito de a sobre as ações/atitudes do sujeito de b: o sujeito de b é livre, conforme se vê em (24):

(24) eu **sei** que a professora **virou** pra gente e disse (Érica)

Os casos de controle são poucos (8,1%), como em:

(25) em todos estes países (aí) os políticos...são sempre corruptos...né?...eu acho que::...são raros os que não são...e os que não são eles têm... que **provar** que eles não **são** (Regina).

Neste último exemplo, o sujeito de a exerce controle sobre o sujeito de b, pois se trata do mesmo referente.

Nos emotivos, a frequência de controle é bastante alta: 88,2%. Os sujeitos de verbos emotivos costumam ser mais controladores da ação do sujeito de b do que os sujeitos de verbos proposicionais. Os exemplos (18) e (20), já apresentados, ilustram um caso de emotivo sem controle e um caso de emotivo com controle, respectivamente:

(18) ele não **quis falar** com a mãe ... né? ... (Olivaldo)

(20) **desejo** que você **fique** logo bom.

Nos efetivos, o controle é total, porque o referente sujeito de b é o mesmo de a, como ilustram os exemplos (14) e (15) dados, repetidos a seguir:

(14) o governo não **está admitindo** ninguém (André)

(15) ele **vive correndo** atrás de mim, de dinheiro (Mônica)

Também com a variável 'status semântico do sujeito de a face a b', (tabela 8) pudemos ver que o controle nos verbos emotivos é mais fraco do que nos efetivos.

	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./ T	Freq.
Agente	20/61	32,7%	10/17	58,8%	224/262	85,4%
Não-agente	17/61	27,8%	2/17	11,7%	38/262	14,5%
Manipulador	24/61	39,3%	5/17	29,4%	-	-

Tabela (8): Status semântico do sujeito de a face ao sujeito de b.

Através do uso de verbos emotivos, o falante ilustra que o sujeito de a pode ser um manipulador, ou seja, um ser que tenta influenciar as atitudes do sujeito de b, como em:

(26) parece que **querem** que você **fique** em casa (Daniel)

A influência/manipulação tem dois resultados: ou o sujeito de b muda de atitude ou não. Sendo assim, o sujeito de b ainda tem uma relativa autonomia de suas atitudes.

Nos verbos proposicionais, o sujeito de a é geralmente não-agentivo, e logo não controla o sujeito de b. Esse resultado reflete a menor integração entre as duas cláusulas: o sujeito da cláusula b "age" independentemente da existência de a:

(27) eu **acho** que ela **tem** uma maneira de explicar muito prática (Queli)

4.7- Negação na cláusula subordinada

Com a variável 'negação de b', pudemos testar se a cláusula b podia ou não ser negada. Entendemos que a possibilidade de negação dá à cláusula uma autonomia maior, pois esta não depende do fato negado ou afirmado em a. A tabela (9) apresenta os resultados dessa variável:

	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.
Negação de <u>b</u>	55/61	90,1%	10/17	58,8%	40/262	15,2%

Tabela (9): Aceitabilidade da negação de b.

Os resultados (tabela 9) confirmam nossa hipótese: a negação é aceita em quase todas as cláusulas dependentes de verbos proposicionais (90,1%), como em (30) e (30'), é aceita em 58,8% das cláusulas dependentes de emotivos, como em (31) e (31') e é aceita em apenas 15,2% nas dos grupos do efetivos, como no exemplo (32) e (32'). O grau de autonomia de b em relação à cláusula a é mais uma vez confirmado: proposicionais > emotivos > efetivos. Nas estruturas mais integradas só há uma negação (ou uma afirmação), conduzida pela cláusula principal (como nos exemplos 33 e 33').

- (28) eu *sei* que o cara *escorregou*
 (28') eu *sei* que o cara não *escorregou*
 (29) parece que *querem* que você *fique* em casa (Daniel)
 (29') parece que *querem* que você não *fique* em casa
 (30) como você *pode dar* educação a um povo? (André)
 (30') como você *pode* não *dar* educação a um povo?
 (31) vamos fazer isso aí pra não acobertar o que ... outras coisas que eles *estão pensando*
 ... é isso ... eu não gosto (Mônica)
 (31') * outras coisas que eles *estão* não *pensando*

4.8- Ordem verbo-sujeito

Observe o exemplo (32) abaixo em que testamos a variável 'ordem verbo-sujeito na cláusula b':

- (32) eu *sei* que essa caixa é da Redley
 (32') eu *sei* que *é* da Redley essa caixa

Nos verbos proposicionais, como o exemplificado em (32), 45,9% dos dados aceitam que haja ordem verbo-sujeito na cláusula b, enquanto apenas 11,7% (2 dados) dos verbos emotivos aceitam tal estrutura em b. Os verbos emotivos, em geral, e os verbos efetivos, obrigatoriamente, não aceitam ordem verbo-sujeito na cláusula b, porque esta não tem sujeito explícito, como nos seguintes exemplos:

- (33) aquela coisa de *você querer puxar*
 (34) o cara *tá vendendo* por sessenta setenta (Jorge Luiz)

Os resultados encontram-se na tabela seguinte:

	Proposicionais		Emotivos		Efetivos	
	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.	Apl./T.	Freq.
Ordem VS na cl. <u>b</u>	28/61	45,9%	2/17	11,7%	-	-

Tabela (10): Aceitabilidade de ordem VS na cláusula b.

Essa é mais uma evidência de que há uma escala de integração, estando os proposicionais no nível mais baixo de integração e os efetivos no nível máximo de integração.

O grau de integração sintática é reflexo do grau de integração semântica, o que revela que o princípio da adjacência atua poderosamente no momento do uso das estruturas sintáticas disponíveis na língua.

Os enunciados com verbos proposicionais apresentam um distanciamento semântico-discursivo maior entre o que é expresso na cláusula a e o que é expresso na cláusula b. Esse distanciamento é refletido na sintaxe: a cláusula b desses verbos tem uma relativa autonomia se comparada com a cláusula b dos demais tipos de verbos. Os enunciados com verbos emotivos apresentam um distanciamento semântico-discursivo um pouco menor, pois o sujeito de a, por razões emotivas, tenta se aproximar (contato direto) do sujeito de b, para manipulá-lo.

Os enunciados com os verbos emotivos revelam um grau de integração intermediária da cláusula a com a b. A separação sintático-semântica não é grande, devido ao fato de o sujeito da cláusula principal tentar um contato mais direto com o sujeito da cláusula subordinada, através de meios subjetivos (*queria, gostaria*). Muitas vezes, a perda do conteúdo semântico referencial do verbo emotivo e as regularidades no seu uso podem levar os verbos emotivos a atuarem como um efetivo, como veremos na seção 5.2.

Nos enunciados com verbo efetivo, há integração completa entre as duas cláusulas, porque o sujeito, sendo o mesmo, permite que haja aproximação dos processos realizados nas duas cláusulas. Há total controle do sujeito de a sobre o de b e os processos verbais ocorrem no mesmo tempo e do mesmo modo em ambas as cláusulas.

Os verbos efetivos são verbos de uma categoria menos lexical do que os verbos emotivos e os proposicionais, pois sua função principal é apresentar as categorias gramaticais (número, pessoa, tempo, modo e aspecto) da locução formada, mais do que apresentar conteúdos lexicais.

Os verbos efetivos são verbos que sofreram um processo de gramaticalização, pois vêm de uma categoria aberta (verbo) e passam a uma categoria fechada (auxiliar). Os dois usos coexistem no momento atual da língua.

5 - Integração entre cláusulas e o processo de gramaticalização

Como explicar o fato de determinados verbos migrarem para uma classe menos fechada e outras permanecerem sempre plenos? A explicação, no caso da relação entre cláusulas, é dada pelo princípio da adjacência: os dois conteúdos que estão mais distantes, semântica e cognitivamente, são expressos por duas cláusulas que mantêm certa autonomia semântica e sintática; os dois conteúdos que estão mais próximos, semântica e cognitivamente, são expressos por duas cláusulas fundidas (reanalizadas), em que o primeiro elemento verbal tem principalmente função gramatical e o segundo, função semântica. Sendo assim, entende-se que haja uma tendência fraca de haver gramaticalização nos verbos proposicionais, uma tendência relativamente maior para ocorrer nos verbos emotivos e uma forte tendência para ocorrer nos efetivos.

No entanto, podem ocorrer casos de gramaticalização em verbos proposicionais, decorrentes dos usos metafóricos desses verbos. A tendência dos verbos emotivos e efetivos a se gramaticalizarem é decorrente também dos usos metafóricos e da integração semântico-sintática das duas cláusulas que possibilita a união dos dois verbos, em locuções.

Vamos a seguir descrever e interpretar como se manifesta ou se manifestou a gramaticalização em cada tipo de verbo.

Iniciaremos nossa exposição pela análise dos verbos mais gramaticalizados do português, os efetivos; terminaremos pelos verbos menos propícios à gramaticalização, os proposicionais.

5.1 Verbos efetivos

Encontramos, no *corpus* estudado, os seguintes verbos efetivos funcionando como verbos auxiliares (como mostramos, na tabela 1, o número total de efetivos no *corpus* é de 262):

- a) habilitativo (23 - 8,7%): **poder**;
- b) obrigação (33 - 12,5%): **ter que, precisar, dever**;
- c) êxito (4 - 1,5%): **conseguir**;
- d) progressivo (87 - 33,2%): **continuar, viver, vir, estar, ir** (todos seguidos de gerúndio);
- e) reiterativo (2 - 0,7%): **voltar a**;
- f) inceptivo (69 - 26,3%): **ir, vir, começar** (todos seguidos de verbos no infinitivo);
- g) perceptivo (21 - 8%): **ter, haver, ser** (todos seguidos de particípio);
- h) eventualidade (15 - 5,7%): **poder**

Os verbos efetivos mais freqüentes são os progressivos e os inceptivos. Apresentaremos aqui apenas a trajetória de gramaticalização dos verbos **ir** e **vir** (ambos progressivos e inceptivos) e **estar** (progressivo), que acreditamos serem decorrentes também de um processo de encaixamento.

Verbos progressivos são os que apresentam o processo verbal em movimento, em progressão (como em 35) e os verbos inceptivos são aqui concebidos como os que iniciam um processo que se projeta para o futuro (como em 36).

(35) Perdi a direção do carro...e **fui raspando** o carro pelo paredão assim (Daniel)

(36) Eu **vou ler** o texto (Érica)

Os verbos **ir, vir** e **estar** têm cada qual um uso lexical pleno bastante produtivo no português como verbos intransitivos ou transitivos, como em:

(37) "a gente **foi** pra festa e ... tinha uma porção de amigos nosso na festa (Daniel)

(38) "jogou na minha frente... né? aí **veio** o professor ... () o garoto tava na minha frente (Olivaldo)

(39) "o garoto **tava** na minha frente (Olivaldo)

Esses verbos também são usados como verbos auxiliares e, neste sentido, é que podemos dizer que sofreram gramaticalização ou estão em processo de gramaticalização, pois, em cada item, houve passagem de uma categoria lexical para uma categoria mais gramatical (Heine et alii, 1991).

Através dos usos dos verbos apresentados, podemos observar outros processos geralmente presentes nos fenômenos da gramaticalização: a ressemantização, a reanálise, a polissemia.

A ressemantização, como já dissemos, é um processo que consiste numa perda da significação lexical de uma forma e num conseqüente ganho de significação gramatical. A ressemantização é decorrente da abstratização do significado de uma forma.

A reanálise consiste na reestruturação de uma expressão ou grupo de expressões que não envolve nenhuma modificação intrínseca ou imediata da sua manifestação superficial (cf. Hopper & Traugott, 1933).

A polissemia refere-se a funções diferentes para uma mesma forma, sendo que a função mais antiga não é necessariamente descartada, podendo permanecer interagindo com as novas funções. Além disso, na nova função, há sempre traços semânticos que persistem, ou seja, traços comuns ao uso mais antigo.

5.1.1- Verbo *ir*

Nos dados analisados, percebemos três sentidos gerais para esse verbo, que é polissêmico:

a- verbo pleno com sentido de movimento físico (latim *ire* ‘ir’, ‘andar’ , ‘avançar’):

(40) a gente saiu da festa ... *foi* prum outro bar (Daniel)

(41) se você *for* lá perto da minha rua ela vai ver contigo ... (Queli)

b- verbo efetivo progressivo (*ir* + *-ndo*):

(42) perdi a direção do carro ... e *fui raspando* o carro pelo paredão do túnel assim ... (Daniel)

(43) aí ele falou assim ... "não ... porque ó ... primeiro de tudo ... já *vou te avisando*... que não deu p/ tempo de ir no bando ... então eu não peguei o cheque ... (Mônica Dias)

c- verbo efetivo inceptivo (*ir* + *-r*):

(44) ... aí eu comecei a andar ... aí na minha frente tinha um ... um Voyage parado ... batido também ... aí eu *fui conversar* com os caras do carro... (Daniel)

(45) "Ana Paula ... você preparou alguma coisa" ... ela falou ... "não... mas pode deixar que eu estou lendo agora o texto"... (eu) falei ... "não ... então eu também *vou ler* agora o texto ... e vamos ver... se a gente consegue adiar " ... (pro) dia seguinte ... né? (Érica)

Em (42), há uma ambigüidade:

a- num sentido, o verbo *ir* é pleno, mantém a noção de movimento físico e o segundo verbo inicia outra cláusula com valor circunstancial;

b- num outro sentido (mais novo), o verbo *ir* é efetivo, formando uma locução com o segundo verbo, apresentando-se como uma flexão do verbo principal.

Essa mesma ambigüidade também caracteriza o exemplo (44): aí *fui conversar* com os caras do carro.

Os usos que possuem ambigüidade ou pluralidade concomitante de sentidos caracterizam uma fase intermediária da gramaticalização.

Já em (43) e (44), o verbo *ir* é usado apenas com seu sentido mais esvaziado e não pode mais ser interpretado como um movimento físico de um ponto a outro, mas apenas como um marcador de tempo progressivo em (*ir* + *-ndo*) e de tempo inceptivo (*ir* + *-r*).

Esse uso gramaticalizado de *ir* como marcador de tempo, e sobretudo de aspecto, pôde se estender até a sujeitos com traço semântico [-concreto], como no exemplo (46):

(46) a ... tipo aquela coisa assim de dizimar mesmo... que ... as coisas *vão acontecendo* ... a situação *vai ficando* cada vez pior ... né? tipo ... meu pai estava numa crise aí ... tipo com o plano ... que seguraram tudo...(Regina)

Este uso está ainda mais distante do uso original (movimento físico), pois o uso original exigia o sujeito com traço [+concreto].

O exemplo seguinte ilustra um uso do verbo *ir* que deve ter dado origem ao uso como marcador de tempo:

(47) eu falei... “primeira vez que eu tô passando aqui nessa rua” ... (riso) mas era mentira ... aí ele pegou falou assim “ não mas sabe é rapidinho *vamos ali tomar* uma Coca-Cola” ... eu falei assim “esse cara deve ser louco chamando a gente pra tomar uma Coca-Cola aqui ... a essa hora da noite aqui neste bar” (Queli)

O uso do advérbio *ali* deixa mais claro o sentido de movimento do sujeito para um ponto no espaço. Neste exemplo, o verbo *tomar* inicia uma cláusula com valor de finalidade, que é repetida no contexto subsequente: "chamando a gente pra tomar Coca-Cola".

Em todos os casos de *ir* gramaticalizado persiste, pelo menos, um traço do sentido original: o traço de movimento no espaço físico passa, através de transferência metafórica, a ser de movimento no espaço temporal.

Pudemos assim observar a trajetória de dessemantização do verbo *ir*, que ganhou uma função gramatical. Ao passar para a gramática, esse verbo (principalmente como marcador de tempo inceptivo) teve sua frequência de uso aumentada no português.

Pelos mesmos processos, passou o verbo *go* em inglês na construção *to be going to*, que também tem um uso de marcador de tempo, como em *The rain is going to come* (Literalmente, a chuva vai vir, significando a chuva virá), como nos mostram Heine et alii (1991).

5.1.2- Verbo *vir*

Encontramos somente dois dados com o verbo *vir* como auxiliar no *corpus* analisado:

1- efetivo progressivo

(48) nós tivemos que esperar eles irem embora pra poder passear ... aí nós *vinhamos subindo* ... a rua tava deserta ... era ... bem tarde vinham dois caras atrás da gente ...(Queli)

2- efetivo inceptivo

(49) ... eu fiz estágio na Light ... que é uma empresa do governo ... onde a minha chefe de divisão ... chefe do departamento ... *veio* (me) *parabenizar*... e (disseram-me) "eu preciso de você ... nós precisamos de desenhistas industriais... o famoso designer"...(André)

Esses dados se assemelham ao uso intermediário do verbo *ir*: há ainda bastante evidente o traço de movimento físico, o que reforça a idéia de concomitância de traços semânticos.

O verbo *vir* progressivo tem uso gramaticalizado no português, como no exemplo seguinte:

(50) a situação *vem ficando* cada vez pior

Neste exemplo, *vir* não apresenta o sentido de movimento físico espacial, e sim temporal; é interpretado como auxiliar, intensificando a progressão contida no gerúndio.

O exemplo (51) foi criado por nós para ilustrar o uso do verbo *vir* mais avançado na trajetória de gramaticalização:

(51) Pode ser que *venha a ser* necessária a sua ajuda.

No entanto, acreditamos que o verbo *vir* não tem o mesmo grau de gramaticalização do verbo *ir*, pois seu uso, como auxiliar, é pouco freqüente no português do Rio de Janeiro (não encontramos um caso sequer no *corpus* analisado).

5.1.3- Reanálise

Os verbos *ir* e *vir* como efetivos progressivos ou como inceptivos (sobretudo *ir*) vêm sofrendo um processo de reanálise sintática junto com a mudança semântica. Sintetizando o que dissemos, temos os seguintes estágios:

Estágio 1: *Vamos* ali *tomar* Coca-Cola. (Queli)

Estágio 2: *Vamos tomar* Coca-Cola.

Estágio 3: Eu *vou ler* o texto (Érica) / *Vai começar* o discurso.

Estágio 1: A gente *vai* pela estrada *falando* sobre a vida.

Estágio 2: A gente *vai falando* sobre a vida.

Estágio 3: Já *vou falando* que não deu tempo. (Mônica Dias)

Estágio 1: Ele *vem* aqui *chorando*.

Estágio 2: Ele *vem chorando*. / aí nós *vimos subindo* (Queli).

Estágio 3: A situação *vem ficando* cada vez pior.(Regina)

Estágio 1: Ela *veio* aqui para me *parabenizar*.

Estágio 2: Minha chefe *veio* me *parabenizar* (André).

Estágio 3: Pode ser que *venha a ser* necessária a sua ajuda.

A reestruturação dos elementos na reanálise ocorrida é a seguinte:

A,B,C > AC, (B)

em que A é o verbo da cláusula principal; B é um adjunto adverbial; e C é uma cláusula adverbial. Com a reanálise, A e C passam a formar uma locução e a ocorrência de b é facultativa.

Os demais verbos progressivos encontrados no *corpus* têm um comportamento semelhante ao comportamento de *ir* e *vir* progressivos. Por isso, o tratamento do verbo *estar* será breve.

5.1.4- Verbo *estar*

Observemos os dados (52) e (53), em que ocorre o verbo *estar* como auxiliar:

(52) uma história engraçada ... foi ... eu *estava fazendo* um trabalho free-lancer assim prum cara ... aí eu liguei pra casa dele pra ... que ele tinha que pagar por este trabalho ... estou eu lá ... liguei ... aí eu "oi Carlos ... aqui é a Mônica"... "tudo bem?"... (Mônica)

(53) ... na entrada do motel.. pô... na fila indiana aquela filinha pra entrar ... aí então o que que aconteceu? aí desci do carro... né? para ver ... se ele *estava traindo* a minha irmã... né? que é aquilo... né? todas mulheres são safadinhas... né? menos as irmãs da gente... (Jorge Napoleão)

No latim, *stare*, pleno, tinha entre outros sentidos, os sentidos de ‘estar de pé’, ‘conservar-se do lado de, estar imóvel e manter-se parado’. Tinha, portanto, um sentido de permanência, de continuidade física num local.

Nos exemplos (52) e (53), é possível, pelo próprio contexto, resgatar o sentido original do verbo *estar*:

(52') eu *estava* lá *fazendo* um trabalho

(53') se ele *estava* ali *traindo* a minha irmã

E há um terceiro estágio, o mais gramaticalizado, em que o sentido do verbo está mais distante do sentido concreto, como em (54):

(54)... os pais estão cada vez (com) menos condição de pagar o curso (pros) filhos ...muitas crianças *estão passando* pro sistema público... que não tem condições... é ... de ter tantos alunos... (Érica)

O verbo *estar* intensifica o sentido progressivo expresso pelo verbo principal. Persiste no sentido original a noção de continuidade, que passa de espacial a temporal.

5.2- Verbos emotivos

Encontramos somente 17 ocorrências de verbos emotivos no *corpus* de dez informantes. Recorremos a mais um informante para melhor ilustrarmos o fenômeno de gramaticalização nesses verbos. Os verbos emotivos encontrados foram:

a- emotivos de desejo (11 - 64,9%): *querer*, *gostar* e *preferir*;

- b- emotivos de pretensão (5 - 29,4%): **tentar** e **procurar**;
c- emotivo de pressão implícita (1 - 5,8%): **estimular**

Houve ainda seis ocorrências de verbos chamados duplos que têm usos como emotivos-efetivos: **fazer** e **deixar**.

Apresentaremos as trajetórias de gramaticalização de dois verbos emotivos, **querer** e **deixar**, que passam a efetivos e depois continuam o processo, cristalizando o seu uso ao lado de determinados verbos.

5.2.1- Verbo **querer**

O sentido original do verbo **querer** (do latim *quaerere*) é 'procurar', 'procurar obter'. Em português, o verbo **querer**, pleno, tem principalmente o sentido de 'desejar':

(55) (O Ministro da Fazenda) ... ele falou... de ... de como ele tem agora que administrar a Fazenda ... que ... não tem dinheiro ... e que ... êh ... todo mundo ... **quer** dinheiro pra isso ... **quer** dinheiro pra aquilo ..." (Regina)

É nesse sentido que se apresenta como verbo principal de cláusula subordinada substantiva objetiva direta, como em:

(56) Eu **queria** que você me contasse uma história que tenha acontecido com você. (entrevistador de Regina)

Vemos que, em (56), o objeto de desejo não é mais concreto ou conceptualizado como uma coisa (**Quero** dinheiro/ **Quero** saúde/ **Quero** o progresso). Em (56), o sujeito da cláusula a tenta manipular o sujeito de b para que este realize a ação requerida. A cláusula subordinada com verbo finito mostra que a integração sintática não é total, refletindo a falta de controle absoluto do referente-sujeito de a sobre o de b.

Nos exemplos (57) e (58), o verbo **querer** não é mais pleno, tornou-se um auxiliar da locução '**quer dizer**' e passou a integrar o grupo dos verbos efetivos:

(57) Nuvem preta **quer dizer** chuva.

(58) Eu não disse que aquela nuvem preta **queria dizer** chuva.

Notamos que não é possível transformar a cláusula b em cláusula finita (* Nuvem **quer** que...). O sujeito da primeira cláusula não é animado, **dizer** não é objeto de desejo do verbo **querer**.

Toda gramaticalização surge de um processo de deslizamento semântico, em que há um uso ambíguo, que chamamos de intermediário. O verbo **querer** com sentido ambíguo (interpretado como pleno ou como auxiliar) é exemplificado abaixo:

(59) Ela **quer dizer** uma palavra de consolo.

(60) A gente **queria** conhecer vocês. (Queli)

Nos exemplos dados, a cláusula b perde as características de cláusula (ocorre, segundo Votre (1992), uma dessentencialização) e se junta ao verbo da cláusula principal. Vemos que essa estrutura é reflexo do controle do referente-sujeito de a sobre o referente-sujeito de b, pois se trata do mesmo referente. Mas este uso do verbo *querer* não é tão integrado como no caso dos efetivos: os efetivos nunca aceitam cláusula finita como complemento, enquanto o verbo *querer* aceita cláusula finita como complemento, se o referente-sujeito for diferente, como em (56).

O uso de *querer*, numa construção que pode ser interpretada como duas cláusulas ou como uma única cláusula (como 59 ou 60), é que deve ter dado origem ao verbo *querer* como efetivo.

Nos exemplos (57) e (58), o verbo *querer* efetivo encontra-se ainda mais gramaticalizado do que os efetivos propriamente ditos. Notamos que *ir*, *estar* e todos os outros podem ser usados em qualquer pessoa gramatical e com uma lista infinita de verbos ('vou estudar', 'vai canta', 'vamos trabalhar', 'estou estudando', 'está cantando', 'estamos trabalhando', etc). O verbo *querer*, no uso como efetivo (Nuvem preta *quer dizer* chuva), só se apresenta na terceira pessoa e sempre ao lado do verbo *dizer*. A locução *quer dizer* tem sentido de 'significa': 'Nuvem preta significa chuva'. A reanálise foi tão profunda que os dois elementos passam a ter uma só função, diferentemente do que ocorre com os efetivos propriamente ditos (cf. seção 5.1).

Mas o processo de gramaticalização de *querer* ao lado de *dizer* não pára aí, como demonstra o exemplo (61).

(61) a gente vai pro shopping ... também ali de Campo Grande ... e ... *quer dizer* ... lá é bom ... sabe ... mas mesmo assim ainda tem um pouco de tumulto ..." (José Augusto)

Os verbos *querer* e *dizer* em *quer dizer* deixam de ser uma locução verbal e passam a ter uma função gramatical, atuando como uma fórmula para o falante se corrigir ou explicar melhor o que havia dito. A expressão *quer dizer* tem função semelhante às fórmulas *isto é* e *ou seja*. A primeira é característica da modalidade oral e as duas últimas são da escrita. A perda do sentido de verbo pode ser percebida também pela impossibilidade de usar o verbo *querer* em outro tempo senão o presente.

Postulamos que o uso intermediário para esta nova função de *querer* foi "**Eu quero dizer**" ou "**Isso** (que acabo de dizer) *quer dizer*...". Provavelmente, este uso de *querer*, na expressão *quer dizer*, é um fenômeno paralelo à gramaticalização. É o que vem sendo chamado discursivização. Este fenômeno consiste na perda das restrições gramaticais de um elemento linguístico que passa a assumir restrições de caráter pragmático e interativo (cf. Vincent, Votre e Laforest, 1993 e capítulo 2 deste livro).

5.2.2- Verbo *deixar*

A origem etimológica do verbo *deixar* é duvidosa. Os dicionários apresentam como provável origem a forma *laxare* do latim, que significava 'alargar', 'abandonar', 'libertar'. No português atual, o sentido foi especializado (cf. Ullman, 1964) como 'abandonar' (ex. 62), mas sem a conotação negativa desse verbo, e 'permitir' (ex. 63 e 64):

(62) *Deixei* o livro em casa.

(63) Minha mãe não **deixa** eu **namorar**... eu namorava escondido ... se você for lá perto da minha rua ela vai me ver contigo ... aí depois vai brigar comigo... (Queli)

(64) Olha colega, é a primeira vez que eu passo nesta rua, portanto, **deixe-nos ir**. Ele insistentemente:

- Mas é rapidinho. (Queli. Escrita)

O uso como emotivo é o exemplificado em (63) e (64). O sujeito da cláusula a é diferente do sujeito da cláusula b, b pode ser transformada em cláusula finita, aceitando subjuntivo. Essas características, além de outras estudadas na seção 4, fazem com que a integração entre cláusulas com verbo **deixar** (como em 63 e 64) não seja tão forte quanto num verbo efetivo.

No entanto, o verbo **deixar** tem um outro uso em que se pode verificar a entrada desse verbo na classe dos efetivos, como em (65):

(65) E- (...) qual o prato que você mais gosta de fazer?

I- Êh arroz ... feijão ... macarrão...

E- Qual que você gostaria de me ensinar?

I- Êh **deixa ver** macarrão ... não arroz ... (Marcela)

Neste caso, o verbo **deixar** é um auxiliar. Seu emprego cristalizou-se ao lado do verbo **ver**, a tal ponto que não há mais um sujeito para dar permissão ao sujeito da cláusula b (ao contrário do que ocorre em 63 e 64): o informante não pede permissão, mas usa a expressão **deixa ver** como um marcador para preencher o tempo em que está pensando.

O uso intermediário deve ter sido o que aceitava a interpretação de 'pedido de permissão', como em '**Deixa eu pensar**'. Com a perda do sentido lexical, o verbo **deixar** acabou passando por um desgaste fonético, característica também dos processos de gramaticalização e sobretudo de discursivização. Esse desgaste de **deixar** pode ser constatado na piada:

(66) - **Deixa eu ver** [xo've]

- Se chover vai molhar.

5.3- Verbos proposicionais

São 61 as ocorrências de verbos proposicionais no *corpus*. Esses verbos distribuem-se pelos subtipos seguintes:

a- enunciação (15 - 24,5%): **falar**;

b- certeza epistêmica (14 - 22%): **saber**;

c- percepção (20 - 32,7%): **achar**, **perceber**;

d- incerteza epistêmica (9 - 14,7%): **achar**.

Ainda houve usos do verbo **achar** como proposicional-emotivo. O verbo **saber** tem um uso como proposicional-efetivo, que não encontramos no *corpus* analisado. Passemos agora à análise da trajetória desses verbos que passam de proposicionais - com fraca integração sintática - a verbos mais integrados à cláusula subordinada.

5.3.1- Verbo *achar*

O verbo *achar* vem do latim *affare*, que significava originalmente 'soprar'. Ainda no latim passou a significar 'sentir a proximidade da caça pelo odor', 'farejar' e daí a 'descobrir', 'encontrar' (a caça). Por transferência metafórica, seu sentido foi generalizado para 'encontrar qualquer entidade concreta ou abstrata'.

Como verbo principal de uma cláusula subordinada objetiva direta é sinônimo de 'pensar', ou se resgataremos traços de um sentido anterior, significa '*achar* algo no mundo das idéias'.

No *corpus* estudado, encontramos três sentidos diferentes para o verbo *achar* com complemento oracional:

a- proposicional de incerteza epistêmica:

(67) *Acho* que acabamos de vez com a classe média (Regina).

b- proposicional de percepção

(68) Eu *acho* que a tendência agora é só piorar (Érica)

c- proposicional-emotivo de sugestão (duplo):

(69) Eu *acho* que as pessoas deviam contribuir (Jorge Luis)

Aqui ocorre um caso de polissemia que não implica gramaticalização, pois não houve passagem de verbo pleno a auxiliar, ou de verbo a outra classe mais gramatical. Em todos, o verbo *achar* é pleno. Sabemos que há usos de *achar* com função semelhante à de um advérbio (ex. 70), mas não tivemos outros dados no *corpus* estudado e não temos, por enquanto, meios de afirmar qual (quais) dos três usos acima passou (passaram) a advérbio.

(70) era ... aula de ciências ... eu *acho* (Viviane)

(70') era... aula de ciências... talvez

Nos usos exemplificados em (67)-(69), a mudança de verbo proposicional para duplo não se dá apenas a nível semântico: incerteza ou percepção sobre algo da realidade para uma sugestão de mudar algo da realidade. Também ocorrem mudanças sintáticas sutis.

Quando o sentido é o de sugestão, o sujeito da cláusula a influencia, ou pode influenciar, mesmo que indiretamente, as atitudes do sujeito de b. Como reflexo dessa aproximação do sujeito de a com o sujeito de b (para sugerir mudança de atitude), há também uma dependência sintática mais forte entre as duas cláusulas.

Observamos que o verbo *achar* de sugestão exige que haja, na cláusula subordinada, o verbo *dever* e exige que seu tempo seja o futuro (*deveria* ou *devia* com sentido de futuro do pretérito). Também observamos que o modo da cláusula é sempre irrealis, enquanto, nos verbos proposicionais, geralmente é realis (90%). Essa é mais uma característica que aproxima o verbo *achar* de sugestão do grupo dos emotivos, pois esses verbos aceitam modo irrealis..

5.3.2- Verbo *saber*.

Originalmente, o verbo *saber* (do latim *sapere*) tinha o sentido de 'ter gosto', 'perceber pelo sentido do gosto'. Ainda no latim tinha um sentido conotativo de 'ter inteligência, 'conhecer', 'compreender'. O verbo *saber*, no português, perdeu parte do sentido físico e denotativo de 'ter gosto' e 'perceber pelo sentido do gosto, ficando com os sentidos conotativos do latim (como em 71):

(71) você não *sabe* quem está dizendo o quê (Mônica)

As duas cláusulas mantêm uma interdependência fraca, devido à falta de elementos sintáticos em comum e à falta de controle do sujeito de a sobre o de b (cf. seção 4).

O português desenvolveu um outro uso do verbo *saber*, como efetivo habilitativo (ex. 72 e 73):

(72) *Sei fazer* cubinhos (Alexsandro)

(73) *Sei fazer* boneco de pano (Fávia)

Permanece o sentido de 'conhecer', mas agora o informante não tem intenção de fazer um julgamento, um comentário ou avaliação, que é de seu conhecimento. Os exemplos (72) e (73) não são iguais a:

(72') *Sei que faço* cubinhos.

(73') *Sei que faço* boneco de pano.

Mas são semelhantes a:

(72'') *Posso fazer* cubinhos.

(73'') *Posso fazer* boneco de pano.

A reanálise foi possível devido à forte conexão entre as cláusulas que têm o mesmo referente-sujeito, o mesmo tempo, o mesmo modo e as demais características de verbos efetivos, descritas em 4.

6 - Conclusão

Ao final da seção 5, apresentamos uma conclusão dos resultados da pesquisa e demonstramos que o grau de integração semântico-sintática entre a cláusula principal e a cláusula subordinada, bem como a abstratização dos sentidos dos verbos, podem ser explicados pelas diferenças estruturais dos verbos proposicionais, emotivos e efetivos. Aqui apresentamos apenas as conclusões referentes à mudança de classe dos verbos, que deixam de ser itens do léxico para se tornarem instrumentos da gramática.

Na passagem de um verbo pleno a auxiliar ocorre a reanálise, porque o sujeito da cláusula principal é o mesmo do sujeito da cláusula subordinada, possibilitando total controle (*binding*. Givón, 1990) do sujeito de a sobre o sujeito de b. O sujeito de a geralmente é o agente ou influenciador do processo de b. Além disso, a cláusula b não tem

marcas modo-temporais, número-pessoais, não tem sujeito formal e muitas vezes não pode ser negada. Essas características de b tornam a construção com verbo no gerúndio ou no infinitivo uma estrutura não clausal e o falante aproxima b de a para a cláusula subordinada tomar da principal as características clausais. Ocorre, desta forma, a reanálise e as duas cláusulas tornam-se uma locução, e geralmente cada verbo dessa locução tem um papel específico: o auxiliar com função gramatical e o verbo principal com função lexical.

A pesquisa demonstrou que, também nos usos de uma única forma, como, por exemplo, o verbo *querer*, há diferentes graus de integração, o que nos faz observar a deriva de estruturas paratáticas do tipo [eu quero] mais [você sai] para estruturas hipotáticas do tipo [eu quero que você saia] e destas para locuções verbais, como [eu quero sair].

Ao lado da mudança sintática, também ocorre mudança semântica em direção à abstratização do conteúdo de itens lexicais. Essa abstratização possibilita a entrada desses itens na gramática. No entanto, antes de haver a interpretação mais abstrata de uma determinada forma, houve (e ainda há) usos da mesma forma em contextos intermediários (em que as interpretações concreta e abstrata são possíveis). É o conhecido fenômeno da polissemia, que, com o paradigma da gramaticalização, foi melhor compreendido e melhor aplicado ao fenômeno geral de mudança sintática e semântica.

4. Gramaticalização na ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo

Sebastião Votre
Maria Maura Cezario

Introdução

Procedemos a uma leitura da ordenação vocabular no interior de cláusulas complexas em que ocorre verbo auxiliar e verbo pleno, além de sujeito, à luz dos princípios de adjacência (Givón 1995) e de marcação (Givón 1991), bem como do processo metonímico de gramaticalização (Hopper & Traugott 1993). Oferecemos uma visão dos condicionamentos associados à ordenação vocabular de orações com verbos simples (SV, VS) e da trajetória das cláusulas com auxiliares (SaV, aVS, aSV) na fala do Rio de Janeiro.

A característica cognitiva básica da ordenação verbo-sujeito, segundo Naro & Votre, 1991, é a sua posição marcada, e marginal, no que diz respeito ao fluxo da informação. A ordem VS é utilizada em seções do discurso em que o falante está transmitindo partes da mensagem que não estão sendo apresentadas como centro de atenção para o ouvinte. Essa mesma característica é postulada aqui para a ordenação de auxiliar-verbo-sujeito.

A ordenação entre verbo e sujeito representa o resultado de um processo metonímico de mudança na ordenação vocabular em que o resultado é marcado em relação à ordem canônica sujeito-verbo; o processo é um caso de gramaticalização, metonimicamente motivado, no sentido de que não é apenas o sujeito que é transportado para depois do verbo. Ao contrário, é a cláusula inteira que se reorganiza no nível sintagmático, e se ressintatiza, de modo que o sujeito se despe de suas características prototípicas, ocupa a posição não-marcada de objeto, e passa a assumir parte do comportamento sintático e semântico do objeto: não é tópico, tende a não concordar com o verbo, tende a ser novo, indefinido e não-referencial. O verbo por sua vez também se despe de suas características fundamentais de predicação e se torna um mero portador das marcas de tempo e aspecto, sem conteúdo lexical definido no contexto da comunicação. A cláusula VS inteira tende a ocorrer em contextos de fundo.

O sujeito anteposto das cláusulas SV é uma base de predicação, e o predicado dessas cláusulas atribui ao sujeito alguma informação relevante no contexto discursivo. Já as cláusulas VS são monolíticas, inanalísáveis, no sentido de que elas se referem globalmente a um evento ou estado de coisas ou situação em que nada se declara de ninguém. Assim, em termos discursivos, nas seqüências SV o sujeito tende a desempenhar a função de tópico, enquanto nas seqüências VS o sujeito tende a ser não-tópico, podendo mesmo ser reanalisado como objeto. É evidência dessa reanálise o baixo índice de concordância nas orações de sujeito plural posposto, em que o verbo tende a ir para a terceira pessoa do singular, como em *sumiu todos os meus discos*.

Nas seqüências SV, o sujeito tende a ser textualmente evocado, individuado, agente e volitivo, enquanto em VS o sujeito posposto tende a ser disponível, novo parcial ou novo total; tende a ser não-individuado, não-agente e não-volitivo.

Definições operacionais

É considerada icônica, neste texto, a forma de representar que guarda algum tipo de analogia ou semelhança, de alguma natureza, com o conteúdo representado. Numa língua SVO, como o português, primeiro anunciamos o item do qual vamos falar, para em seguida declararmos algo sobre o item anunciado. Assim, na cláusula, o que aparece primeiro reflete uma escolha que o faz ser tópico. Tomamos o verbo da cláusula como ponto de referência, de forma que o que se encontra à esquerda desse ponto é considerado tópico, ou relevante, e o que se situa à sua direita é interpretado como não-tópico, demovido.

Estamos concebendo metonímia, aqui, como uma das dimensões da sintaxe, que é a interdependência entre os termos dispostos linearmente. Entendemos que tal interdependência se dá no texto, onde se vêem relações do tipo todo-parte, continente-conteúdo, causa-efeito, ou outras relações lógicas, pertinentes em cada caso.

Entendemos gramaticalização, no domínio da ordenação vocabular, como um processo de fixação de determinadas classes de palavras em determinadas posições sintáticas, de modo a sintaticizar o discurso. Entendemos regramaticalização como um processo de mudança estrutural da ordem já gramaticalizada, e que se dá quer de modo uniforme, para todos os membros de uma classe, quer para apenas determinados subgrupos de elementos dessa classe.

O conceito de marcado é aqui formulado em termos de familiaridade e, por extensão, de freqüência de ocorrência. É marcado tudo aquilo que é mais complexo, menos comum ou menos previsível na estrutura da língua.

Para os efeitos deste trabalho, o princípio de iconicidade está cognitivamente associado aos conceitos de transferência metafórica e metonímica. Sob a influência original das idéias de Dwight Bolinger (1977), esse princípio prevê (na formulação radical) que na codificação lingüística há relação de **um para um** entre expressão/forma e conteúdo, e que essa relação é motivada, e não arbitrária. Prevê, também, que a relação é assimétrica, no sentido de que o conteúdo determina a forma, e não vice-versa.

Tomada ao pé da letra, a formulação radical do princípio da iconicidade prevê que em cada domínio funcional há uma relação unívoca, de um para um, entre a função e a forma de sua manifestação. Logo, a toda alteração de função deverá corresponder uma alteração na forma, e não há espaço para alteração na forma que não seja funcionalmente motivada. Radical como se apresenta, o princípio não deixa lugar para variação, porque não permite a existência de duas ou mais formas alternativas de dizer "a mesma coisa". Na sua interpretação radical, o princípio da iconicidade força-nos a admitir que o discurso humano, realizado através da língua, tem a forma que tem por causa das funções que a língua desempenha, em todo seu percurso de desenvolvimento diacrônico e em todos os seus níveis de codificação. Logo, por hipótese, o caráter determinativo da função se verifica no texto como um todo, bem como no parágrafo e nos constituintes morfossintáticos da cláusula.

Na versão branda, aqui acolhida, o princípio de iconicidade prevê um *continuum* de motivação, entre os pólos transparência e opacidade, nessa relação entre forma e conteúdo, deixando espaço para as construções opacas, aparentemente arbitrárias, em termos de motivação.

São três as manifestações mais produtivas desse princípio da iconicidade, associadas respectivamente à quantidade de informação, ao grau de proximidade entre os constituintes e à ordenação seqüencial desses mesmos constituintes (Votre, 1992).

Segundo o primeiro subprincípio, o da quantidade:

- a) - quanto maior for a quantidade de informação a ser transmitida ao interlocutor, maior será a quantidade de forma a ser utilizada na codificação morfossintática dessa informação;
- b) - quanto mais imprevisível (mais nova) for a informação para o interlocutor, maior será a quantidade de forma a ser utilizada;
- c) - quanto mais previsível (mais pressuposta, mais disponível) for a informação para o interlocutor, menor será a quantidade de forma a ser utilizada.
- d) - quanto mais importante for a informação em termos da continuidade temática ou discursiva, maior será a quantidade de forma requerida para codificá-la.

Segundo subprincípio da adjacência, ou da adjacência, os conceitos que estão mais integrados no plano cognitivo também se manifestam com maior integração morfossintática. Em contraparte, os conceitos que se acham menos integrados no plano do conteúdo tendem a estar menos integrados também no plano da codificação morfossintática. Logo, o grau de integração e liberdade relativa entre constituintes de uma palavra, de um sintagma, de uma cláusula, de um período ou de um parágrafo, são indícios do grau de integração entre os componentes cognitivos desses constituintes.

O subprincípio da ordenação linear estabelece que os constituintes se ordenam linearmente, no tempo e no espaço, segundo pressões cognitivas, e pode manifestar-se como segue:

- a) - a informação que funciona como ponto de referência tende a ser colocada em primeiro lugar (isto é, antes, na fala; à esquerda, na escrita);
- b) - a informação mais previsível tende a ser colocada em primeiro lugar;
- c) - informação que desempenha função de contraste em relação ao tópico tende a ser colocada em primeiro lugar.

Cláusulas simples

Retomamos e testamos as hipóteses básicas de Votre & Naro (1986, 1988, 1991) a respeito dos condicionamentos sobre SV e VS, e as estendemos às seqüências com auxiliar. Mostramos a distribuição das estruturas e uma tentativa preliminar de interpretação dos traços em cada tipo de seqüência. Indicamos como o paradigma de gramaticalização pode ajudar-nos a compreender a ordenação vocabular em questão. Limitamo-nos por ora a uma análise de cunho descritivo, que é ponto de partida para uma compreensão da ordenação vocabular na fala espontânea.

No caso de que nos ocupamos, sobre ordenação vocabular, a expectativa, em função das hipóteses de Votre e Naro 1991, é de que a cláusula da ordem sujeito-verbo em

português codifique informação velha no sujeito, dê-lhe o status de tópico, e concentre informação nova no predicado. Nesse quadro de expectativa, a ordem sujeito-verbo corresponde a sujeito prototípico, enquanto a ordem verbo-sujeito corresponde a sujeito periférico. Nesse sentido a ordem marcada, verbo-sujeito, é cognitivamente motivada.

Observe o caráter icônico da ordem verbo-sujeito no exemplo seguinte, sobre King Kong, em que o sujeito posposto *uns homens*, em **apareceu uns homens**, codifica um referente periférico e não-tópico, plural e indefinido, tão distante das características prototípicas de sujeito que sequer concorda com o verbo:

(1) Foi o cara, sabe? **Aí, apareceu uns homens**. Aí ele brigou, brigou. Aí ele não conseguiu, sabe, não conseguiu liquidá-los.

Em sua formulação forte, o princípio de iconicidade é imperativo, e só não se verifica em alguns poucos contextos opacos, que resultariam de convencionalizações específicas, e/ou nas fases iniciais e terminais dos processos de mudança. Nas fases iniciais, porque os falantes ainda não os gramaticalizaram, e os negociam variavelmente, em estratégias interativas de ensaio-e-erro. Nas fases terminais, porque as formas e construções, desgastadas em sua massa fônica pelos embates do uso, entram em processo de **discursivização**: libertam-se parcial ou totalmente de suas restrições seletivas, no sentido de que passam a ocorrer em praticamente todos os pontos de aterrissagem, na forma de aposto, a exemplo de *né?* em português, que só não aparece em início de cláusula. Daí decorre a impressão de multifuncionalidade dessas formas reduzidas, que tendem a esvaírem-se no silêncio.

É esse o momento novo de transparência total, em que, no discurso, os falantes cunham novos conteúdos, com as formas já disponíveis, por transferência metafórica ou metonímica, numa relação de **um para um** entre forma e conteúdo. Esse tipo de transparência, portanto, só se verifica em certos estágios, bem definidos, da trajetória de mudança. Daí adotarmos a formulação branda do princípio de iconicidade, que garante uma tendência geral de correlações estáveis entre expressão e conteúdo, prevê um continuum de transparência, e interpreta a opacidade como decorrente da atuação de diferentes fatores, presentes na trajetória de gramaticalização.

Estamos tomando gramaticalização no sentido de Givón (1995: 175): “by grammaticalization one means the emergence over time of new morpho-syntactic structures, from paratactic, syntactic or lexical precursors”. No caso aqui estudado, o sintagma nominal sujeito que se refere a um participante marginal ao fluxo de informação no momento em que aparece no discurso migra da posição de tópico para a de tópico secundário ou de não tópico.

As características mais importantes da gramaticalização representadas na ordenação vocabular são as seguintes:

- (i) a função mais abstrata pode ser exercida com formas já disponíveis para usos mais concretos da língua.
- (ii) as formas se abstratizam e estabilizam progressivamente, via transferência metonímica e metafórica, por pressões experienciais, de uso, e por pressões estruturais.
- (iii) corrobora-se o princípio de Dubois (1987), segundo o qual, a gramática faz melhor o que os falantes mais utilizam.
- (iv) o curso da forma (cf. Givón (1979) é predominantemente o seguinte:

discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero

(v) o curso do conteúdo (cf Heine et al. 1991) é predominantemente o seguinte:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

A característica cognitiva básica da ordenação verbo-sujeito é a sua posição marcada, e marginal, no que diz respeito ao fluxo da informação. Ela é utilizada em seções do discurso de baixa tensão comunicativa, no momento em que o falante está transmitindo partes da mensagem, que não estão sendo apresentadas como centro de atenção para o ouvinte.

As generalizações relevantes podem ser estabelecidas em termos discursivos e cognitivos, uma vez que sua motivação é detectada nas condições de uso da língua. Se cada instância do comportamento lingüístico tem um propósito comunicativo específico, que ativa tal comportamento, então podemos afirmar que uma das dimensões básicas de um ato comunicativo é o grau de atenção, ou de centralidade, que é conferido a cada uma de suas partes componentes.

Sumarizamos nossas descobertas, a respeito da natureza discursiva e cognitiva, da construção verbo-sujeito, através do *Princípio de baixa tensão*, que formulamos assim: *O uso da ordem Verbo-Sujeito indica um baixo nível de tensão comunicativa, porque a cláusula não está situada na linha central do fluxo da informação.*

O princípio de baixa tensão garante a natureza periférica, de fundo, da cláusula na ordem verbo-sujeito, conforme se vê no exemplo 2, a seguir, na descrição de uma adolescente, sobre sua eleição para rainha de carnaval de um clube local. Observemos que o texto se constrói em torno do referente polar, *eu*.

(2) E ganhei, quando eu fui rainha, aí eu tinha a minha mesa ali pra mim. ***Vinha batatas fritas, tudo grátis pra mim, sabe?*** ganhei fazenda...

Observemos que:

- i) - o sujeito, ***batatas fritas***, não corresponde ao que, normalmente, consideramos sujeito prototípico: está posposto, não é agente, não tem volição, nem responsabilidade primária; não é tópico, nem humano; não é único; não concorda com o verbo;
- ii) - a frase está em plano de fundo, quebra a seqüência de afirmações sobre o tópico eu, que em seguida é retomado: ***ganhei fazenda....***

O processo de gramaticalização da ordenação VS é essencialmente metonímico, nos termos em que vamos descrevê-lo a seguir. Hopper e Traugott (1993) constataam que os processos de formação metonímica são menos conhecidos (menos compreendidos) e menos explorados na literatura lingüística. Dependem de contigüidade e reanálise e em certos casos são mais poderosos do que os processos metafóricos para a explicação da gramaticalização, que se dá sempre num contexto sintático de uso. Assim, em construções do tipo ***vinham batatas fritas***, poder-se-ia pensar na passagem do sujeito de uma posição de tópico para não-tópico em um processo diacrônico de mudança. Entretanto, considere-se que não é meramente a posição do sintagma sujeito que mudou, e sim a cláusula inteira, em que foram criadas novas relações entre seus constituintes contíguos. Podemos assim dizer que as mudanças verificadas no contexto lingüístico são mudanças metonímicas, por operarem em constituintes sintáticos interdependentes.

Cláusulas com auxiliar-verbo

As cláusulas complexas, com auxiliar-verbo, a serem analisadas, distribuem-se em três subclasses, de acordo com a posição relativa do sujeito: antes ou depois do amálgama auxiliar-Verbo, ou entre auxiliar e verbo:

- (3) SaV - Acho que *todo mundo devia fazer assim*.
- (4) aVS - *Vai ficar uma essência das coisas*.
- (5) aSV - Porque *tá todo mundo precisando mesmo de comida*.

Na língua portuguesa não ocorre a ordenação Verbo-auxiliar, e portanto não temos a sequência SVa nem VaS. O auxiliar sempre precede o verbo e tende a fazê-lo em sequência direta. Na sequência aV de 3) temos um caso de integração entre duas cláusulas, em que a segunda, originariamente, era **complemento** do verbo pleno da primeira, e que atualmente se apresenta sem sujeito, numa forma nominal (no caso, o infinitivo impessoal), e não é mais interpretada como objeto direto de *devia*. Na lista de auxiliares decorrentes de dessemantização total ou parcial de verbos plenos que exigiam complemento temos: *ter*, *haver* e *poder*. Já em 4) a sequência aV resulta de um processo de **serialização**, em que o auxiliar provém de um verbo de movimento no espaço, cujo sentido deslizou para movimento no tempo, marcando futuro. Na lista dos auxiliares resultantes de serialização, temos *ir*, *vir*, *estar*, *andar*, *passar*, *entrar*, *começar*.

Ao estudarmos as construções com auxiliar, distribuímo-las naturalmente na dicotomia acima, de modo a termos: SV e SaV de um lado, em oposição a VS e aVS de outro lado. Com isso, ficamos com a construção aSV como isolada, e a postulamos como atípica. Com efeito, com poucos dados, aSV tem a aparência de cláusula híbrida, ou cindida, no sentido de que o auxiliar tem menos status de auxiliaridade do que nas duas outras construções, e tem mais aparência de verbo pleno; com isso, o segmento que se inicia com V dá a impressão de estar desconectado da parte auxiliar-sujeito, e parece marcar algum tipo de circunstância. Assim, em *Tá todo mundo precisando mesmo de comida*, interpretamos *precisando mesmo de comida* como refletindo a circunstância como *tá todo mundo*. (Cf Cezario, Gomes e Pinto, neste volume).

Os dados analisados se distribuem assim: SaV: 320; aVS : 76, contra apenas 25 ocorrências de aSV. As construções com SaV comportam-se de modo muito semelhante às cláusulas SV em termos de topicidade. O sujeito é tópico e o predicado mostra nível alto de integração entre o auxiliar e o verbo, como resultado do processo de reorganização sintática verificado no curso da língua. Logo, o auxiliar provém de verbo pleno, transitivo ou intransitivo, e o segundo verbo provém de complemento (oracional) do verbo transitivo, ou de cláusula autônoma, justaposta em relação à primeira. Trata-se pois de duas cláusulas em série que se fundiram. Há forte coesão entre auxiliar e verbo, tanto nos casos de SaV como nos casos de aVS, de modo que podemos interpretar sua diferença básica em relação ao status de sujeito: a) como tópico ou b) como não tópico, conforme se vê, respectivamente, em 6) e 7), a seguir:

- (6) O Marquinhos ia responder
- (7) Talvez vá acontecer tanta coisa antes do natal.

Já as construções com o sujeito entre auxiliar e Verbo, na ordem aSV, representam um caso intermediário no processo de consolidação sintática, no sentido de que não é transparente a interpretação das relações entre os três componentes. Examinemos o exemplo seguinte:

(8) Fica todo mundo tremendo de medo.

Por um lado, tem-se a impressão de que o sujeito desempenha uma função híbrida, ao mesmo tempo compondo com o auxiliar, em aS, e com o verbo principal, em SV: a) Fica tudo mundo // tremendo de medo; e b) Fica // todo mundo tremendo de medo. Com efeito, pode-se pensar em estreita coesão entre auxiliar e Sujeito, tendo nesse caso o verbo como uma espécie de circunstancial; entretanto sempre é possível fazer a leitura oposta, destacando o auxiliar, e mantendo coesos SV. O futuro da forma mostrará para que lado estamos caminhando.

5. A base corporal da metáfora

Sebastião Votre
Alexandra Ramos da Rocha

Introdução

Neste capítulo propomo-nos apresentar e discutir uma proposta teórica sobre a base corporal da mente e sobre o caráter metafórico e corpóreo das operações mentais. Algumas questões são prioritárias, ao refletirmos sobre o papel da metáfora na organização mental codificada na língua. Entre elas, destacamos: a) as metáforas de origem corporal; b) a dimensão dupla de corpo e espírito, no processo de metaforização; c) a necessidade de refletir sobre, e reformular parcialmente, a hipótese de Heine: corpo > objeto > espaço > atividade > tempo > qualidade, para corpo > objeto > mente; d) a alternativa de opção pela hipótese de Heine et al. (1991): espaço > tempo > texto; e) tentaremos defender a nossa proposta, que favorece a trajetória: corpo > mente.

Os usuários da língua se valem de um número relativamente pequeno de formas para exporem suas idéias e sentimentos. Nesse processo, utilizam-se de velhas formas e de velhas construções para darem conta de novos contextos. Implementa-se um processo de transferência semântica, pelo qual a cada forma ou construção passa a corresponder a múltiplas funções.

Estamos aceitando por hipótese que um dos recursos mais comuns de deslizamento de sentido e de indiretividade é a metáfora, “compreendida e estruturada não meramente em seus próprios termos, mas também nos termos de outros conceitos”, na acepção de Lakoff (1987). Esse sentido está muito próximo do senso comum, registrado em dicionários (como Pequeno Dicionário da Língua Literária Portuguesa, 1939 : 679), segundo o qual metáfora é o “tropo em que a significação natural de uma palavra é substituída por outra, em virtude da relação de semelhança subentendida”.

Ao optarmos pelo estudo da exploração do poder de transferência da metáfora nesta coletânea, restringimo-nos apenas àquelas provenientes do corpo humano. Esta restrição dá-se porque o campo de atuação da metáfora é vastíssimo e porque nos interessam, no momento, apenas as metáforas mais produtivas, que seguem a trajetória corpo > mente.

Essa escolha deve-se ao fato de ser o corpo humano base para todas as nossas atividades, para todos os objetos que utilizamos no quotidiano, enfim, para toda a nossa vida mental e intelectual; pois é a partir dele que o mundo humano se constrói. Como Lakoff & Johnson (1980) o postulam, o pensamento tem base corporal; logo, pelo princípio de transferência, o pensamento é inerentemente imaginativo, e emprega sobretudo a metáfora e a metonímia, para descrever sua experiência. Dada a natureza desse trabalho, vamos centrar-nos exclusivamente na metáfora.

Eventualmente, irão aparecer metonímias, mas essas ou não foram estudadas, ou não são discutidas com o nível de detalhe com que lidamos com as metáforas. As metonímias aparecem aqui, como mera ilustração para uma eventual parte do corpo que as

apresente. Isso não descarta a hipótese de virem a ser estudadas posteriormente em um outro artigo, como poderosos mecanismos de criação semântica.

Neste estudo, num certo sentido, mostramos apenas as metáforas corporais disponíveis na cultura. Para coletar essas metáforas, lançamos mão das seguintes técnicas de levantamento: a) elaboramos um questionário-padrão, em que solicitamos aos nossos informantes (alunos do terceiro período de Linguística da UFRJ), que listassem todas as expressões metafóricas que lembrassem, associadas a cada parte/segmento do corpo; b) discutimos com os próprios informantes as razões porque incluíram as metáforas nas listas, bem como estabelecemos algumas diferenças básicas entre metáfora, metonímia e catacrese; c) reclassificamos as metáforas pelas partes do corpo, conforme se pode ver nas listas que se seguem.

Dada a natureza da coleta, a lista é necessariamente incompleta. A incompletude da lista não desautoriza o levantamento, antes é de se esperar que contemple as metáforas mais frequentes. Essa é, aliás, a motivação que temos para dizer que *cabeça, visão, mão, pé e coração* são partes muito produtivas.

Para os exemplos concretos, optamos por varrer todos os segmentos do *corpus Discurso & Gramática*, com vistas a levantar as metáforas ali codificadas, com atenção exclusiva para as metáforas de base corporal.

E ainda, ilustraremos parte dos achados com textos antigos, onde verificamos a presença, muitas vezes maciça, da metáfora, o que vem comprovar que este recurso não é atual em nossa língua. A metáfora sempre foi, e continua sendo utilizada, quer por rebuscamento poético, quer por necessidade na comunicação.

Algumas das metáforas que listaremos a seguir, as mais importantes para nós, são de partes nobres do corpo humano, que intuitivamente consideramos como produtivas. Outras apresentam conceitos polares, como positivo/negativo, valorizado/estigmatizado; além dessas temos as que, por ora, estamos considerando neutras ou irrelevantes em relação a esses conceitos.

Daremos ênfase aos sentidos perceptuais: *visão, audição, tato, olfato e paladar*. Procuraremos mostrar a relação entre produtividade metafórica e versatilidade/utilidade pragmática do sentido perceptual. Além disso, mostraremos o papel da *cabeça* nos processos metafóricos e o papel do *coração* como líder de nossas emoções.

Procuraremos também verificar as metáforas que seguem a trajetória abstrato >concreto, embora não tenhamos, até agora a orientação mente > corpo, nenhuma evidência dessa trajetória.

A base corporal das sensações e percepções, das ações, dos sentimentos e do pensamento

Inicialmente, cabe-nos explicitar o que entendemos por ações do corpo e *ações da mente*, bem como percepções do corpo e *percepções da mente*.

O papel da *cabeça* nos processos metafóricos da mente

A cabeça humana é depositária do cérebro e altamente especializada; a mente humana, por sua vez, sempre foi e continua sendo um mistério, um desafio sem par para os filósofos e psicólogos. Talvez por isso, não conseguimos reunir muitas metáforas dessa parte do corpo, aqui intitulada, no geral, com o nome de *cabeça*.

O que acontece na mente, expressa-se no, e através, do corpo de diferentes modos, principalmente através da pele. Eis a concretização de sua influência sobre o corpo, visto pela mente como capacitor de informações necessárias para o seu funcionamento.

É pelo uso da cabeça que nos tornamos gênios, ou burros. Faz-nos líderes poderosos, ou pobres mortais esquecidos. É a central processadora de todos os nossos dados. É o ponto de referência e inspiração para instrumentos e objetos, como o computador e a calculadora, grandes armazenadores de dados em suas memórias. À sua imagem e semelhança criam-se instrumentos que são órgãos artificiais extensivos, cada vez mais sofisticados, para aliviar o trabalho do corpo.

Estas foram as expressões metafóricas associadas a **cabeça**: estar de cabeça quente; estar de cabeça fria; ter cabeça oca; ser um cabeça-de-vento; ter cabeça feita; ser o cabeça da manifestação; ser cabeça de bagre; não sair da cabeça; a despesa sair a tanto por cabeça; cortar a cabeça de alguém; fazer a cabeça de alguém; ser cabeça.

(1) ... do lado tem uma mesa de **cabeceira** ...

Esse exemplo mostra que objetos do mundo físico são nomeados metaforicamente em função de partes do corpo. Ao descrever um ambiente, o informante de 8ª série cita um objeto do seu meio (**cabeceira**), que é assim nomeado por ficar próximo à cabeça de quem deita.

Os sentidos perceptuais: visão, audição, tato, olfato e paladar

O papel da visão na consolidação das metáforas mentais

Os olhos são importantes para o conhecimento do mundo. Desde os primórdios, o homem primeiro vê, para depois tocar. Num certo sentido, toda a sua percepção do mundo passa primeiro pelos olhos. Assim, um homem **de visão** é aquele que enxerga além da média.

Ao colocar três pessoas frente a um quadro, é possível que opticamente os três vejam a mesma coisa. Mas psiquicamente, as sensações são diversas, pois o foco é diferenciado em cada pessoa. Nós não vemos em terceira dimensão como os insetos, mas treinamos nossos olhos para verem aquilo que queremos, e como queremos.

Enquanto as mãos apreendem o mundo físico imediato, os olhos apreendem o mundo físico mediato ou distante, tocável ou não pelas mãos. Apreendemos o mundo **até onde a vista alcança**. Nota-se então, que há uma profunda ligação entre essas duas partes do corpo humano, em estreita interação, o mundo físico depende do mental e vice-versa. As profissões como costureira e fotógrafo utilizam essa interdependência óculo-manual.

A realidade virtual, criação do homem do final do século XX, recria uma nova realidade a nosso bel prazer. O que os olhos vêem, agora, pode ser mudado, ou até programado. O homem não precisa mais “angustiar-se” com o mundo que o cerca. Ele pode mudar o seu modo de ver. Assim como o homem pré-histórico, que recriava em cavernas o seu cotidiano e suas esperanças no futuro, o homem de hoje já começa a programar o mundo que ele quer amanhã.

Essa programação visual só é possível porque a visão é o juiz de nosso comportamento. Portanto, é a visão quem dita os costumes e valores culturais, obrigando-nos a segui-los para sermos aceitos socialmente.

São muitas as criações do homem para a extensão dos olhos. Podemos citar os óculos, os microscópios, o telescópio, as lentes comuns e as lentes de contato. Com maior ou menor visão, longe ou perto dos olhos, esses instrumentos ampliam ou recuperam as funções oculares, ou repõem aquelas que já não podem mais serem feitas.

Foram as seguintes as expressões registradas para *visão*: fechar um olho para alguma coisa; ser muito olho grande; custar os olhos da cara; olho por olho, dente por dente; dou-lhe 50 reais pelo livro, e olhe lá; comer com os olhos; não pregar os olhos; saltar os olhos; ver com bons olhos; olhar de rabo de olho; ter olho clínico.

No exemplo seguinte,

(2) ... tirar *olho* grande ...

ao narrar uma experiência pessoal, o informante de 3^o grau apresenta um sentido negativo para a metáfora “olho grande”, mostrando-o como uma mandinga.

O papel do *olfato*

Parte essencial do processo respiratório (embora também respire-se pela boca), o nariz é desprezado metaforicamente, no sentido de ser pouco produtivo.

Associado a um tipo de secreção desprezível, possui ainda pouca ou nenhuma dinamicidade. Não altera sua forma nem seu volume, independentemente do tipo de odor que sinta, embora possamos *torcer o nariz para certas coisas*.

Ao criar Pinóquio, Gepeto, um carpinteiro, seu idealizador criou também a metáfora do menino mentiroso, através do seu nariz que cresce quando ele diz alguma mentira. Esse exemplo pode ser uma confirmação do porquê do nariz ser tão pouco produtivo, e ainda denotar valores negativos.

Os três registros que conseguimos foram: meter o nariz onde não foi chamado; dar com o nariz na porta; ser dono do próprio nariz.

Não constatamos nenhum exemplo no *corpus*, o que ressalta a baixa produtividade metafórica desse órgão de sentido.

Audição e paladar

Apesar de sentidos que desempenham funções diferentes, metaforicamente ambos se equivalem na sua baixa produtividade.

A audição, assim como o paladar, pode extinguir-se no indivíduo sem deixar seqüelas para sua saúde. Necessários ao corpo, mas não fundamental, desempenho e produção metafórica estão intimamente ligados.

Para audição listamos os seguintes exemplos: fazer ouvido de mercador; ter ouvido de tuberculoso; tocar de ouvido; dar ouvido a alguém.

Nosso único exemplo no *corpus* foi:

(3) ... pra poder ser *ouvido*...

onde o informante de 3^o grau apresenta sua opinião e espera, do interlocutor, uma resposta positiva.

Já o paladar, não apresenta uma listagem autônoma, por erro nosso, que não o incluímos como item a ser preenchido. No *corpus* registramos um exemplo, onde o informante de 3^o grau apresenta um sentido negativo, derivado de gosto, para o paladar:

(4) ... dava muito *desgosto* à minha mãe ...

Isso mostra que as pessoas usam, metaforicamente, termos referentes a sentidos corporais (**gosto**) para expressar seus sentimentos.

As ações e operações básicas: *tocar, manipular, levar, trazer, fazer*

O papel da *mão* na organização espacial do corpo

Começamos a conhecer o mundo através dos sentidos e da mão. Progressivamente, passamos a utilizá-la como arma, como ferramenta de trabalho ou instrumento de lazer, como concha e sobretudo, como instrumento dêitico de localização espacial.

O homem sempre utilizou a mão para o seu bem, para sobreviver, e para lutar, pois a mesma mão que constrói também destrói. Ela faz a guerra, é usada para defesa e ataque, como arma. Mas também é utilizada para a paz, nas diversas religiões, onde é o símbolo da bênção divina, de energia, da absolvição do pecado, do batismo, do contato direto com as divindades. É ainda instrumento de cura, na cirurgia (cir = mão) através da medicina, da odontologia. Enfim, uma infinidade de profissões utilizam a mão como ferramenta de trabalho. Na verdade, todo trabalho braçal é manual.

Assim, profissões como agricultor, jardineiro, carpinteiro, marceneiro, têm nas mãos uma extensão de seus instrumentos da lavoura/carpintaria. E há ainda: massagista, caixa, carregador, vendedor, manicure, manipulador, químico, motorista, padeiro, maquiador, cabeleireiro, todos trabalhando exclusivamente com as mãos. Há profissões que exigem coordenação óculo-manual, como a costureira e o fotógrafo.

A arte está nas mãos, desde a construção de uma simples casa, até a mais grandiosa obra de arte. A escultura, a decoração, a música, a literatura, o teatro, a pintura, consiste no fazer, no modelar, no organizar, no criar, no dar nova forma.

O mágico traz na manga, a arte de iludir através das mãos. O circo em si, é uma grande tenda de profissões utilitárias das mãos: domador, malabarista, trapezista, palhaço (a arte de fazer rir, também está, parcialmente, nas mãos), o mímico.

A escrita está nas mãos. Os povos do mundo, ao criarem sistemas de escrita, utilizam as mãos. O método braille é o mais revolucionário, pois utiliza as mãos na escrita e na leitura, ou como a linguagem dos surdos-mudos que transforma as mãos em articuladores. Mas não é só, há ainda, os códigos *morse* e de bandeiras, este usado em aeroportos na comunicação com os aviões.

Hoje, as mãos possuem funções mais elaboradas, de acordo com a evolução do homem. O computador, por exemplo, é um outro sistema de escrita, sendo uma extensão da cabeça e das mãos. Em sua memória pode-se armazenar milhões de informações. Mas são as mãos que dão o toque essencial a esse processo (tal como estamos fazendo aqui, agora).

Os esportes, cada vez mais numerosos e elaborados, quase todos utilizam as mãos. Vôlei, basquete, handebol, tênis, boxe, lutas marciais, alpinismo. E quando não, ela está lá

para dar um auxílio aos pés. Esse é o caso do futebol, jogado exclusivamente com os pés, mas o goleiro e os laterais utilizam as mãos.

Os esportes são óculo-manuais, como vôlei e basquete, ou óculo-pedais, como o futebol. E ainda há as danças, como o balé e o maracatu, onde as mãos são usadas para enfatizar a graça e a beleza.

A lista de expressões sobre a *mão*, que os informantes lembraram, é muito extensa, conforme se pode constatar a seguir: ser mão fechada; ser o maior mão leve; meter a mão; uma mão lava a outra; dar uma mãozinha; abrir mão do lucro; ser mão aberta; sair com uma mão na frente e outra atrás; estar em mão única; andar em mão dupla; ir na contra-mão; dar uma mão; botar a mão na consciência; de mãos atadas; de primeira ou segunda mão; largar ou deixar de mão; de mão beijada; mandar em mãos; ficar na mão; lançar mão de; molhar a mão de; pôr a mão no fogo por; ter a mão furada; dirigir com mão de ferro; largar mão de ser besta; conhecer como a palma da própria mão; passar uma mão de tinta.

Em oposição com a lista, a mão aparece timidamente no *corpus*, com poucas manifestações. No exemplo:

(5) ... cortando pela contra-*mão* ...

um informante de 3⁰ grau, mostra o sentido negativo de mão, pois indica direção contrária a que habitualmente estamos acostumados.

O papel do *pé* na organização espacial do corpo

Desde que a primeira geração de homens desceu das árvores, para organizar sua vivência no chão, os pés passaram a desenvolver papel fundamental no corpo humano, assim como na sua vida.

Passando de pata traseira à instrumento de sustentação do corpo, os pés são nossos primeiros instrumentos de locomoção, de desvendar distâncias entre o passado e o futuro. Concorrentes naturais das mãos, os pés também são produtivos metaforicamente, mas não possuem os mesmos privilégios que elas, talvez por sua localização ao final do corpo.

Na cultura oriental, os pés são símbolos da virtude, da pureza. Quanto menor for seu tamanho, maiores são as qualidades da mulher.

As expressões disponíveis na cultura para *pé* foram as seguintes: não largar do pé; ser um tremendo pé frio; ser um pé de louça; seguir as ordens ao pé da letra; ser um pé rapado; sem pé nem cabeça; estar com pé na estrada; ser um pé de valsa; dar no pé; em que pé está alguma coisa; pedir ao barbeiro que faça o pé arredondado; acordar com pé direito; acordar com pé esquerdo; em pé de igualdade; ir num pé e vir no outro; meter os pés pelas mãos; não chegar aos pés de; um pé no saco; ser pé de anjo; estar com pé na cova; pé de guerra; encher o pé.

Nos exemplos:

(6) ... a faca caiu no chão, aí caiu assim em *pé* ...

(7) ... é grande... pelo menos uns... oitenta *pés*.

do *corpus*, *pé* apresenta uma derivação. Em (6), do informante de C.A. (alfabetização), *pé* indica a posição em que o objeto caiu. Já em (7), do informante de 4ª série, *pé* aparece indicando uma medida (derivada do próprio pé).

O papel do coração

O coração substituiu, progressivamente, o fígado, no correr dos séculos, como centro das emoções. As metáforas do *coração* fazem um trocadilho com a sua “função”. São todas emotivas, conforme constatamos com as expressões: ter coração derretido; ter coração de manteiga; ser coração mole; ter coração de ouro; de partir o coração; estar no coração da cidade; ter coração bandido; de abrir o coração; ter coração de mãe.

No *corpus*, o único exemplo em que aparece uma dimensão derivada de coração é *concorda*, tão distante de sua acepção original, que soa opaca para a maioria dos usuários da língua.

(8) ... tem hora que você *concorda* com coisa ...

Em a Demanda do Santo Graal, texto do século XIII, o *coração* já aparecia como o centro das emoções, através da metonímia: “Uu pouco ante que adormecesse, começou-lhi o *coração* de chorar, ... (pág. 9, vol. II).

Do abstrato para o concreto: o papel do sonho

Cabe caracterizar também uma possibilidade, remota a nosso ver, de um curso da metáfora ser do abstrato para o concreto, a exemplo do que mostramos a seguir, com *sonho*.

Não há evidências, por enquanto, de que o *sonho* é basicamente abstrato. Procuramos confirmações de que antes de ser abstrato, ele poderia ter sido concreto. Ou ainda: *sonho* poderia ser concreto, em um dado momento passou a ser abstrato, e agora faz de novo a trajetória para o concreto, através do pão, ou do chocolate: *sonho*, ou *sonho de valsa*.

Isso justificaria a necessidade do homem primeiramente entrar em contato com o mundo concreto, dominá-lo e transferi-lo para o mundo abstrato, para depois derivar desse mundo abstrato novas dimensões concretas.

Uma pesquisa qualitativa da metáfora corporal

A título de ilustração da produtividade metafórica do corpo, como fonte e inspiração de operações cognitivas, oferecemos uma listagem das metáforas mais comuns, associadas às partes do corpo. As expressões metafóricas serão ilustradas em sua versão mais neutra, ora no infinitivo, ora como sintagmas nominais autônomos, embora saibamos que elas só fazem sentido em contextos específicos. As listas foram produzidas por universitários, que responderam ao seguinte comando: *produza as expressões de que você se lembra, associadas a cada parte do corpo*.

Metáforas do corpo inteiro:

Estar de corpo mole; tirar o corpo fora; entrar de corpo e alma; deitar e rolar; ganhar corpo; criar corpo; botar corpo; fechar corpo; estar de corpo presente.

(9) ... o camelô vai **deitar** na sopa ... vai **rolar** pô. (3⁰ grau)

Metáfora das partes do corpo:

cabelo

Mentira cabeluda; descabelar-se por causa de; assunto cabeludo; ficar de cabelo em pé por causa da situação.

(10) ... quase que a inspetora dona Maria ... sabe? se **descabela** aqui ... (8^a série)

cara

Quebrar a cara; dar de cara com alguém; deixar de ser cara de pau; um cara muito chato; ter cara de bunda; amarrar a cara; encarar a situação; dar as caras; estar de cara cheia; enfiar a cara no mundo; livrar a cara.

(11) ... o **cara** tava soltando balão... (C.A.- alfabetização)

(12) ... é a nossa **cara** ... tem o som ... (2⁰ grau)

(13) ... lá o pessoal é muito **descarado**... (4^a série)

testa

Ser o testa de ferro; comer com os olhos e lamber com a testa; enfeitar a testa do marido.

orelha

Ficar de orelha em pé; estar com pulga atrás da orelha; estar com a orelha queimando.

boca

Ser boca mole; cair de boca; ser um boca-aberta; bater boca; botar a boca no mundo; ficar com água na boca; ser bocuda; fazer uma boquinha na casa de alguém; descobrir uma boca de fumo.

(14) ... da **boca** pra fora... (3⁰ grau)

lábio/beiço

Passar a lábia em alguém; fazer beicinho; passar o beijo; dar o beijo.

dente

Quando a galinha criar dente; falar entre os dentes; mostrar os dentes a alguém; ter dente de coelho em algo; bola dente-de-leite.

língua

Bater com a língua nos dentes; dar com a língua nos dentes; ter língua comprida; ter língua afiada; não segurar a língua; ter língua de sogra; ter língua de trapo; dobrar a língua; estar com a língua coçando; segurar a língua; ser linguarudo; estar na ponta da língua.

(15) ... sabe, pra pagar a *língua* dele... (4ª série)

(16) ... tenho uma irmã que é secretária *bilingüe* ... (3º grau)

queixo

Estar de queixo caído; comer um quebra-queixo; ser um cara queixudo; dar queixa de alguém.

garganta/papo/gogó

Esta categoria é híbrida, no sentido de conter referências a *garganta* e a *gogó* e *papo*, que pertencem a animais não-humanos (galinha, peru). A lista compreende: ser muito gargantina; estar com alguém atravessado no gogó; estar com alguém atravessado na garganta; ser um garganta de ouro; estar com um nó na garganta; ter muita garganta; ser um garganta profunda; estar de papo pro ar; bater um papo; furar o papo; passar o papo.

ombro

Dar de ombros; olhar por cima dos ombros; ser um peso nos ombros.

costas

Carregar todo mundo nas costas; carregar a casa nas costas; ter costas quentes; dar as costas; ter costas largas.

braço

Ser o braço direito; decidir em queda de braço; abrir os braços; faltar braços para o trabalho.

(17) ... embaixo do *braço* ... (3º grau)

cotovelo

Ter dor de cotovelo; falar pelos cotovelos.

pulso

Ter pulso firme; estar desmunhecando; ser alguém de pulso; redigido pelo próprio punho.

dedo

Ser o maior dedo-duro; ter um dedo de prosa; não mover um dedo para ajudar; estar cheio de dedos com; dedurar; ser escolhido a dedo; três dedos de vinho; ter dedo para negócio; não levantar um dedo.

unha

Ser unha de fome; ser unha e carne; ser a unha encravada da vida de alguém; estar nas unhas da morte; fazer as unhas; com unhas e dentes.

peito

Ter peito de aço; vir de peito aberto; estar despeitado; ir no peito e na raça; peitar a situação; sair ralando peito; amigo do peito; de peito aberto; lavar o peito.

(18) ... mamava tudo no ***peito*** ... (2⁰ grau).

Uma derivação ambígua: mama > seio >peito.

barriga

Dar uma barrigada; empurrar o trabalho com a barriga; ter o rei na barriga; estar de barriga; ficar de barriga; barriga de aluguel; tirar a barriga da miséria.

estômago/tripas

Forrar o estômago; ter estômago para lutar; ter estômago para aturá-lo; estar com o estômago nas costas.

umbigo

Cortar o cordão umbilical com alguém; considerar o seu umbigo como centro do mundo.

cintura

Ter jogo de cintura; ter cintura de violão.

metáforas sexuais

Ser um pica doce; estar de saco cheio; ficar coçando saco; ser um cara escroto; estar de cu apertadinho; ficar com o pau na mão; ser bom pra caralho; ser despirocado das idéias; ser descaralhado das idéias; encher o saco; torrar o saco; ser um pentelho;

(19) ... partiram pra outro jogo... encheram o ***saco*** ... (2⁰ grau)

bunda

Parar de ser bundão; ser um bunda mole.

coxa

Levar a vida nas coxas; fazer o trabalho nas coxas; levar nas coxas.

joelho

Ajoelhou, tem que rezar; tirar a água do joelho.

perna

Dar o passo maior do que a perna; abrir as pernas pro chefe; passar a perna no amigo; andar batendo perna; espernear para saldar a dívida; pernas pra que te quero; ser um perna-de-pau; esticar as pernas.

sangue

Estar de sangue doce; ter sangue azul; ser sangue bom; ter sangue frio.

osso

Osso duro de roer; ossos do ofício; estar roendo osso; estar no osso; largar o osso.

pele

Estar na pele de; salvar a pele; sentir na pele; estar com os nervos à flor da pele.

estado

Estar quebrado; estar com ar abatido; estar duro; dar o maior caldo; dar pra andar de mão dada; estar enxuta; estar sequinha; estar toda durinha; estar caídaço; estar enfezado.

esporte/lazer/educação física

Rolar macio; jogar pedrinha na lagoa; bloquear direitinho; enfrentar o adversário com garra; armar o time; ser rival; jogar no ataque; mexer na equipe; lavar a alma; encerrar a carreira; jogar, se sobrar gás; tomar uma finta; ser atacante/ apoiador/ zagueiro; perder as rédeas; jogar em cima do laço; ser um bola pra frente; dar bola; deixar rolar.

Uma pesquisa empírica da metáfora corporal em *corpus* de fala e escrita

Nossa constatação inicial foi que há uma relação direta entre produtividade metafórica e avanço em idade/escolaridade: enquanto alfabetizando infantis produzem pouquíssima ou nenhuma metáfora, alunos de quarta série produzem poucas, alunos de oitava série são um pouco mais produtivos, alunos do segundo grau têm produtividade média e alunos do terceiro grau são altamente produtivos, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo.

Através desta pesquisa, constatamos também que há maior produção de metáforas na fala, restando à escrita poucas manifestações. Há ainda uma ordem direta para a sua manifestação: narrativas (experencial e recontada) > relato de opinião > relato de descrição > relato de procedimento, o que constitui argumento favorável para o fato de que é a partir da experiência que configuramos o mundo.

Deparamos-nos com metáforas em constante evidência em todo o *corpus*. São elas: as relacionadas à visão, onde encontramos as mais variadas manifestações; e ***cara***, que aparece em todos os níveis de escolaridade, com predomínio na fala.

Nem por isso, essas presenças constantes inibiram o aparecimento de metáforas de outras partes/segmentos do corpo, das quais são interessantes e raras.

Numa fusão entre lista e *corpus*, percebemos alguns itens que só ocorreram na lista. São eles: nariz, orelha, lábio, dente, queixo, barba, secreções, ombro, costas, cotovelo, pulso, umbigo, cintura, coxa, perna, sangue, osso.

Pode-se perguntar por que tais segmentos do corpo não ocorreram como metáfora no *corpus* do projeto **Discurso & Gramática**. O que sugere uma investigação mais detalhada da relação entre disponibilidade e produtividade.

6. Gramaticalização na repetição

Mariângela Rios de Oliveira

Introdução

Propõem-se aqui a investigação, a descrição e a interpretação dos processos de repetição em textos do português produzidos pela comunidade da cidade do Rio de Janeiro na década de noventa.

Por **repetição** se entende a co-referência, exata ou reparada, de um termo lexical no fluxo textual, termo este tomado isoladamente ou na composição de sintagmas nominais e verbais.

A orientação teórica adotada é a da *lingüística funcional*, através do modelo cognitivo experiencialista, com base nos princípios de iconicidade e de expressividade.

Com a tese de doutorado **Repetição em diálogos** (Rios de Oliveira, 1994) inicia-se um novo percurso na trajetória da pesquisa da repetição. A abordagem teórica aí utilizada, com ênfase nos aspectos funcionais do experiencialismo, assume e ratifica o caráter cognitivo das estruturas gramaticais, em particular da repetição, nos moldes em que o assunto é tratado em Votre (1994 b).

Os dados empiricamente trabalhados na tese fazem avançar a pesquisa da repetição. Os resultados obtidos lançam nova luz a esse estudo, reorientando-o na lingüística funcional. Em **Repetição em diálogos** se demonstra que as estratégias de repetição são motivadas icônica e expressivamente, salientam determinados planos discursivos e constituem-se em procedimentos relativamente estáveis, através de suas propriedades semânticas e seletivas.

A pesquisa da gramaticalização na repetição tem como objetivo geral o levantamento, a descrição e a interpretação dos processos gramaticais de repetição que se verificam regularmente em textos orais e escritos da língua portuguesa, tais como:

- a. narrativa pessoal;
- b. narrativa recontada;
- c. descrição de local;
- d. relato de procedimento;
- e. relato de opinião.

Através deste estudo, pretende-se atingir um novo patamar no conhecimento da repetição na norma carioca do português. Para tanto, a investigação possui como referência teórica imediata **A base cognitiva da gramática** (Votre, 1994 b), **Iconicidade, gramaticalização e cognição** (Votre - org, 1994) e **Repetição em diálogos** (Rios de Oliveira, 1994).

Suporte teórico

Esta investigação está fundamentada nos princípios de cognição, iconicidade, expressividade e gramaticalização, nos termos em que se encontram em Hopper e Traugott (1993), Votre (1992: 93; 94 b), Dubois & Votre (1994) e Givón (1990 a, b; 91).

Conforme Rios de Oliveira (1994: 11), a orientação teórica parte do entendimento da repetição como “*estratégia de produção e de expansão semântica e sintática*” e ainda “*como procedimento gramatical regular*”.

De acordo com Votre (1993: 6), “*nada é produzido livremente, no sentido de que cada expressão é depositária de um conjunto de características tais que fazem com que dê conta de um conteúdo específico*”. Segundo tal entendimento, a repetição cumpre duplo papel: a mesma forma (anáfora) a funcionar distintamente a cada nova aparição (catáfora).

Ainda segundo Votre (1993: 6), entende-se “*língua ao mesmo tempo como recurso de organização mental e como instrumento de comunicação, logo, como uma estrutura derivada*”.

Para Givón (1990 a, b; 91), o princípio da iconicidade revela-se na relação de *um-para-um* entre função e forma, entre a significação e sua representação. De acordo com a tese icônica, essa correlação é isomórfica e motivada. Adota-se aqui a formulação *forte* da iconicidade, na suposição de que repetir constitui manutenção formal (anáfora) e renovação conceptual (catáfora).

O princípio da expressividade, de acordo com Dubois & Votre (1994), é um desdobramento do princípio da marcação, formulado por Givón (1990 b). A marcação expressiva é uma dimensão discursiva relativa à persuasão, a concorrer para a expansão coesiva do fluxo textual. Segundo sua formulação, o princípio atua na tarefa de equilibrar os processos de decodificação. Dos subprincípios que o orientam, privilegiam-se aqueles que definem os constituintes expressivos como menos longos e mais frequentes.

Com relação à frequência, também se assume a posição de Traugott e Heine (1991). Segundo os autores, formas lingüísticas mais recursivas tendem com maior probabilidade à gramaticalização. A repetição estaria, pois, nesse conjunto.

A adequação semântica, outro princípio citado pelos mesmos autores como fator de incentivo à gramaticalização, pode se relacionar ainda ao processo de repetição. Segundo esse princípio, certos significados veiculados por determinadas formas lingüísticas fariam destas candidatas preferenciais à gramaticalização. Em **Repetição em diálogos** (Rios de Oliveira, 1994), o postulado se confirma.

De acordo com o modelo funcionalista adotado, os termos gramaticais são motivados cognitivamente. Através do contato humano com o mundo físico-social, eles passam pela experiência fundante e chegam ao domínio textual por intermédio dos atos de fala. A repetição, enquanto constituinte da gramática da língua portuguesa, sofre a influência das condições e demais fatores externos em sua organização discursiva. Ela é um ícone resultante da correlação entre função e forma. Nesse sentido, considera-se a repetição um procedimento organizador da experiência humana, elaborando cognitivamente as camadas hierárquicas constituintes das diversas formas de estruturação lingüística.

Por intermédio das propriedades tópicas de *centração* (relativa à elaboração e relevância do significado) e de *organicidade* (relativa à estruturação e localização do significado), conforme se encontram em Jubran et alii (1992), a repetição, vai, progressivamente, contribuindo para a composição de esquemas textuais do português.

Esquema encontra-se aqui entendido como o “*modelo categórico, determinado por padrões culturais, que se estrutura e expande de acordo com a situação comunicativa*”

(Rios de Oliveira, 1994:8). Os depoimentos orais e escritos do *corpus* **Discurso & Gramática**, representam, desta forma, esquemas de descrição (de lugar e procedimento), de narração (pessoal, recontada e de procedimento) e de dissertação/argumentação (opinião).

Se cada forma da língua é depositária de um determinado significado e se significados diversos se expressam por formatação diversa, o sistema de repetição apresenta-se como um mecanismo multidirecional: é anáfora formal, enquanto recuperação de termo(s) já ocorrido(s), e catáfora conceptual, pela nova função elaborada.

Para o exame da interferência de fatores externos no processamento da repetição, assume-se a teoria do realismo experiencialista, cujos postulados básicos se encontram em Lakoff (1987) e Johnson (1987). Seu último estágio, a transferência metafórica (Sweetser, 1990), demonstra que as formas da língua resultam de etapas da passagem de um domínio a outro. Esse processo tem início no contato homem - realidade, a fase concreta, passa pela experiência fundante, a epistêmica, e chega às formas lingüísticas, a discursiva. A transferência se faz mediante abstração crescente. Em outros termos, do específico para o genérico, do definido para o indefinido.

Objetivos

Os resultados obtidos por intermédio dos elementos empiricamente analisados por Rios de Oliveira (1994) constituem o ponto de partida para o levantamento de novas e mais amplas indagações acerca do funcionamento regular dos procedimentos de repetição nos diversos usos do português.

Com a pesquisa da gramaticalização na repetição, procura-se responder questões tais como: a) Que funções de repetição organizam regularmente os esquemas descritivos, narrativos e dissertativo-argumentativos? b) Em que medida a variável *escolaridade* interfere na taxa e na funcionalidade das estratégias de repetição? c) Até que ponto a distinção de modalidade *fala x escrita* atua no processo de gramaticalização da repetição? d) Que aproximações e diferenciações podem se estabelecer entre os resultados já obtidos na análise do comportamento funcional da repetição em diálogos e outras formas de discurso? e) De que maneira a repetição regulariza a *transferência metafórica de domínios* descrita por Johnson (1987) e Sweetser (1990)? f) Em que termos - discursivos ou gramaticais - se estabelece de modo mais evidente a relação icônica *função-forma* nos usos lingüísticos de repetição da comunidade carioca? g) O princípio da *expressividade* constitui, de fato, o correspondente à marcação icônica, conforme propõem Dubois & Votre (1994)? h) Quais os procedimentos textuais que fazem dessa estratégia um processo multidirecional, enquanto anáfora formal e catáfora conceptual?

Esses, dentre outros objetivos, norteiam a presente investigação. Alguns se formularam a partir de hipóteses levantadas ao longo de toda a trajetória da autora no estudo da repetição em português, como os formulados em **a** e **e**. Outros se revestem de caráter mais especulativo, sem uma hipótese prévia que os fundamente com maior rigor, como **b** e **d**. O tratamento empírico dispensado aos dados, até agora apenas em fase preliminar, deverá abrir caminho para a explicitação das questões de regularização dos processos de repetição.

Hipóteses

Assim como os pontos levantados no item anterior, as suposições iniciais se formulam com base nos resultados obtidos na tese **Repetição em diálogos** (Rios de Oliveira, 1994).

As hipóteses resumidamente apresentadas a seguir possuem caráter geral e abrangente, devido à natureza do fenômeno lingüístico pesquisado, ao tratamento a ser adotado, à orientação teórica fundamentada no modelo funcionalista já referido, ao novo *corpus* ora examinado e mesmo à fase não terminal em que se encontra a análise.

As seguintes hipóteses orientam a pesquisa:

a) As funções de repetição atuam de acordo com o esquema em elaboração; determinadas funções estruturam preferencialmente cada um dos modelos categóricos. Assim, espera-se que a descrição se organize através de repetições basicamente enumeradoras, que a narração se regularize por meio de sucessivas retomadas amplificadoras da função e da forma, e, por fim, que a dissertação-argumentação se gramaticalize com a utilização de repetições de natureza contrastiva e/ou opositiva. b) Admite-se que as variáveis *escolaridade* e *esquema* tenham maior interferência na determinação das funções reguladoras da repetição do que a distinção de modalidade *fala x escrita*. c) Em termos de fala e de escrita, o fator quantitativo, e não o qualitativo, parece ser o de maior relevância. Textos orais e escritos não se distinguiriam tanto em termos de tipologia funcional de repetição; e sim por intermédio da maior incidência desse processo na oralidade. d) Há multidirecionalidade das funções regulares de repetição, o que sustenta o duplo papel anafórico e catafórico que lhes cabe na organização discursiva. e) Face à multidirecionalidade referida acima, postula-se que a transferência metafórica de domínios se relativiza no que concerne à gramaticalização na repetição. Em outros termos, o deslizamento semântico neste caso se faz do genérico para o específico, do indefinido para o definido. A repetição seria a *concretização* da metáfora. f) As funções de repetição são passíveis de enearização, de acordo com a camada textual em exame. Elas *cobrem* diversamente os níveis hierárquicos dos usos lingüísticos. Existem funções organizadoras de sintagmas nominais e verbais, de períodos, de parágrafos e mesmo da totalidade do texto. Essas camadas se sobrepõem e inter-relacionam por intermédio, também, do sistema de repetição. g) À medida em que se amplia o trecho dominado pela repetição, os termos co-referidos tendem a se *vocabularizar*. A hierarquia funcional implica certa redução extensional na formatação da co-referência. h) A hipótese anterior confirma a importância das categorias *prototípicas* (Givón, 1993) ou lexicais para o processo de gramaticalização na repetição. Essas categorias não são neutras; encontram-se condicionadas por fatores internos e externos aos usos lingüísticos. Elas representam os eixos em torno dos quais se regula e se estabiliza parcialmente o sistema de co-referência. i) Correlacionam-se categorias *prototípicas* (Givón, 1993) e *adequação semântica* (Traugott e Heine, 1991), estabelecendo-se, mais uma vez, a conexão léxico-gramática. j) Os resultados obtidos ao término da pesquisa serão aplicáveis a outros textos orais e escritos com características similares aos analisados. Esta representa, realmente, uma das maiores contribuições deste trabalho, ao viabilizar condições para que se conheça melhor e mais precisamente os mecanismos através dos quais atuam regularmente as estratégias tão frequentes de repetição na norma brasileira do português.

Metodologia

Para a execução da pesquisa, utiliza-se o *corpus* **Discurso & Gramática**, composto por depoimentos falados e escritos, coletados e organizados pelos membros (professores e bolsistas) do grupo Discurso & Gramática. Os exemplos abaixo são relatos de experiência pessoal de um informante do terceiro grau, em versão oral (**a**) e escrita (**b**). Encontram-se assinalados com negrito os casos de repetição que interessam especificamente:

a) ... **a gente** foi pra **festa** e::... tinha uma porção de amigo nosso na **festa**... aí **a gente** bebeu pra caramba... aí **saiu da festa**... quando acabou **a gente saiu da festa**...

b) Durante a **festa** eu ele e um amigo nosso, o Marcelo, bebemos todas e no final da **festa** nós estávamos alcoolizados. Depois da **festa** nós fomos no meu carro para uma choperia...

Faz parte da tarefa primeira o rastreamento geral dos depoimentos, inclusive com audição do material sonoro, com vistas à primeira revisão e marcação dos casos de repetição lexical. Nesta fase, os dados se distribuem segundo as variáveis já previstas na confecção do *corpus*:

a. nível de escolaridade dos informantes;

b. modalidade oral ou escrita;

c. esquema discursivo (descrição, narração ou dissertação/argumentação)

Consideram-se as repetições no nível vocabular e no sintagmático nominal e verbal como variáveis adicionais para a pesquisa específica da repetição, tais como os exemplos que se seguem, extraídos do *corpus* referido:

a. ... quando caiu todo mundo... **qua qua qua qua quá**...

b. Falar do **meu quarto**! Logo do **meu quarto**! Bem o **meu quarto** é uma verdadeira bagunça.

c. ... e com tudo que eu **adoro**... né? que eu **adoro** palmito... **adoro** cogumelo... **adoro** pimentão...

Em análise bastante preliminar, constatou-se que repetições como as de **a** (no nível vocabular) são pouco frequentes, semelhantes a casos de onomatopéia, restringindo-se a específicos esquemas narrativos de depoimentos falados de um ou outro informante. As estruturas como as de **b** e de **c** demonstram, a princípio, maior produtividade.

A partir do levantamento geral dos casos de repetição, distribuídos pelas variáveis já mencionadas, será feita a classificação dos dados, separando-os em funções e níveis hierárquicos de organização. De posse desse material assim subdividido, terá início a terceira etapa da pesquisa, quando a análise deverá se deter naqueles processos reveladores de maior produtividade e regularidade. A pesquisa deverá prosseguir com a descrição e a interpretação da repetição, partindo do *corpus* assim redefinido, a fim de que sejam confirmadas ou não as hipóteses iniciais.

Não se faz distinção entre repetição e reparo, considerando-se este uma variante daquela. Conforme se encontra em Rios de Oliveira (1994: 13), “*parte-se do entendimento de que cada termo co-referente é, independentemente de alteração na formatação, uma nova e distinta ocorrência*”.

Os diversos níveis de exatidão da repetição (da total à parcial) não se consideram. Assim, alterações formais relativas à acréscimo, supressão e/ou troca de desinências flexionais nominais e verbais, bem como mudança de grau, não anulam ou desqualificam a

repetição; são aqui tratados como fenômenos de natureza discursiva e não gramatical. O trecho a seguir, da informante Valéria, exemplifica o procedimento; neste relato, considera-se o verbo **roubar** como elemento repetido, independentemente da alteração modo-temporal (imperfeito/perfeito) nas ocorrências finais em função da alternância dos termos **antigamente** e **hoje**:

*... não é que antigamente não **roubava**... lógico que **roubava**... mas hoje em dia a gente está vendo que:: / quem **rouba** mesmo e::... quando **rouba** a gente sabe..*

Um fator que se leva em consideração na pesquisa é a extensão do segmento textual coberto pela repetição, com ênfase para as estruturas de maior proporção, ou macroestruturadoras (Rios de Oliveira, 1994). Interessa em especial a esta pesquisa como se realiza a gramaticalização na repetição em termos mais amplos; como as estratégias co-referenciais concorrem para a regularização do texto como um todo.

O número significativo de trabalhos na área da repetição no português do Brasil tem contemplado justamente níveis textuais mais restritos, nos limites de frases e/ou períodos. Ao pesquisar a gramaticalização na repetição, se pretende que esse exame adquira nova dimensão, analisando e interpretando esse processo não como um procedimento episódico e local do discurso, mas como um mecanismo razoavelmente estável, geral e, portanto, gramatical.

Para tanto, é preciso que se estabeleça a distinção *discurso* - *gramática*. Reserva-se ao primeiro o nível da criação (individual e/ou coletiva), no qual um leque de possibilidades combinatórias é oferecido aos usuários da língua; no domínio do discurso se articulam as estratégias expressivas e as relações icônicas se mostram com maior transparência; em termos de repetição, pertencem ao plano discursivo as retomadas em nível mais restrito, nas quais mais clara e francamente se estabelece a conexão linear *função-forma* e é possível falar de *intencionalidade*.

Já a gramática representa o domínio da regularidade e da sistematização; nesse nível, a iconicidade torna-se menos evidente, pelo caráter geralmente opaco das formas gramaticais; considera-se *repetição gramatical* um número restrito e estável de processos, hierarquicamente articulados, que caracterizam determinados esquemas textuais. Esses esquemas, conforme já mencionado, são pré-existentes ao discurso e se determinam por padrões culturais relacionados a fatores de natureza cognitiva.

Em termos de repetição, iconicidade e expressividade também são princípios relevantes para a descrição e a interpretação gramatical. Embora geralmente relacionados a estratégias discursivas, adotam-se aqui tais princípios devido à própria natureza do processo de repetição, que estrutura desde sintagmas nominais até a totalidade de esquemas textuais. A repetição é um dos mecanismos lingüísticos em que mais acentuadamente se manifestam as relações icônicas e expressivas. Ao se pesquisar a gramaticalização na repetição, é preciso, pois, considerar os princípios referidos.

O depoimento oral a seguir, relato de procedimento da informante Valéria, ilustra o nível de abrangência proposto:

*o mousse é super fácil... **coloca** tudo no liquidificador... é::... são seis ovos... aí:: **bate bem... depois coloca::... um copo** de açúcar... de requeijão... aí:: **deixa batendo bem... depois um copo** de... de chocolate em pó... de preferência Nestlé... que ele é mais forte... aí*

deixa bater bem... depois um tablete de manteiga a ... de /... bate bem... depois é só... colocar na forma e na geladeira...

No relato de Valéria, as repetições de *colocar/coloca*, de *bater/bate/batendo bem* e de *depois* mostram-se mais interessantes para a presente pesquisa do que a de *um copo*. A atenção está voltada para os processos mais amplos e frequentes de repetição, capazes de ratificar a marca cognitiva dessa estratégia gramatical do português

Análise preliminar

O estudo dos processos de gramaticalização na repetição tem início com a pesquisa dos depoimentos de informantes do terceiro grau. O motivo fundamental da escolha de universitários nesta fase primeira se encontra na proximidade de seu nível de escolarização com o daqueles que serviram de *corpus* para a confecção da tese **Repetição em diálogos** (Rios de Oliveira, 1994), em que é analisada a conversação de pessoas graduadas em universidade.

Mesmo nessa fase inicial, algumas hipóteses parecem se confirmar:

a) Os esquemas textuais se organizam através de procedimentos gramaticais de repetição. De acordo com o esquema a ser elaborado, é acionada determinada estratégia de co-referência. Assim, observa-se que os depoimentos de descrição de lugar se regularizam por intermédio de repetição enumeradora, com a utilização preferencial de verbos como *ter* e *ser*. Com esse recurso, os informantes elaboram listagens, que irão compor o quadro descritivo, além de *reterem* a ação verbal, necessária à contenção temporal do modelo referido:

Informante Érica - oral

minha sala não tem muitos móveis... (a gente) tem um te / tem um / uma televisão... tem um aparelho de som... um vídeo... ah... (não)... tem a rede também... (eu fico) entre a rede... e essa cadeira aqui... é::... a cadeira é o melhor lugar pra ver televisão... não tem nada em volta... tem uma mesinha pequena...

Com a repetição de *tem*, é composto o esquema descritivo. A cada nova ocorrência, essa forma verbal é retomada (anáfora) em função do maior detalhamento do local (catáfora). Assim, após cada repetição de *tem* há novo preenchimento semântico, num procedimento icônico através do qual o ambiente vai se compondo à medida que também se compõe o esquema textual. A composição tem início com *muitos móveis*; com as três retomadas seguintes de *tem*, citam-se os constituintes da sala: *televisão*, *aparelho de som*, *vídeo*, *rede*, *cadeira*; a quinta ocorrência de *tem* detalha um pouco mais o quadro descritivo, com a informação de que não há *nada em volta*, e, por fim, a última repetição verbal, com a inserção de mais um componente da sala - *uma mesinha pequena*. As seis ocorrências de *tem* funcionam duplamente para a configuração do esquema da descrição: articulam as listagens formadoras do *cenário* e, devido a seu caráter *estativo*, retêm momentaneamente o fluxo textual para que se organize o quadro descritivo.

Os relatos de procedimento e as narrativas se processam por repetições amplificadoras, que, por sucessivas retomadas formais (anáfora) carregadas de novos dados

informativos (anáfora), fazem progredir tanto a significação quanto a estruturação textual:

Informante Rafaela - oral - narrativa recontada

*... ele conheceu um... um cara lá em Friburgo... que **roubaram o carro dele**... há pouco tempo aqui em Fr/ ... aqui no Rio... na Glória... daí ele ficou louco... porque **tinham roubado o carro dele**... o **carro dele** não era tão novo assim mas pô...*

e mais adiante:

*alguém chegou e deu um toque nele... pra todo dia ele **passar** naquele lugar onde **tinham roubado o carro dele**... **passar** todo dia em frente à **delegacia**... **perguntar** como é que estava o **carro** e tal...*

e ainda:

*... e o bendito do **carro** sumiu... (entendeu?)... ninguém mais... sabia fal/ ouvia falar do **carro**... aí um dia... por um acaso... assim... depois de... sei lá... de uns dois meses... ele **passou** em frente à **delegacia**... e viu o **carro dele**... aí ele entrou na **delegacia** e **perguntou**... “ah e aí... quer dizer que vocês acharam meu **carro**?”... “não... a gente não achou o seu **carro** não”...*

A história contada pela informante se expande (anáfora) através de sucessivas repetições de **carro** (anáfora). O termo surge inicialmente no sintagma oracional **roubaram/tinham roubado o carro dele**, com o qual ela marca o local (*na Glória*) e a época (*há pouco tempo*) do sinistro, com destaque para o roubo (*roubaram/tinham roubado*). Após a repetição de **carro dele**, por intermédio da qual a informante diz que o veículo *não era novo*, surge retomado o verbo **passar** e o nome **delegacia**, em decorrência de novo fato na narrativa (*alguém chegou e deu um toque nele*). Por mais três ocasiões sucessivas, ela retoma **carro**, acrescentando, progressivamente, mais informações (*perguntar como é que estava; sumiu; ninguém mais ouvia falar*) a seu relato. A seguir, repete **passou, delegacia e perguntou**, renovados semanticamente por *depois de... sei lá... de uns dois meses...*, a marcar um outro momento da narrativa. Já neste novo instante, outra vez a informante retoma **carro**, ao representar, em discurso direto, a fala da vítima do roubo com um policial.

Os relatos de opinião se gramaticalizam através de repetições que funcionam na articulação de contrastes e oposições, estruturando o modelo argumentativo:

Informante Valéria - oral

*... eu estou achando agora está **tendo** uma abertura maior... né? **a gente** está... está **vendo** o que está **acontecendo** com o país... está... **tudo** o que está **acontecendo a gente** está **vendo**... não é o que era **antigamente**... onde... **a gente** não sabia de **nada**... ficava **tudo** escondido... achava que::... não **tinha** informação... né?*

E mais adiante:

*... não é que **antigamente** não **roubava**... lógico que **roubava**... mas hoje em dia está **vendo** que::... quem **rouba** mesmo e::... quando **rouba a gente** sabe... e **antigamente** não acontecia isso... não **podia** se falar... não **podia**... **tudo** proibido... não **podia** ter opinião de **nada**...*

Para defender seu ponto de vista, segundo o qual o país passa atualmente por uma fase de maior democracia em relação a décadas passadas, a informante trabalha com

argumentos organizados em torno da oposição *agora/antigamente*, na primeira seqüência, e *antigamente/hoje em dia*, na segunda seqüência. Na estruturação desse sistema opositivo, ela utiliza estratégias de repetição marcadoras do contraste temporal. Assim, na primeira seqüência, ocorre a repetição de **vendo, acontecendo e a gente** a partir de *eu estou achando agora*; com o surgimento de **antigamente**, a informante novamente retoma **gente**, já repetido no primeiro eixo, e **tudo**, estabelecendo o contraste **tudo o que está acontecendo e ficava tudo escondido**. Na segunda seqüência, **antigamente** se repete, juntamente com a forma verbal **roubava**; quando a informante declara *mas hoje em dia*, inicia-se o contraste argumentativo, que tem seu reforço também com a repetição de **rouba, vendo e a gente**, por fim, ela ainda retoma **antigamente**, repetindo **tudo e nada**, já declarados na primeira seqüência.

b) O fator quantitativo, e não o qualitativo, orienta a funcionalidade da repetição na organização de cada modalidade textual. Embora menos gramaticalizada pela repetição, a escrita utiliza procedimentos semelhantes aos da fala em sua estruturação. O que distingue a primeira é a menor freqüência com que usa a estratégia de repetição em relação à segunda:

Informante Érica - oral - relato de procedimento

*... eu sei **fazer** uma florzinha de **papel crepom**... por exemplo... que a gente **fez** no dia das mães... você:: escolhe umas **duas cores de papel**... **duas cores** contrastantes... e corta um::... uma tira... de uns:: trinta centímetros por:: ... cinco (ou) seis... de cada **cor**... é::... um **palitinho** de churrasco cortado ao meio... ou então um **palitinho** mesmo... de:: pirulito... durex... aí:: (ah e) **papel crepom** verde também pra **fazer**... a folhinha...*

Informante Érica - escrita - relato de procedimento

*Para fazer uma flor, precisamos de duas cores de **papel crepom**, para as pétalas, **papel crepom** verde, para as folhas, um palito de pirulito ou de churrasco cortado ao meio.*

Comparados os dois relatos anteriores, observa-se que **papel (crepom)** é a ocorrência comum; o sintagma organiza o quadro descritivo do material necessário para a confecção de uma flor artesanal. Essa organização, funcionalmente, não se distingue em ambos os depoimentos. O que os diferencia é a maior incidência de **papel (crepom)** na fala (três), em contraste com a escrita (duas). Além dessa repetição, aqui tratada como estratégia gramatical, o relato oral apresenta ainda casos de retomada (**fazer/fez, cores/cor, palitinho**)

não articulados como repetição na escrita, que utiliza apenas uma só vez as formas **fazer, cores e palito**, este último em seu grau normal.

c) Confirma-se o princípio da iconicidade, em sua versão *forte*, a orientar os usos de repetição. A relação de *um-para-um* se efetiva em termos de co-referência, no entendimento de que cada recorrência formal (anáfora), de fato, é um novo significado em expansão (catáfora):

Informante Jorge Luís - escrita - relato de procedimento

*Bem eu **faço macarrão** da maneira mais simples.*

*Eu **faço** miojo Lamem. Encho dois copos de água e boto na panela pra ferver depois coloco o **macarrão** espero dois minutos e está pronto!*

Tanto o verbo *fazer* quanto o nome *macarrão* atuam iconicamente no fragmento exemplificado. A segunda ocorrência verbal traz a informação do tipo de alimento preparado pelo informante, especificando-a; o *macarrão* recuperado no trecho final do relato encontra-se muito mais *preenchido* semanticamente do que em sua primeira aparição: ele tem agora marca própria (*miojo Lamem*) e modo e local de preparação (*encho dois copos de água e boto na panela pra ferver*).

d) O caráter icônico demonstrado acima também concorre para a confirmação da tese segundo a qual a repetição seria a *concretização da metáfora*. Segundo a teoria do realismo experiencialista, os atos de fala representariam os domínios mais *abstratos* do processo de transferência metafórica, que se iniciam no contato homem-realidade; mas a repetição, em certo sentido, contraria a abstratização dos usos lingüísticos, uma vez que seu papel é de particularização e de definição semântica. O que aqui é chamado de *concretização* diz respeito ao processo de especificação cumprido pelas estratégias de repetição, tal como ocorre a seguir, em *bife* e *janela*:

Informante Valéria - oral - narrativa recontada

... ele já não gosta muito de *bife*... de carne... aí estava lá... não conseguia partir o *bife* de jeito nenhum e tal... aí ele chamou a atenção do pessoal... pra uma outra coisa... entendeu? apontou assim pro outro lado da mesa ... e ele viu que tinha uma *janela* atrás ((riso)) ele pegou o *bife* e tacou... mas ele não reparou muito... a *janela* estava fechada ((riso)) sério... o *bife* saiu... bateu na *janela*...

O *bife* da primeira ocorrência é o mais *abstrato*, à medida que se repete por mais três ocasiões, sua definição se precisa (*não conseguia partir; tacou; saiu... bateu na janela*). O *bife* repetido ao término da narrativa não é mais *qualquer um*; é um termo definido, com especificidade e história. O mesmo acontece com *janela*, que deixa de se referir a algo indefinido (*tinha uma janela atrás*), para ganhar contornos mais precisos (*estava fechada; o bife bateu*).

e) O princípio da expressividade tem demonstrado relevância. Tende a se confirmar o postulado segundo o qual a gramaticalização na repetição se processa por intermédio de retomadas de termos menos longos, pouco elaborados e mais frequentes:

Informante Rafaela - oral - relato de procedimento

... eu adoro:: *plantar... plantar... plantar* verdes... né? e eu... há pouco tempo... eu aproveitei... quer dizer... eu morava em casa... e agora eu estou morando em apartamento... e eu aproveitei que tem uma jardineira na minha casa... e *plantei*:: temperos... cebolinha... é:: manjerição... essas / esses temperinhos pra fazer molho... colocar em carne () daí eu... *tive que* arranjar... *terra* adubada... *tive que* tirar... porque a *terra* estava cheia de barro... tirei a *terra* com barro... coloquei a *terra* adubada... e aí *plantei*... as coisinhas todas que já estavam:: já era / já não eram mais sementes... elas já eram... esqueci a palavra...

E: muda?

I: já eram mudas... muito bem... (é por aí)... aí eu *plantei* as mudas... elas estão crescendo... eu *tenho que* molhar todo dia... *tenho que* ver como é que está a *terra*... *tenho*

*que afogar... essas coisas todas... e é super legal... eu adoro **plantar**... (e) eu descobri isso há pouco tempo...*

Embora a sequência anterior possua outros casos de repetição (*adoro, há pouco tempo, morava/morando, aproveitei, barro, mudas*), as retomadas verbais *tive/tenho que* e *plantar/plantei* e a nominal *terra* são as responsáveis pela organização geral do esquema em elaboração. As primeiras, de caráter restrito, pertencem à esfera discursiva; já as segundas referem-se ao processo de gramaticalização do relato de procedimento. Cabe a estas a tarefa de concorrer para a estruturação geral de tal esquema textual. Através de *tive/tenho que*, de *plantar/plantei* e de *terra*, a informante vai, coesiva e progressivamente, contando a maneira pela qual exerce a tarefa de recente descoberta; para tanto, utiliza repetições freqüentes de termos pouco elaborados (verbos *ter* e *plantar* e o nome *terra*). Ao relatar, ela não apenas se limita a comentar o procedimento; procura também convencer a documentadora de que a tarefa é prazerosa (*adoro; aproveitei; temperinhos; coisinhas; super legal; descobri*).

7. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal

Maria Angélica Furtado da Cunha - UFRN

Introdução

Identificam-se, no português de Natal/RN, três mecanismos de negação: a negativa canônica **não+SV** (ex. (1) *Com a luz acesa a gente não conseguia dormir*), a negativa dupla **não+SV+não** (ex. (2) *Eu não tirei foto não*) e a negativa final **SV+não** (ex. (3) *Se pegar [catapora] ... tem nada não*). Este trabalho é uma tentativa de analisar e interpretar esses mecanismos sob a perspectiva do princípio de iconicidade e do paradigma de gramaticalização, postulados no quadro da Linguística Funcional, no modelo de Givón (1979, 1984, 1990, 1991, 1995).

Minha análise se baseia em dados de textos reais, produzidos em situação específica de coleta. Esse *corpus* compõe o banco de dados do projeto **Discurso & Gramática** de Natal e compreende os seguintes sub-gêneros discursivos: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e descrição. Levantei um total de 1688 orações negativas em 60 textos falados e 60 textos escritos produzidos por 12 informantes masculinos e femininos de diferentes graus de escolaridade: 4 da 8ª série, 4 da 3ª série do 2º grau e 4 universitários.

Parto da concepção de que as gramáticas das línguas naturais nunca são estáticas e acabadas: tomada sincronicamente, a gramática de qualquer língua exhibe, simultaneamente, padrões regulares, rígidos, e padrões que não são completamente fixos, mas fluidos. Por alguma razão, certos padrões novos se estabilizam, o que resulta numa reformulação da gramática. Nesse sentido, a gramática é um “sistema adaptativo”: enquanto sistema, é parcialmente autônoma mas, ao mesmo tempo, é adaptativa na medida em que responde a pressões externas ao sistema.

A noção de gramática como estrutura maleável é compartilhada sobretudo por lingüistas americanos seguidores da abordagem funcionalista, como Hopper, Dubois, Givón e Thompson, entre outros. Deve-se a Hopper, por exemplo, a expressão “gramática emergente”, ao afirmar que, ou não há gramática, ou a gramática é sempre emergente mas nunca presente (Hopper, 1987: 145). Nesse contexto, a gramática é entendida como o sistema formado pelas regularidades decorrentes das pressões do uso. Essas pressões estão relacionadas a um complexo de necessidades discursivas/pragmáticas fundamentais que pode compreender os propósitos comunicativos do falante de ser expressivo e informativo ou o fenômeno da existência de lacunas nos paradigmas gramaticais ou no universo de conceitos abstratos. Portanto, o desenvolvimento de novas estruturas gramaticais é motivado, quer por necessidades comunicativas não preenchidas, quer pela presença de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações lingüísticas adequadas.

Com relação às negativas de Natal, a questão central que norteia minha investigação é a seguinte:

- a) como se explica a existência de diferentes construções negativas na fala e na escrita de Natal? Essa questão se relaciona a outras mais específicas, a que procuro responder:
- b) quais os contextos de uso próprios de cada uma dessas construções?
- c) qual a trajetória de gramaticalização dos mecanismos de negação canônica (antes do SV), de dupla negação e de negação no final da oração?
- d) em que grau esses três tipos de construção negativa podem ser resultado da manifestação do princípio de iconicidade e do paradigma de gramaticalização?
- e) em que aspectos diferem fala e escrita quanto ao uso dos mecanismos de negação? f) há correlação entre grau de escolaridade do falante e uso de diferentes negativas?

O modelo funcionalista

Sob o enfoque da abordagem funcionalista, o estudo da língua é concomitante ao estudo da situação comunicativa: o propósito do ato de fala, seus participantes, seu contexto discursivo. A idéia central é que a língua é usada, como o é, para satisfazer necessidades comunicativas. Desse modo, cabe, ao lado da descrição sintática, investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas, seus contextos de uso específicos (Bolinger, 1977).

O funcionalismo representa uma tentativa de explicar a forma da língua através do uso que se faz dela. A explicação para as estruturas lingüísticas deve ser procurada no uso real a que elas se prestam na situação de comunicação. Em outras palavras, a hipótese que acolho é que a forma da língua deve refletir a função comunicativa que exerce ou ser restringida por ela. Nesse sentido, a língua é tida como uma estrutura maleável, uma vez que está sujeita às pressões do uso e se constitui de um código não inteiramente arbitrário. A codificação morfosintática é, em grande parte, resultado do uso comunicativo da língua. A gramática é vista como um conjunto de estratégias empregadas para produzir comunicação coerente. Sob essa perspectiva, as regras da gramática são entendidas como não-arbitrárias, motivadas ou icônicas.

Não se pode negar, contudo, que essa postura é idealizada, visto que existem muitos casos em que não há uma relação clara, transparente, de um para um entre função e forma, entre conteúdo e expressão. Assim, a versão “madura” (em oposição à “radical”) do funcionalismo admite a existência de arbitrariedade na codificação lingüística porque, na língua que falamos diariamente, há contextos comunicativamente opacos, vagos, aparentemente arbitrários mas convencionais. Nesses casos, a regra da gramática não reflete seu uso devido à pressão da regularização sintática, que favorece os processos de gramaticalização e cristalização das formas lingüísticas. Seguindo Givón (1991), estou admitindo que a iconicidade do código lingüístico está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas tanto na forma quanto na função: o código (forma) sofre constante erosão pelo atrito fonológico e a mensagem (função) é constantemente alterada pela elaboração criativa. Ambos os tipos de pressão geram ambigüidade: quanto ao código, verifica-se correlação entre uma forma e várias funções; quanto à mensagem, observa-se correlação entre várias formas e uma função.

Dentre os princípios e categorias analíticas do modelo funcionalista, vou trabalhar especificamente com o princípio de iconicidade e o paradigma de gramaticalização, tal como retomados e desenvolvidos no quadro da lingüística funcional contemporânea.

O princípio de iconicidade, em sua formulação mais geral, afirma que, quanto menos previsível for uma informação, maior vai ser a codificação morfossintática, isto é, quanto mais surpreendente e mais relevante a informação, mais material fônico ela exhibe. Por sua vez, o processo de gramaticalização de uma construção se origina de um novo uso dessa construção motivado por necessidades pragmáticas. O efeito desse novo uso é tal que causa a regularização/simetrização da construção, cristalizando-a.

Motivações discursivas no uso da negativa

As orações negativas que analiso se distribuem como se segue:

	Fala (1505 or.)			Escrita (183 or.)		
	não+SV	não+SV+ não	SV+ não	não+S V	não+SV+ não	SV+ não
8ª S.	298	67	05	55	0	0
3ª S.	524	51	02	63	0	0
Univ.	517	39	02	65	0	0
Total	1339	157	09	183	0	0

Quadro 1: Distribuição dos tipos de negativa conforme o canal

O quadro 1 permite algumas observações iniciais. A primeira delas diz respeito ao comportamento diferenciado entre os dados da fala e da escrita em relação ao uso dos mecanismos de negação. A fala apresenta uma maior variedade de construções negativas do que a escrita, isto é, embala de forma diferente os mecanismos de negação da expectativa. Enquanto todos os três tipos de construção negativa ocorrem na fala, apenas a negativa canônica está presente nos textos escritos. Essa distribuição reflete a trajetória do processo de gramaticalização das construções com negativa dupla e final, que se manifesta primeiramente no canal falado, como veremos adiante. A esse propósito, vale notar que o recurso de negação é menos usado na escrita (183 orações) do que na fala (1505 orações), pois até mesmo a negativa canônica é bem menos freqüente nos textos escritos do que nos falados. Assim, pode-se dizer que o canal falado favorece a ocorrência da modalidade negativa, de um modo geral.

É possível, ainda, atribuir a ausência da dupla negação e da negação final na escrita à pressão exercida pelo ensino normativo do português, que procura excluir do registro escrito as construções com mais de uma marca de negação, utilizadas em situações mais informais de comunicação. Nesse sentido, observe-se que, em meus dados da fala, à medida em que aumenta o grau de escolaridade do falante, decresce a ocorrência de negativas duplas e negativas finais. Haveria, assim, uma correlação entre grau de escolaridade e uso de diferentes mecanismos de negação, o que evidenciaria o papel do ensino da língua na prescrição do uso das orações negativas tidas como muito informais, típicas do canal falado.

O quadro 2 apresenta os números relativos a grau de escolaridade e tipos de negativa encontrados na fala:

Escolar	Total	não+SV	não+SV+não	SV+não
8ª S.	370	298 (80.5%)	67 (18%)	05 (1.3%)
3ª S.	577	524 (90.8%)	51 (8.8%)	02 (0.3%)
Univers	558	517 (92.6%)	39 (6.9%)	02 (0.3%)

Quadro 2: Distribuição dos tipos de negativa na fala conforme a escolaridade do falante

Uma outra observação diz respeito à baixa ocorrência de negativas com **não** no fim da oração (**SV+não**), que parece estar relacionada ao tipo de instrumento de coleta utilizado nesta pesquisa (gravação de relatos produzidos pelos informantes). A observação empírica da fala de Natal leva a crer que **não** no fim da oração ocorre, predominantemente, como resposta a perguntas diretas. De fato, das 9 construções com **não** final constatadas no *corpus* falado, 3 se encaixam nesse caso. Veja-se o exemplo abaixo, em que o falante ensina como acompanhar, ao teclado, uma pessoa cantando:

(4) Você dá o mesmo acorde e fica lá ... passando por cima das notas ... isso aí é ... como é o nome? **sei não**.

Há, portanto, indícios de que o uso da construção com **não** final é favorecido em contextos de resposta a perguntas formuladas no trecho que imediatamente precede a ocorrência dessa construção.

Do ponto de vista da motivação discursiva, os três tipos de oração negativa ocorrem em trechos em que a negativa é usada para negar um fato que o interlocutor tinha como certo. Assim, a negativa não é usada para introduzir informação proposicional nova, mas para negar informação já presente no discurso ou ao menos compartilhada por falante e ouvinte pelo conhecimento de mundo. Vejamos alguns exemplos.

No trecho abaixo, a informante narra um filme a que assistiu (Mudança de hábito) em que a personagem principal, uma cantora de boate que se refugia num convento, envolve-se com o coral da igreja:

(5) E ... a ... tinha um coral ... né? um coral grande... um coral de senhoras lá ... de freiras do convento e nos dias que ela [a cantora de boate] entrou lá ... tava um pouco desanimado ... sabe ... acho que ... é ... que por causa da nova regente... **ela não tava sabendo reger direito**... não sei que ... então ela foi no ensaio um dia ... foi no ensaio um dia ... né? a noviça chamou ela pra cantar no coral ... então quando ela chegou lá ela já tava enturmada com música ... era cantora ... sabe ... aí ela viu que a noviça ... a freira que dirigia ... a regente do coral ... tava errando lá um monte de coisa ... né? quando ia dar as notas pra pessoa...**não dividia o coral em vozes**... né? soprano ... contralto ... esse negócio todo...

Espera-se, com base na nossa experiência, que um regente de coral tenha conhecimentos musicais que lhe permitam desempenhar essa tarefa a contento. A negativa contradiz essa expectativa e avisa ao leitor que ele sabe "errado", negando somente a porção asseverada da afirmativa correspondente, enquanto a pressuposição não é atingida.

O exemplo seguinte foi retirado de um trecho em que a informante narra o filme Uma linda mulher:

(6) Eu sei que ... ele [o personagem principal] foi ... foi ... ele foi num cavalo ... imagine ... em Nova York ... num cavalo branco ... uma espada ... todo no estilo de príncipe e um motorista dele ... nesse tempo ele ... **num era um motorista dele não** ... era do hotel porque ele ficou sem motorista ... como eu disse a você no começo do filme ... né? ele tinha que dirigir sozinho ... aí foi acompanhando ...

Em (6), a construção com duplo **não** nega uma informação fornecida anteriormente pela própria informante, a de que o carro que acompanhava o personagem principal era guiado pelo seu motorista particular.

A construção com **não** final, no exemplo abaixo, ocorre num trecho em que a informante reconta o filme O lobisomem em Londres:

(7) E: E a namorada dele sabia ... todo tempo e queria ficar com ele?

I: **Sabia não** ... ela veio saber já no último ... no último ... né? bem dizer nas últimas conseqüências que foi ... que foi o médico que ligou pra ela e disse que é ele que era o lobisomem...

Nesse caso, a negativa é usada para desfazer a expectativa da entrevistadora, que estranha o fato de que a namorada do lobisomem soubesse que era ele o responsável pelas mortes ocorridas em Londres àquela época e ainda assim quisesse ficar com ele.

Com relação à motivação discursiva, portanto, os três diferentes tipos de construção negativa apresentam a mesma função. Essas construções ocorrem no discurso em contextos em que a afirmativa correspondente já foi mencionada ou é do conhecimento do interlocutor. Seu uso implica uma comparação entre o que é asseverado e o que é pressuposto, esperado ou assumido como sendo a norma. A principal função do marcador de contra-expectativa **não**, portanto, é relacionar a asseveração ao mundo das pressuposições, expectativas e convenções sociais.

As orações negativas com duplo **não** merecem algumas considerações. É freqüente, nas negativas, o uso de itens, de sentido negativo ou não, cujo efeito é o de reforçar a própria idéia de negação (cf. Cunha & Oliveira, 1993). Os processos de intensificação da negativa - e entre eles está a oração com duplo **não** - têm por objetivo explicitar a posição do falante em relação aos estados de coisas a que se refere, reforçando, assim, a quebra da expectativa do ouvinte.

Quanto ao contexto de uso específico das negativas com duplo **não**, observei que essa construção é usada, predominantemente (cerca de 84% dos casos), em trechos em que o informante interrompe momentaneamente o tema ou tópico central, fazendo uma digressão que corresponde ao que Givón chama de pausa temática. Em (8) a informante fala sobre um congresso de jovens batistas de que participou. O tópico desse trecho é o Grupo Agraphos, que tocou o cântico oficial. Então, usando a negativa dupla como um fundo que dá sustentação à linha principal da comunicação, faz um comentário sobre a letra do cântico, abandonando, temporariamente, o tópico Agraphos:

(8) ... teve a abertura ... no caso ... um grupo ... o Grupo Agraphos dirigiu a música ... o cântico oficial ... né? do congresso que falava sobre o tema ... né? falava sobre a bíblia e

dirigia ... ***não vou falar agora a letra do cântico não*** que é muito difícil ... mas o Grupo Agraphos ... né? da igreja de Santarém e Jordão ... eles dirigiam esse cântico ... inclusive foi um dos componentes ... dos componentes que fez a letra...

Em (9) o falante narra o filme Cemitério Maldito, que lhe foi contado por seu irmão. O tópico desse trecho é representado pelos meninos em cuja casa se desenrolam os eventos centrais do filme e que resolvem conhecer o cemitério. A negativa dupla ocorre como material de apoio, em que o falante detalha a comunicação central, suspendendo o tópico *os meninos*, que é retomado logo após a negativa:

(9) ... aí [os meninos] tentaram sair do cemitério foi que num acharam mais que o medo era muito grande ... num acharam mais a saída ... aí quanto mais eles iam andando mais eles entravam no cemitério ... aí ficaram muito assustados que era um negócio bem diferente assim ... ficaram muito assustados e voltaram pra casa ... conseguiram sair de lá e voltaram pra casa num sei como ... como num sei como foi ... meu irmão disse que ***também num entendeu não*** como ... eles conseguiram voltar em casa e contaram lá ao pai dela né?....

Outras ocorrências de duplo ***não*** se dão em trechos que apresentam discurso direto (cerca de 16% dos casos), como no exemplo (10), em que a informante reproduz a fala de outro a respeito do tema religião. Note-se a mudança do sujeito *essas pessoas* para *eu*, de discurso direto suposto, na oração com duplo ***não***:

(10) Elas dizem que acreditam ... que acreditam na bíblia ... mas a minha dúvida é que se acreditassem ... se acreditassem na bíblia ... né? elas ... tinham alguma mudança de vida nisso ... nosso mundo seria talvez bem melhor ... né? se elas realmente acreditassem na bíblia ... mesmo essas pessoas que dizem que não acreditam ... por exemplo ... ***não ... eu não acredito em religião não*** ... mas você crê em Deus? creio ... creio em Deus ... você acredita que a palavra de Deus é verdade? acredita que realmente tudo o que tem na bíblia é verdade? acredito ... não é? mas ... não procuram ler ... não procuram estudar ... não procuram entender ... né?

A ocorrência de discurso direto (com sujeito *eu* e *você*) em um trecho apoiado na terceira pessoa constitui também um tipo de pausa temática. Na oração com discurso direto em (10), por exemplo, a falante apresenta a informação como uma circunstância de fundo, para dar apoio à sua argumentação, produzindo uma quebra da cadeia tópica.

Em (11), o falante reproduz a fala do seu médico, mudando o sujeito *eu* para *você*, na oração com duplo ***não***, produzindo, então, uma quebra na cadeia tópica. Com esse recurso, explica o que motivou a sua mudança de endereço e como essa mudança influenciou o seu comportamento:

(11) ... então eu era um cara super fechado assim ... um ... num falava com ninguém ... num abria os ... num abria os olhos pra ver o mundo ... foi aí que eu fui ao a um alergista ... aí ele disse ... ah ... você tem que se mudar do ambiente que você tá ... que passa muito ônibus ... é muito poluído ... mude pra um ambiente mais limpo porque ***sua renite num tá muito boa não*** ... aí mainha procurou ... passou ... seis meses sei lá quanto tempo ... procurando nos classificados algum lugar que ... fosse mais propício pra ... pra tratar da minha ... alergia ... aí quando a gente mudou pra cá ... todo o meu mundo sei lá parece que ...

expandiu os horizontes assim ... mudei pra cá ... tenho vários amigos no colégio que mora aqui perto ...

Os casos de duplo **não** constatados em meus dados permitem supor que esse tipo de negativa é favorecido em contextos que correspondem a uma pausa temática, isto é, trechos em que há uma suspensão ou interrupção da cadeia tópica principal.

Dos três tipos de negativa examinados, a negativa canônica **não+SV** é a construção não-marcada, sob três aspectos: a) com relação à frequência - é a que registra maior ocorrência; b) quanto à complexidade estrutural - é a mais simples do ponto de vista morfológico; c) com relação ao contexto de uso - pode ocorrer nos mesmos ambientes que favorecem tanto a negativa dupla quanto a negativa final.

Negativa e iconicidade

Novas propostas com ênfase no princípio de iconicidade podem ser aplicadas na análise da negativa. Nos estudos de orientação funcionalista, há uma tendência em postular uma correlação idealizada entre forma e função (Bolinger, 1977). Assim, em sua versão mais radical, o princípio de iconicidade diz que:

- a) na codificação lingüística, há uma relação de um para um entre forma e função;
- b) essa relação é motivada e não arbitrária;
- c) essa relação é assimétrica pois é a função que determina a forma e não o contrário.

Estudos sobre os processos de variação e mudança, que permitem a existência de duas ou mais formas alternativas de dizer "a mesma coisa", levaram à reformulação do princípio de iconicidade. Em sua versão mais branda, esse princípio se manifesta em três subprincípios, que se relacionam à quantidade de informação, ao grau de interação entre os constituintes da expressão e do conteúdo e à ordenação linear dos segmentos. Neste trabalho, interessa-me, em especial, o subprincípio da quantidade. Sua base cognitiva se encontra nas áreas de atenção e esforço mental ou complexidade cognitiva. Esse subprincípio se manifesta como se segue:

- a) quanto maior a quantidade de informação a ser transmitida, maior será a quantidade de forma a ser utilizada na codificação morfossintática dessa informação;
- b) quanto mais imprevisível (mais nova) for a informação, maior será a quantidade de forma a ser utilizada;
- c) quanto mais relevante for a informação em termos da continuidade temática ou discursiva, maior será a quantidade de forma utilizada para codificá-la. (Givón, 1990:969)

A construção com duplo **não** fornece evidência favorável ao princípio icônico da quantidade. Observa-se, nas negativas canônicas (**não+SV**), um processo de enfraquecimento fonético do operador **não** que precede o SV. No discurso falado rápido, a pronúncia do **não** tônico se reduz para **num** átono, ou até mesmo para uma simples nasalização. Para reforçar a idéia de negação da expectativa do ouvinte, o falante utiliza um segundo **não** no fim da oração. Esse **não** final pode ser visto como uma estratégia para suprir a erosão fonética do **não** antes do SV e o conseqüente esvaziamento do seu conteúdo semântico. Assim, a construção com duplo **não** reflete a ação do princípio de iconicidade,

da seguinte maneira: uma vez que o *não* que antecede o SV está fonética e semanticamente desgastado, faz-se necessário o acréscimo de outro *não* para reforçar o sentido negativo da oração. Ou seja, quanto mais imprevisível se torna a informação, mais codificação ela recebe. Do ponto de vista cognitivo, "imprevisível" e "relevante" representam o segmento que é menos freqüente, mais marcado, que exige mais atenção. É o caso da oração negativa, que, além de menos freqüente, no texto, do que a afirmativa, é também estruturalmente mais complexa, no sentido de que tem, no mínimo, um morfema a mais que a afirmativa.

Pode-se, portanto, concluir que a estrutura com duplo *não* emerge como resposta à necessidade do falante de reforçar uma relação que já existe mas se tornou desgastada. O desenvolvimento dessa estrutura é motivado por uma necessidade comunicativa. Esse novo recurso gramatical se desenvolve a despeito da existência da estrutura negativa canônica que lhe é funcionalmente equivalente. O desgaste da substância fonética da forma gramaticalizada (*não+SV*) pode ser resultado da ação de dois fatores: por um lado, o subprincípio icônico da quantidade reduz o material usado para codificar a forma gramaticalizada; por outro, a freqüência de uso da forma gramaticalizada favorece o desgaste de sua substância fonética. A não ocorrência da negativa dupla na escrita está relacionada à sua origem pragmática: na escrita, não há enfraquecimento do *não* e, portanto, não há necessidade de reduplicação desse marcador negativo para efeitos de reforço e/ou ênfase, típicos da fala.

Uma evidência a favor da hipótese de enfraquecimento do *não* antes do SV é a possibilidade da construção negativa que exhibe apenas um *não* no fim da oração. Nesse caso, o processo de enfraquecimento teria atingido o estágio final, com o desaparecimento do *não* que precede o SV. A raridade de construções desse tipo no meu *corpus* pode indicar que o processo de enfraquecimento do *não* ainda se encontra em seu estágio inicial. Vale ressaltar, contudo, que o tipo de *corpus* com que trabalho não representa o contexto propício para a ocorrência das negativas finais que, como já foi dito, ocorrem preferencialmente em respostas a perguntas diretas.

Negativa e gramaticalização

Associado à concepção de gramática como estrutura maleável, emergente, o conceito de gramaticalização é retomado e desenvolvido pelo funcionalismo contemporâneo. O termo 'gramaticalização' tem dois sentidos: o de paradigma e o de processo. Como paradigma, a gramaticalização focaliza como as formas e construções gramaticais surgem, como são usadas e como modelam a língua. Assim, o paradigma de gramaticalização diz respeito à interdependência entre estrutura e uso, buscando, então, descrever e explicar, concomitantemente, um tipo especial de variação/mudança lingüística e o grau de desgaste/manutenção das formas que mudam. Como processo, o termo gramaticalização se refere ao fenômeno lingüístico que o paradigma de gramaticalização procura entrever, ou seja, aos processos pelos quais os itens se tornam mais gramaticais ao longo do tempo. Nesse caso, a gramaticalização é entendida como um processo diacrônico e um continuum sincrônico que atingem tanto as formas que vão do léxico para a gramática como as formas que mudam no interior da gramática. Trata-se de um processo lingüístico de organização de categorias e de codificação que pode ser estudado tanto através do tempo quanto sincronicamente.

O processo de gramaticalização prevê a mudança de enunciados construídos relativamente livres no discurso para construções relativamente fixas na gramática. Nesse

sentido, a gramaticalização envolve não apenas a reanálise de material léxico em material gramatical, mas também a reanálise de um padrão no domínio do uso da língua em um padrão no domínio da estrutura lingüística, ou seja, a reanálise de um padrão discursivo em um padrão estrutural. A evolução de estruturas sintáticas e morfológicas se dá, então, através da fixação de estratégias discursivas. Certos padrões da estrutura lingüística surgem repetidamente nas ocorrências textuais em resposta a um conjunto de necessidades discursivas. É a consistência desses padrões recorrentes nas ocorrências discursivas que permite a eles exercer pressão sobre os tipos lingüísticos. Nas palavras de Dubois (1987), as gramáticas codificam melhor o que os falantes fazem mais, isto é, a língua fornece os mecanismos de codificação para as funções discursivas que os falantes mais freqüentemente precisam desempenhar.

Segue-se, daí, que o papel da freqüência textual é muito importante no processo de gramaticalização de um item pois há uma relação direta entre freqüência de ocorrência e emergência da gramática: o aumento da freqüência de um item no discurso é um forte indicador de sua gramaticalização.

Como se pode notar, nos estudos sobre gramaticalização o papel do falante e do ouvinte negociando o significado em situações comunicativas é de grande interesse. A questão do desgaste que as formas lingüísticas sofrem com o uso rotineiro é central nessa perspectiva. A rotinização no uso da língua leva a uma redução fonética da forma e a uma perda do seu conteúdo semântico. Observa-se que, por um lado, há uma tendência em reduzir o sinal falado no discurso rápido. Por outro lado, se uma forma ou conjunto de formas é freqüentemente repetida, ela perde seu valor expressivo. O enfraquecimento fonético e semântico tornam necessário o reforço da informatividade e da expressividade. A necessidade de expressão tem como resultado a emergência de uma forma, ou conjunto de formas, nova. Essas formas inovadoras tipicamente começam como variantes usadas esporadicamente, sua freqüência aumenta com o passar do tempo e finalmente elas podem vir a substituir completamente as formas antigas. A forma antiga e a nova podem ter significados ligeiramente diferentes ou serem reconhecidas como alternativas estilísticas. Uma forma inovadora normalmente não emerge por toda uma comunidade lingüística: freqüentemente, há diferenças entre os registros falado e escrito e entre as gerações de falantes. É por essa razão que, em geral, existe mais de uma estratégia numa língua para desempenhar funções semelhantes ou mesmo idênticas. A sobreposição, uma das propriedades do processo de gramaticalização, refere-se à coexistência de várias camadas de um fenômeno gramatical de tal modo relacionadas que as formas mais antigas se mantêm na língua junto com as versões gramaticalizadas mais recentes. Isso quer dizer que novos recursos gramaticais podem-se desenvolver a despeito da existência de estruturas antigas funcionalmente equivalentes.

Quanto às negativas de Natal, o termo 'gramaticalização' está sendo usado para se referir ao processo de transição de uma estrutura do nível pragmático para o nível sintático.

Entre as características mais salientes da gramaticalização, três se aplicam sob medida aos mecanismos de negação de Natal: a primeira se refere ao processo de enfraquecimento da substância fonética e do conteúdo semântico da unidade lingüística gramaticalizada, como é o caso da negativa canônica; a segunda se relaciona ao fato de que a freqüência de uso de uma estrutura aumenta à medida que ela sofre o processo de gramaticalização, como parece se dar com a negativa dupla, e a terceira diz respeito à sobreposição ou coexistência das três formas alternativas de negação no discurso falado.

Subjacente ao processo de gramaticalização das negativas, há um princípio cognitivo específico chamado “o princípio de exploração de velhos meios para funções novas”, segundo a formulação de Heine et al. (1991). Nesse sentido, a emergência das negativas do português de Natal pode ser interpretada como o resultado de um processo que tem como meta a solução de um problema de informatividade. A estrutura com duplo *não* emerge como resposta à necessidade do falante de reforçar uma relação que já existe mas se tornou desgastada. O desenvolvimento dessa estrutura é motivado por uma necessidade comunicativa. Esse novo recurso gramatical se desenvolve a despeito da existência da estrutura negativa canônica que lhe é funcionalmente equivalente. Vimos que, na fala, a negativa canônica alterna com a negativa dupla nos contextos que identificam uma pausa temática. É a recorrência da estrutura *não+SV+não*, na fala, que reflete a sua potencialidade para a gramaticalização e, portanto, a possibilidade de mudança da estrutura negativa canônica.

A atuação do princípio de iconicidade nas negativas está diretamente relacionada à trajetória de gramaticalização da construção com duplo *não*. Essa trajetória tem início com o enfraquecimento do *não* nas negativas canônicas. A necessidade pragmática de acentuar o sentido de negação da oração faz surgir, então, a construção com duplo *não*. A repetição no uso dessa construção transforma-a em uma construção regular, que passa a fazer parte da gramática da língua. É de se supor que, se o processo de enfraquecimento do *não* avança, a ponto de eliminar o *não* que antecede o SV, a tendência, na fala de Natal, será o aumento, em certos contextos, na frequência de ocorrência tanto de orações com duplo *não* quanto de orações com *não* final. Uma vez que a estrutura com duplo *não* emerge para resolver um problema pragmático de informatividade, é na fala que o processo de gramaticalização dessa estrutura tem início; à medida que esse processo avança, é possível que a negativa dupla venha a ocorrer também na escrita. Como destacam Thompson & Mulac (1991:314), há certos fatos que só podem ser descobertos se examinamos dados da conversação, em particular, as pistas para a gramaticalização de uma determinada construção sintática.

Uma última observação se faz necessária com relação à negativa com *não* final. Essa construção aparentemente contradiz o subprincípio icônico da quantidade na medida em que a informação imprevisível é expressa no fim da oração. Uma possível explicação para o fato de que esse tipo de negativa é menos transparente, menos icônico - ou mais arbitrário - é que ele se constitui no ponto de chegada da trajetória da gramaticalização. Para Heine et al. (1991:224), a gramaticalização é o resultado de uma manipulação conceitual e, portanto, a reestruturação cognitiva precede a mudança lingüística. Isso significa que a iconicidade entre estrutura conceitual e estrutura lingüística está sendo consistentemente manipulada. O efeito é assimetria entre estrutura cognitiva e estrutura lingüística, característica saliente do processo de gramaticalização. Assim, a gramaticalização dos mecanismos de negação que ocorrem na fala de Natal pode ser vista como uma violação do princípio "uma função, uma forma".

Vários lingüistas referem-se ao processo de reforço, ou de marcação redundante, da negativa como um caso comum na história de muitas línguas. (cf. Ashby (1981), Payne (1985) e Hopper & Traugott (1994), entre outros). Payne (1985: 224) observa que há uma forte tendência, nas línguas em geral, para enfatizar e reforçar a partícula negativa, frequentemente pela adição de uma outra partícula em outra porção da cláusula, formando um par de negativas encadeadas. O exemplo clássico citado é a construção negativa do francês, em que os pares *ne ... pas* e *ne ... point* circundam o verbo, como em *je ne chante*

pas. A negativa original do francês é a partícula pré-verbal *ne* derivada do latim *non*; nos textos do Francês Antigo, *ne* ocorre sem as contrapartes *pas* ou *point*, construção que ainda pode ser constatada em expressões do francês contemporâneo como *je ne saurais dire*. A partir do século XII, contudo, *ne* foi reforçado por *pas*, do latim *passum* ('passo') e *point*, do latim *punctum* ('ponto'). Havia, ainda, uma outra partícula, *mie*, do latim *mica* ('migalha'), que não se manteve. Acredita-se que essas partículas originalmente eram objetos dos verbos com os quais estavam associadas, como por exemplo em *il ne marche pas*. Quanto à partícula *pas*, à medida que ela perdeu sua qualidade enfática, passou a ser usada em quase todos os contextos sintáticos, de tal modo que no francês coloquial moderno sua ocorrência é possível mesmo na presença de outros objetos do verbo. Além disso, nessa variedade do francês, a partícula pré-verbal *ne* é omitida, o que resulta numa construção negativa que exhibe apenas a partícula pós-verbal *pas*, um traço incomum em uma língua SVO como o francês. De acordo com Payne (apud Jespersen 1946:427), a posição pós-verbal do *not* do inglês é explicável de modo semelhante: a partícula original pré-verbal *ne* do Inglês Antigo foi primeiramente reforçada pela partícula pós-verbal *nawiht* ('nothing'), a qual, após a perda do *ne*, desenvolveu-se em *not*.

Hopper & Traugott (1994:58) também citam o desenvolvimento da negação em francês como exemplo da interação cíclica entre reanálise, analogia (i.e, generalização) e reanálise. Esse processo se constituiu das seguintes etapas: 1) negação com *ne* antes do verbo; 2) reforço opcional dos verbos de movimento através de *pas*; 3) reanálise de *pas* como uma partícula negativa do tipo *ne V movimento (pas)*; 4) extensão analógica de *pas* para outros tipo de verbos: *ne V (pas)*; 5) reanálise da partícula *pas* como um componente obrigatório de *ne* para a negação em geral: *ne V pas*; 6) substituição de *ne* por *pas* na língua falada, via dois estágios: (*ne*) *V pas* (reanálise de *ne* como opcional) e *V pas* (reanálise pela perda de *ne*).

Para Ashby (1981), a retenção ou supressão de *ne* na negativa do francês moderno não é livre, e sim condicionada por fatores gramaticais, estilísticos e sociais, de tal modo que quanto mais informal o registro e quanto mais jovem o falante, maior a probabilidade de supressão de *ne*, o que confirma a mudança em curso. Ashby ressalta que a gramaticalização de um segundo marcador negativo é uma inovação no francês, se comparado ao latim não clássico e a outras línguas românicas, em que o operador negativo só é reforçado esporadicamente, em especial por substantivos que denotam insignificância.

É possível traçar um paralelo entre o processo de mudança da estrutura negativa em francês com o que se observa nas negativas do português de Natal. Na negativa dupla do português (*não+SV+não*), a negação também é redundantemente marcada: o segundo *não* vem reforçar a contra-expectativa veiculada pelo primeiro *não*, que se acha desgastado de substância fonética e de conteúdo semântico. Vimos, ainda, que a distribuição da negativa dupla está relacionada ao grau de escolaridade do falante e ao tipo de canal: em meus dados, esse tipo de negativa ocorre predominantemente nos textos falados dos estudantes da 8ª série (supostamente mais jovens do que os do 2º e 3º graus). Quanto à negativa final (*SV+não*), sua ocorrência parece estar condicionada por fatores estilísticos, na medida em que o seu contexto de uso próprio corresponde a respostas a perguntas diretas. Assim, tal como acontece com a supressão de *ne* em francês, as estruturas negativas em processo de gramaticalização no português de Natal também estão condicionadas por fatores gramaticais, estilísticos e sociais, o que reflete uma das características do processo de gramaticalização.

Em francês, a gramaticalização de *pas* tornou *ne* redundante; em português, o avanço da gramaticalização do segundo *não*, na negativa dupla, pode ter como resultado a omissão do primeiro *não* e, conseqüentemente, o aumento na frequência da negativa final. A diferença entre os dois processos de gramaticalização é que, em francês, o segundo elemento do par de marcadores negativos, *pas*, não é um item de sentido originalmente negativo, como acontece no português, mas um item lexical (substantivo) que se especializou em uma função gramatical.

Como se pode ver, há muitos pontos em comum entre os mecanismos de negação no francês e no português. Essas semelhanças autorizam a interpretação de que a negativa dupla no português de Natal está em processo de gramaticalização. Após um estágio de estabilidade dessa estrutura, com a co-ocorrência dos dois marcadores negativos, é de se esperar que, na fala, o *não* que antecede o SV seja completamente omitido, via reanálise, tendo como resultado a estrutura **SV+não**, que, por sua vez, passa a sofrer o processo de gramaticalização, a exemplo do que se deu no francês.

Considerações finais

O *corpus* examinado neste trabalho atesta a ocorrência de diferentes mecanismos de negação no português de Natal. A análise dessas construções revela que a ocorrência de uma oração negativa, no texto, atende a motivações discursivas: a negativa é usada para negar um fato que o interlocutor tinha como certo, ou por ter sido mencionado anteriormente ou por fazer parte do senso comum.

É possível identificar os contextos específicos que controlam a ocorrência dos três tipos de negativa. Desse modo, a negativa final é usada, preferencialmente, em contextos de resposta a perguntas diretas; a negativa dupla restringe-se a contextos que representam uma pausa temática e a negativa canônica é não-marcada, podendo ocorrer nos contextos que favorecem tanto a negativa final quanto a negativa dupla.

A análise do *corpus* indica uma correlação entre o uso dos mecanismos de negação, o grau de escolaridade do falante e o tipo de canal em que o texto é produzido, do seguinte modo: quanto mais formal o texto e quanto mais alto o grau de escolaridade, menor a variedade de construções negativas. Assim, por um lado, é nos dados da fala que ocorrem todos os três tipos de negação, em oposição aos dados da escrita, em que só se registra a ocorrência da negativa canônica **não+SV**. Por outro lado, é na fala dos estudantes da 8ª série que se encontra a maior frequência das três construções negativas.

Essa distribuição reflete uma influência do processo educativo no uso dos mecanismos de negação, uma vez que o ensino normativo da língua prescreve o emprego de mais de uma marca de negação na mesma oração, como se constata na seguinte afirmação de Said Ali (1964:198):

"Para o povo, o acúmulo de negativas indica reforço ... Diferentemente de nós (a gente de Letras), e de acordo com a linguagem vulgar, os escritores antigos, e ainda alguma vez os quinhentistas, empregavam sem restrições a negação dupla, e até tríplice, com efeito reforçativo."

Os três tipos de oração podem ser ordenados de acordo com sua frequência de ocorrência: a negativa canônica é a mais frequente, seguida do duplo *não* e, por fim, a construção de *não* final. Essa frequência se correlaciona à trajetória do processo de gramaticalização das negativas.

A oração negativa com duplo *não*, ao mesmo tempo em que corrobora o princípio icônico da quantidade, atesta e exemplifica o paradigma da gramaticalização. Tendo surgido como resposta a uma necessidade pragmática, devido ao enfraquecimento do *não* antes do SV, a construção com duplo *não* obtém tal efeito comunicativo que passa a ser regularmente utilizada.

Do que foi exposto, conclui-se que o estudo da gramaticalização questiona a perspectiva de uma divisão nítida entre *langue* e *parole* e focaliza a interação entre as duas. O ponto de vista de que as gramáticas são sistemas adaptativos reconhece a interação entre forças internas e externas. A gramaticalização refere-se àquela parte da teoria lingüística que focaliza a interdependência da *langue* e da *parole*, do categórico e do menos categórico, do fixo e do menos fixo na língua.

8. Gramaticalização em operadores argumentativos

Mário Eduardo Martelotta

O objetivo deste trabalho é demonstrar que o paradigma da gramaticalização é capaz de explicar os diferentes usos dos operadores argumentativos, vendo regularidades onde outras teorias vêem apenas fatos. Para isso apresento, de modo sucinto, as bases teóricas do paradigma, demonstrando a trajetória de gramaticalização que caracteriza os operadores de um modo geral e finalmente faço uma análise dos usos do elemento *ainda*, demonstrando que, em sua trajetória de mudança do latim ao português atual, encontram-se as mesmas regularidades apontadas na teoria e que envolvem a trajetória de outros operadores argumentativos.

As análises aqui apresentadas são feitas com base em entrevistas concedidas aos projetos NURC, Censo de Variação Lingüística, Competências Básicas do Português e Discurso & Gramática. Trabalhar com mais de um nível de utilização oral da língua me pareceu fundamental, na medida em que meu objetivo é chegar a conclusões mais abrangentes a respeito dos usos dos operadores argumentativos em termos estruturais e não em termos deste ou daquele grupo de falantes.

Proponho que os diferentes usos dos operadores argumentativos são provenientes, por um processo de gramaticalização espaço > (tempo) > texto, de circunstanciadores espaciais, que passam metaforicamente a ser usados para representar relações entre pontos do texto, que é construído, de modo analógico, com as mesmas características espacio-temporais da realidade física.

O Conceito de Gramaticalização

Gramaticalização é um processo de mudança unidirecional, segundo o qual elementos lexicais e construções passam a desempenhar funções gramaticais, tendendo, com a continuidade do processo, a assumir novas funções gramaticais. Com a gramaticalização, o elemento tende a se tornar mais regular e mais previsível em termos de seu uso, pois perde a liberdade sintática característica dos itens lexicais, quando penetra na estrutura tipicamente restritiva da gramática.

Segundo Heine et alii (1991: 160), quando se quer arranjar rótulos para novos conceitos, uma das estratégias possíveis é utilizar formas já existentes na língua, estendendo seu uso à expressão desses conceitos novos. Essa estratégia segue o princípio de que conceitos concretos são utilizados para descrever conceitos menos concretos e mais difíceis de serem conceptualizados, de acordo com a escala abaixo:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

Os elementos dessa escala constituem domínios de conceptualização importantes para organizar a experiência em termos cognitivos e a relação entre eles é metafórica, no sentido de que cada um deles pode ser usado para caracterizar qualquer categoria à sua direita. Surge, então, a noção de metáfora categorial, como, por exemplo, **objeto p/ espaço**

ou **espaço p/ tempo**, onde a primeira categoria constitui o veículo metafórico para a expressão da segunda.

Assim, em muitas línguas, o item lexical que originariamente alude a um ponto do corpo *atrás* passa a ser usado para designar um ponto no espaço (*atrás* da casa) e daí passa a funcionar como veículo para a expressão de conceitos temporais (há dois anos *atrás*).

Seguindo essa escala de abstração crescente, o item lexical pode transcender o mundo do espaço e do tempo e passar a domínios mais abstratos, tornando-se, desse modo, um elemento de função argumentativa e entrando definitivamente na gramática. É o que ocorre, por exemplo, com o elemento *depois*, como os trechos abaixo podem demonstrar:

Ex 1: ...você chega assim... tem... tipo de frente pra janela... a porta é à minha esquerda... aí toda parte da parede esquerda... tem armário... *depois* vem o freezer... a geladeira... mais um armário...

Ex 2: ...eu encontrei com ele *depois*... assim... (uma) altura de quarenta minutos a uma hora *depois*...

Ex 3: E: Então você acha bom a mulher trabalhar fora?

I: Acho. Atualmente acho, não pra mim que já estou com uma vida formada, casada há vinte e sete anos já, não, não, não. E *depois* não preciso, graças Deus.

Pode-se notar que, no exemplo 1, o elemento *depois* tem um valor espacial, enquanto que, no exemplo 2, apresenta valor temporal. Já, no exemplo 3, o elemento perdeu aquele valor espacial/temporal original e assumiu a função de adicionar argumentos em favor do que está sendo dito, passando a ter valor semelhante a **por outro lado**: trata-se, neste caso, de um operador argumentativo.

Operadores argumentativos

Operadores argumentativos são elementos que, além de desempenhar funções de caráter basicamente gramatical, dão uma orientação argumentativa ao discurso. São, portanto, elementos mais fixos na cláusula e sua função básica é organizar internamente o uso da língua e não fazer referência a fatos do universo bio-social. Em termos mais específicos, os operadores argumentativos tendem a desempenhar as seguintes funções:

a) Fazer alusão a dados do texto já mencionados ou por mencionar, funcionando como elementos anafóricos ou catafóricos.

Ex 4: ... eu tenho que ir a Petrópolis... você vai comigo?... eu... tá bom... vamos... aí fomos as duas e tal... chegamos *lá*... resolvemos o que tinha que resolver... na volta... bom... foi tudo tranqüilo...

Ex 5: ... aí ela disse *assim*... poxa... será que eu fui baleada?

Nos dois exemplos acima, os elementos em negrito fazem alusão a dados do texto já mencionados (exemplo 4) e por mencionar (exemplo 5). São operadores argumentativos.

b) Ligar partes do texto, dando-lhes uma orientação lógica:

Ex 6: Ó... eu gosto de ir pro Rio da Prata... **que** lá é um lugar calmo... é cheio de árvores ... tem cachoeira pra gente tomar banho... tem uma frutas lá... **mas** tem bastante sítio também... e eles... é (o que eu) é bom à beça **porque**... lá... lá é tudo assim calmo...

Os elementos em negrito funcionam como conectivos: ligam cláusulas, relacionando-as em uma relação lógica de causa e adversidade. São operadores argumentativos.

c) Operar estratégias argumentativas, chamando a atenção do ouvinte para elas:

Ex 7: ... com treze anos, eu comecei a trabalhar na obra com meu pai. Comecei a ajudar meu pai. Pintava uma parede, pintava isso, pintava aquilo. Eu sei até assentar tijolo, botar cerâmica, essas coisas assim dentro duma casa eu sei fazer. Trocar um cano d'água, ver um fio, fazer instalação, colocar uma bucha na parede. Isso tudo eu sei fazer dentro duma casa. Tudo eu faço, certo? Mas, **então**, com meu pai não dava muito certo, porque meu pai era uma pessoa muito boa, muito bacana, mas filho com pai, geralmente, na profissão nunca dá certo...

Pode-se notar aí que o informante começa narrando seu trabalho com o pai, interrompe essa narrativa para fazer um comentário relativo às suas habilidades no trabalho de construção e, em seguida, retoma a narrativa referente ao trabalho com o pai, utilizando-se do elemento **então**, cuja função é direcionar o ouvinte para a volta ao assunto interrompido. Nesse caso, o elemento **então** não está apenas ligando cláusulas. Sua função é principalmente organizar uma estratégia interativa. Trata-se de um operador argumentativo.

Cabe aqui distinguir os operadores argumentativos dos marcadores discursivos, que estão mais ligados ao processo de discursivização, uma vez que assumem funções mais voltadas para orientação da interação. De acordo com Risso Silva e Urbano (1995), todo elemento de função textual “cumpre sempre uma função orientadora da interação, ainda que fragilmente”, sendo, portanto, impossível estabelecer nítida distinção entre elementos de função eminentemente textual como os operadores argumentativos e elementos basicamente interativos, como os marcadores discursivos. Entretanto há casos que apresentam uma clara orientação por parte do falante para o seu ouvinte, ou deste ao falante, como ocorre em **certo?**, **né?**, **sabe?**, **uhn uhn**, entre outros.

Nesses casos, os interlocutores estão se valendo de elementos lingüísticos para confirmar a recepção das informações. Os ouvintes os usam para indicar que estão acompanhando as informações que lhes são enviadas. Os falantes os utilizam, por um lado, para organizar a linearidade do seu discurso: nesse caso, os elementos funcionam como marcas de pós-reflexões, que justificam reformulações no fluxo de informações; e, por outro lado, como um meio de preencher o vazio causado por uma perda da linha de raciocínio ou por sua insegurança ao ter de dar uma opinião a respeito do assunto em pauta.

Ex 8: Eu adoro:: plantar... plantar... plantar verdes, **né?**... e eu... há pouco tempo... eu aproveitei...

Ex 9: ... mas que adianta um casamento tão lindo... gastam tanto... pra no final eh... viv/ fica dois... três dias... depois se separam... entendeu? eu acho isso aí um absurdo... porque... *poxa... eu sei lá... sabe?* num... *né?* a vida::/ tudo bem... está tudo difícil... mas a pessoa... eu acho que a pessoa tem que saber... diretamente aquilo que quer...

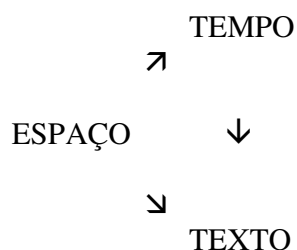
No exemplo 8, o elemento *né?* marca uma informação proveniente de uma pós-reflexão que quebrou a linha lógica da informação: uma especificação do tipo de planta de que o informante gosta de plantar. O *né?* funciona como um indicador dessa pós-reflexão em termos interativos.

No exemplo 9, as palavras em negrito têm a função de preencher o vazio da linha de raciocínio do falante, para que ele não perca o turno da fala, enquanto procura as palavras que parece ter momentaneamente perdido. Chamo de preenchedores de pausa os marcadores discursivos que assumem essa função mais abstrata.

Estou partindo do princípio de que os marcadores discursivos resultam de uma trajetória de discursivização, que leva o elemento, num processo de abstração crescente, a assumir funções interativas, que têm no uso como preenchedor de pausa um de seus pontos mais extremos. Enquanto que os operadores argumentativos tendem a ser provenientes de circunstanciadores espaciais e temporais por um processo de gramaticalização, em que ocorre uma passagem do léxico à gramática.

Gramaticalização em operadores argumentativos

Heine et alii (1991: 182) afirmam que, no caso dos operadores argumentativos, o processo de gramaticalização se dá por uma transferência do contexto situacional externo para o contexto discursivo interno, que constitui a manifestação da experiência intersubjetiva do conhecimento compartilhado por falante e ouvinte, e propõem o seguinte quadro representativo da gramaticalização desse tipo de elemento:



Esse quadro apresenta um modelo diferente de escala para o processo +concreto > -concreto, em que a expressão de dados espaciais é mais básica e mais concreta que a expressão de dados temporais, que, por sua vez, é mais básica e mais concreta que as relações textuais. Segundo esse quadro, existem, no texto, elementos de organização interna, que são provenientes da gramaticalização de dados espaciais, que podem, ou não, seguindo um processo escalar de abstração, expressar intermediariamente noções temporais.

Essa trajetória pode ser observada na mudança de sentido que ocorre com o elemento *logo*, como se pode notar, comparando o português de 1515 do exemplo 10, retirado de Magne (1950: I, 55) com os exemplos 11 e 12, referentes ao português atual:

Ex 10: ... e pola multidoem das gentes, que o negociador tem consigo, tem o solitário si meesmo e consigo meesmo fala, e ele é convidado de si meesmo e nom há temor de estar soo, pois que está consigo. E em **logo** de paaços, tem as paredes da casa, mais feita de barro e de pedra e cuberta com madeiros monteses...

Ex 11: ... os meus foram amamentados de início assim, mas como eu não tinha muito leite, não dava pra nada, eles choravam muito mesmo, que era pouco. Quer dizer, que então teve que passar **logo** para mamadeira...

Ex 12: ... não sei se você reparou a divisa no fundo dessa vila com a amendoeira: essa... essa o... oficina de automóveis enorme que tem aí. Então os muros são muito altos, **logo**, não tem saída pelos fundos da vila...

Esses três exemplos demonstram que o elemento **logo** sofreu gramaticalização espaço > (tempo) > texto, pois o valor espacial do elemento (do latim *locu-*), que o exemplo 10 registra no português do século XVI, gera os valores temporais e argumentativos do português atual demonstrados nos exemplo 11 e 12 respectivamente.

Mecanismos de mudança referentes à gramaticalização

Os mecanismos pelos quais se dá a gramaticalização podem ser de natureza metafórica ou metonímica. De natureza metafórica, tem-se basicamente a metáfora espaço > texto, de acordo com a qual o mundo do texto é caracterizado analogicamente segundo as características do mundo físico. Em termos metonímicos, tem-se a pressão de informatividade e a reanálise, que constituem processos de mudança decorrentes de uma relação associativa ou de contigüidade em contextos lingüísticos específicos. Passo agora a analisar de cada um deles.

Metáfora

O primeiro movimento de entrada no texto por parte da maioria dos operadores argumentativos parece ser a metáfora espaço > texto, que é usada para organizar o universo discursivo em termos de referentes espaciais externos, que representam, nestes casos, os elementos mais básicos e mais concretos da escala de gramaticalização. Esse tipo de metáfora se manifesta comumente através dos fenômenos da anáfora e da catáfora, em que um elemento espacial dêitico faz referência a dados já mencionados ou por mencionar:

Ex 13: João não veio. **Isto** é um problema.

Ex 14: Eu digo **isto**: João não veio.

Em linhas gerais, o que ocorre nesses casos é que a organização espácio-temporal do mundo concreto é usada para caracterizar o universo mais abstrato do texto. É, portanto, comum aparecerem elementos alusivos a pontos no espaço ou no tempo sendo usados para designar pontos do texto. É o que ocorre, por exemplo, com expressões do tipo **como será desenvolvido adiante, como foi demonstrado anteriormente**, etc.

Pressão de informatividade

O mais importante mecanismo de mudança envolvendo o surgimento de operadores argumentativos é a pressão de informatividade. Esse mecanismo de mudança caracteriza-se por um processo em que, por convencionalização de implicaturas conversacionais, o elemento lingüístico passa a assumir um novo valor, que emerge de determinados contextos em que esse sentido novo pode ser inferido do sentido primeiro.

Traugott e König (1991) exemplificam esse mecanismo, em língua inglesa, com a passagem de *since* (com valor temporal) para *since* (com valor causal):

Ex 15: I have done quite a bit of writing *since* we last meet. (temporal)

Ex 16: *Since* Susan left him, John has been very miserable. (temporal/causal)

Ex 17: *Since* you are not coming with me, I will have to go alone. (causal)

Essa seqüência de exemplos demonstra que há uma possibilidade de leitura causal em alguns contextos em que o elemento *since* (originariamente temporal) ocorre e, com a convencionalização dessa nova leitura surge o *since* causal. Esse mesmo processo, em que o sentido textual é pressionado pelo contexto em que ocorre a assumir um sentido novo, que é inferido do primeiro, ocorre, ainda segundo Traugott e König (1991), na passagem *while* (com valor de concomitância temporal) para *while* (com valor concessivo).

Essa passagem tempo > concessão por pressão de informatividade, aliás, é muito comum em português e se manifesta, por exemplo, na passagem *embora* (em boa hora) > *embora* (conjunção concessiva). Nesse caso, o ponto de partida do processo é a antiga expressão de valor temporal *em boa hora*, que, de acordo com Said Ali (1971), era comumente acrescentada a frases optativas ou imperativas, em virtude de uma crença antiga de que o êxito dos atos dependia da hora em que eram praticados. Esse uso gerou, no português atual, o termo *embora*, que também assumiu valor concessivo.

Ainda segundo Said Ali (1971), a origem desse uso concessivo está no fato de que o valor original de *embora* também podia introduzir cláusulas para "denotar que se concede a possibilidade do fato, ou que o indivíduo que fala não se opõe ao seu cumprimento". O autor oferece alguns exemplos, inclusive a frase de Gil Vicente reproduzida abaixo:

Ex 18: Ria *embora* quem quiser, que eu em meu siso estou.

Terminando sua explicação ao dizer que, a partir desse uso, o advérbio *embora* se transforma em conjunção concessiva, Said Ali (1971) descreve o processo que Traugott e König (1991) chamam pressão de informatividade.

Esse mecanismo de mudança também explica, por exemplo, a passagem *Já* (marcador de contra-expectativa > *já* (comparativo)). O trecho abaixo exemplifica o caso de *já* como marcador de contra-expectativa:

Ex 19: A Cláudia? A Cláudia está com dezesseis... vai fazer dezesseis anos agora, entendeu? *já* tem namoradinho, coisa e tal, *já* dá umas aulinha de... aqui em casa, é... português, matemática, tudo que ela gosta não é?

Nesse exemplo, o *já* além de expressar noção temporal, apresenta uma característica típica dos marcadores de contra-expectativa: ocorre em cláusulas que expressam situações contrastivas em relação às informações anteriores. Ou seja, as cláusulas *já tem*

namoradinho e já dá umas aulinha são contrastivas em relação ao fato de a menina não ter ainda dezesseis anos, que suscita uma expectativa contrária.

Em alguns contextos, pode-se inferir desse uso de **já** como marca de contra-expectativa um valor comparativo. Isso pode ser observado no exemplo abaixo, em que o informante explica como são plantadas as hortaliças:

Ex 20: É colocada... Também costuma-se fazer viveiro... para determinadas hortaliças: por exemplo, alface, certos tipos de couve, é... planta-se no viveiro e, depois de a mudinha alcançar um certo desenvolvimento, aí é colocada no lugar definitivo. Agora, outras não. Outras **já** são colocadas a granel no canteiro, proporcionalmente à área do canteiro.

Nesse exemplo há uma certa ambigüidade. A frase marcada por **já** admite duas leituras: **outras já** (= *anteriormente, desde o princípio*) **são colocadas no canteiro**, onde o **já**, mantendo sua marca temporal, funciona como marcador de contra-expectativa; e **já** (= *por outro lado*) **outras sementes são colocadas no canteiro**, onde **já** apresenta valor comparativo. Deve-se entender esse valor comparativo como confrontativo ou contrastivo, uma vez que o elemento **já**, nesses casos, não tem valor de **igualmente**, mas de **por outro lado**.

Esse é o contexto que pressiona o elemento **já** a assumir valor o comparativo que está exemplificado abaixo:

Ex 21: E: E ele conheceu seu pai, quer dizer, havia o relacionamento do seu pai com os pais dela?

I: Não, não. Ela conheceu, eu me lembro, eles contavam aí. **Já** meu pai veio da Síria com nove anos. Ela veio pequenininha. Eles se conheceram porque meu pai, parece, tinha uma família conhecida em Botafogo...

Nesse exemplo, o **já** assume valor comparativo: perde o valor temporal característico de seu uso original como marca de contra-expectativa e funciona como elemento de confronto entre as informações **meu pai veio da Síria com nove anos** e **minha mãe veio pequenininha**. Portanto, persiste nesse novo uso o valor contrastivo típico do uso original: algo como **meu pai veio da Síria com nove anos, já minha mãe veio com nove anos** soaria agramatical.

Reanálise

A reanálise é um mecanismo de mudança em que o falante reorganiza a estrutura do enunciado, reinterpretando os elementos que o compõem. É o que ocorre, por exemplo, com o elemento **that**, em inglês, que, de pronome catafórico, passa a conectivo:

Ex 22: I said **that**: John is coming. > I said **that** john is coming.

Houve, nesse caso, uma reorganização estrutural da frase, no sentido de que o elemento **that**, inicialmente ligado à oração anterior, passa a fazer parte da oração seguinte. E, é claro, essa reestruturação é acompanhada uma mudança na função do elemento.

Processo semelhante tem-se na passagem *em boa hora* > *embora*. Apesar de ocorrer aí reanálise, o mecanismo que realmente faz com que ocorra a mudança, como foi demonstrado acima, é a pressão de informatividade.

O processo de reanálise não é tão produtivo no que diz respeito ao surgimento de operadores argumentativos quanto a pressão de informatividade, ocorrendo mais no surgimento de verbos auxiliares e de morfemas.

As funções da linguagem na gramaticalização

Para se entender determinados aspectos da gramaticalização, deve-se levar em conta três funções da linguagem:

- a) Função ideacional - Consiste na expressão da experiência do falante em relação ao mundo real (incluindo as noções de tempo e espaço) e ao mundo interno da sua consciência.
- b) Função textual - Consiste na construção e organização do texto.
- c) Função interpessoal - Consiste na interação entre a expressão o desenvolvimento da personalidade do falante e a expectativa do ouvinte.

Com relação a esta última função, deve-se distinguir o componente de orientação para o falante do componente de orientação para o ouvinte. O primeiro é constituído de tudo o que está na mente do falante, como, por exemplo, suas atitudes, seus julgamentos e suas crenças. O segundo diz respeito ao estabelecimento de relações comunicativas.

O componente de orientação para o falante se manifesta, por exemplo, através de advérbios de opinião, como *provavelmente*, *infelizmente*, entre outros, que expressam uma posição do falante em relação àquilo que fala.

O componente de orientação para o ouvinte se manifesta basicamente por ordens, pedidos, ou, em geral, expressões que direcionam imposições ao ouvinte. Mas também pode apresentar estruturas cuja principal função é estabelecer relação coesiva entre partes do texto, quando essa relação coesiva é consequente da intenção do falante de trabalhar comunicativamente com as expectativas do ouvinte.

Heine et alii (1991) apresentam como exemplo desse fenômeno, em língua inglesa, o fato de pronomes interrogativos, como *who?* e *which?*, sofrerem gramaticalização, passando assim a subordinar orações como pronomes relativos. A hipótese, no caso, é que o falante usa esses pronomes, originalmente interrogativos, na função subordinativa, como se já estivesse se antecipando a possíveis perguntas de seus ouvintes.

São relativamente comuns casos em que o uso dos operadores está relacionado a preocupações do falante em relação às expectativas do ouvinte. É o caso do elemento *então* no exemplo abaixo, em que o informante fala sobre o Fundão:

Ex 23: I: ... Afinal deu um ataque de bobagem e fizeram a porcaria do Fundão. E eles atribuíram o problema ao fato de que... ele dizia que não estava errado em planejar a universidade na Ilha do Fundão; errado foi fazer a Avenida Brasil e... toda a industrialização do Rio naquele local. Mas o Fundão é um absurdo, não é? O Fundão é um negócio inacreditável. Eu andei dando umas aulas no Fundão, que me pegaram num programa da COPE. Vocês conhecem o COPE?

E: Hum, hum.

I: **Então** eu dava aulas lá de direito para engenheiro... mas eu nunca imaginei que o Fundão pudesse ser uma calamidade...

Nesse exemplo, o informante interrompe seu comentário a respeito do Fundão para perguntar se o entrevistador conhece o COPE e depois retoma seu comentário referente ao Fundão, utilizando, para marcar essa estratégia, o operador **então**, cuja função é direcionar o ouvinte a essa volta ao assunto interrompido.

Além desse exemplo envolvendo o operador **então**, pode-se considerar o caso de elementos como **quase**, **exceto**, **também**, **somente**, **muito**, **pouco**, entre outros, cujo uso implica a pressuposição de determinado fato, como ocorre com o **quase** na frase abaixo (exemplo meu) que leva à pressuposição de que “ele” tentou parar de beber:

Ex 24: Ele **quase** parou de beber.

O que quero demonstrar aqui é a existência de uma trajetória da função interpessoal para a função textual, que ocorre através de estratégias usadas pelo falante para estabelecer relações entre o ouvinte e o texto, como, por exemplo, chamar atenção para um aspecto particular do texto ou para determinadas atitudes comunicativas.

Pode-se concluir, então, que, pelo menos quando se leva em conta o componente de orientação para o ouvinte, e é difícil não fazê-lo se entendemos que o texto é tecido para o ouvinte, o processo de gramaticalização se desenvolve através das funções da linguagem de acordo com a seguinte escala:

FUNÇÃO IDEACIONAL > FUNÇÃO INTERPESSOAL > FUNÇÃO TEXTUAL

A noção de expectativa

Outros casos que se caracterizam pela trajetória da função interpessoal para a função textual são encontrados nos elementos que Heine et alii (1991) chamam de marcadores de contra-expectativa.

As línguas em geral apresentam meios de expressão para codificar a distinção entre situações que correspondem às normas compartilhadas e situações que se desviam das normas compartilhadas, sendo que apenas as últimas são gramaticalmente marcadas. Os elementos que possuem a função de indicar esse segundo tipo de situações são chamados marcadores de contraexpectativa, cujo uso implica uma comparação entre o que é dito e o que se espera, ou o que se supõe, ou o que se assume como norma. Heine et alii (1991) exemplificam:

Ex 25: Your house is **too** small, even if you are **only** two.

A frase reflete o que o falante considera norma no contexto: a casa é pequena em relação ao normal e duas pessoas em uma casa constituem, geralmente, um número pequeno. Os elementos **too** e **only** são, portanto, marcadores de contra-expectativa.

É claro que, quando se abandonam as frases isoladas construídas artificialmente, a análise se torna mais difícil. Isso ocorre por basicamente dois motivos. Em primeiro lugar, nem sempre as expectativas são as mesmas para falante e ouvinte, podendo diferir de acordo com fatores como sexo, idade, ideologia, etc. Em segundo lugar, nem sempre as

cláusulas expressam questões para as quais há um padrão ou norma estabelecida que possa suscitar uma expectativa.

A solução é observar como as expectativas são tecidas nos diálogos. O que se vê é que as intervenções de falante e ouvinte passam a constituir expectativas que servirão de base para o uso dos marcadores de contra-expectativa. O exemplo abaixo, que fala sobre agricultura e pecuária no Brasil, ilustra o caso:

Ex 26: Eu penso que nessa... nesse problema da agricultura, embora nossa agricultura não esteja de acordo com o desejo dos brasileiros, mas ela... **já** dá mais ou menos pras nossas necessidades. Agora... deveria haver interesse em se cultivar o trigo... porque um país que quer ser independente e que quer se emancipar no jogo econômico de outros precisa ter, principalmente, independência na parte de sua alimentação não é? Ele precisa ter o trigo... o domínio total, por exemplo, da carne... Nós vemos, por exemplo, o Brasil tem um grande rebanho, mas **ainda** não é o... é... mas **ainda** não está de acordo com as nossas necessidades.

Nota-se um contraste entre as frases marcadas por **já** e **ainda** e o que foi dito imediatamente antes, o que reflete o fato de que a cláusula anterior gera uma expectativa que será quebrada na cláusula seguinte. A cláusula **embora nossa agricultura não esteja de acordo com o desejo dos brasileiros** contrasta com **já dá mais ou menos pras nossas necessidades**, o mesmo ocorrendo com **o Brasil tem um grande rebanho** e **mas ainda não está de acordo com nossas necessidades**. A presença das conjunções concessivas e alternativas, muito comuns nesses casos, evidencia esse contraste.

Mas há outros usos de **ainda** e **já** em que não ocorre esse contraste em relação ao que foi dito antes. Nesses casos, o contraste se dá em relação à expectativa do ouvinte. Em outras palavras, entendendo o diálogo como o resultado de uma tensão entre o ponto de vista do falante e as expectativas do ouvinte, o operador argumentativo pode servir de elemento de contra-expectativa em relação às conjecturas do ouvinte, como ocorre no exemplo abaixo, em que o falante diz que não se casaria novamente:

Ex 27: E: O senhor se casaria outra vez? Deus o livre, mas...

I: Não, se eu ficar viúvo, eu não vou garantir a você que eu vou me casar outra vez, porque um homem com quarenta ano, certo? Não precisa mais casar, ele **já** sabe como é que é, não é? Ele sai por aí, coisa e tal, bom dia, boa tarde, mas vai casar pra quê? Não precisa mais casar. **já** tem filho, **já** é um homem realizado, não vai arrumar abacaxi, não é, meu irmão?

Nota-se aí que os elementos **já** não ocorrem em cláusulas contrastivas em relação ao que foi dito antes, mas em relação à expectativa do ouvinte: **ele já sabe como é que é, já tem filho, já é um homem realizado**. Esses argumentos são favoráveis ao ponto de vista do falante (não-contrastivos em relação ao já dito), mas são contrários à expectativa do ouvinte referente a um segundo casamento, que se estabelece, no caso, a partir da pergunta que ele fez.

Como marcam, no texto, dados referentes às expectativas do ouvinte, o uso desses marcadores de contra-expectativa caracteriza-se pela trajetória da função interpessoal para a função textual.

O elemento *ainda*: uma proposta de análise

Embora, no português atual, o elemento *ainda* apresente apenas valores temporais e argumentativos, seus usos são caracterizados, como é comum aos operadores argumentativos, por uma trajetória de gramaticalização gramaticalização espaço > tempo > texto e a história do elemento evidencia isso.

Não há um consenso quanto à etimologia do termo *ainda*. Entretanto adotarei aqui a posição de Carolina Michaelis de Vasconcelos (1921), que apresenta o étimo *inde* + *ad*, ou *ab* + *inde* + *ad*, apontando, na sua formação, o advérbio *inde*, que, mais tarde, gerou o arcaico *ende*, também de valor basicamente espacial.

No português arcaico, encontrava-se *ainda* (ou *inda*) com o mesmo valor de hoje em dia, como se pode ver no exemplo abaixo, retirado de Magne (1944: II):

Ex 28: E tanto que a el chegou, salvou-o mui bem e mui apôsto; e Erec o ar salvou, que o nom conhecia *ainda* e perguntou-lhe quem era.

Ao lado de *ainda*, existia o cognato *ende*, que, nas palavras de Magne (1944), "é o advérbio latino *inde*. Indica lugar daí, daqui". O exemplo abaixo é de Magne (1944: III, 183):

Ex 29: Vós me meteste tam gram pesar no coração, que jamais mom sairá *ende*.

Nesse exemplo o valor espacial do elemento se evidencia na anáfora alusiva ao termo anteriormente mencionado *coração*. Essa anáfora constitui uma gramaticalização por metáfora espaço > texto, que é comum aos dêiticos espaciais. Mas o elemento *ende*, em alguns contextos, pode significar **a respeito disso**, como se pode observar nos exemplos abaixo, retirados de Magne (1944: I, 76) e Magne (1944: I, 155):

Ex 30: Amigo, de onde sodes e de qual linhagem?

E ele lhe disse u)a peça, mas pero nom lhe disse ca era filho de Lançarot, e que sua mãe era filha d'el rei Peles, ca muitas vezes ouvira já *ende* falar.

Ex 31: E depois que foram dentro e foram desarmados, el rei feze-os assentar apar de si e fez-lhes muita honra e começou-lhes a perguntar das suas fazendas. E eles lhe disserom *ende* muitas coisas.

Como se pode notar, o elemento *ende*, nesses dois exemplos, faz alusão anafórica a um dado diferente: equivale a **sobre o assunto mencionado** ou **a respeito do assunto mencionado**. E também pode fazer alusão anafórica a um motivo ou causa já mencionados, assumindo valor de **por isso**, ainda segundo Magne (1944: I, 37), de onde foi retirado o exemplo abaixo:

Ex 32: Véspera de Penticoste, foi grande gente assu)ada em Camaalot, assi que podera homem i veer mui gram gente, muitos cavaleiros e muitas donas mui bem guisadas. El-rei, que era *ende* mui ledô, honrou-os muito e feze-os mui bem servir.

Nesse caso, o elemento **ende** alude anaforicamente a algo já mencionado, fazendo-o a causa do conteúdo expresso pela cláusula em que ocorre, ou seja, funcionando como elemento conclusivo. Nesses casos, o elemento também pode aparecer precedido de preposição **por**, como demonstra o exemplo abaixo, retirado de Nunes (1959: 6):

Ex 33: ... e depois quando veo nostro señor Ihesu Cristo, confirmoo dize)do aos judeus que macar dezemauã as cousas meudas, que ão deue leyxar de o fazer as graandas, e esta paraula lhes disse, porque ten que deuiã dezemar de todo. **Por ende** os cristiãos guardaron esto sempre...

Esse elemento **por ende** (ou **porende**), que dá uma idéia de consequência à cláusula em que ocorre, também pode aparecer sob a forma de **porém**, como se pode ver no exemplo abaixo, retirado de Magne (1950: I, 82):

Ex 34: ... cada uu) pense em si qual cousa e qual vida é melhor para si meesimo, ca nom é cousa que possa seer que perteença nem compra a todos seguir uu)a carreira de vida, posto que todos entendam uu)a fim.

E **porém** cada uu) deve pensar mui discretamente quejando o fez a natura e quejando ele fez de si meesimo; ca alguu)s i de tal condiçom que a vida solitária é a eles mais grave que a morte...

Nesse exemplo, o **porém** não tem valor adversativo, como ocorre atualmente, e sim um valor conclusivo (equivalente a **por isso, consequentemente**), em que o elemento, com valor anafórico, faz dos dados mencionados anteriormente a causa das situações por ele regidas.

A forma **porém** é a única reminiscência do elemento **ende** no português atual, em que ele assume um valor adversativo bastante diferente do original. Essa passagem **porém** (conclusivo) > **porém** (adversativo) é o resultado de uma gramaticalização por pressão de informatividade, pois surge de um contexto específico em que se pode inferir um valor adversativo do **porém** originariamente conclusivo. Said Ali (1971: 187) propõe que essa mudança semântica partiu de construções negativas, que constituem o ponto de contato entre essas idéias tão diversas e apresenta o contexto gerador da mudança através de alguns exemplos, dois dos quais reproduzo abaixo:

Ex 35: E ainda que quando o levaram diante d'el-rei desmaiou, não desfalleceu **porem** em sua firmeza, mas foi um natural pejo.

Ex 36: A corda quebrou outra vez, parece que com piedade, mas não quebraram **porem** os duros ânimos dos crueis algozes, antes com gram presteza foram buscar a um poço outra.

Embora ainda significando **por isso**, o elemento **porém**, nesses casos, ocorre, em função da negação, em cláusulas contrastivas em relação ao que foi dito anteriormente. Esse é o contexto do qual, por pressão de informatividade, surge o uso contrastivo de **porém**.

Dos derivados do advérbio latino *inde*, portanto, desapareceu o arcaico **ende**, chegando aos dias de hoje apenas as formas *porém* (proveniente de *ende*) e *ainda* que passo agora a analisar.

No português atual, como já ocorria na Idade Média, o elemento *ainda* não possui valor espacial e o valor temporal se manifesta basicamente em seu uso como marcador de contra-expectativa, que constitui o resultado de uma gramaticalização, em que o elemento passa a assumir, além do valor temporal, uma função pragmático-discursiva, pois tem a ver com as expectativas envolvidas no conteúdo do diálogo.

As entrevistas apresentaram os seguintes casos de *ainda*:

- a) *Ainda* marcador de contra-expectativa
- b) *Ainda* inclusivo
- c) *Ainda* intensificando advérbio

***Ainda* marcador de contra-expectativa**

O uso de elemento *ainda* como marcador de contra-expectativa resulta de um processo de gramaticalização espaço > (tempo) > texto, pois sua forma original *inde* apresentava, em latim, valores espaciais e temporais. Ocorre, nesse caso, uma trajetória que se desenvolve através da escala função ideacional > função interpessoal > função textual, assim como foi proposto por Heine et alii (1991: 190), pois o elemento, apesar de manter seu valor temporal original, passa a assumir função interativa: marcar cláusula cujo conteúdo contrasta com as expectativas envolvidas nos diálogos.

Como marca de contra-expectativa, o elemento *ainda* se estrutura em torno de três tipos de expectativa: expectativa estabelecida pelo contexto cultural, expectativa estabelecida pelo falante e expectativa estabelecida pelo ouvinte.

É muito difícil encontrar, no discurso, casos de expectativa sócio-cultural pura. Mesmo quando se menciona algum fato para o qual há uma expectativa culturalmente estabelecida, o que é raro, falante e ouvinte tendem a mencioná-la como argumento, o que transforma a ocorrência em um caso de expectativa estabelecida pelo falante ou pelo ouvinte. Um dos poucos exemplos encontrados está no trecho abaixo, em que a informante fala que, embora esteja velha, ainda gostaria de combinar roupas de acordo com a moda jovem:

Ex 37: ... Agora, moda de um modo geral... agora, essa coisa... adoro essa moda. Se eu fosse moça, eu adoraria usar, eu acho descontraído, eu acho fabuloso, porque eu *ainda* tenho *ainda* aquela coisa de querer combinar sapatinho com bolsa, calça com lencinho no pescoço. *Ainda* guardo essas coisas, mas para a juventude eu acho fabulosa essa moda.

A expectativa culturalmente estabelecida, nesse caso, está ligada ao fato de que, por ser uma pessoa idosa, a informante não deveria apreciar essa moda jovem. O elemento *ainda* serve, então, para marcar a cláusula cujo conteúdo vai de encontro a essa expectativa. É esse aspecto contrastivo que caracteriza o uso dos marcadores de contra-expectativa.

Mas são mais comuns casos em que, havendo ou não um padrão cultural que estabeleça expectativas contextualmente perceptíveis, falante e ouvinte mencionam essas expectativas, trabalhando-as no diálogo. Ou seja, o falante direciona seus argumentos para as expectativas estabelecidas pelo ouvinte no momento do diálogo, ou os organiza de modo

a ele mesmo estabelecê-las no seu discurso, sendo as cláusulas marcadas por *ainda* contrastivas em relação a essas expectativas.

Como exemplo de expectativa estabelecida pelo ouvinte, apresento o trecho abaixo, em que o falante menciona uma família conhecida sua há muitos anos:

Ex 38: ... porque meu pai parece que tinha uma família conhecida em Botafogo. É... a família Cruz Seco... *ainda* tem gente deles vivo. Eles eram da costeira e meu pai e minha mãe começou a freqüentar lá também por amizade. E foi aí que eles se conheceram. Tanto que... tem pessoas da família que uma... meus padrinhos de batismo era os pais dessa moça que... da Maria Eugênia. E Maria Eugênia *ainda* é viva. Mora em Vitória...

Pode-se notar que as cláusulas marcadas por *ainda* não são contrastivas em relação ao que foi dito antes. Pelo contrário, o contraste se estabelece em relação à expectativa do ouvinte: como o informante fala de antigos amigos de seus pais, é natural que o ouvinte pense que essas pessoas já estejam mortas. As cláusulas com *ainda* refletem, portanto, uma preocupação do falante de quebrar essa expectativa no ouvinte. A característica básica do operador *ainda* como marca de contra-expectativa em relação ao ouvinte é não ser contrastivo ao que foi dito, mais ao que o ouvinte espera.

Por outro lado, o que caracteriza a expectativa estabelecida pelo falante é o fato de a cláusula com *ainda* expressar um conteúdo que contrasta com o que já foi dito. Apresento, como exemplo desse tipo de ocorrência o trecho abaixo, em que o informante diz que, ao contrário dos EUA, o Brasil não tem condições de fazer uma vigilância que impeça o desmatamento:

Ex 39: ... Mas a questão é que o nosso país é muito grande, os recursos são pequenos relativamente às nossas necessidades, não é? E o governo encontra dificuldade em aparelhar os órgãos adequadamente, para fazer uma vigilância constante. Porque, por exemplo, precisariam de aviões, de helicópteros... de uma porção de outras máquinas caríssimas para... como no, nos Estados Unidos, que o cidadão... o menor abuso, o menor desrespeito às leis que regem, por exemplo, a conservação das florestas, ele...instantaneamente é visitado por um órgão da fiscalização. Mas aqui não há *ainda* recursos para isso.

Há aí um contraste entre os Estados Unidos com recursos e o Brasil sem recursos. A cláusula **mas aqui não há *ainda* recursos para isso**, que se refere ao Brasil é contrastiva em relação ao que é dito anteriormente em relação aos EUA, sendo, inclusive, precedida de uma conjunção adversativa *mas*, que evidencia isso.

Aliás, é comum, nesses casos, aparecerem elementos que dão idéia de contraste ou oposição, como conjunções adversativas, concessivas, alternativas, e outros elemento de valor semelhante, como **por outro lado, no mais**, etc. Do total de ocorrências de expectativa estabelecida pelo falante (22 casos), 45% (10 casos) apareceram precedidos desse tipo de elemento, o que evidencia a existência desse contraste.

A hipótese que defendo é que o termo *ainda*, que apresenta uma origem como elemento indicador de noção espacial em latim, passa a expressar a noção temporal e, em seguida, se torna operador argumentativo por gramaticalização via pressão de informatividade no sentido que Traugott e König (1991: 194) dão ao termo, pois o uso do valor temporal do elemento tende a expressar um posicionamento em relação às

expectativas dos interlocutores a respeito do conteúdo do diálogo. Esse uso também constitui uma trajetória função ideacional > função interpessoal > função textual, de acordo com Heine et alii (1991: 190), pois é o resultado da intenção do falante de direcionar a interpretação do ouvinte.

É através desse processo de gramaticalização por pressão de informatividade, que torna os elementos menos referenciais e mais discursivos, que esse uso contrastivo de *ainda* origina, entre outras ocorrências que ainda serão analisadas, locuções como *ainda que* e *ainda assim*, em cujo valor concessivo persiste esse contraste. Essas locuções não foram encontradas nas entrevistas analisadas.

***Ainda* inclusivo**

Outra ocorrência do elemento *ainda* registrada nas entrevistas é o que convencionei chamar *ainda* inclusivo. Trata-se de um tipo de uso de *ainda* com valor semelhante ao termo *também*, que perde seu valor temporal original, assumindo a função argumentativa de incluir novas informações. O trecho abaixo, em que o informante fala sobre a vegetação do Brasil, serve de exemplo:

Ex 40: Agora, no Paraná predomina o pinho. O pinheiro, não é? O que abastece o Brasil de madeira para as construções, que é o pinho, vem do Paraná. Também um... uma pequena parte do, do norte do Rio Grande, mas principalmente do Paraná e pouquinho também de Santa Catarina... No mais eu acho que a vegetação é constituída de... uma mata rala, não é? Porque já foram quase totalmente destruídas, temos *ainda* uma vegetação que é muito conhecida dos brasileiros lá no Nordeste, que é também uma mata rala...

Nesse contexto, o operador, *ainda* não funciona como marcador de contra-expectativa, pois não tem valor temporal e assume a função de incluir novos argumentos ao discurso. Pode-se ver aí um processo de gramaticalização por pressão de informatividade, pois esse valor inclusivo é inferido de alguns contextos em que o *ainda* marcador de contra-expectativa pode ser interpretado como inclusivo. O exemplo abaixo, em que o informante continua falando sobre a vegetação no Brasil, demonstra como esse uso se origina do uso como marcador de contra-expectativa:

Ex: 41: Agora, floresta... hoje em dia, nós poderemos dizer, infelizmente nós só encontramos uma pequena faixa do estado do Espírito Santo e amazônica. São florestas tipo tropical, não é? Onde predominam as árvores de grande porte e... por exemplo, o pau-ferro, a maçaranduba, o jequitibá, o cedro, o jacarandá, a castanheira, a seringueira - isso tudo na região amazônica. Agora, na Bahia *ainda* há uma pequena região... em que encontramos muita madeira preciosa...

A semelhança entre este exemplo e o anterior (Ex 40) é muito grande. Ambos introduzem informação nova em cláusula marcada por *ainda*. Mas, neste exemplo, o elemento funciona como marcador de contra-expectativa, pois o valor temporal do elemento se mantém: *ainda há uma pequena região*, ou seja, não foi desmatada ainda. Já no exemplo anterior, esse valor temporal se perde.

É também interessante notar que, em alguns contextos, esse uso inclusivo pode assumir um valor enfático, em que o *ainda* é, às vezes, acompanhado da expressão *por*

cima (*ainda por cima*). Um exemplo disso é o trecho abaixo, que estabelece uma comparação entre as mulheres de hoje e as de antigamente:

Ex 42: ... eu noto que a... essas meninas de hoje são todas bem altas, esguias, sem barriga pouco busto... Ao passo que no nosso tempo... Acho que era até bonito mulher avantajada, né?

E: É, pra en... e *ainda* tinha assim mil recursos pra encher, não é?

O elemento *ainda* não tem aí valor temporal, pois sua função é somar argumentos em favor, enfatizar a idéia. Esse uso é também resultado da gramaticalização por pressão de informatividade, pois é inferível do uso inclusivo de *ainda*.

Ainda intensificando advérbio

Como é comum nos advérbios, sobretudo nos de intensidade, o operador argumentativo *ainda* pode referir-se a outro advérbio. Os casos desse tipo que encontramos nas entrevistas são: *ainda mais*, *ainda bem*, *ainda esta semana*, mas são também possíveis construções como *ainda agora*, *ainda hoje*, *ainda assim*, etc

Reproduzo uma das ocorrências das entrevistas através do exemplo abaixo, em que a informante diz que seus filhos ainda não foram assaltados:

Ex 43: E: E os meninos já foram assaltados?

I: Não também, graças a Deus.

E: *Ainda bem*, não é?

O valor desse *ainda* é de intensidade. Ele se refere ao advérbio que o sucede, enfatizando ou intensificando o conteúdo por ele expresso: *ainda bem* é, mais ou menos, equivalente a *melhor*.

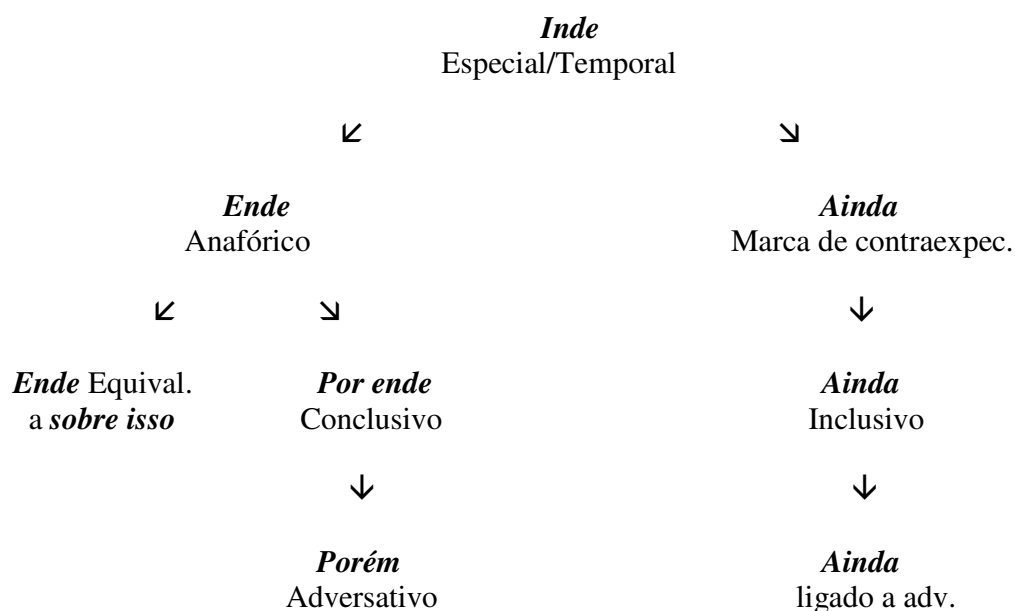
O mesmo ocorre com o exemplo abaixo, em que a informante fala de um parente de Campos do Jordão:

Ex 44: E: E você mantém contato com seus sobrinhos ainda?

I: Esse lá de Campos do Jordão eu mantenho. *Ainda essa semana* ele ligou pra mim.

Assim como a expressão *ainda agora* tem valor semelhante a *agorinha*, *nesse minuto*; o elemento *ainda*, no exemplo acima, enfatiza a proximidade do dado temporal expresso pelo advérbio a que se refere. Interpreto essa ocorrência como pertencendo ao mesmo fenômeno do exemplo anterior (Ex. 33). Nesses casos o elemento *ainda* não possui valor temporal, como ocorre com os marcadores de contra-expectativa. Sua função é enfatizar a idéia expressa pelo advérbio a que se refere. Esse uso é decorrente, por gramaticalização via pressão de informatividade, do uso enfático do *ainda* inclusivo demonstrado no exemplo 32. Com a atuação desse processo, o elemento, por pressão do uso, passa a se referir a advérbios.

O esquema abaixo resume o processo de gramaticalização sofrido pelo elemento *ainda*:



Esse quadro ilustra o processo de gramaticalização que caracteriza os usos do elemento *ainda* desde o *inde* latino. Este advérbio dêitico latino **inde**, de valor espacial e temporal gera, no português arcaico, as formas **ende** e **ainda** (ou **inda**). A forma **ende** (proveniente do uso especial de *inde*), que se manifesta basicamente como anafórico de base espacial, gera o **ende** equivalente a *sobre isso* e o **ende** conclusivo (**por ende**), que por sua vez se gramaticaliza em **porém** com valor adversativo.

Por outro lado, a forma **ainda** (proveniente do uso temporal de *inde*) assume, atualmente e já no português arcaico, a função de marcador de contra-expectativa, mantendo seu valor temporal original. Esse uso gera, no português atual, o **ainda** inclusivo, que gera o uso de **ainda** ligado a outro advérbio, sendo que estes dois últimos já não apresentam o valor temporal do uso original.

9. Gramaticalização de *então*

Mário Eduardo Martelotta
Lucilene Rodrigues da Silva

Introdução

Pretendemos, neste capítulo, proceder ao exame do elemento *então* em diversos contextos discursivos retirados do *corpus* do Projeto Integrado Discurso & Gramática. Levamos em consideração a priori, que os diferentes usos do elemento analisado possuem uma origem espacial/temporal e se explicam por um processo de gramaticalização espaço > (tempo) > texto. A partir desse processo, o elemento tende a desempenhar funções pragmático-discursivas, ganhando novas posições mais fixas dentro da cláusula.

Estudos recentes, como o de Martelotta (1994), têm revelado que os usos deste operador argumentativo somente podem ser entendidos, de forma satisfatória, à luz de uma teoria de base pragmático-discursiva, pois sua função não é simplesmente relacionar sintaticamente orações, mas, principalmente, dar uma orientação argumentativa ao enunciado.

Em função disso, adotamos o paradigma da gramaticalização de acordo com Heine et alii (1991), Traugott e Heine (1991) e Hopper e Traugott (1993), enquanto um processo de mudança semântica unidirecional, segundo o qual um elemento lexical ou uma construção passa a assumir funções gramaticais e formas já gramaticalizadas, com a continuidade do processo, passam a desempenhar novas funções gramaticais.

A contribuição desse trabalho consiste em avaliar criticamente a classificação proposta em Martelotta (1994) para os usos do operador argumentativo *então* no novo *corpus* constituído de entrevistas orais e escritas concedidas ao grupo Discurso & Gramática e observar a relação entre esses usos e as variáveis tipo de discurso, modalidade da língua e nível de escolaridade. Para isso, identificamos 220 ocorrências desse elemento em entrevistas concedidas por 28 informantes pertencentes a diferentes níveis de escolaridade, incluindo a 4ª e 8ª série do 1º grau, 3ª série do 2º grau e 3º grau. Os tipos de textos escolhidos para este trabalho são narrativa experiencial oral e escrita e relato de opinião oral e escrito.

Pressupostos teóricos

Partimos do princípio segundo o qual os usos do elemento *então* são conseqüentes de uma trajetória de mudança por gramaticalização espaço > (tempo) > texto. No português atual, o *então* já não tem mais sentido espacial, mas esse valor pode ser encontrado na origem latina do elemento: a antiga forma *intunc* (*in* + *tunc*). Segundo Ernout e Meillet (1959), *tunc* é o resultado da formação *tum* + *ce*, sendo a partícula *ce* um elemento de valor demonstrativo comum nas línguas itálicas, que se liga normalmente a pronomes

demonstrativos, como **hic(e)** (este) e **illic(e)** (aquele), ou a advérbios tirados de temas demonstrativos, como **sic(e)** (assim) e **nunc(e)** (agora).

O elemento **tum**, segundo Faria (1975), tem valor de advérbio e pode significar “então, naquele tempo, depois disso, donde, além disso, por outro lado”. A base demonstrativa de **tum** pode ser encontrada em Leite e Jordão (1958), que apontam, como origem desse elemento a raiz do grego antigo **te**, que também está na base dos demais elementos de intensificação **talis**, **tantus**, **tot** e **tam** e dos pronomes **iste**, **ista**, **istud**, que podem significar **esse**, **essa**, **isso**; **tal**, **tamanho**, **semelhante**.

Conforme Bailly (1950), o elemento **te** do grego antigo funcionava como partícula enclítica e possuía dois sentidos básicos. No primeiro, como palavra demonstrativa, correspondia a um pronome relativo e tinha valor de “por isso, por essa razão”. No segundo, como conjunção, podia apresentar valor equivalente a “e, em outro; em resumo, em fim; com”.

Essa origem demonstrativa (que remete a dados espaciais) do elemento **tum** e dos demais elementos de intensificação acima mencionados explica o valor anafórico, que estes elementos apresentam até hoje. É desse valor anafórico que surgem os atuais valores argumentativos desses elementos: **então** (conclusivo), **portanto** (conclusivo), **entretanto** (adversativo), entre outros.

Outro conceito de fundamental importância para este trabalho, diz respeito à definição de gramática. Podemos citar Lichtenberk (1991: 76):

“As gramáticas das línguas naturais nunca são estáticas; em toda língua existem sempre áreas que estão em fluxo. As línguas podem caminhar em direção a uma maior regularidade e iconicidade pela eliminação de anomalias e variação; ao mesmo tempo novos padrões emergem em algum lugar na gramática introduzindo novas anomalias e nova variação. Gramáticas são sempre não-completas. Na gramática de toda língua existem, em um dado momento, muitas regularidades rígidas ao mesmo tempo existem também muitos aspectos em toda gramática que não são totalmente determinados e que são maleáveis em vários graus. Gramáticas provêm certos padrões para construção do discurso, mas eles não determinam completamente sua forma gramatical. Sendo não-completa, elas concedem aos falantes um certo grau de liberdade na construção do discurso. Por alguma razão certos padrões novos se tornam estabelecidos, o que resulta em uma remodelação da gramática”.

Estamos considerando, portanto, a gramática das línguas algo que está sempre se refazendo em função de aspectos criativos do discurso. O processo de gramaticalização, sendo um fenômeno universal, é uma manifestação dessa característica das línguas.

Análise empírica do operador *então*

Segundo Martelotta (1994) o elemento **então** possui, no português atual, um conjunto de valores temporais e sequenciais, provenientes de sua característica anafórica de base espacial e outros valores, que possuem função mais pragmático-discursiva, e que são conseqüentes do processo de mudança por gramaticalização desses valores temporais e sequenciais. São esses os valores de **então** lá registrados: **então** anafórico, **então** sequencial, **então** introduzindo informações livres, **então** retomando assunto, **então**

conclusivo, *então* alternativo e *então* intensificador. Nossa análise no *corpus* Discurso & Gramática ratificou parcialmente a análise de Martelotta (1994), pois não encontramos casos de *então* retomando assunto e encontramos um uso não registrado lá, que convencionamos chamar de *então* resumitivo. As entrevistas analisadas no nosso trabalho apresentam, portanto, os seguintes usos de *então*:

- a) - *então* anafórico
- b) - *então* seqüencial
- d) - *então* conclusivo
- e) - *então* alternativo
- e) - *então* intensificador
- f) - *então* resumitivo
- g) - *então* introduzindo informações livres

Partimos, no nosso estudo, das seguintes hipóteses:

- a) O elemento *então* aparece em maior número em textos da modalidade oral, uma vez que além de ser um elemento muito usado na fala, a modalidade escrita conta com um conjunto mais rico de conectivos que podem desempenhar, na escrita, funções semelhantes à do elemento *então*.
- b) A gramaticalização constitui um processo unidirecional de mudança no sentido +concreto > -concreto. Os resultados da gramaticalização tendem, portanto, a ser responsáveis por funções mais abstratas, como a expressão de noções lógicas ou a realização de estratégias comunicativas. É de se esperar que os usos mais gramaticalizados, por constituírem funções mais abstratas, predominem em níveis de escolaridade mais elevados. Partimos, portanto, das hipóteses:
- c) Os informantes de 4ª série utilizarão as formas do elementos *então* que se encontram no início do processo de gramaticalização: os usos de base seqüencial (*então* seqüencial e *então* conclusivo); b) Os últimos usos da série de gramaticalização (*então* alternativo, *então* intensificador, *então* resumitivo e *então* introduzindo informações livres) são mais freqüentes nas entrevistas da 3ª série e do 3º grau.

A seguir apresentaremos os usos do elemento *então*, tentando, no decorrer desta análise, estabelecer uma relação entre as várias ocorrências e os diferentes tipos de discurso.

Então anafórico

Estamos chamando de *então* anafórico ao uso do elemento, que se refere a dados temporais anteriormente mencionados, como ocorre no exemplo abaixo, retirado de um relato de opinião oral de um informante de 3º grau:

Ex 1: “... eu acho que isso é um elemento muito importante... porque a televisão tem um alcance popular magnífico... começa a ouvir... a tomar conhecimento de informações as quais até *então* não tinha acesso... por quê? por falta de condições ou por falta de quem levasse essas informações a ela.... ou a elas...”

Esse *então* faz alusão anafórica a um momento no tempo, que, embora não esteja explicitamente mencionado, fica subentendido: o surgimento da televisão, como veículo de transmissão de informações. Partimos do princípio de que esse uso anafórico temporal no português atual tem como origem um valor dêitico, que se evidencia na sua formação **in + tunc(e)**, em que a partícula **ce** expressa proximidade espacial em relação aos participantes: trata-se de um caso de gramaticalização espaço > (tempo) > texto.

Então sequencial

O *então* sequencial é um elemento que ordena linearmente eventos perfectivos, indicando que o evento seguinte ocorre no momento em que o anterior se conclui. Com esse valor, o *então* passa a assumir uma posição mais fixa, ocorrendo no início da cláusula por ele caracterizada. No exemplo que se segue, retirado de uma narrativa de experiência pessoal escrita concedida por uma informante da 8ª série, o elemento *então* se apresenta com um valor sequencial:

Ex 2: “... fui/ ao banheiro, para escovar os dentes. Entretanto, já no banheiro,/ saiu debaixo do cesto de roupas, uma grande aranha, marron, horrorosa!... Eu dei um berro (pois morro de medo de aranhas), e ela continuou lá. Dei outro berro, e *então* ouvi o meu pai dizer: “corre, filhinha”; ele naturalmente percebeu que se tratava de uma aranha, mesmo não estando lá. O que me impedia de sair de lá era o fato de que eu estava em um lado e porta se encontrava no lado oposto... Finalmente tomei coragem e pulei a aranha; logo a seguir, saí correndo de lá...”

Neste exemplo, o elemento *então* sequencia eventos ocorridos num momento particular. Esse uso organiza uma sequencialidade de eventos específicos que ocorrem neste caso em figura narrativa e equivale a **neste momento**. Segundo Martelotta (1994), o uso sequencial de *então* é proveniente, por pressão de informatividade, do uso anafórico deste elemento, pois subentende-se que *então* faz alusão ao momento em que se conclui o evento anterior. Os exemplos abaixo (exemplos nossos) demonstram isso:

Ex 3: Começou a chover. Só *então* abri o guarda-chuva.

Ex 4: Começou a chover, *então* abri o guarda-chuva.

No exemplo 3, ocorre um caso de *então* anafórico com valor temporal, pois o elemento em questão faz alusão a um momento no tempo anteriormente mencionado: **começou a chover**. Já no exemplo 4, o elemento continua fazendo alusão ao momento anteriormente mencionado, mas passa, em função do contexto, a assumir um valor sequencial, que, nesse caso, pode ser interpretado como temporal (sequencializando eventos perfectivos) ou conclusivo (unindo cláusulas de modo que a segunda é consequência da primeira). Nesse caso, o elemento *então* é reanalisado como um conectivo que inicia cláusulas, sequencializando-as no plano temporal ou no plano lógico.

Essa ambigüidade entre tempo e lógica, que encontramos no exemplo acima ilustra o fato de que a passagem *então* sequencial > *então* conclusivo se dá porque o segundo sentido (também sequencial) emerge de determinados contextos em que se pode encontrar, ao lado da sequencialidade de base temporal, uma sequencialidade lógica de causa e efeito. A gramaticalização espaço> (tempo)> texto, nesse caso, se dá pelo mecanismo de pressão

de informatividade, que faz com que haja uma mudança no sentido da palavra em função do contexto em que ela ocorre. Esse contexto pressiona a palavra a assumir o sentido novo.

Então conclusivo

O ***então*** seqüencial, em alguns contextos, apresenta um valor conclusivo, pois inicia cláusulas que expressam uma conseqüência em relação ao que foi dito anteriormente. Isso pode ser visto no exemplo abaixo, retirado de uma narrativa de experiência pessoal escrita produzida por um informante do 3º grau:

Ex 5: “...ao saltar do carro Marcelo tentou conversar com Neuza, para que entrássemos em casa sem acordar os pais de Márcia. Mas a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras, ***então*** Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso...”

Consideramos que o ***então*** tem um valor conclusivo, visto que **a nojenta da garota em vez de ajudar a irmã ficou reclamando e falando besteiras por isso Marcelo deu-lhe um fora curto e grosso.**

Este uso do elemento ***então*** é, como foi dito acima, decorrente de um processo de gramaticalização via pressão de informatividade, uma vez que emerge de contextos que o pressionam. O valor conclusivo do elemento ***então*** é uma variante do ***então*** seqüencial, que provém do uso anafórico.

Então alternativo

No caso abaixo, retirado de um relato de opinião oral produzido por um informante da 8ª série, o ***então***, ligado à conjunção ***ou*** forma uma locução que expressa um valor alternativo:

Ex 6: “... eu acho que esse negócio de aula à tarde deveria acabar ***ou então*** a gente entrar em férias mais cedo...”

Nesse caso, constata-se que o elemento ***então*** expressa um sentido alternativo: **esse negócio de aula à tarde deveria acabar *ou então* a gente entrar em férias mais cedo.** Este uso é decorrente do ***então*** conclusivo num processo de gramaticalização via pressão de informatividade. Ocorre que o ***então*** conclusivo se manifesta, nesse contexto, como uma alternativa, ou seja, se não pode ser alguma coisa (**a aula à tarde terminar**), conseqüentemente será outra (**entrar em férias mais cedo**).

Então intensificador

O ***então*** conclusivo também pode, em alguns contextos, assumir um valor de intensificador. Caracteriza-se esse uso por intensificar ou enfatizar um elemento comparativamente a outros como ocorre no exemplo abaixo, retirado de uma narrativa de experiência pessoal oral concedida por um informante do 3º grau:

Ex 7: “...então vou contar uma história que... assustou um pouco... né? foi extremamente é... como posso dizer... insólita né?... só estávamos nós três... os três caras de Nova Iguaçu... que tinha que... tinha menos... tempo de convívio com essa menina entendeu?... que estávamos socorrendo ela... os outros amigos dela... não... ou não viram... ou então não... não... se interessaram em ajudar... inclusive a própria irmã...né?... todos nós ficamos com raiva da menina... inclusive... um dos meus amigos já tinha namorado com ela... né?... e esse **então** ficou mais raivoso ainda... a gente nota muito o egoísmo das pessoas...”

Nesse exemplo, o **então** que está em negrito tem valor semelhante a **principalmente** e funciona como uma espécie de elemento de intensificação, pois enfatiza que um dos amigos, que já tinha namorado a menina, por esse motivo, ficou com mais raiva que os outros. Esse uso não é estranho quando se leva em conta a origem do elemento na formação **in + tunc**, onde o elemento **tum** (tão), cognato de intensificadores como **tallis** (tal), **tantus** (tanto), **tot** (tantos) e **tam** (tão, tanto), já apresentava em latim valor intensificador, pois, segundo Faria (1975), “freqüentemente é usado junto de outro advérbio de tempo para reforçá-lo”.

Normalmente esse tipo de **então** não se refere à cláusula inteira, mas a um sintagma dessa cláusula e tende a se posicionar depois desse sintagma, sobretudo quando ele ocorre no início da cláusula, para não se confundir com o **então** sequencial.

Então resumitivo

O **então** resumitivo ocorre quando o informante resume em uma cláusula tudo que foi dito anteriormente a título de conclusão. Esse uso pode ser visto no trecho abaixo retirado de um relato de opinião oral produzido por um informante do 3º grau:

Ex 8: “... o que a gente vê nas universidades... por exemplo... na UERJ o pátio cheio de carros lindos... novos... o que nos descreve a situação... a seguinte... que... a universidade é pública... mas quem frequenta são pessoas que têm capacidade de... pagar uma universidade... cara... né? particular e cara que... que existe por aí... é as pessoas que têm... sempre tiveram aquela dificuldade quando vão pra universidade não consegue... não tem a mesma condição de passar... por uma universidade pública como outra... né? acabam indo forçosamente tendo que estudar numa universidade particular... isso mais uma vez para botar pra frente toda a... vontade de estudar... toda a... né? vontade de crescer na vida... e ser uma pessoa melhor... do que os seus antepassados... né? pais e mães... e tentar sair... evoluir um pouco mais daquela vida que sempre teve... vida de pobreza... vida de bairro pobre e tentar dar uma vida melhor pros filhos dessa pessoa... conhecer pessoas novas... e... é o que acontece essas pessoas vão... tem essas dificuldades... de passar por uma escola pública... porque não tem as mesmas armas que tem a pessoa que estuda numa escola particular e **então**... esse é o grande problema da educação do país...”

Pode-se notar que o informante fala que as universidades públicas são frequentadas por pessoas que possuem poder aquisitivo para estudar em uma universidade particular e que os realmente carentes perdem a vaga para essas pessoas. E conclui com uma frase que resume tudo o que foi dito anteriormente: **então esse é o grande problema da educação do país**. Trata-se de um tipo de **então** conclusivo, que não se limita a ligar orações, dando-lhes uma orientação argumentativa, mas funciona como um elemento organizador do texto,

no sentido de que conclui uma fala através de uma frase que engloba e resume tudo o que foi dito.

***Então* introduzindo informações livres**

Outra manifestação do valor sequencial de ***então*** é o que convencionamos chamar de ***então*** introduzindo informações livres. Trata-se de um uso que, como os valores sequencial e conclusivo de ***então*** vistos anteriormente, tem a função de sequencializar informações. Esse uso resulta do fato de que nem sempre o ***então*** com função sequencial organiza linearmente ações perfectivas no tempo ou ordena cláusulas em termos lógicos. Algumas vezes, como no exemplo abaixo, esse tipo de ***então***, organiza uma seqüência de informações novas sem que haja uma relação necessária (temporal ou lógica) com a cláusula anterior:

Ex 9: “...o meu pai não... o meu pai já é uma pessoa... ah... ele... já... pessoa muito fechada... e... triste... porque a juventude dele... a criação dele... foi uma coisa... foi uma coisa... como é que eu vou dizer?... eh... ele foi criado... os pais dele por um clima de autoritarismo... entendeu?... meu avô era autoritário... ele não via a justiça... sabe? entendeu? ele foi criado no Norte... no interior... ***então*** aque/ as pessoas do interior geralmente têm a mente fechada... entendeu? são pessoas do tipo... entre aspas... ignorantes... né?...”

Nesse exemplo, retirado de um relato de opinião oral de uma informante do 2º grau, o elemento ***então*** não expressa sequencialidade temporal ou relação lógica com as informações anteriores. Nesse caso, o elemento serve apenas para introduzir uma informação nova: **as pessoas do norte geralmente têm a mente fechada**. Essa informação não é sequencial em termos temporais em relação a cláusula anterior e não é consequência dela. Trata-se de um ***então*** introduzindo informações livres, que funciona como uma espécie de sequencializador universal, na medida em que ele abre caminho para que informações novas sejam acrescentadas. Esse uso é resultado de um processo de gramaticalização por pressão de informatividade, pois surge de contextos específicos em que o ***então*** sequencial assume essa nova função.

Análise dos resultados

A partir da análise do elemento ***então***, procuramos observar a relação entre os seguintes fatores: nível de escolaridade, tipos de discurso e modalidades da língua. As tabelas abaixo apresentam esses dados: referem-se à distribuição de ocorrências de ***então*** de acordo com os tipos de discurso, níveis de escolaridade e modalidades da língua.

	NARRATIVA EXPERIENCIAL ORAL							
Escolaridade	EAN	ES	EIIL	EC	EA	ER	EI	Total
4ª série	-	4	-	1	-	-	-	5
8ª série	-	2	2	1	-	-	-	5
3ª série	1	5	7	9	-	-	-	22

3º grau	-	9	12	4	2	-	1	28
Total	1	20	21	15	2	-	1	60

	RELATO DE OPINIÃO ORAL							
Escolaridade	EAN	ES	EIIL	EC	EA	ER	EI	Total
4ª série	-	-	-	1	3	-	-	4
8ª série	-	-	1	1	-	-	-	2
3ª série	-	-	24	16	3	-	-	43
3º grau	1	-	53	24	-	1	-	79
Total	1	-	78	42	6	1	-	128

	NARRATIVA EXPERIENCIAL ESCRITA							
Escolaridade	EAN	ES	EIIL	EC	EA	ER	EI	Total
4ª série	-	3	-	2	-	-	-	5
8ª série	-	7	-	4	-	-	-	11
3ª série	-	3	-	4	1	-	-	8
3º grau	3	1	-	1	-	-	-	5
Total	3	14	-	11	1	-	-	29

	RELATO DE OPINIÃO ESCRITO							
Escolaridade	EAN	ES	EIIL	EC	EA	ER	EI	Total
4ª série	-	-	-	1	-	-	-	1
8ª série	-	-	-	-	1	-	-	1
3ª série	-	-	-	-	-	-	-	-
3º grau	-	-	-	1	-	-	-	1
Total	-	-	-	2	1	-	-	3

A partir dessas tabelas, podemos verificar em que grau se ratificam as hipóteses estabelecidas no corpo desse estudo. Nossa hipótese de que o termo *então* apareceria mais em entrevistas orais se confirmou: averiguamos no *corpus* a ocorrência de 188 casos de *então* na modalidade oral, em contrapartida, na modalidade escrita só aparecem 32 casos. Isso demonstra a inclinação do elemento para ocorrer na fala, decorrente do fato de que, na escrita, há um maior leque de construções com possibilidade de desempenhar as funções que o *então* desempenha na fala e essa competição de formas faz com que o *então* ocorra menos na escrita.

Uma segunda hipótese que está se confirmando refere-se aos usos sequenciais e conclusivos pôr informantes da 4ª série. Esses informantes utilizam o elemento *então* num

total de 15 ocorrências (nas modalidades oral e escrita), sendo que 7 ocorrências apresentam valor sequencial e 5, o valor conclusivo. Isso confirma a hipótese de que os usos menos gramaticalizados tendem a ser usados pelos falantes de menor escolaridade.

O *então* introduzindo informações livres apresenta 85 ocorrências no terceiro grau e 31 ocorrências na 3ª série do 2º grau em oposição a 0 ocorrências na 4ª série e 1 ocorrência na 8ª série. Esse resultado nos mostra que esse valor do elemento caracteriza um discurso de informantes mais escolarizados, uma vez que esse informante domina o gênero argumentativo de forma mais adequada ao contexto lingüístico. Isso serve para reforçar a idéia de que esses informantes possuem uma maior flexibilidade argumentativa. Constatamos que esse uso serve mais para sequencializar argumentos do que eventos.

Há, ainda, algumas conclusões relevantes quanto aos usos anafórico, sequencial e conclusivo do *então*. O uso anafórico aparece no *corpus* em entrevistas de informantes mais escolarizados, pois esse uso é escasso no português atual em virtude do nível de formalidade que o caracteriza e, portanto, a tendência é que o utilizem mais informantes que dominam o uso formal da língua. O uso sequencial é predominante em narrativas orais e escritas, pois sua função básica é ordenar linearmente eventos perfectivos dinâmicos, que são típicos da estrutura narrativa. O uso conclusivo aparece em narrativas, mas predomina no relato de opinião, que é um gênero tipicamente argumentativo, onde o elemento assume um papel de conector lógico.

Concluindo, esse trabalho ratificou parcialmente a classificação desenvolvida em Martelotta (1994), demonstrando que os usos do elemento *então*, de um modo geral, tendem a ocorrer mais no discurso oral e que seus usos mais gramaticalizados, e, portanto, mais abstratos, tendem a predominar nos níveis mais altos de escolaridade.

Observação: Alguns exemplos usados no trabalho são de informantes que não foram digitados para o livro A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro- Materiais para seu estudo, porém fazem parte do *corpus* do grupo de pesquisa Discurso & Gramática.

10. Gramaticalização de *lá*

Mário Eduardo Martelotta
Lana Mara Rodrigues Rêgo

Este trabalho tem como objetivo analisar os diferentes usos da partícula *lá* à luz do paradigma da gramaticalização. Essa partícula é tradicionalmente classificada como advérbio de lugar, mas esse rótulo não dá conta da variedade de usos que ela apresenta. Na busca de uma teoria que relacione esses usos, vendo-os como pontos de uma trajetória de mudança, escolhemos esse paradigma. Procuramos apresentar os contextos em que a partícula *lá* mostra sinais de gramaticalização e as funções que são assumidas por ela no ato discursivo. Além disso, propomos que o elemento *lá*, em alguns contextos, também apresenta um uso em discursivização na forma *sei lá*.

Iniciamos nossa pesquisa com as seguintes hipóteses:

- 1) Os usos da partícula *lá* seguem a trajetória de gramaticalização espaço > (tempo) > texto, como os dêiticos espaciais em geral.
- 2) Há duas trajetórias básicas de gramaticalização diferentes para os usos do *lá*, todas partindo do seu valor dêitico espacial e gerando usos diferentes para essa partícula.
- 3) A partícula *lá* pode assumir, no texto, papéis anafóricos e catafóricos.
- 4) O *lá* com valor catafórico tende a funcionar como elemento enfático da informação mencionada e a introduzir uma informação nova no texto.
- 5) O uso da partícula *lá* aparece discursivizado na forma *sei lá*.
- 6) Os novos usos da partícula *lá* de valor mais abstrato, que são resultantes do processo de gramaticalização e discursivização, serão menos frequentes nas entrevistas dos informantes da classe de Alfabetização (infantil e adulto).

A base do nosso estudo foi o *corpus* do grupo de estudos Discurso & Gramática. Dele, analisamos entrevistas na modalidade oral com todos os tipos de texto lá encontrados: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, relato de opinião, relato de procedimento e descrição de lugar. Na intenção de pegar faixas etárias e níveis de escolaridade bem distintos e polares, selecionamos 4 informantes do terceiro grau (2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino), 4 informantes da oitava série (2 do sexo masculino e 2 do feminino), 4 informantes da classe de alfabetização adulto (2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino) e 6 informantes da classe de alfabetização infantil (3 do sexo masculino e 3 do sexo feminino). O maior número de informantes de alfabetização infantil se justifica pelo fato de as entrevistas nesse nível de escolaridade serem menores.

Com o objetivo de chegar a uma análise qualitativa e quantitativa dos dados, analisamos 187 ocorrências do elemento *lá* nessas entrevistas, com a seguinte distribuição: 44 ocorrências no terceiro grau, 68 ocorrências na oitava série, 33 ocorrências na classe de alfabetização adulto e 42 ocorrências na classe de alfabetização infantil.

Uma vez que o tamanho das entrevistas variava sobretudo de acordo com o nível de escolaridade, baseamos nossa percentagem de ocorrências no número de linhas das entrevistas pesquisadas de cada série, para obtermos resultados mais precisos em nossa análise.

As trajetórias de gramaticalização referentes à partícula *lá*

Segundo Bueno (1968), o elemento *lá* é proveniente do latim *illac*, que significa "naquele lugar" e indica objeto ou pessoa distante simultaneamente de quem fala e do interlocutor. No português atual, observando os contextos reais de comunicação oral, percebemos que o valor dêitico espacial desta partícula, de apontar o local sem nomeá-lo, nem sempre é tão claro, nem tão exclusivo. Em certas situações, não fazemos associação explícita com este valor espacial original. Esse fato ocorre porque os usos do elemento *lá* estão envolvidos em processos de gramaticalização, de acordo com o que está proposto em Hopper e Traugott (1993) ou de discursivização, segundo Vincent, Votre e Laforest (1993).

Tradicionalmente, o elemento *lá* é visto como um advérbio de lugar que, juntamente com outros indicadores espaciais, expressa pontos no espaço em relação à localização dos participantes do ato de comunicação. Assim, dentre os advérbios dêiticos espaciais do português, temos:

AQUI - localiza pontos no espaço próximos ao falante;

Ex. *Aqui* tudo vai bem. (exemplo nosso)

AÍ - localiza pontos no espaço próximos ao ouvinte;

Ex. Como vão as coisas por *ai*? (exemplo nosso)

ALI - localiza pontos no espaço distantes do falante e do ouvinte.

Ex. É melhor seguir por *ali*. (exemplo nosso)

LÁ - localiza pontos no espaço mais distantes do falante e do ouvinte (em comparação com *ali*.)

Ex. Hoje não irei *lá*. (exemplo nosso)

Nossa análise sobre os usos de *lá* parte do princípio de que o seu valor dêitico espacial é o ponto de partida de uma gramaticalização espaço > (tempo) > texto, que, de acordo com Heine et alii (1991), caracteriza o surgimento de operadores argumentativos a partir de circunstanciadores. Com esse processo, o elemento vai perdendo o seu valor semântico de indicador espacial para assumir novas funções de cunho gramatical. Esse tipo de mudança por gramaticalização pressupõe que um determinado elemento com valor espacial passa a assumir valores temporais e, progressiva e concomitantemente, valores textuais, ou segue diretamente do espaço para o texto, passando a organizar argumentos e/ou a assumir funções interativas, referentes, por exemplo, a estratégias comunicativas.

Admitimos que existem duas trajetórias distintas que, partindo do valor dêitico espacial de *lá*, geram diferentes usos da partícula. Uma leva a partícula a assumir funções anafóricas e catafóricas, que, por sua vez, geram valores temporais e inferíveis. Outra faz com que a partícula assuma uma função modalizadora, que funciona como uma marca de afastamento ou desinteresse do falante em relação ao que fala. Com a continuidade do

processo de mudança, essa função modalizadora, por um lado, gera um uso em que o *lá* penetra no sintagma nominal, assumindo uma função de elemento indefinido, e, por outro, se discursiviza em alguns contextos em que a expressão *sei lá* funciona como elemento que participa da organização do fluxo linear das informações no discurso oral.

A Metáfora Espaço > Discurso

De acordo com Heine et alii (1991: 179), a metáfora espaço > discurso é usada para organizar analogicamente o universo discursivo em termos de referenciais externos, que representam, nesses casos, os elementos mais básicos e mais concretos da escala de gramaticalização. Assim, é comum os dêiticos espaciais serem usados para indicar pontos do texto já mencionados (anáfora) ou ainda por mencionar (catáfora). Para demonstrar como isso ocorre com o elemento *lá*, apresentamos os exemplos 1, 2 e 3:

Ex.1: Olha *lá* o marido da Maria com a outra. (exemplo nosso)

No exemplo acima, o elemento *lá* faz alusão dêitica a algo do mundo real, que está longe do falante. A gramaticalização se evidencia quando o *lá* dêitico, por um processo de metáfora espaço > discurso, passa analogicamente a fazer alusão a dados no texto já mencionados ou por mencionar, assumindo valores anafóricos e catafóricos, como nos exemplos abaixo:

Ex.2: “lugar que eu mais gosto de ficar... é a sala da minha casa... eh... quer que eu diga o que que tem *lá*?”

Ex.3: “A gente ouve um monte de disco... que tem *lá* na sala... na sala... na sala tem muitos enfeites...”

Nos exemplos 2 e 3, o elemento *lá* refere-se, respectivamente, ao local mencionado (anáfora) e ainda por mencionar (catáfora). Estamos chamando de espacial pleno, o uso em que o elemento *lá* faz menção anafórica ou catafórica a elementos espaciais detectáveis no texto, ao contrário do espacial inferível, em que o elemento *lá* refere-se anafórica ou cataforicamente a lugares, que não são explicitamente mencionados no texto, mas que podem ser inferidos pelo contexto, como ocorre no exemplo 4, reproduzido a seguir:

Ex.4: “Esse bolo leva duas lata de sardinha... tá? é... um copo de farinha de trigo... é... um de maizena... tá? um de óleo, três ovos, hum... leva... hum... dois copos de leite... aí separa a sardinha à parte... picadinha... cebola picadinha... tudo que você tivé de tempero pra colocá *lá*... você coloca...”

Nesse exemplo, a informante, ao dar a receita de um bolo de sardinha, pede que o seu interlocutor coloque o tempero no local onde a sardinha provavelmente está situada. Em nenhum momento ela mencionou o nome do recipiente ao qual se refere, não se tratando, portanto de um espacial pleno. Logo, deve-se inferir que o tempero tem de ser colocado em algum recipiente onde está a sardinha. Trata-se do uso espacial inferível.

Um dado relevante é que, em todos os casos de *lá* classificados como espacial pleno catafórico, a partícula funciona como um elemento enfático, destacando o local

mencionado. Esse uso da partícula **lá** introduz uma informação nova, que sempre aparece depois dela, ao contrário do anafórico, que se refere a algo já mencionado. O exemplo abaixo ilustra esse tipo de uso:

Ex 5: “... ele disse pra mim não ficar triste... porque... ah... eh... no dia seguinte ia ser distribuído de novo mas não no campo do mundial... na rua Camaipi... **lá** na... no Rio da Prata”

Nesse exemplo, o elemento **lá** introduz uma informação mais precisa sobre o local onde ia ser distribuído um determinado material. Ele apresenta o nome do bairro (Rio da Prata), como informação nova ou ainda não mencionada. De acordo com nossas observações, 100% das ocorrências de **lá** catafórico introduzem informações novas, ou seja, referem-se a informações ainda não mencionadas.

Tendo assumido, como os exemplos acima demonstram, função textual (anafórica ou catafórica), a partícula **lá**, em alguns contextos, pode fazer alusão a dados temporais já mencionados ou por mencionar, como se pode notar nos exemplos 6 e 7:

Ex.6: “... aí ele chegou lá... **lá** pras onze horas... () uns camarada chegaram do lado dele assim começaram a implicar com eles...”

Observando o exemplo 6, percebemos que em “**lá pras onze horas**” o elemento **lá** alude cataforicamente à informação temporal mencionada em seguida (**onze horas**), indicando uma idéia de proximidade em relação a esse ponto no tempo.

Ex.7: Ele trabalhou na casa Sendas de 1987 a 1993, de **lá** pra cá ele vive de biscates. (exemplo nosso)

Embora não tenhamos encontrado exemplos deste tipo no *corpus* analisado, o exemplo 7 mostra um uso possível do elemento **lá**, formando, nesse contexto, a expressão “**de lá pra cá**”. Neste caso, há uma referência a um ponto no tempo mencionado anteriormente (o ano de 1993), constituindo, portanto, um exemplo de anáfora.

Esse uso temporal surge por um processo de mudança que Traugott e König (1991) chamam pressão de informatividade. Esse processo se dá quando, por convencionalização de implicaturas conversacionais, um termo assume um novo sentido motivado pelo contexto em que aparece. Esse novo sentido é inferido do sentido primeiro, independentemente do valor textual das cláusulas envolvidas no processo. O **lá**, nesses contextos, se torna temporal em consequência do fato de que faz alusão anafórica/catafórica a elementos que apresentam valor temporal.

A metáfora distância espacial > distância emocional.

Estamos concordando com Balocco e Dorigo (1995) que existe um uso com valor modal da partícula **lá**, em que a sua noção espacial original se abstratiza, associando-se à noção de modalidade. Propomos, então que os usos de **lá** também refletem uma outra trajetória de gramaticalização em que, por atuação de um mecanismo de mudança que convencionamos chamar de metáfora distância espacial > distância emocional, gera um uso modalizador de **lá**. Esse uso modalizador, por sua vez, gera dois usos distintos: o **lá** no SN

e a forma *sei lá*, em fase de discursivização.

Vejamos primeiramente o uso com função modalizadora através dos exemplos 8 e 9 apresentados abaixo. Nesses casos, o *lá* funciona como marcador de distância entre o falante e o conteúdo da sua fala, podendo até ser interpretado como um elemento de negação:

Ex 8: Eu *lá* quero saber de estudar. (exemplo nosso)

Ex 9: Eu sei *lá* o que ele quer dizer com isso! (exemplo nosso)

Nesses casos, o *lá* assume uma função de modalizador, no sentido de que expressa um afastamento ou desinteresse do falante em relação ao assunto em discussão. É esse afastamento que dá a idéia de negação. Embora esses casos possam ocorrer em contextos reais de comunicação, não houve casos desse tipo no *corpus* analisado.

Esse uso modalizador de *lá*, na continuidade do processo de mudança, gera um outro uso, que convencionamos chamar de *lá* no SN. Nesse outro uso, a partícula penetra no sintagma nominal, assumindo um posicionamento mais fixo. Assim, o falante utiliza a partícula *lá* para caracterizar o substantivo como algo que existe, mas a respeito do qual não quer, não pode ou não considera relevante fazer comentários. O trecho abaixo demonstra esse tipo de uso:

Ex.10: “meu marido tem um amigo... que... ele era esportista... acho que ele era nadador... profissional... e ele... apareceu um... um... negócio nas costas dele... que ele não sabia o que que era... aí ele foi ao médico... aí o médico olhou e falou... que era uma doença *lá*... alguma coisa que ele ia ter que o/ é fazer uma cirurgia... era uma cirurgia simples”

Observando esse exemplo, somos levados a crer que a informante não sabe (ou não lembra) o nome da doença à qual a narrativa se refere, por causa do trecho “...**era uma doença lá... alguma coisa que ia ter que o/ é fazer uma cirurgia...**”. O *lá*, referindo-se ao substantivo doença, dá essa idéia de não compromisso com dar maiores detalhes acerca do substantivo mencionado.

O elemento *lá*, nesse caso, está dentro do sintagma nominal, funcionando como elemento caracterizador do substantivo, como se pode notar no exemplo 11, em que o *lá* acompanha a inversão do sintagma “*os cara*” do qual faz parte:

Ex 11: “... aí falaram... falaram... que iam matar ele não sei o que... () eles até ficaram de aparecer hoje no colégio *os cara lá* que ele brigou...”

Além do fato de estar ligado ao SN, esse uso caracteriza-se por indicar que o falante não quer ou não pode especificar o substantivo a que se refere, traço que persiste do uso modalizador do qual se originou.

Paralelamente a essa trajetória descrita acima, existe outra, em que o *lá* modalizador se discursiviza, quando acompanhado do verbo *saber* no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular. Além do seu valor modalizador original, indicativo de insegurança ou incerteza do falante em relação ao que fala, o *sei lá*, em certos contextos, assume também a função de reorganizar o discurso, quando a sua linearidade é momentaneamente perdida ou preencher o vazio causado por essa perda. Nesses contextos, o *sei lá* é usado para facilitar o

processamento da fala, pois está mais a serviço da organização da linearidade do discurso do que da estrutura significativa da cláusula.

Há, nesse uso da forma *sei lá*, um processo de discursivização, com base no que propõem Vincent, Votre e Laforest (1993). Esta expressão tende a perder restrições gramaticais e a assumir restrições de caráter pragmático e interativo, funcionando como um elemento que viabiliza o processamento do discurso, indicando hesitações, inseguranças do falante em relação ao que diz e pausas para pensar no que será dito em seguida. Vejamos um exemplo desse uso:

Ex.12: “eu pensei que eles fossem ficar ali... quando eu virei pra trás que eu fui procurar eles... para... me entrosar no assunto... eles tinham sumido... conclusão... a música já estava acabando... e eu tive que...que... *sei lá*... tive que... ver sozinho como é que fazia as coisas...”

Nesse exemplo, a expressão *sei lá* assume uma função pragmática típica de marcador discursivo, pois indica uma hesitação e é usada pelo falante para, sem perder o turno da fala, ganhar tempo, enquanto procura as palavras adequadas à expressão de suas idéias. As pausas marcadas pelas reticências e as repetições dos termos “*tive que*” e “*que*” são evidências disso.

Trata-se de um processo de cunho metonímico no sentido de que não envolve apenas o elemento *lá* mas também (e principalmente) o verbo *saber*, assim como ocorre, por exemplo, com o uso *vai lá* (ou *vá lá*) nos exemplos abaixo:

Ex 13: *Vá lá* que o patrão chega aqui e vê a gente dormindo. (exemplo nosso)

Ex 14: Que ela seja paqueta ainda *vai lá*. Agora, sair com o Romário... (exemplo nosso)

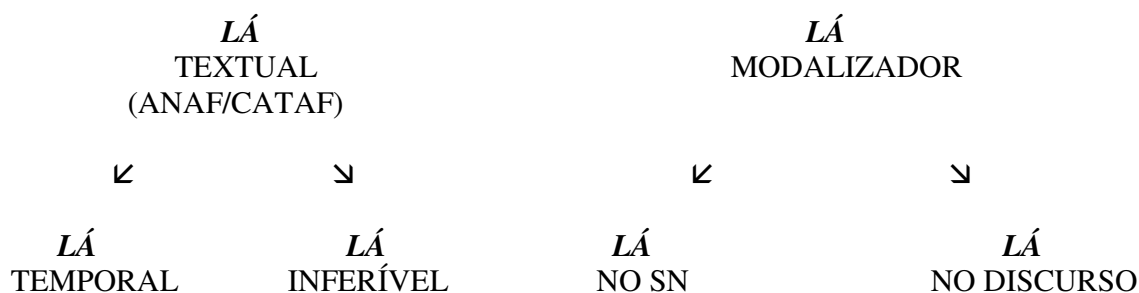
No exemplo 13, propomos que a expressão *vá lá* expressa uma convite do falante para que o interlocutor imagine (*vá lá*) aquela situação hipotética por ele proposta, ou acompanhe o raciocínio do falante. No exemplo 14, a expressão *vai lá* dá uma idéia de que um determinado fato chega a um ponto que se aceita como passável (*vai lá*). O sentido da partícula *lá* nesses contextos é bastante abstrato, e parece-nos tratar-se mais de um caso de metáfora envolvendo o verbo *ir* do que propriamente o *lá*.

Recapitulando o que foi disto até aqui referente aos processos de gramaticalização e discursivização da partícula *lá*, apresentamos o quadro abaixo:

QUADRO A: Referente às trajetórias de gramaticalização e discursivização de *lá*.

LÁ
DEITICO





Esse quadro demonstra duas possíveis trajetórias de mudança para a partícula *lá*. A primeira trajetória constitui um processo de gramaticalização via metáfora espaço > discurso, que leva o elemento a assumir funções anafóricas e catafóricas e em seguida, por pressão de informatividade, assume os valores temporal e inferível. Uma outra trajetória, por uma metáfora que poderíamos caracterizar como distância espacial > distância emocional, leva o elemento a assumir função de modalizador, que, em seguida, assume duas trajetórias de mudança diferentes: em uma se dá um processo de discursivização na expressão *sei lá*, em outra, a partícula penetra no sintagma nominal, assumindo a função de marcar uma intenção de indefinir o substantivo ao qual se refere.

Análise dos resultados

Dado o tipo das entrevistas analisadas e a forma em que foram coletadas, só encontramos casos onde o elemento *lá* assume valores no texto, e não com o uso dêitico gestual (cf. exemplo 1). O Quadro a seguir mostra os resultados encontrados a partir da análise das entrevistas do *corpus*:

QUADRO B: Referente à distribuição dos diferentes usos de *lá* pelos diferentes níveis de escolaridade.

	Nº de casos/Nº de linhas	lá espacial pleno - anáfora	lá espacial pleno - catafóra	lá espacial inferível	lá temp.	lá no SN	lá desgra- matal
CA adulto	33/279 (11,8%)	18 (6,4%)	8 (2,9%)	4 (1,4%)	—	—	3 (1,1%)
CA infantil	42/165 (25,4%)	22 (13,3%)	16 (9,7%)	—	—	4 (2,4%)	—
8ª série	68/298 (22,8%)	36 (12%)	16 (5,4%)	2 (0,7%)	2 (0,7%)	8 (2,7%)	4 (1,3%)
3º grau	44/631 (7%)	18 (2,8%)	9 (1,4%)	10 (1,6%)	—	4 (0,6%)	3 (0,5%)

O trabalho partiu da hipótese de que os usos mais abstratos (gramaticalizados e discursivizados) da partícula **lá** predominariam nos níveis de escolaridade mais altos em função do fato de que esses usos são mais abstratos e veiculam estratégias comunicativas mais complexas. Para testarmos esta hipótese, após a classificação das ocorrências, buscamos uma análise estatística na qual levamos em conta a razão entre o número de casos da partícula **lá** e o número total de linhas das entrevistas produzidas pelos informantes.

Nossa hipótese, entretanto, não se confirmou. Não houve nenhuma predominância numérica significativa na direção esperada: nossa expectativa era encontrar muitos casos de espaciais plenos nos níveis mais baixos de escolaridade e poucos casos nos mais altos e, por outro lado, muitos casos de **lá** no SN e **lá** no discurso (usos mais abstratos) no 3º grau e poucos, em níveis mais baixos.

Ao contrário, olhando atentamente, vemos que os números apontam levemente uma tendência para o sentido oposto. No 3º grau, nível de escolaridade que apresenta menos ocorrências de **lá** (7%) do que os outros, vê-se o predomínio do **lá** espacial pleno, uso que caracteriza estágios menos avançados de gramaticalização, portanto, menos abstratos: dos 44 casos totais de **lá** no 3º grau, 27 casos foram de espacial pleno, somando anáfora e catáfora (usos menos abstratos) contra 7 casos de **lá** no discurso (3 casos) e de **lá** no SN (4 casos), para citar os dois usos mais abstratos.

Além disso, se levarmos em conta a relação nº de ocorrências/nº de linhas, o **lá** no discurso, por exemplo, ocorreu mais no CA adulto (1,1%) e na 8ª série (1,3%) do que no 3º grau (0,5%), o chamado **lá** no SN ocorreu mais no CA infantil (2,4%) e na 8ª série (2,7%) do que no 3º grau (0,6%).

Concluimos que o elemento **lá** segue inicialmente dois processos distintos de gramaticalização. Um caracteriza-se pela trajetória espaço > (tempo) > texto, proposta por Heine et alii (1991). Observamos que este elemento, ao se gramaticalizar, sai do espaço e vai diretamente para o texto. É no texto que esse elemento passa a assumir funções anafóricas e catafóricas, tendendo estas a inserir informações novas. A partir daí, ele irá também apresentar valores temporais e aqueles que convencionamos chamar valores inferíveis, ambos decorrentes da continuação do processo de gramaticalização. Outra trajetória leva o elemento a assumir uma função modalizadora e, no decorrer do processo, a ligar-se ao SN, ou a assumir funções típicas da discursivização, como acontece na forma **sei lá**, que reorganiza o discurso, marcando uma pausa, para que seja retomada a linearidade do fluxo das informações.

11. Gramaticalização de *até*

Rosaura de Barros Baião
Júlia Arruda

Introdução

No estudo que apresentaremos sobre o processo de gramaticalização do elemento *até* descrevemos os seus usos como obedecendo à trajetória proposta por Heine et alii (1991):

ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO

O processo de gramaticalização segundo Heine é unidirecional e se manifesta em escala crescente de abstratização. Obedece a uma transferência do universo referencial para o discurso, e vai do sentido +concreto para o -concreto. Tal escala de abstratização é representada de forma a conservar como mais básica e mais concreta a expressão com sentido espacial. Alguns traços do sentido espacial persistem claramente em usos com valor temporal, mas não se manifestam de forma transparente, necessariamente, em usos que encadeiam o discurso. Esses usos encadeadores já possuem um sentido mais abstrato, com uma função específica de organizar o discurso.

Observamos e analisamos a trajetória do elemento *até* evidenciando uma gradação de sentidos que obedece ao seguinte esquema:

até espacial > *até* temporal > *até* inclusivo > *até* de contra-expectativa

A pesquisa relata usos da língua posta em ação, assumida pelo falante. Estamos nos referindo à concepção segundo a qual o discurso permite uma relativa liberdade de criação de expressões novas a partir das já existentes na língua.

Os exemplos foram retirados do corpus do Projeto Integrado Discurso & Gramática - UFRJ. Coletamos dados do C.A. supletivo, oitava série do primeiro grau, segundo e terceiros graus, todos retirados do discurso oral. Nosso *corpus* consta de aproximadamente cem exemplos. Empenhamo-nos na tentativa de estabelecer um quadro ilustrativo de ocorrências do elemento *até* nas séries em que coletamos nossos dados a fim de registrar a trajetória dos usos, desde os mais concretos, referentes ao espaço físico, até os mais abstratos, referentes a operações lógicas.

O processo

O esquema representativo do processo de gramaticalização dos operadores argumentativos na direção espaço > tempo > texto, corresponde à trajetória +concreto > -concreto, característica do uso desses elementos. Os marcadores organizam a estrutura da conversa, servindo de elo de ligação entre unidades comunicativas, orientando o ouvinte.

(cf. Marcuschi, 1986). A enunciação argumentativa conduz o ouvinte a determinada conclusão, ou encaminha-o no sentido de este inferir do enunciado suas "próprias" deduções. De acordo com Ducrot (1981: 178), o valor argumentativo da frase não é só consequência das informações trazidas por ela, pois seu contexto lingüístico e pragmático tem elementos que dão orientação argumentativa, conduzem o ouvinte para essa interpretação. O falante utiliza marcadores argumentativos como um artifício para levar o ouvinte a deduzir.

Acreditamos que o elemento *até*, ao assumir um sentido de **inclusive**, está passando por um processo de gramaticalização, e quando adquire novos sentidos mais abstratos a partir deste, torna-se ainda mais gramaticalizado.

Segundo Martelotta, (1994: 30), os operadores argumentativos não são meros relacionadores de cláusulas, e somente podem ser entendidos a partir de uma teoria de base pragmático-discursiva, porque têm como função dar uma orientação argumentativa ao enunciado. No valor de marcador de contra-expectativa, que comentaremos a seguir, incluem-se aspectos da dinâmica espaço > tempo > inclusão > contra-expectativa. O elemento *até* tem diminuído o valor espacial/temporal e "ganha" um valor pragmático-discursivo.

O valor pragmático-discursivo adquirido por determinados elementos pode ser observado em situações reais de comunicação, e, para que se cumpra o circuito da comunicação, necessitamos considerar língua, sob uma perspectiva funcionalista, como uma estrutura maleável, sujeita a pressões de uso, que obedece a uma regularidade parcial. A regularidade corresponde à gramática, que segundo Lichtenberk (1991: 38) é uma estrutura com formas fixas, regulares, resultante das pressões de uso, que coexiste com formas não fixas, as quais constantemente estão competindo para tornarem-se fixas, ao mesmo tempo que outras tornam-se frouxas.

Consideremos as funções da linguagem descritas por Heine (1991), motivado por Halliday (1970). Pela função ideacional, o falante expressa sua experiência do mundo real através de conceitos. Pela função textual, constrói e organiza o texto. Pela função interpessoal, desenvolve sua personalidade de falante e sua habilidade para interagir com outros: orienta o falante e o ouvinte. Tais orientações são relativas a julgamentos e crenças do falante e a imposição de algumas "obrigações" ao ouvinte. Uma obrigação seria interpretar o enunciado do falante segundo orientação deste, estabelecendo elos comunicativos. Através da função interpessoal, o falante esbelece relações com o ouvinte e organiza seu discurso. Esta função conduz, em sua trajetória à função textual.

Nossa ilustração focalizará a trajetória: *até* espacial > *até* temporal > *até* inclusivo > *até* marcador de contra-expectativa.

Até espacial

O elemento *até* aparece, no exemplo seguinte, com sentido espacial, com o qual estabelece o percurso de um ponto a outro.

Ex. 1: "...ele veio me amostrar era as alianças aí eu pulei de alegria... muito alegria mesmo era por isso que eu esperava... mas como todo mundo sabe sempre todos que tocam em conjunto é muito conhecido... exatamente nessa avenida que ele morou tinha uma das fãs, dele... que já tinha namorado... ele me pediu licença e disse vou *até* o portão e rápido..." (informante do C.A. supletivo).

Até temporal

No exemplo seguinte, o elemento *até* figura com sentido temporal. Em nossa análise, aparece a idéia de marca no tempo; em “...até hoje”, o limite estabelecido é **hoje**, e parece-nos que o dia de hoje está incluído.

Ex. 2: “...Na sexta-feira conversamos, no sábado, tiramos fotos, aí domingo namoramos... aí...aí ele teve que viajar pro Rio de Grande do Sul... né? os pais dele moram lá... aí, quando foi esse mês agora de outubro... né? ele voltou... aí me procurou e *até* hoje... *até* hoje nós estamos namorando.” (informante do CA Supletivo)

Até inclusivo

Há várias nuances de inclusão, de modo que não se trata de uma categoria bem definida, e sim de uma classe difusa de sentidos associados entre si. No contexto seguinte o elemento *até* segue seu processo de gramaticalização passando do tempo para o texto, adquirindo um sentido inclusivo, abstratizando um pouco mais o percurso de espaço e de tempo, que observamos nos exemplos anteriores. O falante pode reforçar uma idéia através da inserção do elemento *até*, como se pode verificar no exemplo seguinte, sobre a situação econômica:

Ex. 3: “... não tem o menor controle mais sobre a economia... a inflação voltou a aumentar...os pô...empresários não:: tem nem...não sabem nem o que fazer... porque o cara não define um plano... econômico pro país... depois... isso é muito ruim... porque se tivesse um plano já definido... *até* investimentos estrangeiros podiam vir pro::...pro Brasil...né?...”(informante do terceiro grau).

A ocorrência em destaque do elemento *até* no exemplo seguinte revela-nos uma gradação do concreto para o abstrato: “...saiu *até* no jornal do Brasil...”.

Ex. 4: “quando cheguei lá pra assistir a audiência... quando eu tinha voltado... a empresa mandou que me pegassem e me levassem para uma delegacia... mandado pela empresa que... aí eu fiquei de meio-dia até meia-noite na delegacia de roubos e furtos de automóveis por causa de... uns atestados falsos ela mandou por conta dela... portanto... isso saiu *até* no jornal do Brasil... jornal o Globo... jornal o Dia... saiu em todos...” (informante do C.A. supletivo)

Já no próximo exemplo, o elemento *até* distancia-se também da sua significação espaço-temporal para caracterizar-se numa nova *camada*; dentro de uma perspectiva assumida por Martelotta (1994; 73), que define camada como sendo os *usos* e *valores* que cada elemento pode assumir, sem negar os sentidos coexistentes. Nesse caso específico, constatamos que o elemento *até* assume um valor de **inclusivo**, tendo ainda um caráter de realce discursivo, que exerce papel importante para reforçar a veracidade do fato recontado.

Ex. 5: “...foi *até* minha colega que me contou... que foi lá em São Jorge...aí ele foi roubou ela e deu um tiro no peito dela...(assim) só que ela não conseguiu mo/ ela não morreu

porque ela era muito gorda... aí a bala se alojou... não foi direto...” (informante da oitava série do primeiro grau).

***Até* marcador de contra-expectativa**

Os operadores argumentativos podem ser utilizados para manter ou não a expectativa do ouvinte quanto a determinada informação, conforme podemos observar no exemplo seguinte:

Ex. 6: “...exportar mais e importar menos tentar... tocar o barco pra frente... mas eu acho muito difícil do Brasil sair assim dessa situação... primeiro que nós somos ministrados assim... da pior forma possível... não que às vezes as pessoas podem pensar assim “pô um rapaz novo já está assim desiludido”... não é não... porque::... a situação agora... é essa... entendeu? pode ***até*** ser que melhore mesmo... não que nunca vá melhorar... mas... eu acho difícil...” (Informante de terceiro grau)

Nesse exemplo, o rapaz vem fazendo uma descrição pessimista da situação do país, vai preparando o ouvinte para comentários desse tipo, porém, em determinado momento, ele introduz uma idéia de possibilidade de melhora, quebrando a expectativa negativa através do elemento ***até***. O ouvinte é conduzido a reorganizar seu raciocínio inferindo que o falante, apesar de pessimista, admite a possibilidade de a situação melhorar.

Examinemos mais um exemplo, em que a contra-expectativa é mais flagrante:

Ex. 7: “é hoje em dia as/ eu tô achando... o casamento assim... quer dizê/ como muitas pessoas que estão se casando (...) então... pra mim casamento praticamente é uma rotina já... né? pelo tempo que peguei de casada... tô quase chegando a boda de prata... então... pra mim não foi tão ruim assim... pra mim aguentá até hoje... foi ***até*** bom, tá.” (Informante do CA Supletivo)

Nesse exemplo percebemos que o elemento ***até*** em destaque não figura apenas com um caráter de inclusive, aqui ele carrega uma função de *marcador de contra-expectativa*, já que o falante dá um depoimento pessoal de um casamento “bem sucedido” que difere de uma realidade que estava sendo narrada. Quando diz-se “Foi ‘até’ bom” tem-se subentendido que o natural seria que não tivesse sido bom. Sendo assim, essa estrutura realiza a quebra de uma expectativa anterior, através do marcador de contra-expectativa ***até***.

Por fim, no exemplo seguinte, temos quebra de expectativa associado a pressão de informatividade:

Ex. 8: “... muitos colegas meus... sabe... assim da minha idade...e tal falam...ah... mas o que é isso ? ... se prender a uma garota só... e tal ... eu não acho que isso se / ... eu não acho que isso seja uma prisão não... eu acho ***até*** que... que é o começo de tudo...” (informante do segundo grau).

O falante tem duas idéias para comunicar: que não acha que se prender a uma garota só seja prisão e que esse fato é o começo de tudo, então ele conecta tais idéias com o elemento ***até***, e com isso pode argumentar com o ouvinte para que este também pense como ele. Notamos, aqui, a existência do reforço de uma idéia de inclusão a medida que caberia

perfeitamente uma substituição do elemento **até** por **também / inclusive**. Destacamos o fato de que nesse emprego do operador argumentativo houve também uma sugestão de quebra de uma expectativa, pois pode-se perfeitamente supor : “**eu acho, ao contrário, que é o começo de tudo**”. O falante realiza “uma trajetória de pensamento” inversa à de seus colegas. Nessa ocorrência, a elaboração do posicionamento do falante realizou um percurso muito mais abstrato, começando a marcar um maior distanciamento da concepção original do elemento **até**. Neste caso, Traugott e König (1991) assinalam um mecanismo de mudança referente à gramaticalização, que é a pressão de informatividade, em cujo contexto, predomina o surgimento de conectivos. O contexto pressiona e o elemento **até** aparece como marcador de contra-expectativa.

Ex. 9: “... porque eu acho a Mafalda um colégio bom... eh... eu acho **até** melhor do que o outro colégio em relação ao outro... o outro era melhor no no ensino assim... né? porque aqui... se um professor faltar... que é escola municipal né ? o aluno vai embora... agora lá não... lá... o... a diretora faz de tudo...**até** se for o caso... **até** ela mesma dá aula... mas não deixa o aluno voltar pra casa...” (informante da oitava série do primeiro grau).

Nesse exemplo, temos mais de um elemento **até** com sentidos diferentes. Os dois primeiros induzem a uma idéia de inclusão, enquanto que o terceiro traz com o contexto uma idéia de concessão. O falante tem o conhecimento de que não é um fato natural a diretora de um colégio dar aula, porém, a diretora do colégio em que o informante havia estudado quebra uma rotina de procedimento e dá aula quando algum professor falta, somente para não deixar o aluno voltar para casa. O contexto em que acontece o enunciado, permite que o ouvinte interprete o elemento **até** da maneira como o falante propõe. Acrescentamos, também, nesse caso, o mecanismo de pressão da informatividade, que favoreceu para a determinação de um caráter concessivo na terceira ocorrência do elemento **até**, o qual apresenta-se mais abstratizado que os outros.

Dificuldades de análise

A coleta e análise do elemento **até** em contextos nos quais ele aparece em seu sentido básico (espaço) e mesmo de tempo, não apresentou dificuldades. Com **até inclusivo**, talvez por se tratar de um sentido que já está mais abstrato, encontramos alguma dificuldade em coletar exemplos desse tipo no CA supletivo, por se tratar de um uso mais elaborado. Já o **até** de **contra-expectativa** ocorreu apenas uma vez na classe de alfabetização.

Segundo os exemplos que examinamos aqui, nossa hipótese é a de que o elemento **até** em seu sentido básico (de espaço), de percurso, originou uma trajetória possibilitando o emprego desse mesmo elemento em contextos diferentes, nos quais há “marcas” do sentido primeiro percebido em leituras mais abstratas, como no caso de inclusive, em cujo significado já vai “desbotando” a idéia concreta de percurso. Procuramos estabelecer a trajetória do concreto para o abstrato, evidenciando a persistência de traços do sentido básico em contextos com sentido abstrato.

O último sentido do elemento **até** analisado por nós, sugerindo a ocorrência de uma ressalva dentro de um contexto de quebra de uma expectativa, acreditamos encontrar-se em fase de gramaticalização. Encontramos também alguns enunciados, como pudemos mostrar, em que aparece o elemento até significando inclusive, mas não plenamente, ou seja, tais

elementos encontram-se exatamente em fase de transição de sentido. Por ora, temos alguma evidência de que o estágio final percorrido pelo elemento *até* vá culminar na idéia de concessão, e no momento, estamos mantendo a hipótese de que o operador argumentativo até caminha dentro desse processo gradativo de abstratização. Não temos nenhuma evidência que indique a possibilidade deste elemento adquirir plenamente uma outra significação, já que sempre detectamos algum traço que persiste da sua significação primeira.

12. Gramaticalização e discursivização de *assim*

Mário Eduardo Martelotta
Enrico Nascimento
Sílvia Costa

O objetivo desse estudo é analisar a trajetória de mudança que caracteriza os usos do elemento *assim* à luz do paradigma gramaticalização/discursivização, tentando observar a trajetória espaço > (tempo) > texto, que é comum a esse tipo de elemento, bem como observar a trajetória que o leva a se discursivizar, passando a assumir função de preenchedor de pausa.

Utilizamos, como *corpus*, entrevistas concedidas ao projeto Discurso & Gramática para análise do português atual e A demanda do Santo Graal, retirado de Magne (1944), O Boosco deleitoso, de Magne (1950) e Crestomatia Arcaica, de Nunes (1943) para o português arcaico.

Adotamos a teoria da gramaticalização, que constitui um processo pelo qual itens lexicais e construções sintáticas, em certos contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Por outro lado, estamos entendendo discursivização como um processo em que os elementos perdem função lexical e gramatical para ficar a serviço da organização da linha de raciocínio na fala, funcionando como marcadores discursivos, que, ora marcam uma retomada da linha de raciocínio perdida (ou, de um modo geral, mudanças de estratégia comunicativa), reorganizando o discurso e ao mesmo tempo chamando a atenção do ouvinte para essa retomada; ora funcionam como artifício para o falante, sem perder a palavra, refletir sobre o que vai dizer, funcionando como **preenchedores de pausa**, usando um termo de Silva e Macedo (1996: 12).

Propomos que o elemento *assim* tem seus usos marcados por essas duas trajetórias. Por um lado assume novas funções gramaticais como anafórico e catafórico, usos que geram outras funções gramaticais. Por outro lado, assume uma função de preenchedor de pausa, que, como demonstraremos mais adiante, provém do seu uso catafórico, que, por apontar para uma fala posterior, funciona bem como elemento para preencher vazios na fala decorrentes de pausas para raciocínio.

Evidencia-se a trajetória de gramaticalização espaço > (tempo) > texto nos usos de *assim* a partir de sua origem dêitica espacial. Coutinho (1976: 267) afirma que esse elemento provém de **ad sic**. De acordo com Ernout e Meillet (1959), *sic(e)* apresenta o elemento **ce**, que é uma partícula comum nas línguas itálicas, e que se liga normalmente a pronomes demonstrativos como **hic(e)** (este) e **illic(e)** (aquele) ou a advérbios tirados de temas demonstrativos, como **tunc(e)** (então) e **nunc(e)** (agora). O valor dêítico do elemento mantém-se no português atual, fazendo, normalmente, alusão a gestos ou, de um modo geral, a dados do mundo real. Como não encontramos no *corpus* esse tipo de uso, citamos os seguintes exemplos nossos:

Ex 1: O boneco é *assim*, olha!

Ex 2: A praça estava *assim* de gente.

Se admitimos que, no primeiro exemplo, o falante usa as mãos para mostrar o formato ou o tamanho do objeto e que, no segundo, o falante aproxima os dedos em um gesto indicativo de multidão, podemos concluir que o elemento *assim* faz alusão dêitica a algo do mundo real que está próximo ao falante, uma vez que se refere a esses gestos.

A gramaticalização se evidencia quando o *assim* dêitico, por metáfora espaço > discurso segundo em Heine et alii (1991: 179), passa analogicamente a fazer alusão a dados do texto já mencionados ou por mencionar, assumindo valores respectivamente anafóricos e catafóricos, como os que aparecem nos exemplos abaixo:

Ex 3: “...eu estou abrindo um escritório agora com três sócios... estou ganhando fortunas de dinheiro *assim*... vou ficar milionário em um ano...”

Ex 4: “... liguei... aí eu “oi... Carlos... aqui é a Mônica... tudo bem?” aí ele virou pra mim e falou *assim* “não... tudo mal”...”

No exemplo 3, tem-se o *assim* anafórico, pois o elemento faz alusão ao fato mencionado anteriormente: “**estou abrindo um escritório... estou ganhando fortunas**”. No exemplo 4, o *assim* tem valor catafórico, pois alude ao que vai ser dito posteriormente em estilo direto.

Por outro lado, a trajetória de discursivização de *assim* é uma consequência do processo de gramaticalização, pois caracteriza-se por uma trajetória do tipo lexical > gramatical > discursivo. Após assumir a função gramatical de catafórico, o elemento passa a indicar, no momento em que ocorre uma perda da linearidade das informações na fala, que algo ainda será dito, apesar da quebra dessa linearidade. O exemplo abaixo ilustra esse uso:

Ex 5: “... então eu acho que tudo é economia... tudo é dinheiro... a gente não pode atingi/ falar sobre o problema social se a gente não/ “ah o país tem/ os velhos estão morrendo”... *assim*... *assim*... está morrendo por quê? muitos deles ficam em fila de aposentado... por que fila de aposentado?...”

Nesse caso, a ocorrência e a recorrência do elemento *assim*, caracterizam uma pausa para reflexão. O falante não sabe ainda exatamente o que vai dizer e usa elementos como o *assim* enquanto procura as informações adequadas e as palavras que melhor as expressem. As pausas marcadas pelas reticências (...) são uma evidência dessa pausa para selecionar as informações subseqüentes. Trata-se de um uso como preenchedor de pausa

O elemento *assim* no português arcaico

Procuramos observar o comportamento do elemento *assim* no português arcaico, com o objetivo de, por um lado, observar os processos de gramaticalização ocorridos naquela época, evidenciando, assim, a teoria, e, por outro, detectar elementos que ajudassem nossa análise do português atual. Devemos admitir que, no que se refere ao

segundo objetivo, a análise do português arcaico não nos ajudou muito, principalmente porque os textos arcaicos são escritos e as nossas análises do português atual privilegiam a modalidade oral. Entretanto, as análises revelaram fatos interessantes no que se refere ao processo de gramaticalização.

Como é comum aos dêiticos espaciais, o elemento *assim* sofre uma gramaticalização por metáfora espaço > discurso, passando a ser usado analogicamente para se referir a pontos do texto já mencionados ou por mencionar. Esse processo já havia se efetivado no português arcaico, em que usos anafóricos e catafóricos já ocorriam, como se pode notar nos exemplos 7 e 8 apresentados abaixo, retirados respectivamente de Nunes (1943: 77) e Nunes (1943: 65):

Ex 6: “Nós ssempre ssostemos grande aam em andando de cá e de llá em muitos trabalhos; e todo nos este uentre come e numca se farta, nem comtenta; e ele está ocçioso e nom faz nem dura trabalho. Nom lhe demos de comer! E **assy** o fizeram.”

Ex 7: “Desy foram adeante e uiram hu)u logar mui alto e mui fremoso, todo d'ouro e de prata muy fremosam ete obrado, e ão uiuo hy porta ne entrada, pero, quando se catou, achou-se dentro. Aly uyo mujtas conpanhas que diziam **asy**: Glória seia dada a ti, Deus padre, glória a ti, filho, glória a ti, spiritu sancto.”

Os exemplos acima demonstram, no português arcaico, os valores anafórico e catafórico de *assim* (normalmente grafado como *assí*, *asi*, *assy* ou *asy*). No exemplo 6, o elemento faz alusão a uma situação mencionada anteriormente e, no exemplo 7, refere-se ao que será mencionado em seguida. Os dois usos, como já foi demonstrado, são comuns no português atual.

Esses usos anafórico e catafórico representam um primeiro movimento do elemento *assim* em direção ao texto e constituem a base de duas trajetórias distintas que levarão essa partícula a assumir novos valores.

Os usos de base anafórica

O fato de o elemento *assim* poder fazer alusão a dados mencionados anteriormente o torna capaz de, por pressão de informatividade, assumir determinados valores que emergem de contextos específicos. Passo agora a demonstrar cada um deles.

Valor conclusivo

Assim como ocorre no uso atual da língua, o português arcaico apresenta usos de *assim* ligados a cláusulas que expressam consequência em relação ao que já foi dito. O exemplo abaixo, retirado de Nunes (1943: 38) demonstra isso:

Ex 8: “Este rrey naceo oito dias d'abril da era de mjl e dozentos e e vijnte e quatro ãnos e finou-se na era de mjl dozentos e saseenta e hu)u ãnos e **asy** uiueo trinta e sete ãnos e jaz soterrado e) o moesteiro dAlcobaça.”

A cláusula iniciada por *asy* expressa uma consequência em relação a algo já dito: o fato de o rei ter nascido a “**oito dias d'abril de mjl dozentos e vijnte e quatro ãnos**” e ter falecido em “**mjl dozentos e saseenta e hu)u ãnos**”. Entretanto, nesse caso, o termo ainda mantém algo de seu sentido original como advérbio de modo (= desse modo). Esse é o contexto que gera, por pressão de informatividade, o valor conclusivo do termo.

Assumindo de modo mais definitivo função de conectivo, o elemento *assim*, em alguns casos, vem seguido da partícula *que*, para expressar consequência, como se pode notar nos exemplos abaixo, retirados respectivamente de Magne (1944: I, 37) e Magne (1944: I, 144):

Ex 9: “Véspera de Pinticoste, foi grande gente assu)ada em Camaalot, *assi que* poderia homem i veer mui grã gente, muitos cavaleiros e muitas donas mui bem guisadas.”

Ex 10: “... u)u dia aveo que estávamos a cabo de u)a água, e vimos a besta cercada de todas as partes *assi que* nom podia escapar em nhu)a guisa.”

Assim como ocorre com *asy* no exemplo 8, a locução *assi que* inicia, nos exemplos 9 e 10, cláusulas que expressam consequência. O valor de modo, que marca o uso originário parece persistir aqui: *assim que* poderia ser substituído por *de modo que*.

No português arcaico a construção *assim que* já assumia **valor temporal**, como se observa no exemplo abaixo, retirado de Nunes (1943: 24):

Ex 11: “Acôteceo *assy que* Alboçadam fora correr môte contra Alaföoes, e hu)ua sergente que havia nome Perona, naturall de França, que leuarom com a rrainha e servia ant'ela...”

Essa relação entre tempo e consequência é comum no que diz respeito à mudança por gramaticalização. Por um lado parece haver uma relação metafórica entre a sequencialidade temporal e a sequencialidade lógica. Por outro lado, pensando em termos de processos metonímicos, existem alguns contextos que tendem a pressionar uma leitura lógica (causa/consequência) de uma relação temporal (antes/depois) entre cláusulas (Martelotta, 1994).

Usos de base catafórica

O valor catafórico de *assim* também gera novos usos no português arcaico. Alguns desapareceram e outros permaneceram até hoje. Vejamos cada um desses casos.

Uso conformativo

O *assim* catafórico, acompanhado da partícula *como*, pode, em alguns contextos assumir um valor conformativo, como se vê nos trechos abaixo, retirados de Nunes (1943: 218) e Nunes (1943: 149):

Ex 12: “... E eu preguntey-lhe, *assy como* home) espantado, que voz era aquella daquellas aues, e ele me disse:...”

Ex 13: “E Clarissa rogou a raynha que lhe ajudasse a cortar hu)u quarto de seu filho e a raynha ajudou-a **assi como** podia...”

Partimos da hipótese de que houve aí um processo de reanálise do tipo: **preguntey-lhe assi: como home) espantado** > **preguntey-lhe assi como home) espantado**. Persiste também aí a noção circunstancial de modo, no sentido de que o elemento anuncia o modo como o personagem perguntou (ex 12) e ajudou (ex 13).

Uso comparativo

O elemento **assim** com valor comparativo aparece comumente sozinho e ligado a **como** em comparativas duplas. Isso pode ser visto nos exemplos abaixo retirados respectivamente de Magne (1944: I, 139) e Nunes (1943: 34):

Ex 14: “Vós nos fezeste desonra maior que nos faríamos a vós. E se vós **assi** rogassedes-nos, **assi como** nós rogamos a vós, tevéramos i nosso rogo.”

Ex 15: “... dize) que hu)u sabedor, que chamauã Proteus, fez primeirame)te hu)u anel de ferro, em sinal de amor, e pos nelle hu)a pedra, que chamã adamãte, e dy se estabeleceo dar anel e) arras aas esposas , porque **assi como** ho ferro doma todallas cousas e he mais forte, **assy** ho amor vence todallas cousas, e **assy como** o adamãte he pedra que no se pode quebrãtar, **assy** o amor verdadeiro nõ se pode partir...”

Em alguns casos, a construção dupla **assim... assim como** se desfaz e o elemento **assim** pode aparecer separado do **como** por sintagmas ou cláusulas. Os trechos abaixo, retirados de Nunes (1943: 30) e Magne (1944: I, 48) demonstram isso:

Ex 16: “... E, filho, toma do meu coração algu)ua cousa, que seias esforçado e sejas companheyro aos filhos d'algo e da-lhe sas soldadas todas. E aos concelhos faze-lhes homrra em guisa como ajam todos dereyto, **assy** os grandes **como** os pequenos.”

Ex 17: “Em êste vosso paaço, aportou agora u)u padram de mármore em que está metuda u)a espada, e sobre esta pedra, em no aar, está u)a bai)a . E eu vos digo que vi o padram **assi** nadar per sobre a água, **como** se fosse madeiro.”

Acreditamos que, como ocorre com o **assim** conformativo, esse uso comparativo é também conseqüente de um processo de mudança por gramaticalização, via pressão de informatividade, do **assim** catafórico.

Uso catafórico irrestrito

Outro uso que pode ser encontrado nos textos escritos em português arcaico, surgido provavelmente, por pressão de informatividade, do uso comparativo em que o **assim** aparece separado do **como**, pode ser visto nos exemplos abaixo, retirados de Magne (1944: I, 40), Magne (1944: I, 139) e Magne (1944: I, 174):

Ex 18: “Se me Deus fez *assi* fremoso , dá-me a bondade, se lhe prouguer, ca em outra guisa valeria pouco...”

Ex 19: “E eles estando *assi* a pee disserom a Dom Queia:...”

Ex 20: “Enquanto eu *assi* jazia esmorecido, veeo uu)a voz sobre mim que me disse:...”

É um fato curioso esse tipo de ocorrência no português arcaico em língua escrita. Casos semelhantes (não previstos na gramática padrão) ocorrem no português atual falado, como veremos mais adiante, também sob o rótulo de **catafórico irrestrito**.

O elemento *assim* no português atual

O português atual apresenta alguns usos de *assim*, que permaneceram do português arcaico e alguns usos novos, provenientes de gramaticalizações mais recentes. Nesse sentido, ainda encontram-se atualmente usos anafóricos e catafóricos desse elemento, como pode ser visto respectivamente nos exemplos abaixo:

Ex 21: “... as cores são... padrão... é:: verde tons terras... o padrão é tons terras... então é... castor... um tom de... caramelo... castor... bebe... tudo *assim*... o piso... os estofados...entende? tudo nesse tipo *assim*...”

Ex 22: “... aí ela/ aí ela disse *assim*... “poxa... será que eu fui baleada... gente?”

Esses usos, que, por fazerem alusão clara aos dados do texto, chamaremos de anafórico e catafórico plenos, são, como já foi demonstrado no português arcaico, o primeiro passo na direção do texto, o que evidencia o início do processo de gramaticalização. A partir daí, por um processo de pressão de informatividade, o *assim* passará a assumir novos valores, dependendo do contexto em que ocorre.

Usos de base anafórica

O *assim* anafórico parece não ter gerado, no português atual, novos valores. Todos os usos a que atribuímos uma origem anafórica já existiam no português arcaico.

Valor conclusivo

O *assim* anafórico pode, também no português atual, assumir um valor conclusivo, que está exemplificando no trecho abaixo:

Ex 23: “... e tem... tem uns bichinhos de pelúcia também... aqueles macaquinhos... sabe? adoro dormir com macaquinhos do lado... *assim*... eu cuido dele igual uma criança...”

Nesse exemplo, o elemento *assim*, ao mesmo tempo que se refere a dados mencionados anteriormente, os coloca como a causa do que está expresso na cláusula por ele regida. Trata-se de uma espécie de elemento sequencializador, que ordena cláusulas, para as quais pode-se atribuir uma relação lógica de causa e consequência. A locução *assim*

que com valor consecutivo, que foi exemplificada na seção referente ao português arcaico, não ocorre no português atual.

Valor temporal

O **assim**, no português atual, também ocorre unido à partícula **que**, apresentando valor temporal, como se vê no exemplo abaixo:

Ex 24: “... e o médico dele foi à França... justamente por causa dele... que era um caso raro... e:: o/ quem ia operar ia ser o próprio médico dele... mas orientado por uma equipe francesa... então o médico dele foi primeiro... e:: eles estudaram o caso lá desse rapaz... eh::... só que o médico teve que voltar antes... e depois ia(m) retornar à França com o rapaz pra cirurgia... aí esse rapaz foi ao consultório do médico... **assim que**:: o médico chegou no Brasil... e o médico falou que não... que ia tentar fazer a cirurgia aqui... e já não deixou ele sair... ir pra casa...”

Nesses casos, a locução **assim que** inicia uma oração que expressa uma noção temporal de proximidade imediata em relação à principal.

Usos de base catafórica

O uso do elemento com valor catafórico pleno pode gerar novos usos. Vejamos cada um deles.

Uso comparativo

O elemento **assim** pode, no português atual, ligar-se à partícula **como** para expressar comparações, como ocorre no exemplo abaixo, retirado de um relato de opinião escrito (não encontramos esse uso nas entrevistas faladas):

Ex 25: “Apesar da economia estar demonstrando uma pequena melhoria nos últimos meses, a inflação **assim como** o desemprego continuam muito altos mostrando que o país não se recuperou da devastação do governo Collor.”

Essa é a única construção com **assim** de valor comparativo que resistiu ao tempo, pois aquelas outras construções comparativas típicas do português arcaico desapareceram, deixando resquícios apenas em construções, que chamaremos de uso catafórico irrestrito, ou não-pleno.

Uso catafórico irrestrito

Estamos chamando de catafórico irrestrito determinados usos de **assim** em que a alusão catafórica não se faz de modo pleno, mas de modo subentendido. Vejamos os exemplos abaixo:

Ex 26: “... chegamos lá... resolvemos o que tinha que resolver... na volta... bom... foi tudo tranquilo... almoçamos lá... quando a gente está voltando... começa a chover **assim**

torrencialmente... e fura o pneu do carro dela... e aquela rua totalmente deserta, ne?... meu coração *assim* disparado...”

Ex 27: “... não faz sentido essa eleição... não faz sentido porque a gente não... não tem nem... condições... não tem embasamento nenhum pra eleger nada... entendeu? tudo está uma bagunça... está tudo/ os conceitos estão totalmente invertidos... e eu acho *assim*... uma piada... a monarquia ser... alguma coisa hoje em dia... entendeu? então:... eu fui até lá:... votei... e tal... vou votar no dia vinte e um... vou resolver ainda se eu vou anular meu voto ou não... mas... a única premissa que eu acho que as pessoas *assim*... de bom senso têm... é que a monarquia não faz sentido...”

Esse é o uso de *assim* mais comum nas entrevistas analisadas e, de acordo com Silva e Macedo (1996: 37), tendem a se comportar como um anunciador de complemento, tomando o termo complemento em sentido lato (complementos verbais, adjuntos adverbiais, predicativos, no caso dos verbos; complementos nominais, adjuntos adnominais, no caso dos nomes).

Ainda de acordo com Silva e Macedo (1996: 33), esse tipo de *assim* desempenha função de marcador conversacional, pois é típico da fala e suas funções não estão previstas nas gramáticas tradicionais. Estamos partindo da hipótese de que esse uso como marcador é conseqüente do *assim* catafórico por uma trajetória de discursivização, pois o elemento passa a desempenhar funções discursivas no sentido de que serve para viabilizar o processamento das informações na fala. O exemplo abaixo ilustra o modo como isso ocorre:

Ex 28: “... a gente pegou o carro pra voltar pra:... pra casa... aí eu alucinado... pô... vim alucinado com o carro... aí no meio do Rebouças... aí bati num Voyage ((riso)) perdi a direção do carro e fui raspando o carro pelo paredão do túnel *assim*... uns cem metros... aí eu parei o carro e pô... a garota que estava comigo... desesperada...”

Nesse exemplo, o falante utiliza o *assim* catafórico, que indica que algo ainda vai ser dito em seguida. Entretanto, o elemento não está aí desempenhando apenas sua função catafórica, que é essencialmente textual. Seu emprego reflete também – e principalmente – aspectos discursivos, no sentido de que, ao mesmo tempo que expressa uma insegurança (ou um não comprometimento) em relação à precisão da informação dada em seguida, funciona como um preenchedor de pausa enquanto o falante calcula a distância que o carro foi raspando no paredão do túnel.

Preenchedor de pausa

Esse uso tem como característica marcar uma interrupção na linha de raciocínio para evitar uma conseqüente pausa no fluxo da fala, tendo, portanto, uma função organizadora do discurso. Vejamos o exemplo 5, repetido abaixo como exemplo 28:

Ex 29: “... então eu acho que tudo é economia... tudo é dinheiro... a gente não pode atingi/ falar sobre o problema social se a gente não/ “ah o país tem/ os velhos estão morrendo”...

assim... assim... estão morrendo por quê? muitos deles ficam em fila de aposentado... por que fila de aposentado?...”

Nesse exemplo, a ocorrência e a recorrência de *assim* evidenciam uma pausa para raciocínio, que é extremamente comum no improvisado discurso falado. Trata-se de um preenchedor de pausa: o falante perde o fluxo linear das informações e, para não interromper o fluxo da fala, utiliza o elemento *assim* (no caso, mais de uma vez), ganhando tempo, enquanto pensa no que vai dizer em seguida.

Os exemplos abaixo apresentam usos de *assim* associados a perguntas referentes ao conteúdo da fala, que evidenciam essa perda do fluxo das informações:

Ex 30: “... você vê aí... você lê em jornal... toneladas de comida estragam... pô... cheio de pessoas passando fome... entendeu? é a própria ((pigarro)) sistema... *assim...* **como é que eu posso falar?** sistema de segurança... é tudo falho...”

Ex 31: “... aí tem a prancheta que eu comprei há pouco tempo também... que até está sem forrar... tem que colocar um plástico... alguma coisa em cima pra pro/ pra não estragar... o que mais? tem uma mesinha do lado da minha cama que fica telefone... em frente à cama tem a televisão... que fica também na frente da janela... *assim::...* **o que mais?** que ela fica no alto...”

O exemplo 30 apresenta um trecho de um relato de opinião em que o informante fala sobre a questão da alimentação no Brasil. Em um determinado momento, ele se perde em seu raciocínio, utiliza o elemento *assim*, e, em seguida pergunta “**como é que eu posso falar?**”. Essa pergunta e a falta de concordância entre “própria” e “sistema” são evidências de que essa perda ocorreu e de que o informante se vê obrigado a tentar reencontrar o fluxo das informações.

No exemplo 31, encontramos um trecho de uma descrição de local em que a informante enumera os móveis e utensílios existentes em seu quarto. No meio dessa enumeração, ela se detém para tentar se lembrar do que mais existe lá e, para não perder o fluxo da fala enquanto pensa, utiliza-se do elemento *assim*. A pergunta “**o que mais?**” evidencia essa interrupção do fluxo do raciocínio e reforça a nossa interpretação de o elemento *assim* pode ser usado com função de preenchedor de pausa.

Acreditamos que esse valor de preenchedor de pausa que o elemento *assim* apresenta é conseqüente de um processo de discursivização em que o elemento, de seu valor catafórico pleno, em que faz alusão clara a dados do texto ainda por mencionar, passa a funcionar com função de preencher o vazio causado por perdas do fluxo do raciocínio, indicando que algo ainda vai ainda vai ser dito.

Em alguns casos, ainda persiste no *assim* preenchedor de pausa traços de seu uso originário como advérbio de modo catafórico, como se pode ver no exemplo abaixo:

Ex 32: “... o Brasil é apontado como um dos piores... só perde pra Iugoslávia que está em guerra civil ((riso)) pra Etiópia... só perde pra coisa assim... até o::/ até Paraguai... Uruguai... *assim...* Bolívia... eu li uma reportagem... que... pô... todos os países da América Latina são melh/ são apontados na frente do Brasil...”

Nesse exemplo, o informante fala da posição que o Brasil ocupa no cenário internacional. Ao enumerar os países da América Latina, que, segundo uma reportagem que leu, estão em melhor situação, ele faz uma pausa para se lembrar de mais um nome, marcada pelo elemento *assim*. Nesse caso, o *assim*, além de preencher essa pausa, dá uma idéia de que o Brasil ainda está atrás de países *assim* (com pouca influência no cenário internacional), guardando ainda sua marca de advérbio de modo.

Dentro de um processo de mudança, esse uso é o que está mais próximo do uso que estamos chamando de preenchedor de pausa prototípico, apresentado no exemplo 29, em que o elemento *assim* desempenha basicamente a função de ocupar vazios causados por quebras na seqüencialização lógica do raciocínio.

Partimos, portanto, do princípio de que esse preenchedor de pausa prototípico resulta de um processo de discursivização que envolve os usos de *assim*, pois nesse caso, o elemento não desempenha função gramatical referente à organização interna do texto, mas assume papel de reorganizar o discurso, que aqui é entendido como o uso da língua com as estratégias criativas utilizadas pelos falantes para organizar seu texto para um determinado ouvinte e em uma determinada situação de comunicação.

13. Discursivização na partícula *né?*

Mário Eduardo Martelotta
Fabiana Alcântara

Introdução

Ao observarmos o comportamento sintático e as acepções semântico-pragmáticas da partícula *né?*, notamos que essa partícula vem se distanciando de seu sentido original como pergunta referencial ou pergunta não-retórica, através basicamente do processo de discursivização.

Estamos considerando discursivização o processo de mudança que leva determinados elementos lingüísticos a serem usados para reorganizar o discurso, quando suas restrições de linearidade se perdem em função da improvisação típica da fala, ou para preencher o vazio comunicativo causado por essa perda.

Neste trabalho, propomo-nos a estudar a trajetória de mudança semântica que caracteriza os usos da partícula *né?*, de acordo com a proposta da discursivização, verificando se, após perder os traços semânticos básicos dos seus componentes (e, concomitantemente, sofrer redução fonética), essa partícula assume um caminho de mudança que a levará a desempenhar o papel de preenchedor de pausa: preencher o vazio causado pela perda da linearidade do discurso. Observaremos, ainda, algumas regularidades associadas aos usos de *né?*, que caracterizam a sua trajetória de mudança em direção a essa função.

Nesse sentido, propomos que os usos da partícula *né?* sofrem um processo de mudança por discursivização, seguindo a seguinte trajetória: *né?* em pergunta não-retórica > *né?* em pergunta secundariamente orientada para a resposta do ouvinte > *né?* como marcador discursivo > *né?* como preenchedor de pausa.

Para a realização desse estudo, utilizamos o *corpus* do Projeto Integrado Discurso & Gramática, em que coletamos ocorrências de *né?* de vinte e quatro informantes do terceiro e do segundo grau. Essa escolha se justifica pelo fato de que esses níveis de escolaridade tendem a apresentar maior número de ocorrências de *né?*. Optamos também por observar somente a modalidade oral, visto que essa é mais livre das pressões de correção, sendo, assim, mais propícia ao aparecimento dos usos de *né?* em processo de discursivização.

Os Usos da Partícula *né?*

A partícula *né?* apresenta duas características básicas dos elementos que estão em processo de discursivização. Por um lado, sofre redução fonética: é o resultado da trajetória *não é verdade?* > *não é?* > *né?*. Por outro lado, sofre desgaste semântico, passando a funcionar inicialmente como pergunta retórica (que não pede a resposta do ouvinte) e, em seguida, como preenchedor de pausa. O exemplo abaixo demonstra o uso, como pergunta não-retórica, que marca o início do processo:

Ex. 1: Mamãe vai sair hoje, *né?* Responda logo, porque, se ela for, eu quero ir com ela. (exemplo nosso)

Nesse exemplo, o *né?* mantém seu sentido original, referente a uma pergunta não-retórica, que, de fato, pede ao ouvinte a confirmação do que foi dito anteriormente. Isso fica evidenciado pelo fato de que o falante continua a dizer “**responda logo, porque, se ela for, eu quero ir com ela**”. Esses casos são mais raros e não foram encontrados nas entrevistas analisadas.

A partícula *né?* começa a assumir função discursiva quando marca comentários do falante em relação ao assunto falado. Nesse contexto, a pergunta já começa a se tornar retórica na medida em que, embora tenha estrutura de pergunta e possa, em alguns casos, pedir a resposta do ouvinte, marca comentários do falante, a nível do momento de enunciação, acerca do enunciado. Vejamos esse caso no trecho seguinte, em que a informante (I) narra para o entrevistador (E) como um amigo encontrou seu carro roubado, estacionado à porta de uma delegacia:

Ex. 2: “... o carro estava lá intacto... e tinha muita coisa dentro do carro... tinha muita/ ele era/ época de natal... e ele estava assim... com todos os brindes... ele é o dono de uma *boite*... todos os brindes da *boite* estavam dentro... camisa::ta.... essas coisas todas.. né? estava tudo dentro do carro... então tinha milhões:: assim... além do carro... e estava tudo dentro... neguinho não tinha tirado... nada... **incrível... né?**”

E: mas eu não... não entendi... e aí? ele pegou o carro e [foi andando?]

I: [aí ele pegou o carro] e foi embora...

E: e como o carro foi parar lá?

I... por acaso... naquele dia ele estava com a chave do carro... então ele pegou... e levou o carro embora... quando ele abriu o carro estava tudo lá...neguinho deve ter usado o carro pra alguma coisa... precisava do carro... e depois não precisou mais... e:: viram que ele de repente estava na caça e tal... **super louco... né?**

E: uhn... uhn... estranha essa estória ((riso))”

Nesse exemplo, o *né?* ocorre em final de sintagmas com forma de pergunta, que expressam comentários acerca do conteúdo falado. A função do *né?*, nesses contextos, é pedir a aceitação do ouvinte para esses comentários. Entretanto essas perguntas são apenas secundariamente orientadas para uma possível resposta do ouvinte, pois o falante não quer propriamente saber a opinião do seu interlocutor a respeito do assunto narrado, mas sua aceitação ou sua concordância. Pode-se notar que a primeira pergunta “**incrível... né?**” não foi propriamente respondida pelo entrevistador, o que evidencia o fato de que, com esse tipo de pergunta, o falante não quer colocar o assunto em discussão, mas apenas pedir a concordância do ouvinte.

Há ainda casos semelhantes a esse, em que o *né?* marca perguntas essencialmente retóricas, ou seja, perguntas que não pedem efetivamente a resposta do ouvinte. Nesses casos, o *né?* já desempenha efetivamente a função de marcador discursivo. É o que ocorre no exemplo seguinte, que constitui um outro trecho da mesma narrativa, referente ao carro roubado:

Ex. 3: “... ele passou em frente à delegacia... e viu o carro dele... aí entrou na delegacia e perguntou “ah... e aí? quer dizer que vocês acharam meu carro?” “não... a gente não achou seu carro não” “Ué... mas como?” e tal “mas... pô... vocês falaram que iam achar...” e tal... **ele se fez de desentendido... né?** “ Vocês...pô... não é possível... cara... vocês falaram que

iam achar meu carro...” e tal... “não... mas a gente não achou nada:...” e tal... não sei o quê... aí ele... “pô... então beleza... então quer dizer que eu posso pegar o meu carro que está aí em frente e levar embora?” “pode... pode.. pode pegar o carro...” as pessoas/ tipo assim... ele não pôs palavra na boc/ palavras na boca das pessoas e as pessoas também deixaram tudo assim no ar... entendeu? foram levando...”

Nesse caso, a pergunta marcada pelo **né?** expressa um comentário avaliativo referente à narrativa, mas não pede a resposta do ouvinte. Trata-se de um esclarecimento feito, a nível de enunciação, a respeito do enunciado: a informante explica a atitude da personagem para que se possa entender o diálogo subsequente.

Esse uso, como marca de comentário do falante em relação ao assunto falado, representa um passo mais definitivo na trajetória de discursivização, que leva progressivamente a partícula **né?** a assumir basicamente três macro-funções distintas, mas não discretas, que se confundem entre si. Por um lado, a partícula funciona como elemento modalizador ou, marcando atenuações, hesitações e reformulações explícitas na fala; por outro, como marcador de cláusulas de fundo, no sentido de Hopper (1979). Além disso a partícula pode funcionar como marca de tópico, fazendo de sintagmas nominais ou oracionais informações básicas para o que vai ser dito em seguida. Essas três macro-funções estão direta ou indiretamente ligadas a pós-reflexões decorrentes da improvisação característica do discurso falado e caracterizam os marcadores discursivos. Com a continuidade do processo, o **né?** passa a funcionar como preenchedor de pausa, ou seja, perde progressivamente o valor de modalizador, de marcador de fundo e de marcador de tópico, passando a ser usado para facilitar o processamento da fala no sentido de que ocupa um vazio na fala causado por perdas ou reformulações do fluxo das informações na fala.

O **né?** Com Função Modalizadora

Como vimos anteriormente o ponto de partida do processo de discursivização de **né?** é seu uso como pergunta não-retórica. Na sua trajetória para as perguntas retóricas típicas de marcadores discursivos, o **né?** pode assumir funções ainda mais abstratas no sentido de que pode passar a expressar um posicionamento ou uma atitude do falante diante do que fala. O exemplo seguinte, em que se pede que a informante faça um comentário sobre política, economia ou educação no Brasil, ilustra esses casos:

Ex.4: “Bem... **todas as três são vergonhosas... né?** aquela coisa assim deplorável... cada vez estão colocando mais impostos... **impostos absurdos... pra se pagar... né?** tipo esse imposto do cheque...e:.... várias coisas, né?... aí... é:.... é complicado **porque eu acho uma pouca vergonha... né?**”

Cada cláusula em que ocorre **né?**, que está marcada por negrito, indica uma atitude avaliativa do falante acerca do assunto comentado. Nesses casos, a partícula assume uma função modalizadora, no sentido de que assinala uma postura discursiva de hesitação, associada a uma insegurança do falante, decorrente de ele estar gerando opiniões avaliativas. Acreditamos que a essência dessa função modalizadora reside no fato de que a absoluta certeza ou segurança em relação ao que se fala tende a excluir o uso do **né?**.

Com esse valor modalizador, a partícula **né?** perde seus valores referenciais, para assumir funções de caráter discursivo. Esse uso, proveniente de pergunta não retórica,

evidencia um processo de mudança por discursivização, que continua progressivamente a gerar novos usos mais abstratos, como o que ocorre no exemplo seguinte, em que o informante descreve a sua sala:

Ex. 5: “... mas o mais gostoso da sala é o meu canto... aquele canti::nho... aquela poltrona gostosa... aquele travesseiro... aquela luminária... onde eu estudo... onde eu me divirto...é onde a sa/... eu considero a sala também porque é onde você recebe as pessoas... é onde você tem o prazer de conviver com as pessoas... por uma:: visita... ou um... ou um::... não sei... até um aniversário... **né?**”

Nesse caso, o **né?** já não marca uma opinião avaliativa. A função modalizadora aqui é mais sutil, na medida em que a partícula marca uma hesitação referente ao que vai ser dito em seguida. As pausas (indicadas por ...) os prolongamentos de sílabas (indicados por ::), a repetição (**ou um... ou um::**) e a expressão **não sei** indicam que o informante está inseguro quanto à expressão que vai usar. É relativamente comum, nas entrevistas, casos como esses, em que o informante parece, por um momento, não estar encontrando o termo ideal para dar seqüência lógica às informações e acaba usando, de modo inseguro, um determinado termo, marcando-o com o **né?**.

Esse é o caminho que caracteriza o processo da discursivização. A partir do momento em que a partícula perde sua carga semântica, passa a desempenhar funções de caráter discursivo, voltadas, principalmente, para a (re)organização da fala decorrente do fato de que essa modalidade é marcada pelo improviso. A cada passo informativo, o falante se reformula, cria adendos, repensa a seqüência das informações que quer transmitir. Essas mudanças de estratégias comunicativas só podem ser feitas com o registro do ouvinte, daí a pergunta retórica marcada pelo **né?** (ou por outros marcadores como **sabe?**, **tá?**, etc.). O exemplo abaixo ilustra o caso em que esse tipo de elemento é usado para marcar uma reformulação explícita do que foi dito:

Ex. 6: ... se você... pô... for boa na sua área... se você batalhar as coisas... entendeu? correr atrás... pô... você vai longe... independente/ independe do... do Brasil... entendeu? independe se o Brasil vai crescer... ou vai diminuir... logicamente que se o Brasil não cresce... você fica limitada... tá? como é que eu posso falar? sua concorrência no mercado/ o mercado de trabalho começa a ficar... muito pequeno pra você... muito pequeno não... muito grande... **né?** porque você... começa a concorrer... com uma porção de pessoas...

O informante, falando sobre o Brasil, diz inicialmente que o mercado de trabalho é pequeno, entretanto, ele reformula o que disse anteriormente usando o **né?**, com intuito de marcar essa mudança.

Estamos propondo, então, que alguns usos do **né?**, por sua origem interativa, passam a assumir a função de assinalar para o ouvinte estratégias voltadas para a busca de novas alternativas comunicativas, associada a hesitações e inseguranças do falante quanto ao uso da expressão adequada. Essas estratégias decorrem das vicissitudes do discurso falado, que geram constantes pós-reflexões referentes ao relacionamento lógico entre o já dito e o que vai ser dito.

O né? Ligado a Informações de Fundo

Notamos, nas entrevistas analisadas, que alguns casos de **né?** funcionam como marcadores de informações de fundo, no sentido de Hopper (1979). Acreditamos que esses usos são também decorrentes daquela pergunta retórica, em que o **né?** marca comentários do falante em relação ao que fala. Acreditamos também que esses usos estão relacionados àquele valor modalizador descrito na seção anterior, pois nesses casos, a partícula parece estar também relacionada a pausas, repetições de termos e prolongamento de sílabas, que marcam estratégias para reformular o fluxo das informações no discurso.

Não é difícil compreender que o **ne?**, como indicador de comentário do falante acerca do assunto falado, passe a se especializar como elemento de realce para informações de fundo no caso de perguntas retóricas prototípicas. Isso ocorre porque aqueles comentários já constituem informações de fundo. Vejamos o exemplo a seguir, em que a informante narra uma viagem que fez a Petrópolis com uma amiga:

Ex. 7: “eu fui a Petrópolis com uma amiga... que nunca tinha subido a serra... estava dirigindo há pouco tempo... ela “vamos? eu tenho que ir a Petrópolis... você vai comigo?” eu “tá bom... vamos” aí fomos as duas e tal... chegamos lá... resolvemos o que tinha que resolver... na volta/ bom... foi tudo tranquilo... almoçamos lá... quando a gente está voltando... começa a chover assim... torrencialmente... e fura o pneu... fura o pneu do carro dela... e ela nunca tinha trocado pneu... nenhuma das duas... **e aquela serra totalmente deserta... né?** aí a gente encostou o carro assim do lado... o carro já foi puxando... que estava chovendo... estava derrapando... pô... **o maior medo... né?**... meu coração assim disparado... aí a gente desesperada... tirando macaco... tirando pneu e fazendo maior força e não conseguia encaixar o macaco... o carro descendo porque estava na serra... **o maior desespero... né?**...”

Pode-se notar que as cláusulas marcadas pela partícula **né?** expressam informações de fundo, ou seja, dados referentes a situações que não pertencem à seqüência de ações que caracterizam a figura narrativa. Nesses casos, as cláusulas marcadas por **né?** podem ser interpretadas comentários do falante no momento da enunciação, ou como informações constituintes do próprio enunciado, referentes às condições de fundo em que ocorrem as ações narradas. Esse é o contexto que gera o uso do **né?** como marcador de informações de fundo, que está exemplificado no seguinte trecho de uma narrativa referente a um fato que ocorreu na praia:

Ex. 8: “comigo? bem... constrangedora... engraçada... tá constrangedora ((riso)) na praia...saí com... com um pessoal... be/ ba/ foi/ foram há muitos anos... eu era... até pequena... aqui no Leblon... e::... **foi... foi numa época em que as ondas...eram en/ estavam enormes ... né?** então o pessoal passou da arrebentação e::/ ah... eu... eu fiquei lá ((estalo de dedos)) o máximo que eu pude...”

Nesse caso, é mais difícil interpretar a cláusula marcada por **né?** como um comentário de enunciação. Trata-se de uma informação de caráter imperfectivo, que compõe a estrutura narrativa.

Segundo as tendências detectadas nas entrevistas analisadas, o **né?**, como elemento de realce para informações de fundo, tende a ocorrer em final de cláusulas (ou sintagmas) que expressam argumento favorável aos fatos mencionados anteriormente, em relação aos quais indicam:

a) Especificação

Ex. 9: “eu adoro plantar... plantar... plantar:: **verdes... né?** e eu... há pouco tempo... eu aproveitei...”

Ex. 10: “agora o lado direito... eh::... tem armário também à beça... em cima e em baixo ((riso)) e uma mesa com quatro cadeiras... num canto... depois uma bancada com uma pia... **com:: água potável... né?**”

b) Finalidade

Ex. 11: “... aí no meio do túnel Rebouças... eu bati num voyage ((riso)) perdi a direção do carro e fui raspando o carro pelo paredão do túnel assim... uns cem metros... aí eu parei o carro... e pô... a garota que estava comigo... desesperada... que a fuligem tinha () crioula... assim legal ((riso)) aí eu tentei sair com o carro e não tinha jeito... aí pô... saltei do carro... **pra... pedir ajuda... né?** aí eu comecei a andar...”

Ex. 12: “... a universidade... tem que aproveitar o espaço que ela tem... **pra tentar melhorar isso... né?** parece ideologia demais assim... mas é a realidade...”

c) Alternativa

Ex. 13: “desisti... eu fui pra beirinha assim... tentei... mas não dava... porque quando a onda vinha e::... dava... né? tipo... a espumara::da toda... eu lá no final/ mas não ficava muita/ muito lugar raso assim... pra você se molhar... **ou você ia pra arrebentação mesmo... né?... pra água mesmo... onde estava... quebrando... ou então... não ia... né?** então... bem... essa... foi a constrangedora ((riso))”

Ex. 14: “... em frente à cama tem a televisão... que fica também na frente da janela assim... o que mais? que ela fica no alto... assim... até é um saco... que o meu controle... às vezes/ quebrou... e aí... à noite assim... eu durmo e aí eu... “a::i não... tenho que apagar a televisão”... aí levanto... vou lá... a... aí desligo... é um saco... até (um dia) eu estava falando com... **ou conserta ou então abaixa essa televisão... né?**”

Esses foram os casos mais comuns nas entrevistas em que o **né?** marca cláusulas de fundo. Em todos esses casos, o uso da partícula está associado a pausas e hesitações, que parecem estar presentes também nesses casos. Isso se explica pelo fato de que, como veículo de informações de fundo, essas cláusulas, de certa forma, também expressam comentários sobre o assunto falado, e o **né?** que lhes sucede também tem algo de modalizador.

O **né?** como marca de tópico

Uma outra função do **né?** é marcar tópico. Estamos considerando como marca de tópico basicamente dois tipos de ocorrência encontrados nas entrevistas. O primeiro deles caracteriza-se pela presença do marcador **né?** em sintagmas nominais (na maioria dos

casos, já mencionados) que funcionam como tópicos para o que vai ser dito posteriormente. A narrativa abaixo exemplifica esse caso:

Ex. 15: bem... foi bem alegre... né? porque::... eu estava... no clube... dos:: Sargentos... aí estava eu... e ma/ meus colegas e mais... colegas da:: minha noiva... aí... **eles... né?** ficaram... pondo pi::lha... não sei o quê “ah... fica/ com ele... porque ele é bonitinho...” não sei o quê:: “ela é rica... tem dinheiro...” pô... eh:: “você... casando... com ela... vai dar o golpe... do baú...” que não sei o quê “porque o pai dela tem dinheiro...” aí... né? ficou... né? aquele troço... né? não sei o quê... vai e não vai... até que... a gente se... esbarrou... no clube... **né?** aí... ficamos... né? assim conversando... batendo papo... aí os **meus/os colegas... né?** falando... que “aí Dario...” que não sei o quê “ganhou pra hoje...” aí... começamos a conversar... perguntei pra ela se ela estava a fim de um... um relacionamento sério... de um namoro sério... ela disse... que sim... **eu... né?** também... aí começamos a namorar...

Pode-se notar que os casos de **né?** grifados se ligam a sintagmas de base nominal, que designam referentes já mencionados (**eles**, **meus colegas** e **eu**), tornando-os tópicos para o que vai ser dito em seguida. Já neste outro exemplo, temos um caso de **né?** ligado a sintagma nominal tópico, que não foi mencionado anteriormente:

Ex. 16: E: agora eu quero que você me dê uma opinião sobre alguma coisa assim que você ache importante... que você queira falar...

I: ah... eh... o::/ eh:: a::/ o **fumo... né?** o fumo faz muito mal para saúde:... é:: é uma das coisas que faz ma/ é:: faz mal à saúde... dá:: dá problema nos pulmões e:: fica com os dentes todo amarelos... essa::/ o cigarro não fa/ faz só mal... se fizesse só mal pra pesso... pra pessoa que estivesse... eh:: fumando... mas estava tudo bem... eu dava um desconto... mas faz mal também pra quem está junto... porque mesmo se você não fume... mesmo que a pessoa não esteja fumando e esteja morando com alguém que fume... **está** fumando do mesmo jeito...

Trata-se de um relato de opinião em que o entrevistador pede que o informante fale sobre algo que ele ache importante. Nesse caso, o **né?** está introduzindo o tema ou tópico escolhido, que será desenvolvido adiante: **o fumo**.

O segundo caso aqui considerado como marca de tópico diz respeito a ocorrências de **né?** que se referem a cláusulas cujo teor significativo é importante para o acompanhamento da seqüência de informações. É o que ocorre no exemplo abaixo, em que o informante fala sobre drogas:

Ex. 17: ... eu procuro sempre passar pras pessoas... entendeu? que eu vejo assim... que não estão numa bo::a... que estão saindo da realida::de... buscando outras coisas que não tem nada a ver... então n/ isso aí ficou mais como uma experiência... que eu procuro sempre... entendeu? passar agora... pros outros... porque eu acho que... **a droga é uma droga... né?** então... a pessoa tem que viver de bem com a vida... entendeu? curtir bastante... aproveitar bastante... porque a gente só tem uma vida... depois que acaba pronto... aí foi isso aí...

Nesse caso, o **né?** funciona como uma espécie de tópico oracional, registrando, como informação básica a sentença “**a droga é uma droga... né?**” para a qual a cláusula

seguinte constitui uma conclusão: “**então... a pessoa tem que viver de bem com a vida...**”. Acreditamos que essa função não é específica do elemento *né?*, caracterizando, também, outros marcadores provenientes de perguntas como *tá?* e *entendeu?*.

O *né?* na Função de Preenchedor de Pausa

A continuidade do processo da discursivização, leva a partícula *né?* a assumir função de preenchedor de pausa. Trata-se de um uso mais abstrato, em que a partícula perde o que ainda lhe resta de valor referencial, para se tornar basicamente orientada para a organização discursiva. Esvaziam-se progressivamente a função modalizadora, a de marcar fundo e a de marcar tópico (que ainda guardam algo de pergunta), ficando a partícula apenas com a função de preencher o vazio causado por pausas conseqüentes de pós-reflexões, que visam a uma reorganização do fluxo das informações ou a uma busca de novas estratégias comunicativas, que, por um motivo ou por outro, passam a ser mais viáveis dentro da sequência de informações que vai tomando forma lógica no decorrer da construção improvisada do discurso falado. O exemplo seguinte, em que o informante fala sobre casamentos demonstra esse uso com valor de preenchedor de pausa:

Ex. 18: “... mas que adianta um casamento tão lindo... gastam tanto... pra no final eh... viv/ fica dois... três dias... depois se separam... entendeu? eu acho isso aí um absurdo... porque... poxa... eu sei lá... sabe? num... *né?* a vida:/ tudo bem... tá tudo difícil... mas a pessoa... eu acho que a pessoa tem que saber... diretamente aquilo que quer...”

Nesse exemplo, o informante perde, por um momento, a linha de raciocínio e usa uma série de elementos (*poxa... eu sei lá... sabe?*) juntamente com o *né?* para preencher o vazio causado por essa perda, enquanto tenta solucionar seu problema comunicativo. São casos típicos de preenchedores de pausa, pois esses termos praticamente se despojam de seu valor semântico original, para funcionarem como elementos organizadores do discurso.

Em resumo, esse uso como preenchedor de pausa é o mais abstrato de um processo de discursivização em que a partícula *né?*, inicialmente indicadora de pergunta não-retórica, vai perdendo progressivamente suas marcas referenciais, até assumir, como marcador discursivo, as funções de modalizador, de marcador de informações de fundo e de marcador de tópico, todas relacionadas a pós-reflexões decorrentes da criatividade eventual da fala. Apenas com a continuação do processo de discursivização, a partícula passa a funcionar como preenchedor de pausa, perdendo mais radicalmente traços de pergunta ainda presentes nos usos típico do *né?* como marcador discursivo, tornando-se basicamente orientada para o processamento do discurso. Cabe finalizar, registrando que essas funções são provenientes de um processo progressivo de mudança, o que quer dizer que elas não são discretas: em cada uma persistem características da função que a originou, sendo impossível traçar uma distinção precisa entre elas.

14. Discursivização do verbo *saber*

Mário Eduardo Martelotta

Márcio Leitão

Introdução

Este texto tem como objetivo descrever pontos da trajetória de mudanças sintáticas e semânticas do verbo *saber*, através de uma observação pancrônica (diacrônica e sincrônica) dos seus vários usos. A descrição é baseada no paradigma da gramaticalização e da discursivização, já explicados detalhadamente em capítulos anteriores. Dessa forma, mostra-se uma trajetória que parte do sentido mais concreto para um mais abstrato, verificando-se os contextos em que o verbo *saber* se insere e as várias funções que desempenha na sua forma mais abstrata (*sabe?*).

O sentido original

Segundo Bueno (1968), o verbo *saber* é proveniente do Latim *sapere*, com o sentido de **sentir o paladar** e **ter sabor**. Posteriormente, esse verbo assume o sentido de **conhecer** por meio de um processo de transferência metafórica, isto é, a partir da similaridade entre o conteúdo de uma forma já existente no uso da língua, surge um novo sentido que é incorporado a ela através de um processo analógico. No caso do verbo *saber*, essa similaridade ocorre no campo perceptual, pois de um uso que expressa uma percepção gustativa surge um uso designativo de uma percepção lógica.

Com esse deslizamento semântico, típico dos processos de gramaticalização e discursivização, a trajetória do verbo *saber* fornece evidência favorável aos pressupostos teóricos levantados por Johnson (1987), Lakoff (1987 e 1980), Sweetser (1990) e Givón (1995), que propõem que a trajetória dos elementos lingüísticos tende a se encaminhar do sentido mais concreto para o mais abstrato, além de colocarem o corpo como ponto de partida básico dessa trajetória. Isso é o que ocorre com o verbo *saber*, pois ele parte do sentido de **sentir** e **ter sabor**, não só mais concreto, como também ligado diretamente às papilas gustativas, e segue para o sentido mais abstrato de conhecer, ligado a uma capacidade mental. Esses dois sentidos atualmente coexistem: predomina o sentido de **conhecimento**, que se encontra em qualquer nível de utilização da língua, entretanto, o sentido de **sabor** ainda pode ser visto, principalmente em textos literários:

Ex 1: “Não tem passado nem futuro.

Não *sabe* a fel nem *sabe* a mel:

é de papel.” (Ferreira Gullar)

Assumindo funções pragmáticas

A partir do sentido de **conhecer** do verbo *saber*, pode-se observar a continuidade de uma trajetória de abstratização em que vai ocorrendo um desbotamento semântico e um ganho de valor pragmático, isto é, o verbo *saber* vai se encaminhando para o discurso, num

processo de discursivização, e assumindo uma função de marcador discursivo, que está ligada diretamente à não-linearidade típica da modalidade oral, como veremos mais tarde.

Essa fase da discursivização parece ter início quando o verbo **saber** se encontra num contexto puramente interrogativo, isto é, quando o falante pergunta com o intuito de obter uma resposta do seu interlocutor (Ex 2). Posteriormente, observa-se um estágio intermediário de pergunta semi-retórica na trajetória, em que o falante pergunta e ele mesmo responde (Ex 3). E, finalmente, a fase mais abstrata, que ocorre em um contexto interrogativo totalmente retórico, em que existe uma interrogação, mas não existe qualquer possibilidade de resposta nem do interlocutor, nem do próprio falante (Ex 4).

Ex 2: I: ... é no papel vegetal mesmo... aquele papel duro... papel vegetal **sabe qual que é?**
E: sei (exemplo hipotético)

Ex 3: “...aí ele pegou e falou assim... eh... não mais é rapidinho... **sabe o que que é?** que a gente queria conhecer vocês...”

Ex 4: “...eu me destacava...eh das minhas ami/ das minhas colegas...aí nós começamos a sair...a passear...ele me...me contava sobre as experiências dele... **sabe?** me colocava nas alturas...dizia que eu era...a garota dele...a garota da vida dele...e nisso tudo eu só me iludindo porque eu não conhecia nada da vida...não conhecia a opinião dos rapazes nem nada...então aquilo foi uma experiência nova..”

Os três exemplos acima demonstram o processo de abstratização dos usos do verbo **saber**, tal como foi descrito anteriormente. O exemplo 4 apresenta o uso mais interessante para esse trabalho, na medida em que é conseqüente do processo de mudança que pretendemos aqui sistematizar e apresenta duas características básicas: sofre redução fônica (**sabe o que que é? > sabe?**) e é mais abstrato que os demais, pois não pede de fato a resposta do ouvinte (ou mesmo do próprio falante), servindo para veicular estratégias interativas mais complexas.

Possíveis funções do **saber** abstrato

Com o objetivo de verificar as funções e/ou contextos específicos em que o verbo **saber** aparece na sua forma mais abstrata (**sabe?**), foram analisadas entrevistas orais de 20 informantes, retirados do *corpus* do Rio de Janeiro, coletado pelo grupo Discurso & Gramática, divididos da seguinte forma: 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, distribuídos por graus de escolaridade diferentes (oitava série do primeiro grau, terceira série do segundo grau e terceiro grau) e todos os tipos de discurso que existem no *corpus* (narrativas experiencial e recontada, relatos de procedimento e de opinião e descrição de lugar).

É importante dizer que foram pesquisados também informantes, tanto crianças como adultos, que estavam em processo de alfabetização. Esses casos não foram mencionados neste trabalho, simplesmente por não conterem nenhuma ocorrência do verbo **saber** discursivizado (**sabe?**), com isso pode se dizer que o verbo **saber** com seus sentidos mais abstratos são pouco ou nunca usados por faixas inferiores de escolaridade.

A investigação do *corpus*, buscou observar a regularidade das funções que se estabelecem com os usos do **sabe?**. Esses usos estão relacionados com a falta de linearidade

típica da modalidade oral em que a produção discursiva está sempre se fazendo e se refazendo a cada momento da fala. Isso ainda pode ser ratificado, ao verificar-se que não ocorre nenhum caso de *sabe?* como marcador discursivo nos vários tipos de discurso da modalidade escrita. Dessa forma, percebe-se que esse elemento é típico da fala, onde aparece com uma função básica avaliativa (muitas vezes modalizadora), em que o falante reorienta o seu discurso, inserindo, ou uma avaliação explícita em relação ao tema proposto, ou uma avaliação implícita, referente à seqüência das idéias que vai se formando no improviso da fala, que se efetiva através da inserção de uma informação nova, proveniente de uma pós-reflexão do falante (Exemplos 5 e 6 respectivamente).

O exemplo 5 é retirado de um relato de opinião cujo tema é a família. O informante segue descrevendo os membros de sua família e no momento em que avalia explicitamente a pessoa de sua mãe, utiliza-se também do *sabe?* como marcador discursivo. Associa-se a essa função uma outra, também comum aos marcadores provenientes de pergunta, que consiste em marcar uma cláusula, caracterizando-a como informação importante para o acompanhamento das informações subseqüentes:

Ex 5: “eu vou falar sobre a minha família...sobre os meus pais...o que eu acho deles...e como eles me tratam...bem...eu tenho uma família...pequena...ela é composta pelo meu pai...pela minha mãe e pelo meu irmão...eu tenho um irmão pequeno de...dez anos...eh...o meu irmão não influencia em nada... **a minha mãe é uma pessoa super legal... sabe?** ela é uma pessoa que conversa comigo...é minha amiga...ela me amostra sempre a realidade da vida...”

O exemplo 6 foi retirado de uma narrativa experiencial em que o informante conta o assalto que sofreu em um ônibus. O informante usa o *sabe?* para informar ao entrevistador que, no diálogo entre ele e o assaltante, houve a tentativa de ludibriar o mesmo, através de uma informação inventada, ou seja, o informante explica a sua atitude dentro do acontecimento narrado. Trata-se de uma informação do momento de produção da fala sobre o conteúdo produzido.

Ex 6: “... aí me segurou porque eu tava sentado do lado de trás... aí ele... aí ele... se/ prendeu a perna assim e falou... não solta não... primeiro tu vai me dizer que que tem dentro dessa caixa aí... eu falei... aqui não tem nada não... aqui tem jornal velho... **eu inventei pra ele... sabe?** aí ele falou assim... mentira... eu sei que essa caixa aí é da Redley...”

Além de se buscar possíveis regularidades de função do *sabe?*, procurou-se a confirmação de uma hipótese surgida entre os membros do grupo D&G: o *sabe?* deve aparecer com mais freqüência nos relatos de opinião, pois neles o falante está expressando a sua opinião e a sua avaliação sobre temas geralmente polêmicos, como “o que acha do Plebiscito (Presidencialismo ou Parlamentarismo)?” ou “o que acha da sua escola?”. Dessa forma, ocorre uma situação de ensaio-e-erro, ou de insegurança para o falante, propiciando o aparecimento de marcadores discursivos como *entendeu?*, *né?* e o próprio *sabe?*. Além disso, o caráter argumentativo desse tipo de discurso propicia, de um modo geral, estratégias interativas normalmente caracterizadas por esses marcadores, como, por exemplo, o caso do *sabe?* (ligado a sintagmas normalmente de núcleo nominal), marcando tópico, que será demonstrada mais adiante.

A hipótese foi confirmada, pois, nos vinte informantes pesquisados, a distribuição quantitativa do verbo *saber* como marcador discursivo por informante ocorreu da seguinte maneira: dos vinte informantes, somente onze utilizaram o marcador *sabe?*, destes onze, 6 usaram mais no relato de opinião, 1 no relato de procedimento, 2 na narrativa experiencial e 2 usaram igualmente na descrição de local, no relato de procedimento e no relato de opinião.

Pode-se notar que seis informantes ou 54,5% do total de informantes analisados utilizaram mais *sabe?* no relato de opinião, e, em outros dois, o relato de opinião divide essa liderança quantitativa com o relato de procedimento e a narrativa experiencial. Apenas três informantes ou 27,2% do total usaram mais o elemento em outros tipos de discurso. Sendo assim, pode-se dizer que a hipótese foi confirmada.

Dentro dessa análise, observou-se também a ocorrência de um tipo de *sabe?* que, dentro da trajetória de discursivização, parece ser o mais abstrato, uma vez que é usado pelo falante como uma ferramenta para possibilitar um breve instante de reflexão, às vezes necessário para que o falante, sem perder o turno da fala, procure o que vai dizer em seguida. Esse uso de *sabe?* constitui um tipo de marcador discursivo que aqui estamos chamando de preenchedor de pausa.

No exemplo a seguir verifica-se essa tendência, pois é feita uma pergunta a respeito de um assunto polêmico e complexo (educação) por parte do entrevistador e, a partir daí o informante mostra-se inseguro e utiliza-se do *sabe?* como marcador discursivo na situação em que este se encontra grifado.

Ex 7: “E: e::... agora eu queria que você me dissesse a sua opinião... ou sobre a situação política... ou econômica... ou da educação... no Brasil

I: olha...a situação política ...eh::... eu... tipo assim... eu não sou a pessoa mais informada assim... nem me/ procuro... *sabe?* muito...eu acho que eu até devia procurar me informar mais... mas é que... sabe quando você sente que está::/ não tem jeito...”

Pode-se notar que o *sabe?* está cercado de hesitações, marcadas por reticências (...) e prolongamentos de vogais (::), quebras de raciocínio (/) e usos de outros marcadores como *eh*, *tipo assim*, *eu acho que*, que também modalizam o discurso, no sentido de que expressam a insegurança do falante em relação ao que fala. Além disso, o marcador ocorre fora da sua posição normal, que é o final de cláusula. Tudo isso particulariza esse uso, como um tipo de uso mais voltado para o processamento da fala do que para qualquer outra das funções típicas desse marcador.

Outra característica que foi percebida também através da investigação do *corpus* e, que reitera a hipótese de que o *sabe?* aparece em contextos em que o falante expõe seu ponto de vista, é o fato de que as ocorrências dos marcadores nas narrativas se dão com a quebra da sequência do episódio ou evento que está sendo narrado, através da inserção de uma explicação ou de uma informação particular referentes à narrativa, geralmente de conteúdo avaliativo por parte do falante (Ex 8).

Ex 8: “...se ela colocasse o problema em questão... falasse que estava grávida...eu acho que ia mudar muito a situação... aí foi quando ela decidiu tirar... ela chegou pra mim/ e pior não é nada... pra ela chegava pra mim... ela passava uma imagem pra mim... assim... de uma menina ... **uma menina pura... sabe?** que não pensava nessas coisas... então quando ela

chegou pra mim e falou assim... “Claire...eu tô grávida”... **foi um impacto... sabe?** foi um susto pra mim... eu não esperava isso dela...”

Essa quebra de fluxo associada a **sabe?** demonstra que mesmo fora do relato de opinião, ou seja, em um contexto no qual não é solicitada a opinião explícita do falante, os marcadores surgem nos momentos em que este expõe argumentos avaliativos ou explicativos de caráter pessoal (informações de fundo), buscando uma melhor compreensão da parte do seu interlocutor.

Foram observadas também casos do **sabe?**, acompanhando um sintagma nominal que expressa um referente já mencionado anteriormente no discurso. Esse uso tem a função de chamar a atenção do ouvinte para esse dado já mencionado. Por isso, mesmo nesses casos, persiste o caráter de reorientação do discurso, pois o falante também utiliza o **sabe?** como instrumento de organização do processo discursivo.

No exemplo a seguir pode-se observar uma dessas ocorrências do **sabe?** após a repetição de um referente. Nesse exemplo (Ex 9), retirado de um relato de procedimento em que o informante conta como efetuava alguns trabalhos de pintura em vários tipos de materiais, os quais depois eram vendidos por sua mãe.

Ex 9: “E: e você fazia por encomenda?

I: não eu fazia... e mostrava... e vendia... mas quem mostrava era **minha mãe**... eu ficava só pintando... **minha mãe**... **sabe?** ia na casa de conhecidos e vendia... aí eu parei...”

Nesse caso, assim como ocorre com outros marcadores interrogativos como o **tá?**, o sintagma nominal acompanhado pelo marcador **sabe?** chama atenção para o referente já mencionado (**minha mãe**), fazendo-o funcionar como tópico para o que vai ser dito em seguida: “**ia na casa dos conhecidos e vendia**”.

Conclusão

Este capítulo analisa o verbo **saber** dentro do paradigma da gramaticalização e da discursivização. Isso torna-se possível, ao se observar não só uma trajetória de abstratização contínua, como também um encaminhamento em direção ao discurso, no qual encontra-se a forma do verbo **saber** mais opaca semanticamente (**sabe?**). A partir dessa forma, em que resta apenas o traço de entoação interrogativa, sem que haja realmente a efetivação de uma resposta, verifica-se a incorporação de funções pragmáticas que consistem, basicamente, em uma reorientação do discurso com caráter avaliativo, explicativo, ou em uma forma de referência a um elemento já mencionado, fazendo-o tópico de algo que será dito em seguida. Com a continuidade do processo de mudança, o marcador **sabe?** assume uma função mais abstrata, em que perde mais definitivamente o que lhe resta de referencial, e passa a ter valor de preenchedor de pausa, possibilitando o processamento do discurso na modalidade essencialmente improvisada da fala.

Essas funções só podem ser encaradas do ponto de vista da noção de prototipicidade, pois provêm de um processo progressivo de mudança, e não são discretas. Persistem, em cada uma dessas funções, características da função que a originou, sendo impossível traçar uma distinção precisa entre elas.

Essas observações reforçam a teoria funcional, a qual afirma que os processos de mudança lingüística não se dão de forma arbitrária, mas sim através de motivações decorrentes de pressões de uso e de pressões cognitivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHBY, W. J. 1981. The loss of the negative particle 'ne' in French: a syntactic change in progress. *Language*, v. 57, nº 3, p. 674-687.
- BAILLY, A. 1950. *Dictionnaire grec français*. Paris: Hachette.
- BALOCCO, Ana Elizabeth e DORIGO, Carmen Teresa. 1995. *Algumas considerações sobre a gramaticalização de lá, bem e ir*. UFRJ, 1995, mimeo.
- BOLINGER, Dwight. 1977. *Meaning and form*. London: Longman.
- BUENO, Francisco da Silveira. 1968. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Edição Saraiva.
- CUNHA, M. A. F. da & OLIVEIRA, N. F. de. 1993. Os advérbios 'já', 'mais' e 'ainda' nas orações negativas. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.2, p. 63-77.
- DUBOIS, Jean. 1987. Competing Motivations. In: R. Tomlin (ed). *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: Benjamins.
- DUBOIS, Jean et alii. 1978. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- DUBOIS, Sylvie & VOTRE, Sebastião. 1994. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo lingüístico: à procura da essência da linguagem. Fac. de Letras / UFRJ. Mimeo.
- DUCROT, Oswald. 1981. *Provar e dizer: Leis lógicas e leis argumentativas*. São Paulo: Editora Global.
- ERNOUT, A. e MEILLET, A. 1959. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck.
- FARIA, Ernesto. 1975. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: FENAME.
- GIVÓN, T. 1979. *On understanding grammar*. New York: Academic Press.
- GIVÓN, T. 1984. *Syntax. A Functional-Typological Introduction, volume 1*. Amsterdam: Benjamins.
- GIVÓN, T. 1990. *Syntax. A Functional-Typological Introduction, volume 2*. Amsterdam: Benjamins.
- GIVÓN, T. 1990. *Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations*. University of Oregon. Mimeo.
- GIVÓN, T. 1990. Markedness in Grammar: distributional, communicative and cognitive correlates of syntactic structure. University of Oregon. Technical Report n. 90-8.
- GIVÓN, T. 1991. *Functionalism and grammar: a prospectus*. Oregon: University of Oregon (mimeo).
- GIVÓN, T. 1993. *Grammar of English. a function-based introduction*. Amsterdam: Benjamins.
- GIVÓN, T. 1995. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Benjamins.
- GORSKI, Edair. 1994. *O tópico semântico-discursivo na narrativa oral e escrita*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado).
- HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. 1991. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HOPPER, Paul J. 1979. Aspect and foregrounding in discourse. In: T. Givón (ed) *Syntax*

- and semantics, Vol. 12: Discourse and Syntax*. New York, Academic Press.
- HOPPER, Paul J. 1991. On some principles of grammaticization. In: Traugott e Heine (ed) *Approaches to grammaticalization*, 2 vols, Amsterdam: Benjamins.
- HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOPPER, P. J. 1987. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, v. 13, p. 139-57.
- JESPERSEN, O. 1946. *A modern English grammar on historical principles*. v. 6. London, Allen and Unwin,.
- JOHNSON, Mark. 1987. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- JUBRAN, Clélia et alii. 1992. Organização tópica da conversação. IN: Rodolfo ILARI (org). *Gramática do português falado*. vol. II. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- LAFOREST, Marty. 1992. *Le back-channel en situation d'entrevue*. Québec. Université Laval
- LAKOFF, George. 1987. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. 1980. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LANGACKER, Ronald W. 1993. *Grammatical traces of some "invisible" semantic constructs*. IN: *Language sciences* 15 (4) , p. 323-355.
- LANGACKER, Ronald W. 1995. *Raising and transparency*. To appear in *Language*.
- LANGACKER, Ronald W. 1993. *Reference-point construction*. IN: *Cognitive Linguistics*. 4 (1) , p. 1-38.
- LICHTENBERK, Frantisek. 1991. On the gradualness of grammaticalization. In Traugott & Heine, editors.
- MACHADO, José Pedro. 1977. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte Ltda.
- MAGNE, Augusto. 1944. *A demanda do santo graal: glossário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- MAGNE, Augusto. 1950. *Boosco deleitoso: edição do texto de 1515 com introdução, anotações e glossário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1991. *Análise da conversação*. São Paulo: Editora Ática.
- MARQUES, Maria Helena. 1990. *Iniciação à semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MARQUES, Maria Lúcia Borba e Maia Garcia. 1993. *Os bordões no português falado contemporâneo: análise de dois exemplos: não é? e pá*. Lisboa, Universidade de Lisboa (Dissertação em Lingüística Portuguesa para acesso à categoria de Investigador Auxiliar).
- MARTELOTTA, Mário Eduardo T. 1986. *O presente do indicativo no discurso: implicações semânticas e gramaticais*. Rio de Janeiro, UFRJ, Dissertação de Mestrado.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo T. 1994. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado).
- MATISOFF, James A. 1991. A real and universal dimensions of grammaticization in lahu. In: Traugott & Heine (ed). *Approaches to grammaticalization Vol II*. John Benjamins Publishing Company.

- NARO, A. e S. Votre. 1991. *A base discursiva da ordem verbo-sujeito em português*. UFRJ, mimeo.
- NARO, A. e S. Votre. 1991. *Mecanismos funcionais do uso lingüístico*. DELTA.
- NICHOLS, Johanna. 1984. *Fuctional theories of grammar*. Annual Reviews Inc.
- NUNES, José Joaquim. 1959. *Crestomatia arcaica: excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até o século XVI, acompanhados de introdução gramatical, notas e glossário*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- PAYNE, J. R. 1985. Negation. In: SHOPEN, T. (ed.) *Language typology and syntactic description*. v. I: Clause structure. Cambridge, Cambridge University Press.
- PONTES, Eunice. 1990. *A Metáfora*. Campinas: Editora da Unicamp.
- RICHARDS, Ivor Armstrong. 1965. *The Philosophy of Rhetoric*. New York: Oxford University Press.
- RIOS DE OLIVEIRA, Mariangela. 1983. *Características do estilo falado*. Fac. de Letras/UFRJ. Mimeo.
- RIOS DE OLIVEIRA, Mariangela . 1988. *Os processos frásicos de intensificação em Macunaíma: reiteração e gerúndio*. Dissertação de mestrado. Fac. de Letras/UFRJ. Mimeo.
- RIOS DE OLIVEIRA, Mariangela. 1990. *A repetição nos turnos conversacionais*. Fac. de Letras/UFRJ. Mimeo.
- RIOS DE OLIVEIRA, Mariangela . 1994. *Repetição em diálogos*. Tese de doutorado. Fac. de Letras/ UFRJ. Mimeo.
- RISSO, Mercedes Sanfelice, SILVA, Giselle Machline de Oliveira e URBANO, Hudinilson. 1995. *Marcadores discursivos: traços definidores*. UFRJ, mimeo.
- ROGERS, Robert. 1978. *Metaphor: a psychoanalytic view*. Berkeley, University of California Press.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1964.
- SAID ALI, M. 1971. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- SALOMÃO, Margarida. 1994. *Idiomaticidade e motivação cognitiva: a face-de-jano da gramática*. Juiz de Fora: UFJF (mimeo).
- SANKOFF G. & BROWN P. 1976. The origins of syntax in discourse : A case study of Tok Pisin Relatives. In: Language 52.
- SEARLE, John R. 1983. *Intentionality*. Cambridge: Cambrige University Press.
- SILVA, Giselle Machline de O. e MACEDO, Alzira Verthein T. 1989. *Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ (mimeo).
- SWEETSER, Eve. 1990. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMPSON, S. A. & MULAC, A. 1991. A quantitative perspective on the grammaticization of epistemic parentheticals in English. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (ed.), v. II, p. 313-329.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. 1988. Pragmatic Strengthening and grammaticalization. In S. Axmaker, A. Jaisser e H. Singmaster (eds). *Proceedings of the fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs & HEINE, Bernd. 1991. *Approaches to grammaticalization. Vol I . Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins.

- TRAUGOTT, Elizabeth Closs e KÖNIG, Ekkehard. 1991. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: Traugott & Heine ed. *Approaches to grammaticalization Vol 1: Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins.
- ULLMANN, Stephen. 1964. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VASCONCELOS, Carolina Michaelis de. 1921. *Glossário do cancioneiro da ajuda*. Lisboa: Clássica Ed.
- VINCENT, Diane. 1983. *Les ponctuations de la langue*. Département d'anthropologie, Université de Montréal (Thèse de doctorat)
- VINCENT, D, S. VOTRE e M. LAFOREST. 1993. Grammaticalisation et post-grammaticalisation. *Langues et Linguistique*, Québec: Université Laval, n. 19.
- VOTRE, S. 1992. *Linguística funcional: teoria e prática*. Québec: Université Laval.
- VOTRE, S. e ROCHETTE, A. 1992. *Complementação verbal: um continuum semântico-sintático*, Montréal, UQAM.
- VOTRE, S. 1993. Gramaticalização de *achar*. In *Caderno de Sociolinguística Aplicada*. São Paulo: PUC-SP.
- VOTRE, S. 1993. (organização). *ICONICIDADE*, Rio, UFRJ.
- VOTRE, S. 1994. *Uma revisão de: From etymology to pragmatics*", UFRJ.
- VOTRE, S. et al. 1994. *Projeto Integrado Iconicidade, Cognição e Gramaticalização*. Rio: UFRJ, submetido ao CNPq.
- VOTRE, S. 1994. *A base cognitiva da gramática*. Conferência para o concurso de professor titular de Linguística. UFRJ VOTRE, Sebastião. (org.) 1992 a. Iconicidade na fala e na escrita. Fac. de Letras / UFRJ. Mimeo.
- VOTRE, S. 1994 a. Relatório apresentado ao CNPq: Dicionário de linguística funcional. Rio de Janeiro, UFRJ.

Anexo: Amostra do *corpus* Discurso & Gramática

Amostra do *corpus* Discurso & Gramática do Rio de Janeiro nos canais de fala e escrita e nos subgêneros: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião; informante do terceiro grau.

Informante-8: Valéria

Sexo: feminino

Idade: 23 anos

Data da coleta: 1) oral: 21/05/93; 2) escrita: 29, 30, 31/05/93

Descrição da entrevista de Valéria - entrevistadora: Fernanda

Liguei para um amigo da minha irmã do segundo grau que estava no último ano da faculdade perguntando se ele poderia me dar uma entrevista. Ele disse que era muito tímido mas foi muito simpático comigo e disse que me daria o telefone de alguns amigos da faculdade. Entre muitos outros ele me deu o telefone da Valéria. Liguei para ela, expliquei o propósito da pesquisa e ela se mostrou disposta a dar a entrevista. Marcamos um dia e fui até sua casa.

Expliquei as cinco questões e lhe dei um tempo para pensar. Quando ela se lembrou, começamos a gravação. Além de nós duas sua irmã também estava presente. A parte oral toda foi feita sem que ela me pedisse para parar entre uma pergunta e outra. Não fomos interrompidas nem por telefone, nem campainha; e sua irmã só entrou na sala quando já tínhamos terminado a gravação.

Durante alguns segundos na primeira pergunta (narrativa experiencial) o relógio de parede tocou algumas vezes mas isso não comprometeu em nada a gravação. Esta é sem dúvida alguma uma das melhores gravações que fiz.

Valéria demorou um pouco mais de uma semana para me entregar a parte escrita. Dez dias depois da entrevista oral ela me telefonou me dizendo que a parte escrita estava pronta. Ela respondeu às questões em ordem. Como ela mora perto da minha tia, esta passou na portaria do prédio e trouxe para mim a parte escrita.

PARTE ORAL

Narrativa de experiência pessoal

E: e... você estuda:: que curso?

I: direito... na Cândido Mendes...

E: qual... qual período... que você está?

I: último ano... quinto ano...

E: eh... Valéria... eu queria que você me contasse uma história que tivesse acontecido com você... e que você tenha achado ou engraçada... ou triste... ou constrangedora...

I: é... foi uma situação difícil... né? eu não sei... eu não sei onde que engloba isso... mas... eu fui a Petrópolis com uma amiga... que nunca tinha subido a serra... estava dirigindo há pouco tempo... ela “vamos? eu tenho que ir a Petrópolis... você vai comigo?” eu “tá bom... vamos...” aí fomos as duas e tal... chegamos lá... resolvemos o que tinha que resolver... na volta/ bom... foi tudo tranquilo... almoçamos lá... quando a gente está voltando... começa a chover assim... torrencialmente... e fura o pneu... fura o pneu do carro dela... e a gente nunca tinha trocado pneu... nenhuma das duas... e aquela serra totalmente deserta... né? aí a gente encostou o carro assim do lado... o carro já foi puxando... que estava chovendo... estava derrapando... pô... o maior medo... né? meu coração assim disparado... aí a gente desesperada... tirando macaco... tirando pneu e... desatarrachando tudo... e fazendo a maior força... e não conseguia encaixar o macaco... o carro descendo porque estava na serra... o maior desespero... né? e o coração da gente a mil... e::... o carro todo aberto... caindo a maior chuva... a gente nem viu... aí o que que aconteceu? a gente... demorou ali um tempo... pra trocar o pneu... quando a gente trocou... foi tudo bem... demorou um pouquinho... né? aí a gente entrou no carro... estava tudo molhado... os papéis ((riso)) tudo molhado... o carro... a gente ent/ encharcada... aí... passou... a gente riu pra caramba depois... né? um susto danado... paramos (num) posto... pra ver se estava tudo... bem atarrachado e tal... aí o::... o mecânico falou que... não sabia qual o homem que tinha apertado aquilo ((riso))

E: que estava de parabéns...

I: é... que estava de parabéns... foi a Thelma... né? tem uma força danada... aí foi isso... aí a gente voltou... mas foi uma senhora experiência...

E: foi a Thelma? aquela?

I: foi... é...

Narrativa recontada

E: eh::... e::... agora eu queria que você me contasse uma história... que tenha acontecido com alguém... algum amigo seu... seu pai... seu irmão... que você não estivesse presente... alguém te contou... e que você achou a história engraçada... [ou triste ou/]

I: [ahn... ahn]... ah::... essa eu... eu me lembro sim... achei tão engraçada... foi um ami/ um noi/ não... um amigo de um amigo meu... que foi jantar na casa da noiva... aquele jantar assim... primeira vez e tal... oficializar o noiva::do... aí ele::... estava jantando e tal... ele... ele já não gosta muito de bife... de carne... aí estava lá... não conseguia partir o bife de jeito nenhum e tal... aí ele chamou a atenção do pessoal... pra uma outra coisa... entendeu? apontou assim pro outro lado da mesa... e ele viu que tinha uma janela atrás ((riso de E)) ele pegou o bife e tacou ((riso)) mas ele não reparou muito... a janela estava fechada... ((riso)) sério... o bife saiu... bateu na janela... e começou a escorregar... grudou... escorreu... quando eu (ouvi) ele contando aquilo... cara... eu dei/ muito... foi muito engraçado ele contando... ele contando o que aconteceu com ele... cara... foi muito engraçado...

E: e ninguém viu... que o bife/

I: não... aí depois... todo mundo olhou... ele viu que o bife/ o bife ali... a família toda sem graça ((risos)) aí (é) o fim da história...

E: e ele casou com a menina ou naquele dia acabou?

I: não... não casou... não chegou a casar com essa não... foi casar com uma outra ((riso))

Descrição de local

E: e::... agora eu queria que você me descrevesse... o local onde você mais gosta de ficar... na sua casa...

I: descrever... eu estava pensando nisso... não/ sabe que eu não tenho... o meu quarto não é aquele... lugar que eu gosto de ficar... deveria ser... né? todo mundo é... fala que o quarto é o melhor lugar... que se acha... teu... né? e tal... mas... não sei... eu não... eu não sinto muito assim::...

E: ah... eu acho que não precisa ser... assim não... pode descrever então o seu quarto () ou a sala... o que você quiser... ()

I: eh... ah... eu gosto de ficar na sala...

E: então como é que é a sua sala?

I: como é que a minha sala? ((riso)) (ué)... tem dois... dois ambientes... né? uma tem a... mesa de jantar::... a outra tem a televisão... o sofá... a mesa... isso? mais? eh::... tem dois sofás grandes de três lugares... duas poltronas... uma mesinha de canto... uma mesa de centro... um aparelho de som já no outro lado... com a... com a mesa de jantar... uma varandinha... onde tem as minhas plantas que eu gosto... o que mais? tem um... um carrinho de chá que virou bar... duas caixas de som... só...

Relato de procedimento

E: e::... agora eu queria que você::... me dissesse como é que você faz alguma coisa que você sabe fazer... ou alguma comi::da ou um jogo...

I: ah::: o frango que eu fiz aí ficou... maravilhoso... o *mousse* também... daqui a pouco você come ((riso))

E: como é... como é que faz... ou... ou o frango ou o *mousse*... como é que/ me diz como é que faz?

I: ah::... o *mousse* é super fácil... coloca tudo no liquidificador... eh::... são seis ovos... aí... bate bem... depois coloca::... um copo de açúcar... de requeijão... aí deixa batendo bem... depois um copo de... de chocolate em pó... de preferência Nestlé... que ele é mais forte... aí... deixa bater bem... depois um tablete de manteiga aí... des/ bate bem... depois é só colocar na forma e na geladeira... ou então no::: congelador... que eu prefiro...

Relato de opinião

E: e::... agora eu queria que você me dissesse a sua opinião... ou sobre a situação... política... ou econômica... ou da educação... no Brasil...

I: das três?

E: não... de uma... uma das três...

I: eh... só se/ política... eu estou achando que agora está tendo uma abertura maior... né? a gente está... está vendo o que está acontecendo com o país... está/ tudo o que está acontecendo a gente está

vendo... não é o que era antigamente... onde... a gente não... sabia de nada... ficava tudo escondido... achava que/ não tinha informação... né? a verdade é isso... a imprensa tem/ eu estou achando que (está num) papel fundamental... na divulgação das coisas... né? que... pô... fulano roubou... a gente está sabendo... eh:: não sei quem foi preso... a gente está sabendo... está tudo às claras... eu acho que o pessoal também está... com medo disso... aí eu acho que estão andando mais na linha... não é que antigamente não roubava... lógico que roubava... mas hoje em dia a gente está vendo que... quem rouba mesmo... e::... quando rouba a gente sabe... e antigamente não acontecia isso... não podia se falar::... não podia/ tudo... tudo proibi::do... não podia ter uma opinião de na::da... ficava todo mundo mais alienado... hoje em dia eu acho que está melhorando... um dia a gente chega lá... eu tenho esperança ((riso))

E: você... é a primeira otimista [que eu entrevisto] ((riso))

I: [eu tenho...] eu tenho esperança... sei lá... pode ser uma ilusão mas::... uma utopia mas::... que se eu não acreditar... fica um pouco sem sentido... né? vamos tentar lutar para melhorar isso aí...

E: então tá... obrigada Valéria...

I: só isso?

PARTE ESCRITA

Narrativa de experiência pessoal

Certa vez fui à Petrópolis com uma amiga que precisava resolver alguns problemas. Fomos de carro e ela que dirigia há pouco tempo, nunca tinha dirigido na Serra de Petrópolis. A ida foi tranquila, enfrentamos um pequeno engarrafamento na Av. Brasil, mas chegamos bem.

Resolvemos o que tínhamos de resolver, nos achando as próprias “mulheres de negócios”, almoçamos e voltamos; a volta nos reservou algumas surpresas; já na descida da Serra o pneu dianteiro furou, a direção começou a puxar para a esquerda e a Thelma tentando levar o carro para o acostamento, finalmente conseguimos parar, descemos do carro e com um certo desespero que as duas fingiam não ter, começamos a “operação” troca de pneus.

A Serra estava totalmente deserta, e os pingos de chuva que começavam a cair, logo se transformaram em um verdadeiro temporal. Aflitas e enxarcadas não conseguíamos colocar o “macaco” no lugar certo, depois de alguns tombos conseguimos suspender o carro. Retiramos o pneu furado, mas na hora de colocar o step, foi outro desespero o pneu não encaixava de jeito nenhum. A Thelma sentou no chão entregando os pontos, dizendo que o pneu não era aquele, mas com jeitinho ele encaixou e a Thelma usou toda a sua força (que não é pouca) para apertar os parafusos.

Depois de todo o sufoco entramos no carro que estava inundado; nos esquecemos de fechar os vidros; e continuamos a viagem até parar em algum posto para ver se estava tudo certo.

Chegando ao Rio olhamos uma para a cara da outra e rimos aliviadas.

Narrativa recontada

Um conhecido meu foi jantar na casa da noiva, era o primeiro jantar com a família toda reunida, foi servido bife, sendo que o Ricardo não gostava muito de carne e ainda por cima o bife estava duro, que mal dava para partir.

Atrás do Ricardo havia uma janela, aproveitando a oportunidade em que todos olhavam em sentido oposto, não pensou duas vezes, fincou o garfo no bife e o arremessou para trás, ele só não

contava com a janela fechada. Foi uma vergonha, quando todos viraram para frente e viram a janela suja de gordura e o bife no chão, o Ricardo só quis abrir um buraco no chão e se enfiar.

Não sei se foi por isso , mas o Ricardo não se casou com a Roberta.

Descrição de local

O lugar da minha casa em que gosto de ficar é a sala.

Há dois ambientes, num fica a mesa de jantar, o aparelho de som e um carrinho de chá, que serve de bar. No outro lado tem a televisão, dois sofás e duas poltronas, uma mesa de centro e uma de canto, um abajur e, para finalizar uma varanda com as minhas plantas.

Relato de procedimento

O que sei fazer e é muito fácil é mousse de chocolate.

A receita é muito simples:

Colocar no liquidificador:

6 ovos inteiros, bater bem.

1 copo(requeijão) de chocolate Nestlé (porque é o mais forte)

1 copo(requeijão) de açúcar

1 tablete de manteiga sem sal

Bater bem, depois é só colocar em uma forma de tamanho médio ou em forminhas e colocar na geladeira.

Obs.: O pessoal aqui em casa prefere que vá ao congelador em vez de ir à geladeira.

Relato de opinião

A respeito da situação política do País, acho que as pessoas estão se conscientizando de que cada um, é, de algum modo, responsável pela “vida” do País. Os meios de comunicação perceberam a arma que tem nas mãos e com a dita democracia ficou mais fácil deles desempenharem a função de informantes, que informam o que as pessoas estão interessadas em ser informadas e não aquela “incheção de linguiça” que não nego ainda existi, mas que a cada dia que passa vem sendo mais criticada, acho que as pessoas estão mais acordadas, principalmente os jovens, que foram às ruas e tiveram a sensação de tirar um Presidente do governo.

Hoje, a sujeira está mais as claras, todos ficam sabendo. Antes quando tudo era mais censurado, as coisas aconteciam mas ninguém ficava sabendo.

Tenho esperança de que um dia as coisas entrem nos eixos, que esta tão falada moralização, definitivamente impere e tenho certeza de que se todos fizessem sua parte seria bem mais fácil, faço a minha, mas sei que posso fazer mais. Acho que é por aí.

Índice Remissivo

- Abstratização.
- Abstratizar.
- Abstrato.
- Adequação semântica.
- Advérbio.
- Ainda inclusivo.
- Ainda intensificando advérbio.
- Ambigüidade.
- Anáfora.
- Anafórico.
- Aspecto.
- Audição.
- Avaliativo.
- Base corporal.
- Bordões
- Caráter corpóreo.
- Caráter metafórico.
- Catáfora.
- Catafórico.
- Categoria gramatical.
- Categoria lexical.
- Categoria prototípica.
- Causação plena.
- Centração.
- Certeza epistêmica.
- Circunstanciadores.
- Citação.
- Cláusula principal.
- Cláusula subordinada.
- Cláusula.
- Co-referência.
- Cognitivos.
- Componente de orientação para o falante.
- Componente de orientação para o ouvinte.
- Conclusivo.
- Concretização.
- Concreto.
- Consecutivo.
- Contexto.
- Contra-expectativa.
- Corpo espiritualizado.
- Cultura.

- Degramaticalização.
- Dêitico.
- Deslizamento (semântica).
- Diálogo.
- Discursivização.
- Discursivo.
- Discurso.
- Elemento lexical.
- Elemento seqüencializador.
- Elementos gramaticais.
- Emotivos de desejo.
- Emotivos de pretensão.
- Enunciação.
- Espacial indefinido.
- Espacial inferível.
- Espacial pleno.
- Espírito corporificado.
- Esquema.
- Estágio de gramaticalização.
- Estratégias argumentativas.
- Estratégias interativas.
- Eventos específicos.
- Eventos perfectivos.
- Expectativa estabelecida pelo falante.
- Expectativa estabelecida pelo ouvinte.
- Expectativas.
- Experiência.
- Experiencial.
- Explicativo.
- Expressividade.
- Fase intermediária de gramaticalização.
- Forma cristalizada.
- Forma.
- Formação.
- Função ideacional.
- Função interpessoal.
- Função textual.
- Função.
- Funcionalismo.
- Funções da linguagem.
- Funções interativas.
- Funções pragmático-discursivas.
- Gestual.
- Gramática.
- Gramatical.
- Gramaticalização espaço>(tempo)>texto.
- Gramaticalização.

- Graus de gramaticalização.
- Humano.
- Iconicidade.
- Imagens.
- Incerteza epistêmica.
- Inferência.
- Intencionalidade.
- Intensificador.
- Interação dialógica.
- Interação.
- Item lexical.
- Lexical.
- Léxico.
- Linearidade.
- Localizador.
- Locução.
- Marca de contra-expectativa.
- Marcadores conversacionais.
- Marcadores de contra-expectativa.
- Marcadores discursivos.
- Mente.
- Metáfora espaço>texto.
- Metáfora.
- Metonímia.
- Metonímica.
- Modal.
- Modalidade.
- Modelo categórico.
- Modo.
- Mudança semântica.
- Multidirecionalidade.
- Narrativas de experiência pessoal.
- Níveis de integração.
- Nominalização.
- Operador argumentativo.
- Organicidade.
- Pensamento.
- Percepção.
- Perífrase.
- Polissemia.
- Pontuante.
- Pós-gramaticalização.
- Pós-reflexão.
- Pragmático.
- Pressão de informatividade.
- Pressões cognitivas.
- Pressões de uso.

- Pressuposição.
- Princípio de persistência.
- Processo de gramaticalização.
- Processo de metaforização.
- Processo metafórico.
- Processo.
- Realismo experiencialista.
- Reanálise.
- Regramaticalização.
- Regularidade.
- Relatos de opinião.
- Repetição.
- Ressemantização.
- Restrições cognitivas.
- Restrições gramaticais.
- Retórico.
- Saliência.
- Semântica.
- Sentido.
- Sentidos perceptuais.
- Significação gramatical.
- Significação lexical.
- Significação.
- Significado.
- Sonho.
- Subordinação.
- Subprincípio da proximidade.
- Texto.
- Topicalização.
- Trajetória de gramaticalização.
- Trajetória.
- Transferência metafórica.
- Transferência metonímica.
- Transferência semântica.
- Unidirecional.
- Unidirecionalidade.
- Universo bio-social.
- Valor dêitico.
- Valor espacial.
- Valor temporal.
- Verbo efetivo inceptivo.
- Verbo efetivo progressivo.
- Verbos auxiliares.
- Verbos dicendi.
- Verbos duplos.
- Verbos e percepção.
- Verbos efetivos.

- Verbos emotivos.
- Verbos plenos.
- Verbos proposicionais.